



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM DIREITOS
HUMANOS (NIPEE-DH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PPGDH)

LEONARDO LUIZ DE SOUZA REZIO

Os direitos humanos na era da pós-verdade:
uma análise do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Leonardo Luiz de Souza Rezio

3. Título do trabalho

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA DA PÓS-VERDADE: Uma análise do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Luiz De Souza Rezio**, **Discente**, em 26/02/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva**,
Professor do Magistério Superior, em 01/03/2025, às 08:46, conforme horário
oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13
de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **5193575** e o código CRC **E7222DD7**.

Referência: Processo nº 23070.002642/2025-81

SEI nº 5193575

LEONARDO LUIZ DE SOUZA REZIO

Os direitos humanos na era da pós-verdade:
uma análise do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, da Pró-reitoria de Pós-graduação, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor em Direitos Humanos.

Área de concentração: Direitos Humanos

Linha de pesquisa: Alteridade, Estigma e Educação em Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rezio, Leonardo Luiz de Souza

Os direitos humanos na era da pós-verdade
[manuscrito] : uma análise do perfil de Jair Bolsonaro no
Twitter / Leonardo Luiz de Souza Rezio. - 2025.
212 f.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás,
Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-
Graduação em Direitos Humanos, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras.

1. Direitos Humanos . 2. Pós-verdade. 3. Twitter. 4.
Bolsonaro. I. Silva, Magno Luiz Medeiros da, orient. II.
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS

ATA DE DEFESA DE TESE

1. Ata nº 05 de 2025 da sessão de defesa de tese de **Leonardo Luiz de Souza Rezio**, que confere o título de Doutor em Direitos Humanos, na área de concentração em Direitos Humanos.

Aos vinte dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, a partir das 14h, realizou-se, via webconferência, a sessão pública de defesa da tese intitulada “**OS DIREITOS HUMANOS NA ERA DA PÓS-VERDADE: Uma análise do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter**”. Os trabalhos foram instalados pelo orientador e presidente da sessão, **Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva** (PPGDH/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Profª. Drª. Elen Cristina Geraldês** (PPGDH/UnB), membro titular externo; **Prof. Dr. Murilo de Oliveira Junqueira** (PPGCP/UFPA), membro titular externo; **Prof. Dr. Ricardo Barbosa de Lima** (PPGDH/UFG), membro titular interno; **Prof. Dr. Thiago Cardoso Franco** (PPGDH/UFG), membro titular interno. Durante a arguição, os membros elogiaram a qualidade da tese e fizeram sugestão de defesa mais consistente e apropriada do conceito de pós-verdade, com recomendação de publicação. Em seguida, a banca reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir a avaliação, tendo sido o candidato **aprovado** pela banca. Proclamados os resultados pelo presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos membros da Banca Examinadora.

2. TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva**, Professor do Magistério Superior, em 20/02/2025, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Cardoso Franco**, Professor do Magistério Superior, em 20/02/2025, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Barbosa De Lima**, Professor do Magistério Superior, em 20/02/2025, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA**, Usuário Externo, em 12/03/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elen Cristina Geraldês**, Usuário Externo, em 12/03/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5182546** e o código CRC **C990BF73**.

Referência: Processo nº 23070.002642/2025-81

SEI nº 5182546

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e conduzindo nessa caminhada: meu pai, minha mãe e minha irmã.

Ao Maikon, minha gratidão pelo carinho, pelo apoio constante e pela paciência ao longo de todo o processo.

Ao meu orientador, Prof. Magno Luiz Medeiros da Silva, que me acompanha desde a graduação e foi uma peça fundamental na minha trajetória acadêmica.

Aos mestres que cruzaram meu caminho e contribuíram significativamente para esta jornada, com destaque para a Profa. Dafne García Lucero, que me apresentou Córdoba e a UNC com sua sensibilidade única, sendo uma grande surpresa e inspiração durante o doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG e demais docentes com quem tive aula, deixo meu especial agradecimento: Profa. Helena Esser, Prof. Dr. Heitor Pagliaro, Prof. João Roriz, Prof. Ricardo Barbosa, Prof. Francisco Mata, Prof. Pedro Mundim e Profa. Kátia Kelvis. Foi um privilégio aprender com vocês.

Aos colegas da SECOM/UFG, por todo o companheirismo e camaradagem ao longo dessa jornada: Sálvio, Suzy, Versanna, e todos da Diretoria de Publicidade Institucional, minha sincera gratidão.

Aos amigos que dedicaram tempo para ler meu trabalho, me ajudaram a estruturar minha teoria, metodologia e análise, e, sem os quais, eu não teria conseguido finalizar esta tese: Luiz Felipe Fernandes, Aline Hack, Camila Pontes, Mariza Fernandes, Kharen Stecca e Daiana Stasiak, meu muito obrigado!

A todas as pessoas que, de alguma forma, passaram, permaneceram ou colaboraram com amor e amizade durante esse longo, intenso e, às vezes, desafiador processo de doutorado, minha profunda gratidão!

“Pensar es ‘pensar de otro modo’, problematizar la realidad, identificar lo que en ella hay de problemático. Esta forma de pensamiento requiere, por tanto, fundar nuevas formas de acercarse tanto teórica como prácticamente al mundo.”

Joaquín Herrera Flores

RESUMO

Esta tese investiga como o ex-presidente Jair Bolsonaro construiu discursivamente representações ideológicas distorcidas dos direitos humanos em suas postagens no Twitter (atualmente denominado 'X') durante seu mandato presidencial (2019-2022). O estudo analisa essas postagens com o objetivo de identificar padrões discursivos e compreender como as representações temáticas sobre direitos humanos foram articuladas em sua comunicação digital na plataforma. As bases teóricas abordam o fenômeno da pós-verdade, a evolução histórica dos direitos humanos e a ascensão do bolsonarismo, com destaque para a reconfiguração discursiva dos direitos humanos durante seu governo. Para investigar esse fenômeno, foram empregadas duas metodologias complementares: o processo KDD (*Knowledge Discovery in Databases*), utilizado para mapear tópicos recorrentes e padrões temáticos nas postagens, e a Análise de Conteúdo, que classificou e interpretou as representações temáticas relacionadas aos direitos humanos. Como resultados, identificou-se a predominância de temas como segurança pública, família, *fake news*, negacionismo científico e valores conservadores. A análise revelou que a comunicação digital de Bolsonaro mobilizou narrativas seletivas, priorizando determinados grupos enquanto marginalizava outros. Esses discursos refletiram valores e crenças de extrema direita, alinhados às suas prioridades políticas e estratégicas, promovendo uma retórica moralista e conservadora. Observou-se, ainda, que essa abordagem contribuiu para o desmantelamento de políticas públicas setoriais, acentuou a desinformação e influenciou negativamente a percepção pública sobre direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Pós-verdade; Twitter; Bolsonaro

ABSTRACT

This thesis investigates how former President Jair Bolsonaro discursively constructed distorted ideological representations of human rights in his posts on Twitter (currently called 'X') during his presidential term (2019–2022). The study analyzes these posts with the aim of identifying discursive patterns and understanding how thematic representations of human rights were articulated in his digital communication on the platform. The theoretical framework addresses the phenomenon of post-truth, the historical evolution of human rights, and the rise of Bolsonarism, with a particular focus on the discursive reconfiguration of human rights during his administration. To investigate this phenomenon, two complementary methodologies were employed: the KDD process (Knowledge Discovery in Databases), used to map recurring topics and thematic patterns in the posts, and Content Analysis, which classified and interpreted thematic representations related to human rights. The findings revealed the predominance of themes such as public security, family, fake news, scientific denialism, and conservative values. The analysis showed that Bolsonaro's digital communication mobilized selective narratives, prioritizing certain groups while marginalizing others. These discourses reflected far-right values and beliefs aligned with his political and strategic priorities, promoting a moralistic and conservative rhetoric. Furthermore, this approach contributed to the dismantling of sectoral public policies, exacerbated misinformation, and negatively influenced public perceptions of human rights.

Keywords: Human Rights; Post-truth; Twitter; Bolsonaro

LISTA DE SIGLAS

AI	Anistia Internacional
AI-5	Ato Institucional Número Cinco
API	<i>Application Programming Interface</i>
BERT	<i>Bidirectional Encoder Representations from Transformers</i>
Brexit	<i>Britain exit</i>
c-TF-IDF	<i>class-Term Frequency–Inverse Document Frequency</i>
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HDBSCAN	<i>Hierarchical Density-Based Spatial Clustering of Applications with Noise</i>
KDD	<i>Knowledge Discovery in Databases</i>
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexos, Assexuais e demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NCC	<i>National Council of Churches</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PLN	Processamento de Linguagem Natural
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PT	Partido dos Trabalhadores
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
STF	Supremo Tribunal Federal
TF-IDF	Term Frequency-Inverse Document Frequency
UMAP	<i>Uniform Manifold Approximation and Projection</i>
USCC	<i>United States Catholic Conference</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferentes formas em que as disfunções são apresentadas	45
Quadro 2 - Dados do Twitter de Jair Bolsonaro (2019-2022)	103
Quadro 3 - Tweets mais retuitados – Jair Bolsonaro (2019-2022)	107
Quadro 4 - Tweet mais curtido – Jair Bolsonaro (2019-2022)	108
Quadro 5 - Tweets mais citados – Jair Bolsonaro (2019-2022)	108
Quadro 6 - Quadro de códigos - Análise de Conteúdo.....	143
Quadro 7 - Passos metodológicos – Análise de Conteúdo	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Temas classificados pela agência Aos Fatos.....	88
Gráfico 2 - Origem das declarações verificadas pela Aos Fatos.....	90
Gráfico 3 - Visão geral das etapas que compõem o processo KDD.....	101
Gráfico 4 - Distribuição de postagens por tópico	113
Gráfico 5 - Gráfico 5 - Frequência das categorias semânticas	118
Gráfico 6 - Evolução temporal das categorias semânticas (2019-2022)	120
Gráfico 7 - Nuvem de palavras - Comunicação e Redes Sociais.....	122
Gráfico 8 - Nuvem de palavras - Comércio e Relações Exteriores.....	123
Gráfico 9 - Nuvem de palavras - Economia.....	123
Gráfico 10 - Nuvem de palavras - Educação e Programas Sociais	124
Gráfico 11 - Nuvem de palavras - Eleição e Política	125
Gráfico 12 - Nuvem de palavras - Infraestrutura.....	125
Gráfico 13 - Nuvem de palavras - Patriotismo e Valores.....	126
Gráfico 14 - Nuvem de palavras - Política e Governança.....	126
Gráfico 15 - Nuvem de palavras - Saúde.....	127
Gráfico 16 - Nuvem de palavras - Segurança e Criminalidade.....	128
Gráfico 17 - Engajamento por Categorias Semânticas.....	129
Gráfico 18 - Evolução Temporal do Engajamento por Categoria (2019-2022)	130
Gráfico 19 - Esquema para desenvolvimento de uma Análise de Conteúdo.....	139
Gráfico 20 - Frequência Absoluta das Categorias Temáticas de Direitos Humanos.....	149
Gráfico 21 - Frequência Relativa das Categorias Temáticas de Direitos Humanos.....	150
Gráfico 22 - Média de Retweets por Categoria.....	151
Gráfico 23 - Média de Curtidas por Categoria.....	152
Gráfico 24 - Média de Citações por Categoria.....	154
Gráfico 25 - Variação da Frequência de Postagens (2019-2022)	156
Gráfico 26 - Distribuição Anual de Postagens por Categoria (2019-2022)	157
Gráfico 27 - Atividade Mensal das Postagens por Categoria (2019-2022)	159
Gráfico 28 - Nuvem de palavras - Criança, Adolescente e Juventude.....	165
Gráfico 29 - Nuvem de palavras - Direitos Humanos Gerais.....	170
Gráfico 30 - Nuvem de palavras - Mulheres e Direitos Reprodutivos.....	183
Gráfico 31 - Nuvem de palavras - Segurança Pública.....	193

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Desordem” da informação.....	44
Figura 2 - Postagem de Jair Bolsonaro – 26/08/2022.....	152
Figura 3 - Postagem de Jair Bolsonaro – 11/04/2022.....	153
Figura 4 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/04/2022.....	155
Figura 5 - Postagem de Jair Bolsonaro – 13/03/2022.....	162
Figura 6 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/12/2020.....	163
Figura 7 - Postagem de Jair Bolsonaro – 03/09/2019.....	164
Figura 8 - Postagem de Jair Bolsonaro – 16/06/2020.....	167
Figura 9 - Postagem de Jair Bolsonaro – 19/10/2020.....	168
Figura 10 - Postagem de Jair Bolsonaro – 04/09/2019.....	169
Figura 11 - Postagem de Jair Bolsonaro – 04/08/2019.....	171
Figura 12 - Postagem de Jair Bolsonaro – 26/03/2019.....	171
Figura 13 - Postagem de Jair Bolsonaro – 27/03/2019.....	172
Figura 14 - Postagem de Jair Bolsonaro – 02/09/2022.....	173
Figura 15 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/11/2020.....	173
Figura 16 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/11/2020.....	173
Figura 17 - Postagem de Jair Bolsonaro – 05/04/2022.....	175
Figura 18 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/09/2022.....	176
Figura 19 - Postagem de Jair Bolsonaro – 11/03/2020.....	176
Figura 20 - Postagem de Jair Bolsonaro – 13/02/2019.....	177
Figura 21 - Postagem de Jair Bolsonaro – 08/05/2022.....	179
Figura 22 - Postagem de Jair Bolsonaro – 19/01/2022.....	180
Figura 23 - Postagem de Jair Bolsonaro – 31/12/2019.....	181
Figura 24 - Postagem de Jair Bolsonaro – 23/06/2022.....	182
Figura 25 - Postagem de Jair Bolsonaro – 18/07/2019.....	184
Figura 26 - Postagem de Jair Bolsonaro – 26/09/2019.....	184
Figura 27 - Postagem de Jair Bolsonaro – 11/06/2019.....	185
Figura 28 - Postagem de Jair Bolsonaro – 03/04/2022.....	186
Figura 29 - Postagem de Jair Bolsonaro – 02/01/2019.....	187
Figura 30 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/10/2019.....	187
Figura 31 - Postagem de Jair Bolsonaro – 31/12/2019.....	188
Figura 32 - Postagem de Jair Bolsonaro – 31/12/2019.....	189

Figura 33 - Postagem de Jair Bolsonaro – 04/03/2019.....	190
Figura 34 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/08/2022.....	191
Figura 35 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/02/2022.....	191
Figura 36 - Postagem de Jair Bolsonaro – 09/03/2022.....	192
Figura 37 - Postagem de Jair Bolsonaro – 07/10/2022.....	192
Figura 38 - Postagem de Jair Bolsonaro – 08/10/2022.....	193
Figura 39 - Postagem de Jair Bolsonaro – 09/03/2022.....	193
Figura 40 - Postagem de Jair Bolsonaro – 03/05/2019.....	194
Figura 41 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/05/2022.....	195
Figura 42 - Postagem de Jair Bolsonaro – 13/07/2020.....	196
Figura 43 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/11/2019.....	197
Figura 44 - Postagem de Jair Bolsonaro – 18/05/2019.....	197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - A ERA DA PÓS-VERDADE: SUAS CAUSAS, CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS	21
1.1 O que é a pós-verdade?	22
1.2 Da mentira à pós-verdade	24
1.3 Causas da pós-verdade	25
1.3.1 O negacionismo científico	26
1.3.2 A explicação da psicologia social: dissonância cognitiva, conformidade social e viés de confirmação	27
1.3.3 A queda dos meios de comunicação tradicionais	30
1.3.4 As mídias sociais como fontes de notícias	32
1.3.5 O pós-modernismo e a relativização da verdade	34
1.4 Características da pós-verdade.....	37
1.4.1 A personalização baseada em algoritmos e a formação de “bolhas filtradas” e “câmaras de eco”	37
1.4.2 A disseminação de desinformação por meio das <i>fake news</i>	41
1.5 Consequências da pós-verdade	47
CAPÍTULO 2 - DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA: DA UNIVERSALIDADE AO CONTEXTO BRASILEIRO	51
2.1 Direitos humanos para quem? A construção da "humanidade" nos direitos humanos ..	52
2.2 A consolidação dos direitos humanos após a década de 1970	57
2.3 A formação histórica dos direitos humanos no Brasil.....	60
2.4 A percepção da população brasileira sobre os direitos humanos	64
CAPÍTULO 3 - O FENÔMENO DO BOLSONARISMO: ASCENSÃO, RAÍZES, RECONFIGURAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E PÓS-VERDADE.....	68
3.1 A crise da democracia liberal e a emergência de um nacional-populismo de extrema direita.....	69
3.2 As razões estruturais que contribuíram para o sucesso bolsonarista nas eleições de 2018.....	76
3.3 Bolsonaro e a era da pós-verdade: estratégias de desinformação e suas implicações.....	84
3.4 A reconfiguração dos direitos humanos no governo Bolsonaro (2019-2022)	91

CAPÍTULO 4 - O PROCESSO KDD: A DESCOBERTA DE CONHECIMENTO NAS POSTAGENS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER (2019-2022) 99

4.1	O processo KDD: a descoberta de conhecimento em bases de dados	99
4.2	Aplicação do processo KDD: análise do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter por meio da mineração de tópicos	102
4.2.1	Seleção de dados	102
4.2.2	Análises Preliminares.....	105
4.2.3	Pré-processamento e transformação dos dados.....	109
4.2.4	Mineração de dados	110
4.3	Processo de modelagem da Mineração de Tópicos das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter com BERTopic	111
4.4	Mineração de Tópicos das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter de 2019 a 2022	112
4.4.1	Resultado da modelagem de tópicos.....	112
4.4.2	Categorização semântica.....	114
4.4.2.1	Frequência das categorias semânticas.....	117
4.4.2.2	Evolução temporal das categorias semânticas	120
4.4.2.3	Palavras-chave das categorias semânticas	122
4.4.2.4	Engajamento das categorias semânticas	128
4.4.2.5	Postagens representativas das categorias semânticas.....	131
4.5	Interpretação e avaliação	135

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO: AS REPRESENTAÇÕES TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS NAS POSTAGENS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER (2019-2022) 138

5.1	A metodologia da Análise de Conteúdo	138
5.2	Análise de Conteúdo das temáticas de direitos humanos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter (2019-2022)	142
5.2.1	Análise de conteúdo quantitativa	148
5.2.1.1	Frequência das categorias temáticas	148
5.2.1.2	Engajamento das categorias temáticas.....	150
5.2.1.3	Variação temporal das categorias temáticas	156
5.2.2	Análise de conteúdo qualitativa	160
5.2.2.1	Criança, Adolescente e Juventude	161
5.2.2.2	Direitos Humanos Gerais.....	166
5.2.2.3	Ditadura e Anistia	170

5.2.2.4 Diversidade Racial	172
5.2.2.5 Imigrantes e Refugiados	174
5.2.2.6 LGBTQIA+	177
5.2.2.7 Mulheres e Direitos Reprodutivos	178
5.2.2.8 Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos	183
5.2.2.9 Povos Tradicionais e Indígenas	186
5.2.2.10 Segurança Pública	189
5.2.2.11 Fake news	194
5.2.3 Inferências e interpretações	198
CONCLUSÃO	200
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO

"Conosco não haverá essa politicalha de Direitos Humanos." Essa foi uma das declarações de Jair Bolsonaro durante sua campanha presidencial, em uma carreta realizada em Araçatuba, no interior de São Paulo, em 2018. Já como presidente eleito, no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, em 2019, reafirmou sua posição ao declarar: "Vamos defender a família e os verdadeiros direitos humanos"¹. Ambas as falas sugerem uma abordagem seletiva e ideológica em relação aos direitos humanos, refletindo as prioridades discursivas que permearam seu governo e suas manifestações públicas.

As mídias sociais, como o Twitter (atualmente chamado de 'X')², desempenham um papel central na comunicação política contemporânea, ao permitir que figuras públicas se conectem diretamente com a população, sem a intermediação da imprensa tradicional. Apesar de ser uma plataforma voltada para a expressão pessoal, as postagens de um presidente da República transcendem o âmbito individual e assumem um caráter institucional e discursivo. Nesse contexto, as declarações de Jair Bolsonaro, enquanto líder da nação, adquiriram um peso significativo, influenciando a opinião pública e moldando percepções, especialmente em temas politicamente sensíveis, como os direitos humanos. Suas postagens não apenas expressaram suas opiniões pessoais, mas também mobilizaram sua base de seguidores, moldaram o debate público e reforçaram narrativas alinhadas à sua visão política³.

Durante seu mandato presidencial, Bolsonaro consolidou uma presença significativa nesta plataforma, acumulando 11 milhões de seguidores no final de seu mandato, o que representa um crescimento de 300% desde o início de seu governo, quando tinha 2,8 milhões de seguidores⁴. Esse engajamento o posiciona como a figura política brasileira mais seguida na rede social no período, superando outros líderes, como o atual presidente Lula da Silva.

¹ Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/os-ataques-aos-direitos-humanos-no-1o-mes-do-governo-bolsonaro/>>, acesso em 22 de dezembro de 2024.

² Embora a plataforma Twitter tenha sido renomeada para 'X' em 2023, após sua compra pelo bilionário Elon Musk, esta pesquisa utiliza o termo Twitter, pois reflete o nome da rede social durante o período analisado (2019-2022). Além disso, a maioria das publicações e pesquisas acadêmicas sobre a plataforma refere-se a ela como Twitter, o que pode facilitar a conexão desta pesquisa com a literatura existente.

³ Existem rumores de que as publicações na conta do Twitter de Jair Bolsonaro seriam gerenciadas por seu filho, Carlos Bolsonaro, e não pelo ex-presidente. Entretanto, a autoria das postagens não invalida a pesquisa em questão, pois as opiniões expressas refletem as posições do ex-presidente da República.

⁴ Dados disponíveis em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/09/interna_politica,819353/bolsonaro-dobra-o-numero-de-seguidores-no-twitter-em-2019.shtml>, acesso em 13 de maio de 2023.

Bolsonaro foi um usuário ativo da plataforma, publicando, em média, 6,4 *tweets* por dia entre 2019 e 2022.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: Como Jair Bolsonaro construiu discursivamente as representações dos direitos humanos em suas postagens no Twitter durante seu mandato presidencial (2019-2022)? Para aprofundar essa análise, a pergunta principal é desdobrada em questões secundárias, como: Quais são os padrões temáticos mais recorrentes nas postagens de Bolsonaro? Quais temas específicos de direitos humanos foram priorizados ou marginalizados? De que forma as postagens refletem seus valores e crenças sobre direitos humanos?

A hipótese aventada é que as postagens de Jair Bolsonaro no Twitter apresentam uma construção discursiva seletiva e ideológica em relação aos direitos humanos, priorizando determinados grupos enquanto marginalizava outros, refletindo valores e crenças alinhados às suas prioridades políticas e estratégicas de extrema direita. Esse enfoque permitiu a construção de um discurso no qual certos grupos eram considerados mais legítimos para usufruir desses direitos em detrimento de outros. Essa abordagem também pode ter contribuído para acentuar a desinformação e influenciar negativamente a percepção pública sobre os direitos humanos.

O objeto de pesquisa consiste nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato presidencial. O objetivo geral é analisar essas postagens para identificar padrões discursivos e compreender como as representações temáticas sobre direitos humanos foram construídas em sua comunicação digital nesta plataforma.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) examinar a atuação de Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato presidencial; 2) classificar e categorizar os principais temas abordados em suas postagens; 3) investigar a frequência e a evolução temporal das postagens relacionadas aos direitos humanos; 4) avaliar o engajamento público relacionado aos temas abordados; 5) analisar os valores e crenças subjacentes às representações temáticas de direitos humanos em sua comunicação.

As ações para viabilizar esses objetivos incluem a análise do histórico de postagens, a identificação de padrões temáticos por meio de técnicas de análise de dados, a avaliação do engajamento público (curtidas, *retweets* e citações) e a investigação de como suas postagens refletem suas crenças e prioridades discursivas sobre direitos humanos.

Quanto à metodologia empregada, a pesquisa combina duas abordagens metodológicas complementares: o processo KDD (do inglês, *Knowledge Discovery in Databases*, ou Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados) para a mineração de tópicos e a Análise de Conteúdo para as representações temáticas relacionadas aos direitos humanos nas postagens de

Jair Bolsonaro no Twitter (2019–2022). Essa integração metodológica abrange tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos.

O processo KDD foi empregado para identificar padrões temáticos nas postagens analisadas, seguindo um processo sistemático, estruturado por Fayyad; Piatetsky-Shapiro e Smyth (1996), dividido nas seguintes etapas:

1) Seleção dos Dados: foram coletadas 9.415 postagens do perfil oficial de Jair Bolsonaro no Twitter, utilizando ferramentas de raspagem e a API oficial da plataforma. Essas postagens foram organizadas em um banco de dados estruturado para análise;

2) Pré-processamento e Transformação dos Dados: os dados foram limpos e preparados, removendo duplicatas, URLs, emojis e elementos irrelevantes. As postagens foram filtradas para incluir apenas aquelas em português e classificadas como publicações originais ou citações. Após o pré-processamento, o corpus foi reduzido para 7.416 postagens;

3) Mineração de Dados (Mineração de Tópicos): utilizou-se a técnica de BERTopic, que combina modelos de linguagem avançados (BERT) e c-TF-IDF para identificar clusters temáticos nas postagens. Essa etapa permitiu mapear os principais tópicos abordados por Bolsonaro, destacando padrões discursivos e temáticas recorrentes;

4) Interpretação dos Tópicos: os tópicos identificados foram categorizados e analisados em relação ao contexto político e social, revelando as prioridades discursivas de Bolsonaro no Twitter.

A Análise de Conteúdo foi utilizada para interpretar quantitativa e qualitativamente as postagens relacionadas a direitos humanos. Seguindo os princípios de Bardin (2016), o processo foi estruturado em três fases:

1) Pré-análise: a partir dos dados pré-processados no KDD, foram selecionadas 631 postagens diretamente relacionadas aos direitos humanos, classificadas em 11 categorias temáticas (Criança, Adolescente e Juventude; Direitos Humanos Gerais; Ditadura e Anistia; Diversidade Racial; Imigrantes e Refugiados; LGBTQIA+; Mulheres e Direitos Reprodutivos; Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos; Povos Tradicionais e Indígenas; Segurança Pública e *Fake news*). Essa seleção baseou-se em palavras-chave previamente definidas, a partir do levantamento dos principais temas abordados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em seu site em 2024 e, posteriormente, revisadas;

2) Exploração do Material, organizada por:

2.1) Unidades de Registro: palavras-chave e expressões relacionadas aos direitos humanos;

2.2) Unidades de Contexto: texto completo dos *tweets* e métricas de engajamento (curtidas, *retweets*, citações). Os dados foram analisados quanto à frequência das categorias, padrões de engajamento e variações ao longo do tempo;

3) Interpretação e Inferências: as representações temáticas foram analisadas para identificar valores, crenças e estratégias discursivas de Bolsonaro em relação aos direitos humanos. Essa etapa buscou compreender como certos grupos eram priorizados ou marginalizados em seu discurso.

A integração entre KDD e Análise de Conteúdo permitiu explorar o *corpus* de dados de forma abrangente. Enquanto o KDD forneceu uma visão panorâmica das temáticas mais frequentes e padrões quantitativos e qualitativos, a Análise de Conteúdo aprofundou a interpretação, destacando a seletividade ideológica e as estratégias discursivas presentes nas postagens. Essa combinação metodológica garantiu que a pesquisa capturasse tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos do discurso de Jair Bolsonaro no Twitter, contribuindo para responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos propostos.

Para interpretar os dados de maneira crítica e contextualizada, esta pesquisa adota o conceito de pós-verdade como eixo teórico central. A pós-verdade refere-se a um cenário no qual fatos objetivos tornam-se menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais (Oxford, 2022). Diferentemente de noções como *fake news*, que se concentra na falsidade do conteúdo veiculado, ou desinformação, que funciona como um instrumento da pós-verdade, mas não a define em sua totalidade, a pós-verdade ressalta as condições sociopolíticas que tornam a desinformação eficaz. Nesse contexto, a verdade não é necessariamente negada, mas relativizada e substituída por discursos que reforçam crenças preexistentes.

Esse conceito oferece um enquadramento teórico mais completo e adequado para analisar as estratégias discursivas de Jair Bolsonaro no Twitter. Seu discurso digital não se caracterizou apenas pela difusão de *fake news*, mas pela construção de uma realidade seletiva, na qual determinados grupos foram priorizados e outros, marginalizados. O apelo emocional e ideológico teve um papel central em suas postagens, frequentemente voltadas à exaltação de valores conservadores e à identidade nacional, além do ataque sistemático à imprensa e a instituições democráticas.

A tese está organizada em cinco capítulos, divididos entre fundamentos teóricos e análises empíricas, visando abordar de forma abrangente as postagens de Jair Bolsonaro no Twitter e sua relação com os direitos humanos no contexto político brasileiro.

O capítulo 1, intitulado *A era da pós-verdade: suas causas, características e consequências*, explora o fenômeno da pós-verdade e suas implicações no contexto político contemporâneo. Fundamentado em autores como McIntyre (2018), Santaella (2019), Bucci (2019), D'Ancona (2018), Araújo (2020), Da Empoli (2020), dentre outros, este capítulo aborda fenômenos como o negacionismo científico, a influência das redes sociais, a disseminação de *fake news* e a criação de "bolhas filtradas". A análise também discute como a pós-verdade afeta a democracia, contribuindo para o surgimento de líderes populistas, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, que utilizam estratégias de desinformação para moldar a opinião pública.

No capítulo 2, *Direitos humanos em perspectiva: da universalidade ao contexto brasileiro*, analisa-se a evolução histórica e conceitual dos direitos humanos, desde suas bases universais até sua aplicação no Brasil. Baseado em autores como Comparato (2010), Douzinas (2010), Marx (2010), Moyn (2010), Green (2009), Kelly (2014, 2018), Viola e Zenaide (2010) e Engelmann e Madeira (2015), o capítulo discute os desafios e contradições da universalidade dos direitos humanos, com um enfoque especial no contexto brasileiro. Também aborda a percepção ambígua dos brasileiros sobre os direitos humanos, revelando tensões entre inclusão e exclusão social.

O capítulo 3, intitulado *O fenômeno do bolsonarismo: ascensão, raízes e reconfiguração dos direitos humanos*, contextualizando-o dentro de uma onda global de populismo de extrema direita. Apoiando-se em autores como Levitsky e Ziblatt (2018), Stanley (2020) e Eatwell e Goodwin (2020), Gallego (2019) e Moura e Corbellini (2019), o capítulo explora como Jair Bolsonaro emergiu em um cenário de crise política, econômica e social para se tornar Presidente da República. A discussão inclui a reconfiguração dos direitos humanos durante seu governo, destacando o fortalecimento de pautas conservadoras e a marginalização de grupos minoritários, com base em estudos de Afonso (2022), Paludo e Fraga (2020) e Moschkovich (2022, 2023), dentre outros.

O capítulo 4, *O Processo KDD: a descoberta de conhecimento nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter (2019-2022)*, detalha a metodologia de mineração de dados e a aplicação do processo KDD nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter. A partir de técnicas avançadas, como a modelagem de tópicos, o capítulo explica como os dados foram extraídos, organizados e processados para identificar padrões temáticos e discursivos.

Por fim, o capítulo 5, *Análise De Conteúdo: as representações temáticas de direitos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter (2019-2022)*, apresenta a análise de conteúdo das representações temáticas de direitos humanos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter. Utilizando as diretrizes de Bardin (2016), o capítulo investiga como os discursos de Bolsonaro

refletem valores, crenças e estratégias discursivas, destacando a seletividade ideológica de sua comunicação pública.

A pesquisa revela um discurso seletivo e ideológico, privilegiando a segurança pública e valores conservadores, enquanto marginaliza grupos minoritários. Bolsonaro empregou estratégias da "pós-verdade", disseminando desinformação e polarizando o debate. Os resultados confirmam a hipótese de uma construção discursiva que prioriza certos grupos em detrimento de outros, reforçando divisões sociais e comprometendo a cultura de direitos humanos no Brasil. O estudo conclui que a comunicação de Bolsonaro no Twitter contribuiu significativamente para a consolidação de uma retórica seletiva e ideológica acerca dos direitos humanos.

CAPÍTULO 1

A ERA DA PÓS-VERDADE: SUAS CAUSAS, CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS

Na atual era da pós-verdade, as fronteiras entre fatos e ficção se tornam cada vez mais nebulosas, e a política frequentemente se desconecta da realidade, tornando a verdade irrelevante. Este capítulo tem como objetivo aprofundar o conceito de pós-verdade, analisando suas causas, características e consequências. A pós-verdade é um fenômeno que depende da existência das tecnologias digitais da internet para se expandir. Embora a mentira sempre tenha sido uma estratégia política utilizada em qualquer tempo, o que chamamos de pós-verdade está relacionado a alguns fenômenos que se juntaram recentemente, como a intensa polarização política que compromete o debate racional, a desconfiança nas mídias tradicionais e o novo papel das redes sociais como fontes de notícias.

Este capítulo é dividido em três partes: causas, características e consequências da pós-verdade. Na primeira parte, com base em McIntyre (2018), apresentamos cinco causas que contribuíram para o aparecimento desse fenômeno. São elas: o crescimento do negacionismo científico, que se desdobra no ataque ao conhecimento produzido pelas universidades; a contribuição dada pelos estudos clássicos da psicologia social, notadamente a teoria da dissonância cognitiva, a teoria da conformidade social e o estudo de viés de confirmação; a queda da importância dos meios de comunicação tradicionais, que tem provocado mudanças na forma de se consumir notícias; o uso das mídias sociais como fontes de notícias, que tem acarretado confusão entre o que é notícia e o que é opinião; e o pós-modernismo e a relativização que esse sistema de crenças provocou em relação à verdade.

Na segunda parte, descrevemos as características da pós-verdade, destacadas por Santaella (2019). São duas as principais características desse fenômeno. A primeira delas é a formação de "bolhas filtradas" ou "câmaras de eco" por meio da personalização baseada em algoritmos, enquanto a segunda é a disseminação de desinformação por meio das *fake news*.

Com a ampliação do uso de algoritmos pelas empresas de tecnologia para traçar o perfil do usuário e personalizar as ofertas de informação, o usuário acaba por fornecer uma quantidade significativa de dados pessoais. Em troca, recebemos informações personalizadas e temos acesso ao que gostamos e concordamos, evitando a exposição a discordâncias. Como resultado, estamos cada vez mais isolados em grupos que compartilham a mesma opinião e, assim, não nos envolvemos com perspectivas diferentes.

A pós-verdade é um fenômeno caracterizado pela disseminação de desinformação, entendida como a propagação de informações falsas com o objetivo de prejudicar terceiros. O termo *fake news* tornou-se popular, em grande parte, devido aos ataques de Trump à imprensa, que costumava rotular veículos de comunicação que a ele se opunham de divulgadores de *fake news* (notícias falsas, em inglês). Essa estratégia foi copiada por Bolsonaro no Brasil. No entanto, o termo é problemático porque o objetivo da notícia, no Jornalismo, é relatar fatos e, em última análise, fatos não são opiniões que podem ser verdadeiras ou falsas.

Por fim, na terceira parte deste capítulo, analisaremos as consequências da pós-verdade, sendo que sua principal consequência é o enfraquecimento da democracia e o surgimento de líderes populistas com tendências autoritárias. Esses líderes fazem uso de uma indústria da desinformação para disseminar informações sabidamente falsas, que muitas vezes são parte de uma estratégia coordenada e planejada para atacar seus adversários políticos, com o intuito de manipular a opinião pública.

Donald Trump e Jair Bolsonaro são exemplos de líderes que utilizaram estratégias de desinformação, tanto em suas campanhas políticas, quanto durante seus mandatos. Bolsonaro se destacou no Brasil por fazer uso intensivo das mídias sociais, em particular do *WhatsApp*, para disseminar informações falsas em massa. Ele governou por meio de uma "política da pós-verdade", que valorizava a produção de narrativas em detrimento da implementação de políticas públicas concretas, criando uma verdadeira desconexão entre a política e as necessidades da população.

Diante disso, é fundamental compreender claramente as causas, características e consequências da pós-verdade, a fim de realizar uma análise precisa dos dados de pesquisa. Somente assim, é possível avaliar o impacto dessa realidade sobre a democracia e os processos políticos, bem como desenvolver estratégias eficazes para lidar com a desinformação e seus efeitos negativos.

1.1 O que é a pós-verdade?

A cada ano o Dicionário Oxford, do Reino Unido, elege a palavra do ano, o vocábulo que representa o tema que se destacou na sociedade naquele período e que dá indício sobre as relações sociais e humanas que estão por vir. Em 2016, após muita discussão, debate e pesquisa, a palavra do ano escolhida foi “pós-verdade” (do inglês *post-truth*), termo que, segundo o Dicionário Oxford (2022), denota “as circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”.

A expressão “pós-verdade” se tornou popular em 2016, passando a ser frequentemente usada por grandes publicações sem a necessidade de esclarecimento ou definição, ao se relacionar a dois fatos importantes para a política mundial: a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e a vitória do plano que previa a saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido pela sigla Brexit (abreviatura de *Britain exit*).

Para o Dicionário Oxford (2022), o termo “pós-verdade” exemplifica uma expansão no significado do prefixo “pós”. Se por um lado o prefixo “pós” se refere a “um tempo após uma situação ou evento específico”, como nas expressões “pós-guerra” ou “pós-jogo”, na expressão “pós-verdade” esse prefixo teria um significado mais próximo a “um tempo em que um conceito específico se tornou sem importância ou irrelevante”. Essa nuance parece ter se originado em meados do século XX, em formações como “pós-nacional” e “pós-racial” (OXFORD, 2022).

O conceito de “pós-verdade” com o sentido de que “a verdade se tornou irrelevante”, parece ter sido usado pela primeira vez em 1992, em um artigo do dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich publicado na revista *The Nation*, ao se referir sobre o escândalo do Irã e da Guerra do Golfo. Nesse artigo Tesich lamenta que “nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo de pós-verdade”. (Oxford, 2022; Tesich, 1992)

No início dos anos 2000 o termo volta a aparecer no título do livro *The Post-Truth Era*, de Ralph Keyes, publicado em 2004. A resenha do livro, divulgada no site do autor, aponta que “na era da pós-verdade, as fronteiras se confundem entre verdade e mentira, honestidade e desonestidade, ficção e não ficção. Enganar os outros torna-se um desafio, um jogo e, finalmente, um hábito”. (Keyes, 2022)

Em 2010, o blogueiro David Roberts cunha a expressão “política da pós-verdade”, ao nomear uma cultura política em que a política propriamente dita (a opinião pública e as narrativas midiáticas), se desconecta das ferramentas pelas quais são debatidas, estruturadas e implementadas as políticas públicas (a substância da legislação). Na prática, Roberts observou que os eleitores escolhiam seus candidatos e partidos políticos com base em suas afiliações de valor e, só então, selecionavam fatos que reforçavam suas próprias convicções. (Bucci, 2018; D’Ancona, 2018)

A partir de 2017, a produção científica utilizando o termo pós-verdade/*post-truth* aumentou consideravelmente, o que pode ser justificado pelo fato de o vocábulo ter sido declarado como palavra do ano de 2016 pelo dicionário Oxford (Vaquero et al, 2020). Para o presidente do dicionário Oxford, Casper Grathwohl, o que deu munição para o advento da pós-verdade foram as mídias sociais no seu papel de nova fonte de notícias e de crescente desconfiança nos fatos veiculados. Ele ainda afirma, “que não ficaria surpreso se ‘pós-verdade’

viesse a se tornar uma das palavras definidoras do nosso tempo, muito particularmente no seu sentido de ‘pós-verdade política’” (apud Santaella, 2019, p. 49).

1.2 Da mentira à pós-verdade

A mentira é parte integrante da vida humana e tão antiga quanto a própria fala. Na política, a mentira foi muitas vezes associada como algo legítimo. Platão, que execrava reiteradamente o vício da mentira, admitia no Livro III de *A República*, que “se compete a alguém mentir, é aos líderes da cidade, no interesse da própria cidade”. Conforme aconselhava Maquiavel, no capítulo XVIII de *O Príncipe*, um governante deve ser “um grande fingidor e dissimulador”. No século XX é atribuído a Joseph Goebbels, o propagandista do nazismo, a frase: “uma mentira dita uma única vez permanece como mentira, mas uma mentira repetida milhares de vezes torna-se verdade”. (Bucci, 2019a; D’Ancona, 2018; Santaella, 2019).

A mentira dolosa, com o intuito de prejudicar um grupo ou um oponente, também já foi usada como artimanha política em inúmeras ocasiões. Um dos exemplos mais conhecidos vem do livro de origem obscura chamado *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Trata-se de um documento constituído de 24 sermões que teriam sido transmitidos pelo “Ancião-Chefe” e publicado pela primeira vez em 1903, na Rússia Czarista. Após a Primeira Guerra Mundial sua influência foi se expandindo a ponto de alimentar o mito de que um cartel de banqueiros judeus seria o responsável pela Grande Depressão. Essa mentira impulsionou o antissemitismo e difundiu preconceitos por toda a Europa, o que culminou em perseguições e genocídios de judeus, como se viu no Holocausto (Bucci, 2019b; D’Ancona, 2018).

Consoante expressa Arendt (1967, p. 3), “as mentiras foram sempre consideradas como instrumentos necessários e legítimos, não apenas na profissão de político ou demagogo, mas também na de homem de estado”. Se a mentira é, portanto, inerente à condição humana e desde sempre fez parte da política, inclusive a mentira dolosa, aquela produzida de forma deliberada com o intuito de prejudicar outras pessoas, então seria correto afirmar que sempre vivemos num mundo de pós-verdade?

Conforme afirma McIntyre (2018), a resposta seria não. Mentiras sempre existiram, mas aquilo que designamos como pós-verdade tem relação com uma conjunção de fatos ou fenômenos que se relacionaram ou interagiram de uma determinada maneira somente nos últimos anos. “A pós-verdade não surgiu na década de 1950 ou mesmo na de 1960. Aguardava a tempestade perfeita de alguns outros fatores, como viés partidário extremo e

‘silos’ de mídia social que surgiram no início dos anos 2000.” (McIntyre, 2018, p. 43, tradução nossa).⁵

O aumento da polarização política em virtude de um viés partidário extremo, a ponto de comprometer o debate racional, como apontado por McIntyre (2018), o sentimento de desconfiança generalizada nos fatos veiculados pelas mídias convencionais, conforme apontado pelo presidente do dicionário Oxford, Casper Grathwohl (apud Santaella, 2019), e a consequente descentralização da informação possibilitada pelas mídias sociais no seu papel de nova fonte de notícias, foram fenômenos fundamentais para o surgimento do que chamamos hoje de “era da pós-verdade”. A pós-verdade, portanto, depende da existência das tecnologias digitais da internet para se expandir.

Nesses tempos em que a verdade se tornou irrelevante e as emoções e crenças pessoais se tornaram mais importantes na formação da opinião pública do que os fatos objetivos, D’Ancona (2018, p. 40) faz as seguintes indagações: “como o ideal de veracidade ficou tão enfraquecido, tão estiolado, a ponto de concorrer de modo tão deficiente com o emocionalismo contemporâneo? O que aconteceu com a verdade?” Para tentar responder essas indagações e, a partir da revisão de literatura feita por Araújo (2020), examinaremos as singularidades que determinam as causas, as características e as consequências do fenômeno da pós-verdade.

1.3 Causas da pós-verdade

Apontamos, anteriormente, três das principais causas que contribuíram para o surgimento do fenômeno na pós-verdade: o aumento da polarização política, com um viés partidário extremo; a desconfiança nos fatos veiculados pelas mídias convencionais e as possibilidades oferecidas pelas mídias sociais como fonte de notícias. Analisaremos, a seguir, essas e outras causas que também foram determinantes para o surgimento da pós-verdade.

McIntyre (2018) aponta cinco fatores que conduziram ao fenômeno da pós-verdade: o negacionismo científico; o viés cognitivo; a queda da importância dos meios de comunicação tradicionais; o auge das redes sociais, caracterizado pelo efeito bolha e a relativização da verdade promovida pelo pós-modernismo.

⁵ Texto original: *Yet post-truth did not arise in the 1950s or even the 1960s. It awaited the perfect storm of a few other factors like extreme partisan bias and social media “silos” that arose in the early 2000s.* (McIntyre, 2018, p. 43).

1.3.1 O negacionismo científico

O negacionismo científico trata-se do fenômeno em que a autoridade científica passou a ser questionada. O marco inicial desse processo se deu nos Estados Unidos, na década de 1950, quando as primeiras pesquisas começaram a associar o tabagismo ao câncer. Para rebater essas evidências científicas as quatro maiores fabricantes de cigarro dos Estados Unidos (*American Tobacco*, *Benson & Hedges*, *Philip Morris* e *U.S. Tobacco*) criaram a *Tobacco Industry Research Comitee* (Comitê de Pesquisa da Indústria do Tabaco). O objetivo desse comitê era financiar “cientistas” para demonstrar que não haviam evidências conclusivas que o cigarro causava males à saúde e, assim, influenciar médicos, políticos e a mídia.

Oreskes e Conway (2011) cunharam o termo “mercadores da dúvida” para se referirem aos cientistas que lançavam dúvida sobre temas que já haviam um consenso científico estabelecido. Cientistas como Frederick Seitz (1911-2008), Robert Jastrow (1925-2008), William Nierenberg (1919-2000) e Siegfried Fred Singer (1924-2020), os quais mantiam fortes vínculos com círculos conservadores norte-americanos e com as grandes corporações. A estratégia desses “mercadores da dúvida” não era invalidar as evidências científicas, mas semear a dúvida junto ao público, a dúvida era, portanto, o seu produto. Ao “manterem a controvérsia viva” poderiam, assim, adiar a adoção de medidas restritivas, como no caso da “estratégia do tabaco”. (Oreskes e Conway, 2011)

Essa mesma estratégia foi utilizada por empresários e políticos motivados por interesses econômicos em relação a outros temas. Nos anos 1980 cientistas demonstravam uma correlação entre a degradação da camada de ozônio com o aumento de emissão de clorofluorcarbonos (CFC). Mais uma vez os “mercadores da dúvida” passaram a desconstruir a ideia de que havia uma posição unânime da comunidade científica sobre o tema, com alegações como a feita por Fred Singer de que existia uma “histeria ambiental coletiva” (Oreskes e Conway, 2011, p. 133).

Ele (Fred Singer) e Fred Seitz encabeçam uma campanha de denúncia de uma ciência que afirmam estar baseada no exagero, na distorção e na fraude, e a qual corresponderia, de fato, a quase toda a ciência ambiental e a boa parte da epidemiologia e da saúde pública, que prescreviam medidas de regulação estatal, para eles sinônimo de socialismo. (Leite, 2014, p. 185)

Controvérsias na área científica acabam retardando a regulação de políticas públicas, como foi no caso do cigarro. Recentemente, a tática tem sido usada para criar controvérsias sobre as pesquisas que associam o aquecimento global com o aumento nas emissões de dióxido de carbono. Desde os anos 1970 modelos climáticos, alimentados por dados de

satélite, já confirmavam as previsões sobre as mudanças no clima. Tais previsões deram origem à tática política da “organizar o atraso”, que segundo Oreskes e Conway (2011), seria o adiamento de decisões políticas importantes para frear o aquecimento global, pois isso traria impactos econômicos negativos para as grandes potências e, para isso, utilizam-se do argumento de que as conclusões científicas ainda são incertas.

Como afirma Leite (2014, p. 185), “os ‘mercadores da dúvida’ usam o grau de incerteza presente em todo estudo estatístico para questionar qualquer conclusão que questione as práticas da livre iniciativa”. O avanço do conhecimento científico questiona os poderes estabelecidos, uma vez que a ciência fornece as bases para discursos mais legítimos da sociedade. Daí, o negacionismo científico induz a uma política da ignorância. Conforme complementa o referido autor:

Essa ignorância não é fruto do acaso, mas resultado de uma intervenção política e cultural ampla, que tem como objetivo obscurecer a informação e a compreensão da população sobre o tema, do mesmo modo que a indústria do tabaco criou, durante meio século, dúvidas sobre as pesquisas científicas que estabeleciam a conexão entre o tabaco e o câncer. (Leite, 2014, p. 180)

Por fim, o negacionismo científico tão logo se converteu em uma desvalorização da educação e em ataque ao conhecimento produzido pelas universidades. Sob a argumentação de que as universidades são ineficientes e não formam adequadamente para o mercado de trabalho, conforme aponta Stanley (2020), uma política de desmonte da educação tem se evidenciado, não apenas no Brasil, mas também em outros lugares no mundo, notadamente sob a ideologia política da extrema direita. A desqualificação da universidade leva à desmotivação para o desenvolvimento do senso crítico e do debate sofisticado e o discurso de libertação das universidades de supostos excessos liberais e ideologias esquerdistas é parte desta estratégia, visando minimizar o valor do conhecimento científico e da expertise acadêmica (Rezio e Silva, 2020).

1.3.2 A explicação da psicologia social: dissonância cognitiva, conformidade social e viés de confirmação

Durante as décadas de 1950 e 1960, estudos clássicos da psicologia social tentaram demonstrar como os indivíduos formam suas crenças e visões de mundo, uma vez que a razão e as evidências parecem não ser um fator preponderante, e como reagimos diante de verdades inesperadas ou desconfortáveis. McIntyre (2018) destaca três teorias da psicologia social que buscaram compreender tais aspectos: a teoria da dissonância cognitiva conduzida por Festinger; a teoria da conformidade social de Asch e o estudo de viés de confirmação conduzido por Wason. Em conjunto, essas teorias observaram nossa tendência a buscar

harmonia entre nossas crenças e ações, a ceder à pressão social pelo desejo de estarmos em harmonia com os outros e a dar mais peso às informações que confirmam nossas crenças pré-existentes.

A primeira delas, a teoria da dissonância cognitiva, foi desenvolvida pelo psicólogo estadunidense Leon Festinger, em 1957. Em seus experimentos ele observou que as pessoas tendem a rejeitar informações que contradizem suas crenças e opiniões prévias. Quanto mais compatível uma informação for com crenças e certezas ideológicas, mais resistência haverá para a refutação ou correção dessa informação. Esse choque entre o conhecimento antigo e o novo, que contradiz o anterior, é a dissonância cognitiva.

De acordo com Festinger (1957), existem dois fatores-chave que definem a dissonância cognitiva. O primeiro é que a dissonância leva a um desconforto psicológico e, portanto, há uma necessidade de reduzi-la ou refutá-la. O segundo é que, uma vez que a dissonância é estabelecida, há uma tendência a evitar informações dissonantes e procurar informações que fortaleçam o ponto de vista já estabelecido. A busca por pessoas que compartilhem opiniões similares também reforça a sensação de que as crenças e comportamentos estão corretos.

Festinger (1957) constatou que se uma pessoa ou fonte de informação que o indivíduo considera positivamente (ou negativamente) apoia uma opinião que o indivíduo considera negativamente (ou positivamente), isso precipitará a uma tendência ou a se mudar a avaliação da opinião ou a avaliação da fonte para, assim, reduzir a dissonância. Quanto mais polarizada a atitude para com a fonte, mais provável que a opinião mude e quanto mais polarizada tiver a sua própria opinião, mais provável que a fonte caia em descrédito.

Já a teoria da conformidade social, desenvolvida pelo psicólogo social polonês Solomon Asch, tem origem em uma série de experimentos realizados em 1951 que demonstraram que as pessoas tendem a conformar-se à opinião da maioria em situações de pressão social. Nestes experimentos participantes reais eram convidados a comparar comprimentos de linhas com outras pessoas. No entanto, alguns participantes na realidade eram “plantados” para fornecerem propositalmente respostas erradas. Asch (1956) descobriu que muitos participantes reais acabavam se conformando às respostas erradas, mesmo elas estando claramente erradas.

De acordo com Asch (1956), a conformidade social ocorre quando uma pessoa muda sua percepção ou comportamento para se adequar às normas ou expectativas do grupo. Ele descobriu que as pessoas são mais propensas a conformar-se quando a pressão é explícita e quando a opinião da maioria é unânime. Além disso, a conformidade é mais provável quando

o indivíduo não tem certeza de sua própria opinião e quando a pressão é percebida como legítima.

Solomon Asch demonstrou que há uma influência social na formação de opiniões e crenças, uma vez que uma pessoa é capaz de mudar sua percepção ou comportamento para se adequar às normas ou expectativas de um grupo. A teoria da conformidade social de Asch é importante pois ajuda a explicar por que as pessoas seguem a opinião da maioria, mesmo quando ela está errada. Suas descobertas têm implicações para a compreensão da pressão social e da conformidade em diversos contextos sociais, incluindo a política.

A terceira teoria da psicologia social destacada por McIntyre (2018) foram os experimentos realizados pelo psicólogo britânico Peter Cathcart Wason, em 1960, que ajudaram a ilustrar como as pessoas tendem a procurar, interpretar e lembrar informações de forma que confirmem suas crenças ou hipóteses pré-estabelecidas, ainda que isso leve a distorções na percepção da realidade. Com sua pesquisa Wason (1960) deu o primeiro passo para identificar um conceito que, posteriormente, tornou-se uma ideia amplamente reconhecida no debate sobre pós-verdade: o viés de confirmação.

No experimento conduzido por Wason (1960), aos participantes eram dados três números e solicitados a eles para identificar uma regra subjacente. Eles então eram autorizados a fazer várias tentativas para testar suas hipóteses, respondendo a cada uma com um número que eles escolhessem. Os resultados mostraram que os participantes tendiam a escolher números que confirmavam suas hipóteses, mesmo quando esses números eram inconsistentes com a regra subjacente. Além disso, os participantes tendiam a ignorar informações que contradiziam suas hipóteses e a interpretar informações de forma distorcida para confirmar suas crenças.

A partir destes e de outros experimentos, Wason concluiu que o viés de confirmação é uma parte fundamental da forma como as pessoas processam informações. Ele argumentou que as pessoas tendem a buscar informações que confirmam suas crenças e a desconsiderar aquelas que as contestam. O viés de confirmação geralmente ocorre quando queremos que certas ideias ou crenças sejam verdadeiras, ainda que seja uma percepção distorcida da realidade.

Em resumo, com base nesses três resultados experimentais conduzidos pela psicologia social - a dissonância cognitiva, a conformidade social e o viés de confirmação – McIntyre (2018) busca as raízes psicossociais para o fenômeno pós-verdade ao buscar compreender porque tantas pessoas parecem propensas a formar suas crenças e visões de mundo fora das normas da razão, em favor de acomodá-las em suas próprias emoções ou a

conformá-las com as de seus pares.

1.3.3 A queda dos meios de comunicação tradicionais

A queda da importância dos meios de comunicação tradicionais é o terceiro fator apontado por McIntyre (2018) que conduziu ao fenômeno da pós-verdade. De acordo com o autor, a mudança na forma de consumir notícias é resultado da mudança nos próprios meios de comunicação. Popkin (2007) destaca essa questão ao afirmar que a evolução da mídia tem um impacto na organização política e no conteúdo das notícias. Cada inovação na comunicação cria novas formas de distribuição de informações e aumenta o número de pessoas que compartilham essas informações.

Quando as estações de rádio começaram a transmitir notícias, alguns proprietários de jornais alegaram que o jornal era o único lugar adequado para essas informações, pois o rádio só poderia fazer uma cobertura superficial da reportagem e isso confundiria o público (Popkin, 2007). A chegada da televisão, contudo, possibilitou uma "era de ouro" das notícias, com o surgimento dos jornais televisivos nas décadas de 1950 e 1960, aumentando o acesso às notícias e também ao entretenimento (McIntyre, 2018). O surgimento de uma nova mídia, portanto, não significa o fim das anteriores, mas as mudanças nos meios de comunicação também trazem mudanças na mídia mais antiga. Apesar do medo dos proprietários de jornais, a transmissão de notícias pelo rádio ou pela televisão não significou o fim do jornal. O jornal, ao invés, se adaptou às novas plataformas disponíveis.

Nos anos 1980 e 1990, a popularização dos canais de televisão a cabo ou via satélite contribuiu para a segmentação do mercado e, conseqüentemente, do público. A diversificação de opções de entretenimento resultou em uma fragmentação da audiência, tornando-se atrativo para anunciantes que buscavam atingir nichos específicos (Stroud, 2011). Durante essa década, também surgiram novos canais na TV aberta que se direcionavam a públicos específicos, como a *Fox News* nos Estados Unidos, que iniciou suas atividades em 1986 com enfoque no público conservador e passou a concorrer com os três principais canais de televisão aberta norte-americana (NBC, CBS e ABC), que se pautavam numa premissa de imparcialidade, por razões de mercado, sem muita diferença em suas linhas editoriais (McIntyre, 2018).

No Brasil é possível, também fazer uma análise parecida, uma vez que a compra da TV Record pela Igreja Universal em 1989 transformou a emissora em um canal voltado para o público evangélico, passando a competir pelo segundo lugar de audiência com a tradicional emissora SBT. Para o público em geral, a disponibilidade de mais canais significa mais

opções para obtenção de notícias, o que resultou em maior competição entre os veículos de comunicação para darem às pessoas as notícias que elas querem (Popkin, 2007).

Hamilton (2004) destaca que as notícias são uma mercadoria, pois seu conteúdo é claramente um produto cuja criação e distribuição estão ligadas ao valor de mercado, que é influenciado pelos gostos do público, pelos custos de produção e pelos valores defendidos por jornalistas e proprietários das mídias. De acordo com o autor, as notícias podem ser analisadas sob uma perspectiva econômica, pois têm as características gerais dos bens de informação.

Devido ao objetivo de lucro dos proprietários de mídia, muitas vezes é vantajoso realizar uma cobertura de nicho, já que a segmentação do público gera interesse específico para anunciantes (Stroud, 2011). No entanto, a segmentação do público resulta em uma exposição seletiva, ou seja, o público passa a escolher meios de comunicação que correspondam a suas crenças e as empresas de mídia ajustam suas notícias às ideologias de um determinado nicho, visando audiência e lucro. O resultado disso é uma polarização da sociedade, com o público se dividindo em grupos de opiniões mais radicais, cada um buscando notícias e informações que reforcem suas crenças e visões de mundo (McIntyre, 2018).

A expansão da mídia com viés partidário levou a mídia tradicional a comprovar sua imparcialidade, passando a apresentar ambos os lados de questões polêmicas, no entanto, em vez de aumentar a objetividade, isso resultou na diminuição do compromisso em fornecer uma cobertura jornalística precisa e baseada em fatos. Ao oferecer "tempo igual" e tentar "contar ambos os lados da história", mesmo em questões factuais, a cobertura jornalística criou uma "falsa equivalência" entre dois lados de uma questão, mesmo quando um dos lados estava baseado em fatos científicos e o outro em opiniões ideológicas e partidárias (McIntyre, 2018).

Um exemplo apresentado por McIntyre (2018) é a questão das vacinas e sua suposta ligação com o autismo, baseada em uma falsa pesquisa conduzida por Andrew Wakefield em 1998. A mídia norte-americana reproduziu esta história, dando igual importância às opiniões de "mercadores da dúvida" e "negadores da ciência", em comparação com cientistas renomados. Anos depois, quando ficou comprovado que a pesquisa de Wakefield era uma fraude, o dano já havia sido feito, resultando em quedas nas taxas de vacinação e o retorno de doenças quase erradicadas, como o sarampo.

Em suma, ao tentar apresentar-se como imparcial e explorar mais a controvérsia do que a verdade em busca de lucro, a narrativa midiática caiu nas mãos daqueles que buscavam

criar confusão sobre questões factuais. Como resultado, isso causou confusão para o público ao apresentar uma falsa equivalência entre fato e opinião.

Finalmente, é preciso destacar a mudança midiática que temos experimentado nos últimos anos. Anteriormente, mídia impressa, rádio e televisão eram responsáveis por mediar e determinar o que seria considerado notícia e mostrado ao público. No entanto, com a evolução da internet e o acesso às notícias através das redes sociais, a intermediação dos veículos de comunicação tradicionais pode ser dispensada. Isso se dá num momento em que a taxa de desconfiança em relação às mídias tradicionais tem aumentado em todo o mundo. Por exemplo, apenas 48% das pessoas no Brasil responderam acreditar na mídia, de acordo com o relatório *Reuters Institute Digital News Report 2022*⁶. Nos Estados Unidos, o índice de confiança na mídia é ainda menor, chegando a 26%, segundo o mesmo relatório (Newman et al., 2022).

A falta de confiança na mídia tradicional é alimentada por líderes políticos, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, que rotulavam qualquer reportagem que não lhes agradasse como *fake news* e acusavam a imprensa de ser desonesta. Em vez de se reportarem à grande mídia, esses líderes recorreram às mídias sociais para divulgar suas mensagens diretamente ao público, sem intermediação (McIntyre, 2018).

Esse fenômeno, associado à falta de confiança nas mídias tradicionais, tornou difícil para muitos identificarem fontes de informação tendenciosas. Embora a internet tenha facilitado a disseminação gratuita de informação, houve um sacrifício na distinção entre fatos e opiniões, o que torna difícil identificar se uma fonte de informação é ou não tendenciosas.

Conforme conclui McIntyre (2018), na era da Internet, com informações que mesclam fatos e opiniões disponíveis para todos, é difícil determinar o que é verdadeiro. O acesso sem filtros e verificação à informação expõe os leitores e telespectadores a uma avalanche de conteúdo partidário. Com a credibilidade da mídia tradicional em declínio, aqueles que buscam promover suas agendas não precisam mais depender da cobertura da mídia para divulgar sua versão dos fatos. Eles possuem meios de comunicação próprios.

1.3.4 As mídias sociais como fontes de notícias

Plataformas como *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *TikTok* são usadas por milhões de pessoas em todo o mundo, se tornando uma parte integral da vida cotidiana. Tais

⁶ Esse relatório encontra-se disponível em https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf. Acesso em 23 de maio de 2023.

plataformas, além de facilitarem a criação de comunidades e grupos com interesses comuns e permitirem às pessoas compartilhar ideias e opiniões com um público amplo e global, também se tornaram um ambiente privilegiado para o consumo de notícias e informações.

No início, os sites de redes sociais se lançavam apenas como espaços na internet que permitiam a expressão das redes sociais dos usuários, com a construção de uma persona por meio de um perfil pessoal e a interação entre os atores através de curtidas, comentários, etc (Recuero, 2011). Não havia a pretensão de se veicular notícias, nem mesmo de competirem com jornais e demais veículos de informação, todavia, tais empresas foram se adaptando para entregarem aos usuários aquilo que dava mais engajamento e curtidas. Conforme argumenta McIntyre (2018):

Quando foi criado em 2004, o *Facebook* era um site de mídia social que permitia aos usuários se conectar com seus amigos existentes e fazer novos. Eles poderiam compartilhar seus pensamentos e participar de uma comunidade online sobre qualquer tópico que gostassem. À medida que crescia, o *Facebook* ganhava força como agregador de notícias (...). Isso foi impulsionado por “curtidas”, então ele direcionou e exibiu notícias que provavelmente gostaríamos de ver. (McIntyre, 2018, p.93, tradução nossa)⁷.

Além do *Facebook*, outras sites de redes sociais, como o YouTube, fundando em 2005, e o *Twitter*, em 2006, também entraram em ação, não apenas apresentando o conteúdo do usuário, como criando uma rede alternativa para notícias que haviam surgido de outras fontes.

De acordo com o relatório *Reuters Institute Digital News Report 2022*, atualmente quase dois terços dos brasileiros (64%) recebem suas notícias das redes sociais, que são mais citadas como fonte de notícias do que a TV (55%). O *Facebook* (40%) perdeu espaço para *YouTube* (43%) como a mídia social mais popular para o consumo de notícias, como aponta a pesquisa. Também houve um aumento no uso de novas redes visuais como *Instagram* (35%) e *TikTok* (12%) para notícias, enquanto os aplicativos de mensagens *WhatsApp* (41%) e *Telegram* (9%) continuam sendo importantes formas de discussão e compartilhamento de notícias. (Newman et al., 2022).

Percebe-se, portanto, uma mudança significativa na maneira como as pessoas estão obtendo suas notícias e informações e essa é uma tendência não apenas no Brasil, como mundial. Enquanto a televisão costumava ser a principal fonte de notícias, agora as mídias

⁷ Texto original: When it was created in 2004, Facebook was a social networking site that allowed users to connect with their existing friends and make new ones. They could share their thoughts and participate in an online community on whatever topic they liked. As it grew, Facebook gained strength as a news aggregator (...). This was driven by “likes,” so it targeted and displayed news stories we would be more likely to want to see . (MCINTYRE 2018, p.93)

sociais estão cada vez mais dominantes. O problema, segundo McIntyre (2018), é que a ascensão das mídias sociais como fonte de notícias obscureceu a distinção entre notícia e opinião. As pessoas passaram a compartilhar histórias de fontes questionáveis, como sites alternativos de notícias, como se fossem verdadeiras.

A verificação das notícias na mídia social é insuficiente, não há qualquer tipo de controle editorial, como o existente nos veículos de imprensa, o que torna difícil determinar qual história é confiável. Além do mais os algoritmo dos sites de redes sociais direcionam e exibem notícias baseadas nas curtidas e interações de cada um. Isso resulta em um problema conhecido como "silos de notícias", que alimentam a polarização e a fragmentação no conteúdo da mídia (McIntyre, 2018).

Ao consumirmos notícias nas mídias sociais é possível ignorar as fontes das quais não gostamos, assim como podemos excluir pessoas que discordam de nossas opiniões políticas. Algumas pessoas simplesmente preferem ler (e acreditar) em notícias que já se encaixam em seu ponto de vista, alimentando seus desejos de viés de confirmação.

McIntyre (2018), por fim, observa que é quase impossível determinar a confiabilidade das fontes de notícias devido à grande quantidade de fontes e ao uso de disfarces inteligentes por algumas fontes para parecerem legítimas. A combinação da verificação insuficiente, a apresentação de histórias verdadeiras e falsas lado a lado e nossos preconceitos cognitivos tornou o cenário perfeito para a pós-verdade florescer.

1.3.5 O pós-modernismo e a relativização da verdade

Finalmente, o quinto fator apontado por McIntyre (2018) é a relativização da verdade promovida pelo pós-modernismo. O pós-modernismo é um movimento intelectual e cultural que surgiu nas últimas décadas do século XX e seus principais teóricos incluem Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Michel Foucault, Jean Baudrillard e Richard Rorty.

Esse movimento é marcado pela diversidade de ideias e perspectivas de seus autores sendo, portanto, de difícil definição exata. McIntyre (2018), contudo, explica que o conceito de pós-modernismo teve início em um movimento surgido da crítica literária, quando Derrida propôs a ideia de "desconstrução" da literatura, o que consistia em examinar o texto como uma função do político e do social, e questionar a ideia de que um autor sabia exatamente o que ele ou ela "significava" em um texto.

Essa "desconstrução" se espalhou para outras áreas, como a sociologia, filosofia, arte, arquitetura, política e cultura popular, e começou a ser aplicada a tudo, já que quase tudo poderia ser interpretado como um "texto". A noção de que havia uma resposta certa ou errada

para o que um texto significava foi questionada, e a própria ideia de verdade foi colocada sob escrutínio. Com a desconstrução, o crítico traz seus próprios valores e suposições para a interpretação, o que significa que pode haver muitas respostas para uma desconstrução. Assim, na base pós-modernista, todas as reivindicações de conhecimento são vistas como afirmações de autoridade, e qualquer profissão de verdade é considerada um reflexo da ideologia política da pessoa que a está fazendo (McIntyre, 2018).

Wilber (2017), por sua vez, argumenta que o pós-modernismo está fortemente relacionado aos valores que emergiram a partir dos anos 1960, como a luta pelos direitos civis, o feminismo, a sensibilidade às formas de opressão social e a busca pela inclusão. Nesse sentido, o pós-modernismo pode ser entendido como uma reação às estruturas sociais hierárquicas e autoritárias, que reprimiam a diversidade e a subjetividade individual. O movimento valoriza a diversidade, o pluralismo e a descentralização, e procura dar voz às minorias e às diferentes formas de experiência e conhecimento.

Conforme argumenta D'Ancona (2018), por um lado, os pensadores pós-modernistas trouxeram importantes reflexões sobre a diversidade e a inclusão de diferentes vozes e perspectivas na sociedade (histórias de gênero, minorias étnicas, orientação sexuais e tradições culturais), estimulando questionamentos e desconstruções da linguagem, instituições e saberes adquiridos.

Por outro lado, as críticas ao pós-modernismo estão relacionadas à sua abordagem em relação à verdade e à realidade objetiva. Wilber (2017) critica o pós-modernismo por transformar o pluralismo em um relativismo desenfreado, levando à noção de que não existe nenhuma verdade universal real, apenas mudanças nas interpretações culturais. Para esse autor, ao questionar a própria noção de verdade e realidade objetiva, o pós-modernismo abriu espaço para um niilismo exacerbado, pois se não existem valores reais e críveis em parte alguma, se toda a verdade é uma ficção cultural, então simplesmente não sobra nada real.

De igual modo, D'Ancona (2018) argumenta que os pós-modernistas desgastaram muito a noção de verdade ao compreenderem a linguagem e a cultura como "constructos sociais", ou seja, fenômenos políticos que refletem as formas de poder e "hegemonia" através de classe, raça, gênero e sexualidade, o que levanta a questão de quem vai dizer o que é falso se tudo é um "constructo social"?

Segundo a perspectiva pós-modernista, todo conhecimento é culturalmente vinculado e não há uma perspectiva universalmente válida. Isso inclui a ciência, que também é vista como vinculada a um contexto sócio-histórico e cultural e, portanto, não é imune à influência de valores e ideologias. Os contextos são mutáveis e o que uma cultura pode considerar

"verdadeiro" hoje pode mudar drasticamente amanhã. Para os pós-modernistas, todas as reivindicações de conhecimento são uma afirmação de autoridade e qualquer profissão de verdade é um reflexo da ideologia política da pessoa que a está fazendo, em vez de uma busca pela verdade objetiva (Wilber, 2017).

Esse debate destacou a tensão entre o pensamento pós-moderno e a ideia tradicional de que a ciência busca descobrir verdades objetivas sobre o mundo natural, independentemente das crenças e valores dos cientistas. Conforme afirma McIntyre (2018), essa abordagem gerou conflitos com os cientistas que se consideravam estar buscando a verdade sobre a realidade, testando suas teorias contra evidências empíricas.

A crítica de McIntyre (2018) prossegue ao destacar que, na visão pós-moderna radical a ciência não tem nenhum privilégio especial sobre quaisquer outras visões de mundo, mesmo no que diz respeito a questões de fato empírico. O autor então questiona: o que fazem os negacionistas científicos e “mercadores da dúvida” apoiados pela ideologia de direita? Atacam a ciência existente, promovem a ideia de que a questão é “controversa” e confundem o público.

A relação entre o pós-modernismo e a ideologia de direita é complexa, mas segundo McIntyre (2018), em apenas algumas décadas a direita evoluiu para uma crítica ao pós-modernismo à situação atual, de descrédito em relação à ciência e à verdade objetiva. Eles se apropriaram de técnicas desenvolvidas pela esquerda acadêmica para deslegitimar pesquisas científicas e afirmam que todas as reivindicações de verdade são politizadas. Hoje, um “pós-modernismo de direita” lança dúvidas sobre a verdade e a objetividade, e argumentam que todas as afirmações de verdade são baseadas em interpretações subjetivas. “Portanto, não é irracional pensar que os direitistas estão usando alguns dos mesmos argumentos e técnicas do pós-modernismo para atacar a verdade de outras afirmações científicas que se chocam com sua ideologia conservadora.” (McIntyre, 2018, p. 141)

O ceticismo em relação à verdade e aos fatos é um aspecto importante da relação entre o pós-modernismo e a ideologia de direita. Se tudo é uma narrativa e se não há fatos objetivos, então por que não duvidar das notícias convencionais ou abraçar teorias da conspiração? Esse tipo de raciocínio, que é uma característica do pós-modernismo, pode ser visto em políticos de direita que questionam a veracidade de afirmações científicas e usam “fatos alternativos” para sustentar sua visão de mundo (McIntyre, 2018).

Por fim, é importante destacar que o pós-modernismo não é a única causa da ascensão da pós-verdade e da ideologia de direita, mas certamente contribuiu para ela. Como afirma D’Ancona (2018), a ascensão de políticos de direita impulsionados pelas mídias sociais foi

o momento pós-moderno supremo, pois as mídias sociais são o ambiente perfeito para a propagação de verdades ditas “alternativas”. Assim, o pós-modernismo pode ter desempenhado um papel importante na criação de um ambiente em que a verdade objetiva é questionada e em que as percepções subjetivas são mais importantes do que a realidade.

1.4 Características da pós-verdade

Após analisarmos as causas que contribuíram para o surgimento do fenômeno da pós-verdade, examinaremos agora, de acordo com a sequência proposta por Araújo (2020), as características que o definem. Nesse sentido, Santaella (2019) destaca que a pós-verdade é essencialmente composta por dois processos: a formação de "bolhas filtradas" ou "câmaras de eco" através da personalização algorítmica, e a disseminação de desinformação por meio das *fake news*.

1.4.1 A personalização baseada em algoritmos e a formação de “bolhas filtradas” e “câmaras de eco”

Conforme expõe Kaufman (2019), em seus primórdios a internet prometia o livre acesso a toda e qualquer informação de forma desintermediada, "libertando" as pessoas da curadoria tradicional nos veículos de mídia. No entanto, a recente explosão de dados tem permitido que algoritmos personalizem as informações por meio da filtragem de conteúdo, deslocando o *gatekeeper* humano para o *gatekeeper* algoritmo, que captura, organiza e fornece acesso às informações digitais⁸.

O vocábulo algoritmo, derivado do idioma árabe a partir da latinização do nome do matemático Al-Khowarizmi (séc. IX), é utilizado na matemática para se referir a um conjunto de instruções passo a passo que podem ser conduzidas mecanicamente para atingir algum resultado desejado. Uma vez encontrado um método para a resolução de um problema, esse método não precisa ser sempre redescoberto, podendo em vez disso ser replicado por meio de uma receita de resolução, ou seja, um algoritmo. Embora os algoritmos existam há muito tempo, o advento da computação eletrônica deu um impulso significativo para o seu uso e relevância, permitindo que a execução de cada etapa de um algoritmo seja reduzida a um

⁸ O termo *gatekeeper* significa "guardião do portão" em inglês e se refere a indivíduos ou organizações que controlam o acesso a determinados recursos ou informações. Em geral, os *gatekeepers* podem ser jornalistas, editores, produtores de conteúdo e moderadores de fóruns online, dentre outros. Esses atores têm um papel crucial na seleção e filtragem das informações que chegam ao público em geral. Por exemplo, eles podem decidir quais notícias serão publicadas em um jornal, quais conteúdos serão permitidos em uma mídia social ou quais produtos serão anunciados em um programa de televisão.

tempo muito pequeno (Machado, 2018).

Existem muitos tipos de algoritmos computacionais, desde os mais simples até os mais complexos. Apesar de definidos por um conjunto de regras, a ação do algoritmo é que conta, é ao agir que o algoritmo interfere na circulação de dados. Conforme dispõe Kaufman (2019), os algoritmos de inteligência artificial promovem estratégias de comunicação assertivas a partir do conhecimento captado, minerado e analisado de dados gerados nas interações nos ambientes digitais.

Os algoritmos, no entanto, podem codificar preconceitos sociais, o que é chamado de viés (*bias* em inglês). Os algoritmos de busca do Google, por exemplo, são sistemas de classificação que agem nos dados disponíveis nas páginas da web, selecionando os conteúdos relevantes com base no que o usuário está procurando. Embora seu objetivo seja fornecer conteúdos relevantes, os resultados não são sempre confiáveis, uma vez que o aprendizado dos sistemas inteligentes é baseado em dados, o que implica que o viés presente na seleção dos dados pelo sistema é codificado nos resultados da seleção (Kaufman, 2019).

Além disso, ainda conforme Kaufman (2019), os sistemas inteligentes das plataformas visam maximizar o tempo de permanência do usuário, promovendo e ampliando ao máximo as interações por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários. Quanto maior o tempo e a intensidade da interação, mais dados são gerados, favorecendo os modelos de negócio baseados em dados.

O uso de algoritmos de inteligência artificial para coleta e análise de dados de comportamento de usuários no universo digital permite interferir na conduta das pessoas em todas as esferas da vida social de maneira inédita. Sofisticados algoritmos de inteligência artificial individualizam as consultas ao Google, variando os resultados em função do perfil de quem está buscando a informação. No *Facebook*, algoritmos de inteligência artificial são usados no gerenciamento das publicações que aparecem no *feed* de notícias de seus usuários. Para processar com assertividade a seleção de “conteúdos relevantes” e estabelecer correlações, os algoritmos acessam uma quantidade grande e diversificada de dados, que extrapolam um único usuário e envolvem uma comunidade de usuários e afins, mediando, no processo, a comunicação entre eles (Kaufman, 2019).

Santaella (2019), Periser (2012) e Kaufman (2019) destacam que as empresas de tecnologia utilizam algoritmos para traçar o perfil dos usuários e personalizar suas ofertas de informação. No entanto, a invisibilidade do modo como esses algoritmos funcionam tem sido um grande problema. Os algoritmos são baseados nas escolhas que fazemos e nos devolvem um retrato de nossas mentes, desejos e crenças, permitindo que as empresas de tecnologia

nos classifiquem em bolhas filtradas.

O termo *filter bubble* (“bolha dos filtros” ou “bolha filtrada”, conforme prefere Santaella) foi cunhado por Eli Pariser por volta de 2010. Com esse termo, Pariser chamou a atenção para o fato de que o Google personaliza as respostas de busca de cada usuário, fazendo com que o monitor de nossos computadores seja como um espelho unilateral que reflete apenas nossos próprios interesses (Santaella, 2019). Conforme o próprio Pariser explica:

O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (Pariser, 2012, p. 14).

As fontes para a geração de filtros personalizados incluem o histórico de buscas do usuário, o resultado de suas escolhas, sua interação com provedores de serviços, seus interesses demonstrados por produtos e serviços, além de tudo o que é postado e compartilhado nas redes sociais. Essas informações são absorvidas pelos algoritmos de captura do perfil do usuário, tornando possível a personalização dos serviços oferecidos pelas empresas de tecnologia.

Pariser (2012) destaca que a personalização pode ser uma forma de facilitar o acesso às informações que precisamos, mas isso se baseia em uma barganha: em troca do serviço de filtragem, damos às grandes empresas uma enorme quantidade de dados sobre nossa vida diária. As redes sociais, como o *Facebook*, utilizam algoritmos de Inteligência Artificial para mapear a personalidade dos usuários com alta precisão. Com base em cliques e curtidas, a plataforma contempla atributos como gênero, idade, formação, etnia, orientação sexual, política e religiosa, “desvios” de personalidade, doenças, uso de substâncias, entre outros. A partir desse conhecimento sobre seus usuários, o *Facebook* vende aos anunciantes uma comunicação personalizada de seus produtos e serviços (Pariser, 2012 e Kaufman, 2019).

Ainda segundo Pariser (2012), a tentativa de saber o máximo possível sobre seus usuários tornou-se batalha fundamental da nossa era entre gigantes da internet, como *Google*, *Meta (Facebook)*, *Apple*, *Amazon* e *Microsoft*. A fórmula das gigantes da internet para essa estratégia de negócios é simples: quanto mais personalizadas forem as ofertas de informação, maior será a chance de que o usuário compre os produtos oferecidos. Assim, essas empresas podem vender mais anúncios e aumentar sua receita. Pariser (2012, p. 25), citando Andrew Lewis, sintetiza esse fenômeno com a seguinte frase: “se você não está pagando por alguma

coisa, você não é o cliente; você é o produto à venda”.

O problema, segundo Santaella (2019), é que a personalização extrema da vida conectada gera o que Sunstein (*apud* Terren e Borge, 2021) chama de “câmara de eco”, um fenômeno em que usuários de mídias sociais interagem seletivamente com pessoas que compartilham crenças semelhantes e consomem conteúdos ideologicamente alinhados. Essa dinâmica isola os indivíduos de perspectivas divergentes e reforça crenças pré-existentes, muitas vezes sem uma análise crítica da veracidade das informações.

Recuero, Soares e Zago (2021) expandem esse conceito ao destacar que as câmaras de eco envolvem grupos que filtram o conteúdo que compartilham, priorizando informações que reforcem uma narrativa política específica. Embora os usuários possam entrar em contato com opiniões contrárias, essas são frequentemente desqualificadas para fortalecer os posicionamentos do grupo. Esse processo cria uma "dieta midiática" específica, alimentada por certos usuários como líderes de opinião e veículos hiperpartidários, que promovem narrativas direcionadas.

Nesse cenário, o conteúdo consumido reflete a visão de mundo dos próprios usuários. Isso ocorre, segundo Santaella (2019), porque as redes sociais tendem a manter as pessoas em círculos fechados, onde predominam valores e perspectivas similares. Nas câmaras de eco, os indivíduos buscam apenas opiniões que confirmem suas crenças e evitam discordâncias, o que limita a exposição a diferentes pontos de vista e acentua tendências homofílicas. Como consequência, a percepção da realidade é distorcida, já que os usuários enxergam apenas o que desejam, o que intensifica a radicalização, favorece a propagação de desinformação e enfraquece o debate público.

Santaella (2019) destaca que o poder da crença, em uma ideia, religião, afinidade política e afins, existia mesmo antes da internet, é o que Wason (1960) chamou de “viés de confirmação”, conforme já relatado. Esse viés ocorre quando alguém é confrontado por informações que contrariam sua visão de mundo e tem pouca chance de aceitar o novo dado como um fato, mudar sua opinião ou questionar o próprio sistema de crenças. Mesmo que os algoritmos fossem eliminados, as pessoas ainda tenderiam a criar suas próprias bolhas de filtro como garantia de aproximação de pessoas que funcionam como espelhos de suas crenças. Isso ocorre porque aceitar as informações que confirmam as nossas crenças fala mais alto do que rejeitar aquelas que a contradizem.

Em sites de busca e mídias sociais as informações que recebemos por meio de filtros podem ser tendenciosas e limitadas, todavia, por não escolhermos os critérios que usarão para filtrar os diversos assuntos, é fácil intuímos que as informações que nos chegam através de

uma bolha de filtros sejam imparciais, objetivas e verdadeiras. A preocupação argumentada por Santaella (2019) é que esses filtros levam os usuários a verem apenas pontos de vista estreitos que reforçam seus preconceitos e impedem a exposição a ideias contrárias. Isso pode levar à polarização e à formação de opiniões mal informadas, tornando as pessoas mais vulneráveis a propagandas e manipulações.

Enfim, Pariser (2012) conclui que, para um consumidor pode não ser ruim eliminar o que é irrelevante ou desagradável, mas o que é bom para os consumidores nem sempre é bom para os cidadãos. As coisas que gostamos podem não ser as que precisamos saber para sermos membros bem-informados da nossa comunidade ou do nosso país. “A democracia exige que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros; em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas. A democracia exige que nos baseemos em fatos compartilhados; no entanto, estão nos oferecendo universos distintos e paralelos” (Pariser, 2012, p. 11).

1.4.2 A disseminação de desinformação por meio das *fake news*

Em 30 de outubro de 1938, a rádio norte-americana CBS (*Columbia Broadcasting System*) interrompeu sua programação musical para apresentar um radioteatro que dramatizava o livro *A Guerra dos Mundos* de H.G. Wells. O programa, dirigido por Orson Welles, descreveu a chegada de marcianos em Grover's Mill, Nova Jersey. A CBS calculou na época que cerca de seis milhões de pessoas ouviram o programa, mas metade sintonizou depois da introdução que esclarecia que se tratava de um radioteatro. Pelo menos 1,2 milhão de pessoas acreditaram que a invasão era real, e meio milhão acreditou que o perigo era iminente, causando pânico, aglomerações e congestionamentos nas ruas. O pânico paralisou três cidades, principalmente em Nova Jersey, onde a história foi ambientada. Houve fuga em massa e reações desesperadas de moradores em Newark e Nova York (Teschke, 2013).

O episódio em questão é um marco na história da mídia do século XX e ficou conhecido por mostrar como uma história falsa pode ter poder malicioso. Apesar de, nesse caso, a emissora não ter tido a intenção de convencer o público de que era uma invasão real, a criação de informações falsas com o propósito de enganar não é um fenômeno novo. Rumores, teorias da conspiração e informações fabricadas sempre existiram. Os políticos frequentemente fazem promessas irreais durante as campanhas eleitorais e a mídia há muito dissemina histórias enganosas para chocar o público, basta observar os tabloides de fofocas sobre a vida das celebridades.

Conforme argumenta Santaella (2019), o que difere agora é o modo como as notícias

são produzidas, disseminadas e interpretadas. Antes, na era da comunicação de massa, as notícias eram produzidas por fontes restritas e confiáveis, que seguiam princípios e normas profissionais estabelecidos pelos jornalistas. No entanto, com a emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, surgiram novas formas de publicar, compartilhar e consumir informações que não são tão regulamentadas ou padronizadas. As notícias agora vêm de diversas fontes e muitas vezes é difícil discernir se elas são confiáveis ou não, seja por falta de compreensão dos modos de funcionamento das redes sociais, seja por conta da confusão gerada pelo excesso de informações.

Ainda segundo Santaella (2019), o que é completamente novo é o modo sem precedentes de operação e a grande mudança de escala possibilitada pelas plataformas de redes sociais. Essas redes trabalham seguindo a lógica dos *clickbaits*, onde o conteúdo *online* é valorizado pela quantidade de tráfego que gera, e do engajamento, já que as mensagens buscam intensificar a reação emocional do receptor, provocando um efeito que vai além do simples "curtir". Portanto, pouco importa se a mensagem é falsa ou enganosa, sua onipresença acaba por causar impacto e seu poder advém da exploração de sensibilidades ingênuas e intempestivas. Conforme sintetiza a autora:

O sensacional atrai o clique que atrai mais compartilhamentos. Quanto mais tráfego houver, tanto maior será a difusão do engano cujo modo de propagação é regido, sobretudo, pelo apelo emocional não filtrado pela razoabilidade do bom senso (Santaella, 2019, p. 32).

A falta de confiança nas fontes e a confusão resultante abrem caminho para a propagação de notícias falsas - do termo em inglês, *fake news*. Segundo Cruz et al. (2021), é preciso entender o significado da palavra "notícia" antes de definir o termo "*fake news*". Historicamente, a notícia sempre foi associada à verdade e aos fatos, e está intimamente ligada ao jornalismo, transmitindo a ideia de relevância e atualidade. Para esses autores, a combinação das palavras "notícia" e "falsa" cria um oxímoro, pois os dois termos têm significados opostos, o que resulta em uma nova ideia.

Conforme explica Bucci (2019b), as notícias são produzidas por profissionais de redações jornalísticas, que apuram e editam os fatos antes de divulgá-los. Embora possam conter informações incorretas ou tendenciosas, as notícias geradas por jornalistas que trabalham para organizações de imprensa estabelecidas, com endereço conhecido e editores responsáveis, não são *fake*. As *fake news* não seguem os padrões profissionais do jornalismo e são criadas com o objetivo de enganar ou manipular o público. Elas se espalham pelas mídias sociais e pela internet, aproveitando-se do anonimato e da facilidade de produzir e disseminar informações falsas.

Segundo Cruz et al. (2021), vários autores definem o termo *fake news* como notícias intencionalmente falsas que enganam os leitores e têm como objetivo desinformar politicamente ou obter lucros. Para Shu et al. (2017), *apud* Cruz et al., (2021), as notícias falsas são caracterizadas pela falta de veracidade dos fatos e pela intenção de iludir. Himma-Kadadas (2017, *apud* Cruz et al., 2021) destaca que as *fake news* são apresentadas com elementos jornalísticos para dar credibilidade. Já Recuero e Gruzd (2019, *apud* Cruz et al., 2021) apontam que as *fake news* possuem três elementos essenciais: uma narrativa com roupagem jornalística, falsidade parcial ou total dos fatos e a intenção de enganar ou gerar percepções equivocadas.

Bucci (2019b) denuncia que as *fake news* possuem distinções bem marcadas e podemos resumi-las nos seguintes pontos: a) elas são falsificações de relatos jornalísticos ou opiniões publicadas em jornais; b) as fontes das *fake news* são desconhecidas; c) a autoria dessas notícias falsas é quase sempre forjada; d) o objetivo das *fake news* é lesar os direitos do público e enganar o leitor; e) a existência de tecnologias digitais da internet é fundamental para a disseminação das *fake news*; f) as *fake news* se propagam em uma velocidade sem precedentes, atingindo um volume e escala jamais vistos; g) além disso, as *fake news* geram lucro político e econômico, constituindo-se em um negócio obscuro.

Enquanto os principais veículos de comunicação começaram a usar a expressão "*fake news*" para se referir a informações enganosas disseminadas *online*, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, passou a utilizar o termo para desacreditar as reportagens com as quais ele não concordava, referindo-se aos meios de comunicação convencionais ou à grande mídia⁹. Essa mesma estratégia foi adotada por Jair Bolsonaro, que acusou veículos jornalísticos de reproduzirem *fake news* contra ele e seu governo¹⁰.

⁹ No dia 17 de janeiro de 2018, o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, divulgou em seu perfil no *Twitter* uma lista com os "vencedores" do "*Fake news Awards*", prêmio que ele criou para "homenagear" os veículos de comunicação que, em sua opinião, mais produziram notícias falsas durante o ano de 2017. A lista incluiu 11 veículos de mídia, como CNN, The New York Times e ABC News, e destaca a notícia falsa que cada um teria produzido. Trump afirmou que a mídia é "desonesta" e "corrupta" e que as *fake news* são uma "grande ameaça para a democracia". A iniciativa foi criticada por alguns veículos de comunicação e jornalistas, que a consideraram um ataque à liberdade de imprensa e uma tentativa de desviar a atenção das polêmicas envolvendo o governo Trump (Fonte: www.poder360.com.br/internacional/donald-trump-divulga-vencedores-do-fake-news-awards/, acessado em: 25/fev/2023).

¹⁰ Em dezembro de 2021, o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro produziu um documento intitulado "O Desafio da Democratização da Informação", acusando a mídia tradicional de disseminar *fake news* contra ele e seu governo. O documento faz críticas à imprensa brasileira e internacional, afirmando que ela "não tem compromisso com a verdade" e que tem sido "irresponsável e imparcial" em relação ao governo Bolsonaro. O ex-presidente ainda defendeu o uso das redes sociais para "contornar a censura" e se comunicar diretamente com o povo brasileiro. (Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/bolsonaro-acusa-midia-tradicional-de-fake-news-em-documento-para-cupula-da-democracia-de-biden.shtml>, acessado em 25/fev/2023).

Devido à inadequação do termo *fake news* para descrever o complexo fenômeno da poluição da informação, bem como pela sua apropriação por políticos em todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura consideram desagradável, a pesquisadora Claire Wardle, em relatório escrito para o *Council of Europe* (Wardle e Derakhshan, 2017) evita o uso do termo e, em vez disso, propõe três categorias para classificar a disfunção da informação: *mis-information*, *dis-information* e *mal-information*.

Misinformation (informação incorreta) ocorre quando a informação disseminada é falsa, mas o disseminador acredita que é verdadeira, não tendo a intenção de prejudicar terceiros. Exemplos incluem sátiras confundidas com fatos, dados e datas incorretas e traduções malfeitas. *Disinformation* (desinformação), por sua vez, é quando o disseminador sabe que a informação é falsa e a propaga com a intenção de prejudicar terceiros. *Malinformation* (má-desinformação), por fim, envolve notícias verdadeiras, mas que são intencionalmente utilizadas para prejudicar indivíduos, empresas ou países, como vazamentos de informações confidenciais ou incitação de discursos de ódio contra terceiros. Aqueles que promovem a violência através de discursos de ódio são conhecidos como *haters*, odiadores ou *trolls*. Na Figura 1, a seguir, é possível ver a classificação dos tipos de disfunção da informação, segundo Wardle e Derakhshan (2017).

Figura 1 – “Desordem” da informação



Fonte: Traduzido de Wardle e Derakhshan (2017).

É importante destacar que Wardle e Derakhshan (2017) apresentam uma subclassificação das formas como essas disfunções podem se manifestar, conforme listadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Diferentes formas em que as disfunções são apresentadas

	<i>Misinformation</i>	<i>Disinformation</i>	<i>Mal-information</i>
Sátira ou paródia	√		
Falsas conexões	√		√
Conteúdo enganoso		√	
Falso Contexto	√		
Conteúdo impostor			√
Conteúdo manipulado		√	
Conteúdo fabricado		√	

Fonte: Cruz et al. (2021), adaptado de Wardle e Derakhshan (2017).

a) Sátira ou paródia: apresenta falsidades de maneira humorística, sem a intenção de enganar. Entretanto, em um mundo onde as pessoas recebem informações cada vez mais através das mídias sociais, pode haver confusão quando um site é satírico;

b) Falsa conexão: quando títulos, imagens ou legendas não se relacionam exatamente com o conteúdo. O exemplo mais comum são as manchetes *clickbait*, que buscam atrair cliques;

c) Conteúdo enganoso: uso enganoso de informações para enquadrar problemas ou pessoas, cortando fotos ou escolhendo citações ou estatísticas de forma seletiva;

d) Falso contexto: quando o conteúdo genuíno é retirado de seu contexto original. Por exemplo, uma imagem de um evento antigo compartilhada como se fosse de um evento ocorrido em outra data ou lugar;

e) Conteúdo impostor: quando fontes genuínas são falsificadas. Por exemplo, o uso de assinaturas de jornalistas em artigos que não escreveram, ou logotipos de organizações usados em vídeos ou imagens que não criaram;

f) Conteúdo manipulado: quando informações ou imagens genuínas são manipuladas para enganar;

g) Conteúdo fabricado: novo conteúdo 100% falso, projetado para enganar e causar mal. Como por exemplo, um site de notícias fantasioso que publicou um artigo sugerindo que o Papa havia endossado Donald Trump para presidente.

Uma extensa pesquisa realizada por Vosoughi, Roy e Aral (2018), buscou entender a difusão de notícias verdadeiras e falsas no *Twitter*, analisando 126 mil histórias tuitadas por aproximadamente 3 milhões de pessoas e compartilhadas mais de 4,5 milhões de vezes. A conclusão foi que as notícias falsas se espalham mais rapidamente e atingem mais pessoas

em todas as categorias analisadas, especialmente na política, seguida por lendas urbanas, negócios, terrorismo, ciência, entretenimento e desastres naturais.

Ainda segundo a pesquisa, as notícias falsas alcançam mais pessoas, entre 1.000 e 100.000, enquanto as verdadeiras raramente ultrapassam 1.000 pessoas. Além disso, a probabilidade de retuitar uma notícia falsa é 70% maior do que de retuitar uma notícia verdadeira. As notícias falsas, também, tendem a ser mais novas e inspiram emoções como medo, repulsa e surpresa, enquanto as verdadeiras inspiram expectativa, tristeza, alegria e desconfiança.

Os pesquisadores também perceberam que, contrariando a sabedoria convencional, os robôs (*bots*) não são os principais responsáveis pela disseminação de notícias falsas no *Twitter*, uma vez que eles espalham tanto as verdadeiras quanto as falsas na mesma proporção. Os seres humanos têm maior probabilidade de espalhar notícias falsas do que os robôs, presumivelmente porque os robôs não são acionados por emoções (Vosoughi, Roy e Aral, 2018).

Lazer et al. (2018) sugerem duas categorias de medidas para combater a propagação de *fake news* na internet. A primeira envolve capacitar os indivíduos para avaliar a veracidade das informações e a segunda se concentra em mudanças estruturais das plataformas, que previnam a exposição dos usuários a notícias falsas.

No que diz respeito à capacitação dos indivíduos, a proposta é que haja treinamento nas escolas para se desenvolver habilidades críticas de avaliação da informação e que haja verificação de fatos por veículos especializados em checagem de informações. No entanto, os autores destacam que muitas pessoas não questionam a credibilidade das informações, a menos que elas violem seus preconceitos ou sejam incentivadas a fazê-lo. Além disso, não há certeza se esses esforços realmente melhoram a capacidade de avaliar a credibilidade da informação a longo prazo.

A segunda categoria de intervenções proposta por Lazer et al. (2018) envolve a detecção e prevenção de *fake news* pelas próprias plataformas da internet. Google, *Facebook* e *Twitter* são apontados como os principais condutores de notícias falsas e seus modelos de negócio dependem da monetização da atenção por meio da publicidade. As plataformas podem ajustar seus modelos para aumentar a ênfase na qualidade da informação e elas já têm tentado algumas adequações para conter a disseminação de *fake news*. No entanto, os autores defendem que as plataformas precisam submeter suas ações à avaliação da comunidade de pesquisa e à revisão por pares.

Por fim, há também a possibilidade de regulamentação governamental ou

autorregulação das plataformas, mas regulamentação governamental direta levanta preocupações sobre a imparcialidade na definição e execução de requisitos e sobre possíveis censuras governamentais ou corporativas (Lazer et al., 2018).

1.5 Consequências da pós-verdade

As principais análises sobre as consequências da pós-verdade a ligam ao enfraquecimento da democracia e à ascensão de líderes populistas com tendências autoritárias, que fazem uso constante de *fake news*. Conforme nos recorda Araújo (2021), a pós-verdade é um fenômeno contemporâneo no qual a desconsideração da verdade é naturalizada, estimulada e até mesmo exaltada como um valor ou virtude. Na última década políticos populistas, com tendências autoritárias, compreenderam esse fenômeno e passaram a fazer uso de estratégias de desinformação em massa para ampliar suas vantagens eleitorais, como fizeram Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil.

Eatwell e Goodwin (2020) analisam o fenômeno da ascensão desses novos líderes com perfis antidemocráticos, chamando-o de “nacional-populismo”. Segundo eles, a desconfiança nos políticos e nas instituições democráticas, o medo da privação com a globalização e o desalinhamento entre o povo e os partidos tradicionais são algumas das causas para a ascensão do nacional-populismo. Tais políticos usam a mentira e o apelo às emoções de ódio, medo e ressentimento para construir sua popularidade, principalmente sobre grupos que não se sentem mais representados pelas elites políticas, econômicas e intelectuais.

Santaella (2019) destaca, todavia, que o sucesso de líderes nacional-populistas e a emergência de governos baseados na disseminação em massa de notícias falsas é tanto causa como consequência da pós-verdade. A desconfiança e a desinformação criaram um ambiente propício para a proliferação de *fake news*, motivada por interesses que visam manipular atitudes, opiniões e ações. Conforme argumenta a autora, quando a confusão e a falta de confiança nas fontes se instalam, as portas ficam abertas para que a desinformação tome o comando.

Diante desse cenário, surge uma nova forma de se fazer política, que se recorre aos medos, frustrações e ressentimentos de uma parte significativa dos eleitores de cada país. Os políticos nacionais-populistas, notadamente de extrema-direita, se adequaram bem a essa novidade, articulando discursos xenófobos e racistas, apelando para a força do Estado como forma de se resolver as ameaças, simplificando os problemas mediante a oposição entre “nós”

e “eles” e denunciando a corrupção, que embora eles mesmos façam parte (Castells, 2018).

As *fake news*, as teorias da conspiração e a personalização das mensagens baseada em algoritmos são características dessa nova forma de se fazer política. A personalização da comunicação política é resultado do uso de algoritmos em campanhas eleitorais, que possibilitaram segmentar a sociedade em diferentes identidades e subculturas. Assim, os candidatos passaram a coletar informações sobre os eleitores por meio das redes sociais, estudando seus interesses e personalizando suas propostas para conquistar seus votos. (Magnani, 2017).

Da Empoli (2020) denomina de “engenheiros do caos” os profissionais responsáveis por essa nova forma de propaganda política, que reinventaram a propaganda e a adaptaram para a era da pós-verdade. O principal objetivo dos "engenheiros do caos" é explorar os temas que são importantes para cada eleitor e criar uma campanha de comunicação personalizada que leve em conta os interesses individuais. Como resultado, cada eleitor acaba vivendo em uma bolha de opinião onde apenas algumas vozes são ouvidas e alguns fatos são considerados mais relevantes do que outros.

Os “engenheiros do caos” ainda identificaram a capacidade da raiva e do descontentamento de serem transformados em recursos políticos. Conforme argumenta Da Empoli (2020), em vez de unir eleitores em torno de um denominador comum, eles inflamaram paixões e polarizaram extremos. Isso teve como efeito colateral o aumento dos níveis de ódio já presentes na sociedade, com a mídias sociais fornecendo uma plataforma para propagadores de ódio. É importante reconhecer que a raiva muitas vezes tem raízes em causas sociais e econômicas legítimas, mas quando mal direcionada, pode se tornar uma força destrutiva.

D’Ancona (2018), ao investigar as raízes da pós-verdade, chama a atenção para a expansão da indústria da desinformação, que consiste na disseminação de mentiras como parte de um ataque coordenado e estratégico, promovido por organizações de fachada que atuam em defesa de grupos de interesses que apoiam os líderes nacional-populistas. Tais ataques, ao confundir e criar controvérsia onde antes não existia, estimulam o público a questionar a existência da verdade confiável.

A eleição presidencial norte-americana de 2016 foi um marco no uso de algoritmos e abuso das *fake news* em processos eleitorais. Steve Bannon, estrategista da campanha eleitoral de Donald Trump, se aproveitou de uma estratégia chamada "*Firehosing*" (derivada do inglês, *fire hose*, que significa “mangueira de incêndio”). Essa técnica consiste em disseminar uma informação, que pode ser mentirosa, se apoiando em quatro pilares

principais: a) alta produção de conteúdo; b) rapidez e repetição na disseminação; c) falta de compromisso com a realidade e d) falta de consistência entre os discursos (Paul e Matthews, 2016). Essa prática é bastante praticada pelo autocrata russo Vladimir Putin e tem como objetivo fazer com que a opinião pública aceite a informação como verdadeira e desconfie menos do conteúdo, por meio da disseminação em múltiplas plataformas simultaneamente, criando assim uma sensação de legitimidade e familiaridade.

Nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016 inúmeras *fake news* foram espalhadas, como a afirmação de que o Papa apoiava a candidatura de Donald Trump e que Hillary Clinton vendia armas ao Estado Islâmico (Prior, 2019). Além disso, a equipe de Trump contratou a empresa britânica *Cambridge Analytica* para construir perfis estatisticamente confiáveis de cada cidadão, a partir de informações fornecidas por redes sociais, cartões de crédito, supermercados e outras bases de dados. A partir desses perfis, foram criadas mais de 175.000 mensagens personalizadas para conquistar votos na região chamada de "cinturão da ferrugem" (*Rust Belt*) no Nordeste e Meio Oeste do Estados Unidos (Magnani, 2017). Com o então sucesso dessas estratégias, o uso de *fake news* e técnicas de manipulação se tornou um estopim para o sua utilização em outros processos eleitorais.

Durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018, por exemplo, os apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro utilizaram o *WhatsApp* como uma ferramenta de divulgação em massa de notícias falsas. Conforme descrito pela jornalista Patrícia Campos Mello, no livro "A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital", a estratégia incluiu a criação de centenas de grupos de *WhatsApp*, com nomes sugestivos como "Brasil 200% Bolsonaro" e "Bolsonaro Presidente 2018", que foram usados para compartilhar informações difamatórias e notícias falsas sobre os oponentes políticos.

Além disso, a jornalista aponta que foram compradas bases de dados de números de telefones, que foram adicionados aos grupos de *WhatsApp* sem o consentimento dos usuários. A criação de conteúdo viral também foi parte da estratégia, como memes e vídeos que foram amplamente compartilhados nas mídias sociais, em especial no *WhatsApp*, muitos dos quais baseados em informações falsas ou distorcidas.

Empresas de marketing digital também cooperaram nessa estratégia, utilizando técnicas de segmentação para direcionar as mensagens para públicos específicos. Empresas que usavam robôs (*bots*) foram contratadas para ampliar a divulgação das mensagens. Além do mais, a disseminação de *fake news* contou com um forte financiamento, que teria sido realizado por empresários apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro (Mello, 2020).

Bucci (2018) denuncia essa corrosão da verdade na política como uma "política da

pós-verdade". Essa expressão descreve uma cultura política em que a política e a opinião pública se desconectaram completamente das políticas públicas. Isso significa que a atenção está voltada para a narrativa que é contada, em vez de se debater e implementar políticas concretas. Essa desconexão entre a política e as políticas públicas pode comprometer a democracia e o Estado de direito, pois as políticas públicas são a substância da legislação em Estados democráticos.

Para finalizar, Kakutani (2018) cita o argumento de Hannah Arendt, que afirma que o sujeito ideal para um governo totalitário seria aquele para quem a distinção entre fato e ficção, verdadeiro e falso, deixa de existir. O perigo último da pós-verdade na política é, pois, a consolidação do populismo e fundamentalismo, que, por meio da destruição da própria ideia de "verdade", destroem também a democracia e impõem o medo e o ódio sobre o debate racional.

Neste capítulo, exploramos o conceito de pós-verdade, discutindo suas causas, características e consequências. Na era atual, os fatos são cada vez mais desvalorizados, enquanto as paixões e crenças ganham destaque. Os direitos humanos não estão imunes a esses efeitos. No próximo capítulo, iremos estabelecer fundamentos para os direitos humanos a partir de diferentes perspectivas, especialmente a abordagem historiográfica e a perspectiva crítica. Além disso, analisaremos os direitos humanos no contexto brasileiro. No capítulo seguinte, abordaremos o fenômeno do bolsonarismo no Brasil, estabelecendo uma conexão entre os três eixos teóricos desta pesquisa: a relação entre bolsonarismo, pós-verdade e direitos humanos.

CAPÍTULO 2

DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA: DA UNIVERSALIDADE AO CONTEXTO BRASILEIRO

Este capítulo analisa a evolução histórica e conceitual dos direitos humanos, abordando sua relação com as transformações sociais e políticas, desde as definições de "humanidade" até sua consolidação como ferramenta global. Além disso, examina como esses direitos foram percebidos e aplicados no Brasil, discutindo suas contradições e avanços, bem como a percepção atual da população brasileira sobre o tema.

A análise inicial foca na evolução do conceito de "humanidade" e sua relação com os direitos humanos, conforme discutido por Comparato (2010), Douzinas (2010) e Marx (2010). Ao longo da história, concepções sociais e religiosas moldaram a definição de "pessoa", influenciando a inclusão ou exclusão de grupos. A perspectiva marxista, por sua vez, critica a natureza burguesa dos direitos humanos, questionando sua função emancipatória em um contexto de desigualdade estrutural. Essa abordagem revela como a busca por universalidade nos direitos humanos tem sido marcada por exclusões e contradições.

A seguir, abordamos a consolidação dos direitos humanos como um movimento global na década de 1970, desafiando interpretações que localizam sua origem em períodos anteriores, impulsionada por um movimento internacional e pela repressão das ditaduras militares na América Latina, conforme Moyn (2010), Green (2009) e Kelly (2014, 2018). Para Moyn (2010), os direitos humanos emergem como a "última utopia", após o colapso de outras ideologias emancipatórias. Nesse contexto, o ativismo transnacional ganhou força com a atuação de exilados políticos, organizações como a Anistia Internacional e mudanças na política externa dos EUA sob Jimmy Carter, consolidando os direitos humanos como uma ferramenta global de denúncia e transformação.

No terceiro subcapítulo, analisamos a construção histórica dos direitos humanos no Brasil como um processo inacabado, marcado por avanços e retrocessos, com base em Viola e Zenaide (2010), Engelmann e Madeira (2015), dentre outros. Desde o período colonial, marcado pela violação de direitos de indígenas e escravizados, até a contemporaneidade, movimentos sociais e políticas de Estado buscaram igualdade e liberdade. Marcos como a abolição da escravatura, a resistência à ditadura militar e os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) evidenciam a presença contínua da luta por direitos humanos, ainda que fragmentada e adaptada a diferentes contextos históricos.

Por fim, discutimos os resultados de duas pesquisas realizadas pelo Instituto Ipsos em 2018 sobre a percepção dos brasileiros acerca dos direitos humanos. Os dados revelam uma visão ambígua e polarizada: enquanto muitos reconhecem sua importância, outros os associam à proteção de criminosos, demonstrando ceticismo quanto à sua aplicação. As pesquisas também apontam para uma hierarquização na percepção dos "merecedores" de proteção, priorizando grupos considerados "inocentes" e marginalizando outros, como prisioneiros e imigrantes. Essa percepção distorcida, somada à desconfiança na atuação do Estado, reforça discursos populistas e antidemocráticos, afetando a consolidação de uma cultura ampla e inclusiva de direitos humanos.

2.1. Direitos humanos para quem? A construção da "humanidade" nos direitos humanos

A definição de "humanidade" tem sido objeto de controvérsias ao longo da história, moldando a compreensão e a aplicação dos direitos humanos. Momentos decisivos nesse percurso evidenciam como a busca por universalidade frequentemente se choca com dinâmicas de poder e exclusão. A ideia de "humanidade", tal como a concebemos hoje, é uma construção relativamente recente, fruto de transformações históricas e culturais.

Neste subcapítulo, propomos uma análise multifacetada da evolução histórica do conceito de "humanidade" e sua relação com os direitos humanos, estruturada em três perspectivas principais: a concepção de pessoa, a definição dos limites do que constitui "humanidade" e as críticas marxistas aos direitos humanos enquanto expressão de uma lógica burguesa. Para isso, exploraremos as contribuições de Douzinas (2014), Comparato (2010) e Marx (2010), cujas reflexões evidenciam uma trajetória histórica marcada por avanços e contradições na compreensão do "humano" nos direitos humanos.

Comparato (2010) traça as principais fases da elaboração do conceito de pessoa, mostrando como essa noção evoluiu desde a Antiguidade, em que a "persona" era entendida como um papel social, até o existencialismo, que valoriza a singularidade e a liberdade individual. Ele percorre marcos como o estoicismo, o cristianismo, a Idade Média e o pensamento kantiano, demonstrando como cada etapa influenciou a compreensão da dignidade humana e dos direitos a ela inerentes.

Douzinas (2010) também examina a evolução da concepção de pessoa humana desde a Antiguidade até a era moderna, com ênfase na definição dos limites do que constitui "humanidade". Ele analisa como, ao longo da história, a noção de "humanidade" foi moldada

por processos de exclusão sistemática, que marginalizaram grupos como bárbaros, escravizados, mulheres e indígenas.

Na Antiguidade Clássica, a noção de pessoa estava intrinsecamente vinculada ao papel social do indivíduo. Segundo Comparato (2010), o termo grego *prósopon*, traduzido para o latim como *persona*, referia-se à máscara teatral, representando as funções sociais atribuídas aos indivíduos. Essa concepção inicial enfatizava a exterioridade, privilegiando o papel social em detrimento da individualidade. No entanto, filósofos como Sócrates e Platão começaram a desafiar essa visão, refletindo sobre a essência do ser humano e buscando transcender a mera aparência exterior e as funções sociais.

Ademais, de acordo com Douzinas (2010), a Antiguidade Clássica, como exemplificado por Atenas e Roma, não possuía uma concepção de "humanidade" como a entendemos hoje. A cidadania era o principal marcador de identidade e direitos, restringindo a participação política e a proteção legal aos membros da cidade-estado. Em Roma, o termo *humanitas* surgiu na República, mas estava associado à elite, referindo-se à educação, ao refinamento e à boa conduta, atributos que diferenciavam os romanos educados dos chamados "bárbaros". Essa visão hierárquica de "humanidade" excluía estrangeiros e escravizados da comunidade política e dos direitos a ela associados, revelando a ausência de uma noção universal de igualdade e dignidade humana na época.

O cristianismo, conforme expõe Comparato (2010), incorporou elementos da filosofia grega, reinterpretando a noção de pessoa à luz da fé. A doutrina da Santíssima Trindade, que apresenta três pessoas coexistindo em uma única substância, introduziu a ideia de uma pluralidade de pessoas dentro de uma unidade essencial. A figura de Jesus Cristo foi elevada ao modelo ético de pessoa, representando um exemplo de virtude a ser seguido. Além disso, a ênfase cristã na igualdade espiritual de todos os seres humanos, independentemente de suas diferenças, contribuiu para a universalização do conceito de pessoa.

Douzinas (2010) destaca que o cristianismo desafiou as hierarquias clássicas ao introduzir a ideia de igualdade espiritual entre todos os seres humanos. A declaração de São Paulo de que "não há homem grego ou judeu, homem ou mulher, homem livre ou escravo" (Gálatas 3:28) marcou o início de um universalismo espiritual, ao propor a salvação acessível a todos. No entanto, essa igualdade permaneceu restrita ao plano religioso, perpetuando a divisão entre cristãos e não-cristãos. Essa dicotomia teve um impacto duradouro na compreensão e aplicação dos direitos, evidenciando as limitações do universalismo cristão em contextos políticos e sociais.

Como lembra Comparato (2010), o cristianismo manteve distinções significativas entre cristãos e não-cristãos, influenciando a forma como os direitos eram entendidos e aplicados. A colonização das Américas no século XVI expôs as contradições dessa concepção cristã de "humanidade", ao justificar a exclusão e a subjugação de populações indígenas, mesmo sob o discurso de igualdade espiritual.

A controvérsia entre os espanhóis Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, em 1550, sobre o tratamento dos indígenas americanos, exemplifica a tensão em torno de quem era considerado digno de ser reconhecido como "humano". Sepúlveda argumentava que os indígenas eram naturalmente inferiores aos espanhóis, comparando-os a crianças, mulheres e até macacos, o que, em sua visão, justificava sua subjugação e a conversão forçada ao cristianismo. Em contrapartida, Las Casas defendia que os indígenas, como "cristãos involuntários", possuíam costumes e modos de vida organizados, sendo, portanto, merecedores de respeito e proteção. Apesar de Las Casas ter prevalecido no debate moral, as políticas coloniais frequentemente seguiram as ideias de Sepúlveda, evidenciando as contradições da universalização da dignidade humana promovida pelo cristianismo.

A era moderna trouxe a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), um marco na afirmação da dignidade humana e na busca pela universalidade. No entanto, sua aplicação prática limitava-se aos cidadãos franceses, excluindo mulheres, escravizados e estrangeiros, evidenciando a contradição entre o ideal universalista e a realidade excludente. Essa lacuna refletia a tensão entre o "homem" universal proclamado pela Declaração e o cidadão nacional efetivamente contemplado por seus direitos.

O "homem" idealizado pela modernidade era uma abstração desprovida de corpo, cor, gênero ou história, enquanto os direitos eram efetivamente reservados a homens brancos, proprietários e pertencentes à elite (Douzinas, 2010 e Marx, 2010). Essa dualidade entre exclusão e universalidade demonstra como a noção de "humanidade" foi manipulada tanto para legitimar a dominação colonial quanto para fundamentar a defesa da dignidade de grupos marginalizados, revelando as tensões presentes no conceito durante o período colonial. Em 1791, a Revolução Haitiana e sua independência em relação à França desafiou essa contradição ao expandir os direitos aos escravizados e colonos, concretizando na prática o universalismo dos direitos humanos que os próprios criadores da Declaração muitas vezes negligenciavam.

A crítica marxista à concepção burguesa de direitos humanos, desenvolvida no século XIX, é expressa por Marx no artigo "Sobre a Questão Judaica", escrito em 1844. Nele, Marx questiona a separação entre os direitos do homem e os direitos do cidadão, argumentando que essa divisão favorece a proteção dos interesses do indivíduo proprietário em detrimento da

comunidade. Na concepção liberal, os direitos do homem são considerados naturais e inerentes ao indivíduo, anteriores à sociedade. Eles garantem a liberdade individual na esfera privada, protegendo o cidadão da interferência do Estado. Já os direitos do cidadão dizem respeito à participação na comunidade política, como o direito ao voto e à liberdade de expressão.

A persistência de práticas como a escravidão, a exclusão de estrangeiros e a subjugação das mulheres evidencia, segundo Marx, a hipocrisia do ideal universalista liberal proposto pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Para Marx, esses direitos, na prática, protegem o "homem egoísta", o indivíduo proprietário, cujos interesses frequentemente conflitam com os da comunidade. A ênfase nos direitos individuais, em detrimento dos direitos sociais e coletivos, perpetua desigualdades e impede a realização plena da emancipação humana.

A crítica de Marx à questão judaica aprofunda essa análise. Ele observa que a emancipação política dos judeus, embora tenha representado um avanço, não foi suficiente para eliminar a opressão e a discriminação. Para Marx (2010), a emancipação política, por si só, não assegura a emancipação social e econômica, pois a separação entre os direitos do homem e os direitos do cidadão oculta as desigualdades estruturais do capitalismo.

No século XX, o movimento de internacionalização dos direitos humanos, impulsionado pelas duas Guerras Mundiais e pelas lutas sociais, culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e nos pactos internacionais subsequentes¹¹. Esse processo ampliou a abrangência dos direitos humanos, incorporando novas dimensões, como os direitos econômicos, sociais e culturais, estabelecendo um novo patamar de proteção à dignidade humana em escala global.

Esse movimento pelos direitos humanos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, buscou aproximar o "homem abstrato" das declarações do ser humano real, ampliando o reconhecimento da dignidade de todos os indivíduos. Convenções antidiscriminação destinadas a grupos historicamente marginalizados, como negros, mulheres, crianças e LGBTQIA+, têm desempenhado um papel crucial nesse processo, conferindo concretude ao conceito de "humanidade" (Douzinas, 2010).

¹¹ Os Pactos Internacionais dos Direitos Civis e Políticos e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966, que deram origem a uma série de tratados, como as Convenções sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966), a Discriminação contra as Mulheres (1979), a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis e Degradantes (1984), os Direitos da Criança (1989) e os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outros. Esses documentos comprometem os Estados signatários a desenvolver políticas públicas voltadas para a implementação de suas resoluções.

Como argumenta Douzinas (2010), o processo de definição da "humanidade" é contínuo e enfrenta desafios constantes. A história revela que essa definição é frequentemente revisitada para incluir ou excluir grupos, de acordo com os interesses do poder. Douzinas (2010) enfatiza que o controle sobre o conceito de "humanidade" tem sido utilizado para justificar a exclusão de grupos marginalizados, rotulados como "inferiores" ou "indesejáveis", evidenciando sua natureza como uma construção histórica em permanente disputa.

Diante das análises históricas de Douzinas (2010), Comparato (2010) e Marx (2010), que demonstram como a noção de "humanidade" foi construída sob tensões constantes entre universalidade e exclusão, emerge um campo de reflexão mais recente: a crítica decolonial. Autores como Herrera Flores (2009), Maldonado-Torres (2017) e Segato (2006) argumentam que a concepção moderna de humanidade, embora proclamada como universal, é profundamente marcada por parâmetros eurocêntricos que hierarquizam os sujeitos e perpetuam desigualdades históricas resultantes do colonialismo. Essa visão, historicamente vinculada à modernidade ocidental, estabelece um padrão específico de ser humano - homem, branco, cristão, heteronormativo, sem deficiência e proprietário - e invisibiliza aqueles que não se adequam a esses critérios.

Nesse sentido, Herrera Flores (2009) argumenta que a "humanidade" nos direitos humanos não é algo dado, mas sim um processo em permanente construção, decorrente de lutas sociais por dignidade e justiça. Ele sugere que os direitos humanos devem ser compreendidos como fenômenos dinâmicos, forjados a partir das reivindicações concretas de grupos subalternizados, em vez de serem vistos como um conjunto de normas abstratas e supostamente universais.

A perspectiva de Maldonado-Torres (2017), embasada no conceito de "colonialidade do ser", aprofunda esse debate ao afirmar que as desigualdades entre os seres humanos não se restringem ao campo cultural, mas adquirem um caráter ontológico, pois alguns grupos são considerados mais "humanos" do que outros. Para ele, ao se proclamar como universal, o humanismo ocidental acaba por desumanizar aqueles que não atendem aos seus padrões, reiterando a violência de matriz colonial.

De forma complementar, Segato (2006) demonstra como o "humanitarismo", herdeiro do sistema colonial, não consegue se desvincular de sua natureza derivativa e excludente. Em sua visão, qualquer expansão dos direitos humanos requer uma revisão profunda dos alicerces coloniais que os originaram, evitando a reprodução das mesmas lógicas de dominação e exclusão já discutidas em outros momentos históricos.

Assim, a crítica decolonial reafirma que a noção de humanidade, essencial aos direitos humanos, continua atravessada pelas relações de poder e pelo legado colonial, exigindo novas abordagens que reconheçam a pluralidade das experiências humanas e promovam um universalismo genuinamente inclusivo.

Em suma, os desafios contemporâneos, como as desigualdades globais, os avanços tecnológicos e as crises ambientais e políticas, continuam a comprometer o pleno reconhecimento da dignidade humana. Tais obstáculos reiteram que a construção dos conceitos de “pessoa” e “humanidade” permanece em disputa, influenciada por relações de poder, heranças coloniais e interesses econômicos, como mostraram Douzinas (2010), Comparato (2010), Marx (2010) e os autores decoloniais analisados. Assim, ao evidenciar a continuidade dessas tensões, esse cenário reforça a natureza dinâmica do conceito de “humanidade” e sua conexão intrínseca com a luta por justiça social e igualdade.

2.2 A consolidação dos direitos humanos após a década de 1970

Ao longo da historiografia, diversas abordagens têm procurado compreender as origens dos direitos humanos, identificando nelas raízes antigas, como o Código de Hamurabi, ou atribuindo-as a grupos específicos, tais como gregos, judeus, pensadores do direito natural moderno e revolucionários franceses. Essas perspectivas também ressaltam múltiplos contextos históricos, incluindo a tradição judaico-cristã, as revoluções liberais do século XVIII, os movimentos antiescravistas do século XIX, a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948 e a expansão dos movimentos anticoloniais no século XX (Roriz, 2018).

Apesar da importância desses antecedentes, Moyn (2010) argumenta que há uma distinção marcante entre as concepções históricas, ainda que centradas na moralidade e na humanidade, e a forma contemporânea dos direitos humanos. Para o autor, os “direitos do homem” proclamados no século XVIII, como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França de 1789, diferem profundamente da noção atual de “direitos humanos”. Conforme Moyn (2010), a compreensão contemporânea desses direitos só se consolidou na década de 1970, quando passaram a ser uma referência moral e política global. Antes disso, nem mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) havia mobilizado a sociedade internacional em torno de um idealismo abrangente ou gerado ações efetivas fora dos círculos da ONU e das Relações Internacionais. Nesse sentido, o autor propõe uma revisão historiográfica para elucidar a evolução conceitual e histórica dos direitos humanos.

Moyn (2010) salienta que apenas nos anos 1970 se constituiu um verdadeiro movimento internacional de direitos humanos, entendido como uma “última utopia” capaz de inspirar engajamento e esperança, sobretudo após o fracasso de outras ideologias emancipatórias, como o marxismo e o anticolonialismo. Essa virada não se deveu a um acontecimento isolado, mas a uma convergência de fatores, atores e agendas políticas que, naquele momento, encontraram na linguagem dos direitos humanos um léxico adequado para denunciar abusos, exigir mudanças e promover ações.

A América Latina desempenhou um papel decisivo nesse processo. A opressão dos regimes militares no Cone Sul, especialmente a partir dos anos 1970, consolidou a retórica e a prática dos direitos humanos na região. Embora houvesse antecedentes autoritários, como o Paraguai sob Alfredo Stroessner (após 1954) e o golpe cívico-militar no Brasil em 1964, não surgiu, naquele primeiro momento, um ativismo internacional fundamentado nos direitos humanos. Entretanto, a escalada repressiva posterior, marcada pela institucionalização da tortura de Estado no Brasil e pelos golpes militares no Chile (1973), no Uruguai (1973) e na Argentina (1976), estimulou uma ampla reação transnacional (Moyn, 2010; Green, 2009; Kelly, 2014 e 2018).

Em 1964, quando o golpe cívico-militar depôs o presidente João Goulart, os Estados Unidos prontamente reconheceram e apoiaram o novo governo brasileiro, enxergando no regime anticomunista um aliado na lógica da Guerra Fria (Kelly, 2018). Além disso, os militares mantiveram uma aparência de democracia, manipulando eleições em vez de simplesmente aboli-las. Entretanto, o aumento da oposição interna, expressa em greves, protestos estudantis, contestações políticas e ameaças revolucionárias clandestinas, levou o governo militar, em 1968, a responder com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou o Congresso, suspendeu partidos políticos, impôs censura, restringiu direitos, prendeu e torturou dissidentes (Kelly, 2014 e 2018).

A denúncia sistemática desses abusos ganhou visibilidade internacional a partir dos anos 1970, quando jornais norte-americanos, como o *The Washington Post* e o *New York Times*, passaram a evidenciar o uso disseminado da tortura contra prisioneiros políticos no Brasil. Nesse contexto, exilados, acadêmicos e religiosos criaram redes transnacionais de solidariedade, adotando a linguagem dos direitos humanos para denunciar a violência de Estado (Green, 2009; Kelly, 2014 e 2018). O fluxo de exilados da ditadura militar brasileira ocorreu em três momentos distintos: após o golpe de 1964, após a intensificação da repressão promovida pelo AI-5 em 1968 e, por fim, após o golpe chileno de 1973, com essas pessoas buscando

primeiro refúgio no Chile e, posteriormente, na Europa. Estima-se que entre cinco mil e trinta mil indivíduos tenham deixado o país (Green, 2009).

Esses exilados atuaram como pioneiros no fortalecimento das primeiras campanhas contra a tortura, consolidando uma gramática de direitos humanos e articulando-se com organizações não-governamentais emergentes, como a Anistia Internacional (AI). Esta, conforme Moyn (2010), foi fundamental na popularização da retórica dos direitos humanos nos anos 1970, ao adotar uma abordagem de base que envolvia o público comum. A Anistia Internacional investigou abusos, divulgou relatórios, incluindo o relatório global sobre tortura em 1972, com foco no Brasil, e promoveu “ações urgentes”, como a campanha em favor do professor brasileiro Luiz Basilio Rossi, preso e torturado em 1973, por motivos políticos (Kelly, 2018; Anistia Internacional Brasil, 2023).

Além dos esforços da Anistia Internacional, grupos religiosos, sobretudo católicos e protestantes, desempenharam um papel central na defesa dos direitos humanos como imperativo moral contra as ditaduras no Cone Sul. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desafiou publicamente a ditadura militar brasileira, ampliando o debate e promovendo uma visão dos direitos humanos que transcendia fronteiras nacionais (Green, 2009). Líderes católicos, como os arcebispos Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, inspirados pela teologia da libertação, associaram direitos humanos e justiça social, fortalecendo ainda mais o engajamento moral em sua defesa.

Nos Estados Unidos, ativistas cristãos e acadêmicos, apoiados por entidades como o *National Council of Churches* (NCC) e a *Conferência Católica dos Estados Unidos* (USCC), denunciaram a tortura no Brasil, documentando as violações cometidas pelo Estado. Um marco nesse processo foi a publicação, em 1970, do dossiê intitulado *Terror in Brazil*, elaborado com base em informações de exilados brasileiros. Esse material foi apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), dando início ao processo de investigação do Brasil. Diante dessas pressões, o governo militar brasileiro, liderado pelo general Médici, buscou deslegitimar as acusações ao recusar investigações in loco da CIDH, alegando interferência em assuntos internos, além de rotular opositores como “terroristas” e vinculados ao “Movimento Comunista Internacional” (Green, 2009).

Apesar dessas manobras, as críticas internacionais e os relatos divulgados pelos principais jornais norte-americanos consolidaram uma imagem negativa do Brasil no exterior. Na segunda metade da década de 1970, sob o governo de Jimmy Carter, a retórica dos direitos humanos tornou-se uma ferramenta diplomática dos Estados Unidos para “nomear e

envergonhar” regimes autoritários (Kelly, 2014). O ano de 1977, conforme Moyn (2010), foi emblemático, com Carter adotando a linguagem dos direitos humanos na política externa e a Anistia Internacional recebendo o Prêmio Nobel da Paz.

Ao final dos anos 1970, a linguagem dos direitos humanos consolidou-se como um léxico moral e internacional capaz de transcender divisões políticas e denunciar governos opressores. Tal consolidação decorreu do ativismo transnacional de exilados, do trabalho da Anistia Internacional e do engajamento de grupos religiosos, adquirindo notoriedade global em um contexto marcado pelo fracasso de outras utopias políticas (Moyn, 2010; Kelly, 2014; Kelly, 2018).

Segundo Kelly (2014; 2018), a importância dessa linguagem evidenciou-se inicialmente nas campanhas contra o autoritarismo brasileiro, tornando-se, com o tempo, um léxico global para protestar contra a violência estatal. Ao longo da década de 1970, sua difusão do âmbito local ao internacional refletiu a crescente relevância dos direitos humanos como ferramenta eficaz na exposição de abusos, promovendo a conscientização global e impulsionando esforços em prol de mudanças sociais e políticas (Kelly, 2018).

2.3 A formação histórica dos direitos humanos no Brasil

A construção dos direitos humanos no Brasil é um processo histórico intrinsecamente ligado às lutas sociais por igualdade e liberdade, desenvolvendo-se ao longo de uma trajetória inacabada, marcada por avanços e retrocessos. Viola e Zenaide (2010) argumentam que essa formação histórica remonta à época colonial, quando o Estado imperial foi responsável pela violação sistemática dos direitos da população indígena e escravizada.

As primeiras manifestações contrárias à escravidão e em defesa das comunidades indígenas, ainda que não utilizassem a linguagem dos direitos humanos tal como a compreendemos hoje, já continham os princípios fundamentais da igualdade entre as raças e da liberdade individual. Paralelamente, os movimentos anticoloniais expressavam a aspiração pela emancipação de povos e nações. Contudo, segundo Viola e Zenaide (2010), essas lutas, embora relevantes, não resultaram na consolidação da cidadania para a maioria da população, nem na compreensão dos direitos humanos conforme seu sentido contemporâneo.

A resistência ao domínio das elites, por meio da fuga de escravos e da formação de quilombos, encontrava respostas violentas do poder estabelecido. Já as denúncias contra a escravidão e o extermínio dos povos indígenas ficavam restritas a manifestações religiosas isoladas, sem grande impacto político. Não obstante, conforme ressaltam Viola e Zenaide

(2010), revoltas como a dos Cabanos (1833-1839), ocorrida no Pará, dos Balaios (1831-1841), no Maranhão e no Piauí, dos Sabinos (1837) na Bahia) e a Revolta Praieira (1843-1849) em Pernambuco, embora não utilizassem a linguagem dos direitos humanos em sua concepção contemporânea, representaram movimentos em defesa de direitos sociais, especialmente o direitos de igualdade, e da soberania nacional.

Nas lutas abolicionistas e autonomistas do século XIX, a chama dos direitos humanos persistia, sobretudo no ideal de igualdade presente nos quilombos. Apesar da abolição da escravidão e da Proclamação da República, impulsionadas tanto pela pressão do capitalismo por mão de obra livre quanto pelas lutas sociais, o novo regime permaneceu controlado por elites, sem inaugurar a cidadania plena, conforme pontuam Viola e Zenaide (2010). A participação política e os direitos civis continuaram restritos a poucos, mostrando que a consolidação dos direitos humanos ainda estava distante.

No início do século XX, o movimento operário reivindicava direitos trabalhistas e liberdade sindical, mas o Estado respondia com repressão. As greves operárias das décadas de 1910 e 1920 evidenciaram a luta por direitos sociais e econômicos, mas o avanço nesse campo era limitado. A Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, impulsionou a modernização industrial e resultou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que representou certo avanço, porém insuficiente para erradicar a desigualdade social. Além disso, o governo Vargas recorreu à repressão e à censura, restringindo direitos civis e políticos. A Constituição de 1946 ampliou direitos políticos, mas ainda excluía a maioria da população, e o período seguiu caracterizado por instabilidade e supressão de direitos fundamentais (Viola e Zenaide, 2010).

A partir de 1964, a ditadura militar restringiu drasticamente o espaço político e jurídico, impondo Atos Institucionais, cassando mandatos, censurando a imprensa e perseguindo opositores. Sob o golpe cívico-militar de 1964, os direitos civis e políticos foram suprimidos, aumentando as desigualdades e institucionalizando a violência de Estado. A Lei de Segurança Nacional e o Ato Institucional nº 5 (1968) intensificaram a repressão, tornando a tortura, a perseguição política e a censura práticas comuns. A ditadura negou, na prática, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil em 1948, ao reprimir liberdades básicas (Viola e Zenaide, 2010; Engelmann e Madeira, 2015).

Durante a ditadura militar surgiram movimentos organizados em defesa dos direitos humanos que, inicialmente, focavam nos direitos civis e políticos, mas posteriormente ampliaram suas pautas para incluir também direitos sociais e econômicos. A Igreja Católica, influenciada pelo Concílio Vaticano II e pela Teologia da Libertação, tornou-se espaço de

resistência e apoio a perseguidos políticos. A Comissão de Justiça e Paz (1969) articulou a causa dos direitos humanos, oferecendo apoio jurídico e social. Essa conjuntura fortaleceu uma nova geração de ativistas, sobretudo advogados, que denunciaram torturas e arbitrariedades, destacando-se nomes como Hélio Bicudo, Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato e José Carlos Dias, cujo engajamento foi crucial para a redemocratização e a consolidação institucional dos direitos humanos no país (Engelmann e Madeira, 2015). A atenção internacional, por meio de organismos como a Anistia Internacional, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), aumentou a pressão sobre o governo brasileiro, contribuindo para o fortalecimento do movimento interno.

A repressão militar gerou condições para a emergência de um movimento social de defesa dos direitos humanos, impulsionando a redemocratização e preparando o terreno para que estes se tornassem política de Estado nas décadas seguintes. Embora o período da ditadura militar (1964-1985) tenha sido marcado pela repressão, censura e violações sistemáticas, segundo Engelmann e Madeira (2015) esse cenário paradoxalmente fomentou o ativismo pró-direitos humanos.

Com a redemocratização, fruto da pressão dos movimentos sociais, o Estado brasileiro comprometeu-se com a defesa dos direitos humanos, incorporando-os na Constituição de 1988, a chamada "Constituição Cidadã". Essa Carta consagrou um amplo rol de direitos fundamentais e estabeleceu mecanismos de proteção e promoção, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Judiciário, consolidando os direitos humanos como base institucional do país.

Ao longo da redemocratização, o movimento de direitos humanos diversificou-se, incorporando agendas como a defesa dos presos comuns, das minorias sociais, da infância e adolescência, das mulheres e da população LGBTQIA+. Organizações da sociedade civil, como o *Grupo Tortura Nunca Mais* (1985), denunciaram violações e pressionaram por políticas públicas. A agenda ampliou-se para abordar violência policial, saneamento básico, creches, orientação trabalhista e grupos de saúde. Ao mesmo tempo, as políticas de direitos humanos no Brasil foram institucionalizadas por meio dos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), inspirados pela recomendação da ONU na Conferência de Viena (1993).

O PNDH-1, criado no governo Fernando Henrique Cardoso em 1996, resultou de um amplo processo de consulta à sociedade civil e adotou um conceito amplo de direitos humanos, abrangendo direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Seu foco principal foi a redução da violência e do crime, incluindo a transferência de julgamentos de crimes dolosos contra a vida cometidos por policiais militares para a justiça comum, a tipificação da tortura e a criminalização do porte ilegal de armas, além da criação do Estatuto dos Refugiados. Esse

primeiro plano, bem como a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 1997, foram um marco na consolidação dos direitos humanos como política de Estado (Engelmann e Madeira, 2015).

Em 2002, ainda no governo FHC, foi lançado o PNDH-2, aprofundando as diretrizes do primeiro e incorporando recomendações da IV Conferência Nacional de Direitos Humanos (1999), além de ampliar a proteção aos direitos sociais (educação, saúde, previdência, assistência social, saúde mental, combate ao HIV/AIDS, trabalho, acesso à terra, moradia, meio ambiente, alimentação, cultura e lazer). O PNDH-2 contemplou também demandas de grupos sociais antes negligenciados, como a população LGBTQIA+ e os ciganos, fortalecendo mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir a efetividade das ações programáticas (Engelmann e Madeira, 2015; Afonso, 2022).

Nos governos subsequentes, a expansão das políticas de direitos humanos continuou. O PNDH-3, elaborado durante o governo Lula em 2009, ampliou ainda mais o escopo, integrando a agenda dos direitos humanos a todas as políticas públicas (transversalidade) e incorporando novas demandas oriundas de conferências nacionais. Esse plano abordou temas como democracia, desenvolvimento, meio ambiente, desigualdades sociais, segurança pública, educação, cultura, memória e verdade, bem como questões mais controversas, como a descriminalização do aborto, a união civil de pessoas do mesmo sexo e a efetivação da laicidade do Estado. Tais propostas geraram forte resistência de setores conservadores, expondo os desafios da implementação de uma agenda progressista (Engelmann e Madeira, 2015; Afonso, 2022).

A criação da Comissão Nacional da Verdade, proposta no PNDH-3, representou um passo importante na busca por justiça e reparação histórica, investigando violações ocorridas durante a ditadura militar. Convênios entre o governo federal e entes subnacionais, incluindo organizações da sociedade civil, contribuíram para implementar programas em áreas como segurança pública, direitos da criança e do adolescente, direitos das mulheres e combate ao trabalho infantil (Afonso, 2022).

Durante os governos Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), ampliou-se a estrutura e a expansão das políticas de direitos humanos, incorporando cada vez mais grupos sociais e demandas, ao passo que a agenda contemplava identidade de gênero, violência intrafamiliar, trabalho infantil, inclusão de pessoas com deficiência, direitos sexuais e reprodutivos. Nesse período, Afonso (2022) observa a continuidade e o aprofundamento da agenda de direitos humanos, bem como o envolvimento da sociedade civil na elaboração e implementação dessas políticas.

Contudo, a partir do governo Temer (2016-2018), houve enfraquecimento da agenda, com a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a paralisação de várias ações. O governo Bolsonaro aprofundou o retrocesso, desqualificando a temática, desmontando estruturas governamentais e tentando revisar o PNDH-3 sem diálogo com a sociedade civil (Afonso, 2022).

A despeito dos avanços institucionais, a efetivação plena dos direitos humanos no Brasil segue desafiada por desigualdades sociais, violência, discriminação e resistência social à legitimidade desses direitos. Muitos ainda associam a defesa dos direitos humanos à defesa de criminosos, questionando sua importância e eficácia. Viola e Tavares (2010) lembram que a exclusão, a pobreza, a fome, a falta de acesso à saúde e à educação persistem, evidenciando que a consolidação da democracia não foi suficiente para superar todas as barreiras estruturais à plena realização dos direitos humanos no Brasil. Assim, o panorama histórico revela um processo contínuo e complexo de construção, avanços, retrocessos e disputas em torno da agenda de direitos humanos no Brasil, que permanece em constante transformação (Afonso, 2022; Engelmann e Madeira, 2015; Viola e Zenaide, 2010).

2.4 A percepção da população brasileira sobre os direitos humanos

Em 2018, ano da eleição presidencial que elegeu Jair Bolsonaro como Presidente da República, o *Instituto de Pesquisa Ipsos* realizou duas pesquisas para compreender a percepção da população em relação aos direitos humanos¹². A primeira, a *Pesquisa Pulso Brasil*, revelou dados que destacam divisões e contradições na visão dos brasileiros sobre o tema.

Para 21% dos entrevistados, os direitos humanos significam igualdade de direitos, como tratamento igualitário entre ricos e pobres, bem como entre diferentes raças e classes. No entanto, 20% associaram os direitos humanos exclusivamente à proteção de criminosos ou bandidos. Essa divisão reflete uma compreensão ambígua: enquanto alguns veem os direitos humanos como garantias de igualdade, outros os interpretam como um instrumento de defesa de criminosos.

¹² A primeira pesquisa, denominada Pesquisa Pulso Brasil, foi feita entre os dias 1º e 15 de abril de 2018, de forma presencial, tendo sido entrevistadas 1.200 pessoas em 72 municípios nas cinco regiões brasileiras. A segunda pesquisa, denominada Human Rights in 2018 – Global Advisor, foi uma pesquisa internacional feita em 28 países, incluindo o Brasil, e realizada entre os dias 25 de maio e 8 de junho de 2018, de forma online. A própria pesquisa traz a observação que o fato de o levantamento ter sido feito online pode limitar sua representatividade à parcela da população que tem acesso à internet, que, segundo o IBGE, em 2016 era de 64,7% da população com idade acima de 10 anos. Todavia, embora ela tenha utilizado uma metodologia diferente da Pesquisa Pulso Brasil, ambas apresentaram resultados similares..

Além disso, 56% dos entrevistados acreditam que os bandidos são os maiores beneficiados pelos direitos humanos, seguidos pelos ricos (9%). Esses números sugerem que, para a maioria, os direitos humanos não são percebidos como algo que beneficia a população em geral, especialmente os mais pobres, mas sim grupos específicos, como criminosos ou a elite econômica.

Outro ponto relevante é o impacto percebido dos direitos humanos na democracia. Enquanto 54% dos entrevistados consideram que eles fortalecem a democracia no Brasil, 30% acreditam que a enfraquecem. Apesar de a maioria enxergar os direitos humanos como um componente positivo para a democracia, a significativa parcela contrária demonstra que muitas pessoas não os veem como essenciais para um sistema democrático.

Embora 66% dos brasileiros tenham declarado apoio aos direitos humanos, 21% afirmaram ser contra sua mera existência. Esses dados indicam um alto grau de polarização e ceticismo, que se intensifica diante da percepção de que o Estado não é capaz de assegurar esses direitos: 66% dos entrevistados acreditam que o governo brasileiro não garante integralmente os direitos humanos à população. Isso evidencia um sentimento de desamparo e uma lacuna entre as expectativas em relação aos direitos humanos e a realidade percebida.

A segunda pesquisa, *Human Rights in 2018 – Global Advisor*, trouxe informações complementares importantes. Realizada em 28 países com mais de 23.000 participantes, a pesquisa investigou o conhecimento público sobre direitos humanos, atitudes em relação às leis de proteção e a percepção acerca de organizações de direitos humanos. No Brasil, a amostra foi composta por aproximadamente 1.000 indivíduos recrutados online. Devido à baixa penetração da internet no país, a amostra não é totalmente representativa da população brasileira, mas reflete uma classe média emergente, mais rica e conectada, considerada crucial para o entendimento das dinâmicas sociais.

A pesquisa *Human Rights in 2018 – Global Advisor* revelou percepções diversas e, por vezes, contraditórias sobre os direitos humanos no Brasil. A maioria dos brasileiros (72%) reconhece sua importância para uma sociedade mais justa, mas uma parcela significativa (28%) acredita que os direitos humanos não têm impacto em seu cotidiano. Além disso, há um forte ceticismo sobre sua aplicação: 74% percebem que algumas pessoas os utilizam de forma injusta, e 60% consideram que os maiores beneficiados são aqueles que “não os merecem”, como criminosos e terroristas – o maior percentual entre os países pesquisados.

Somente 34% dos brasileiros acreditam que todos no país desfrutam dos mesmos direitos humanos básicos, refletindo a percepção de que o governo não os garante de forma integral (66%). Apesar desse cenário, 69% defendem a necessidade de leis para protegê-los,

embora muitos critiquem sua aplicação, considerando que beneficiam frequentemente os "indevidos" em detrimento dos "merecedores".

Essa divergência é evidenciada pela visão polarizada dos entrevistados: enquanto 21% associam os direitos humanos à igualdade de direitos para todos, 20% os veem como um recurso voltado para a proteção de criminosos. Essa ambiguidade ressalta o distanciamento entre o ideal de igualdade defendido pelos direitos humanos e a percepção prática de sua aplicação no cotidiano.

A pesquisa também expôs uma hierarquia de "merecimento" para a proteção dos direitos humanos. Crianças (56%), idosos (55%) e pessoas com deficiência (46%) são considerados os mais dignos de proteção, seguidos por mulheres e pessoas com baixa renda (ambos com 38%). Por outro lado, prisioneiros (6%), pessoas com visões políticas diferentes (6%), minorias religiosas (13%) e imigrantes (15%) são vistos como menos necessitados de proteção. Essa classificação reflete a exclusão histórica de certos grupos da esfera de proteção dos direitos humanos.

Há, ainda, um debate sobre o papel dos direitos humanos na democracia: 54% acreditam que os fortalecem, enquanto 30% os veem como um fator de enfraquecimento. Esse descrédito, associado ao ceticismo generalizado e à ligação com desigualdades sociais, contribui para a ascensão de líderes populistas e antidemocráticos, que exploram essas percepções negativas para promover suas agendas.

Quando perguntados sobre os direitos mais importantes, os brasileiros priorizam a segurança (38%), o direito à vida (36%), o direito à educação gratuita para as crianças (32%), o direito a não ser discriminado (em virtude de raça, cor, gênero, idioma, religião, deficiência, origem nacional ou social, ou de qualquer de outro tipo) (28%) e a liberdade de expressão (26%). Contudo, 23% reconhecem que os abusos de direitos humanos são um problema no Brasil, destacando o pessimismo em relação à sua situação no país.

A pesquisa também sugere uma associação entre o descrédito dos direitos humanos e o fracasso do neoliberalismo em combater a desigualdade social. Essa conexão reforça a ideia de que, para muitos, os direitos humanos não têm efetividade em transformar as condições reais de vida.

Ambas as pesquisas realizadas pelo *Instituto Ipsos* em 2018 evidenciam que a percepção dos direitos humanos no Brasil é marcada por ambiguidade, polarização e seletividade. Embora a maioria reconheça sua importância, persiste o ceticismo sobre sua aplicação justa e efetiva. Crianças, idosos e pessoas com deficiência são amplamente apoiados, enquanto prisioneiros, minorias religiosas e imigrantes enfrentam resistência. Essa hierarquização privilegia grupos

vistos como "inocentes" e marginaliza os "culpados", desafiando o princípio da universalidade dos direitos humanos.

Muitos brasileiros associam os direitos humanos à proteção de "bandidos", reforçando o ceticismo e alimentando narrativas que deslegitimam seu papel. Essa visão é agravada pela desconfiança no Estado em garantir esses direitos, dificultando a promoção de justiça social.

O ceticismo também impacta a percepção da democracia. Enquanto parte da população acredita que os direitos humanos fortalecem valores democráticos, uma parcela significativa os associa ao enfraquecimento da ordem social, favorecendo discursos populistas e antidemocráticos. Essa relação, intensificada pelo fracasso em reduzir desigualdades sociais, amplia a polarização e dificulta a consolidação de uma cultura de direitos.

Por fim, a priorização da segurança como o direito mais importante em 2018 reflete tanto a sensação de vulnerabilidade diante da violência urbana quanto o deslocamento das preocupações para o campo da proteção individual. Esse contexto revela como as condições sociais e políticas moldam a percepção dos direitos humanos no Brasil.

CAPÍTULO 3

O FENÔMENO DO BOLSONARISMO: ASCENSÃO, RAÍZES, RECONFIGURAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E PÓS-VERDADE

Nesse capítulo, abordaremos o cenário do bolsonarismo no Brasil, partindo da emergência de um nacional-populismo de extrema direita em decorrência da crise da democracia liberal, examinando as razões estruturais que contribuíram para o seu sucesso nas eleições de 2018 e, por fim, analisando a reconfiguração dos direitos humanos durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

Inicialmente, analisaremos o contexto mundial para entender como, em diversos países, quase simultaneamente, surgiram figuras políticas populistas ancoradas em um sentimento antiestablishment, hostis à política tradicional e marcadas por um tom autoritário. Veremos que nada permanece intocado pelo neoliberalismo, agora acompanhado de um neoconservadorismo. Compreender essa dinâmica e como o nacional-populismo se organiza é o objetivo deste subcapítulo.

Para tanto, recorreremos a autores como Brown (2019), Castells (2018), Levitsky e Ziblatt (2018), Stanley (2020) e Eatwell e Goodwin (2020), a fim de examinar os fundamentos da crise de legitimidade política, acompanhada de uma crise de identidade, que caracterizam a ascensão recente de políticos nacional-populistas com viés autoritário e posicionamento ideológico de extrema direita. Esses políticos adaptam seu discurso a eleitores que não mais se identificam com os políticos tradicionais, temem mudanças sociais que consideram ameaçadoras a seus valores e modos de vida e não veem perspectiva de um futuro melhor.

No segundo subcapítulo, atentamo-nos à realidade brasileira para compreender o contexto das eleições presidenciais de 2018, que permitiu ao bolsonarismo emergir como força política dominante. Esse fenômeno ultrapassa a figura de Jair Bolsonaro, definindo-se por uma visão ultraconservadora, retórica nacionalista e oposição a qualquer movimento identificado como progressista.

As razões estruturais que contribuíram para o sucesso do bolsonarismo, segundo Moura e Corbellini (2019) e Gallego (2019), remontam a antes de 2018, quando a Operação Lava Jato desmoralizou elites políticas, a percepção de falência da segurança pública e o medo da violência urbana se espalharam, e manifestações desde junho de 2013 alimentaram um discurso antissistema, antipartidarista e antipetista. Esse ambiente, fortalecido pelo apoio de grupos evangélicos e militares, permitiu que Bolsonaro se apresentasse como o candidato da mudança,

“contra tudo o que está aí”, distanciando-se dos partidos tradicionais e tornando-se um político nacional-populista por excelência.

No terceiro subcapítulo abordamos o uso da desinformação como estratégia política central no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), inserindo-se no contexto da era da pós-verdade. Com base em autores como Rocha (2021), Carreón (2023), Cazzamatta e Santos (2023), entre outros, e com referência à checagem feita pela agência da *fact-checking Aos Fatos* de declarações falsas ou distorcidas dadas por Bolsonaro enquanto presidente, o subcapítulo analisa como o ex-presidente utilizou *fake news* e narrativas polarizadoras para consolidar apoio político, desqualificar adversários e desacreditar instituições democráticas. Também são discutidos a disseminação de desinformação durante a pandemia de COVID-19, incluindo a promoção de tratamentos ineficazes, a deslegitimação de vacinas e os impactos dessas práticas na saúde pública, bem como o uso da desinformação nas eleições de 2022, com ataques ao sistema eleitoral e amplificação de teorias conspiratórias.

Por fim, no quarto subcapítulo, examinaremos a transformação dos direitos humanos no Brasil durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Estudos de Afonso (2022), Cavalcanti e Ferreira (2020), Da Silva (2019), Paludo e Fraga (2020), Papi et al. (2024), Benetti et al. (2020), Pedretti (2020), Mendes e Menezes (2019), Feitosa (2021), Pereira, Aragusuku e Teixeira (2023), Moschkovich (2022; 2023), Rodrigues e Galetti (2024), Teixeira e Barbosa (2022), Kyrillos e Simioni (2022), Lima e França (2023) e Risso e Carvalho (2022) mostram como o governo Bolsonaro redefiniu a “gramática” dos direitos humanos ao valorizar a “família tradicional”, a religiosidade e a punitividade, restringindo a participação social, enfraquecendo mecanismos de proteção e relativizando compromissos históricos.

Ao adotar valores religiosos e conservadores, substituindo conceitos técnicos como “gênero” por termos do senso comum (“mulher”, “família”), o governo deslegitimou pautas feministas, LGBTQIA+, de igualdade racial e indigenistas. Houve desmantelamento de políticas públicas, resgate de narrativas autoritárias ligadas à ditadura militar, adoção de um paradigma securitário antimigrante e perpetuação do mito da democracia racial. Apesar da pressão internacional, da sociedade civil e do Poder Judiciário terem contido um desmonte total, o período analisado revelou a fragilidade da institucionalização dos direitos humanos frente a projetos políticos conservadores.

3.1 A crise da democracia liberal e a emergência de um nacional-populismo de extrema direita

Vimos surgir na política recente, em vários países, um crescimento de um populismo

nacionalista e autoritário ancorado num sentimento *antiestablishment* e na crítica a tudo o que possa ser taxado como “politicamente correto”. Nessa nova forma de se fazer política, os tabus, a hipocrisia e as convenções da língua desmoronam, e, assim, num mundo que fez surgir Donald Trump no Estados Unidos, Viktor Orbán na Hungria, Andrzej Duda na Polônia, Matteo Salvini na Itália, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Jair Bolsonaro no Brasil, cada dia há uma nova polêmica, um novo escândalo. Em comum, eles exibem desinibição social e agressão pública, batem-se contra a ciência e a razão, rejeitam afirmações baseadas em fatos e argumentação racional, desdenham de políticos e da política, enquanto manifestam uma feroz vontade de potência e ambição política (Brown, 2019).

De acordo com Brown (2019), foi o neoliberalismo que preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças antidemocráticas que surgiram na segunda década no século XXI. Com a vitória do capitalismo liberal após o fim do Bloco Soviético em 1989, a política neoliberalista passou a ser projetada como um projeto global, anulando as expectativas da classe trabalhadora ao produzir um nivelamento por baixo dos salários e das condições de trabalho em todo o mundo. Segundo a autora, não é que o neoliberalismo, por si só, causou a insurgência da extrema direita no Ocidente, mas que nada fica intocado por essa racionalidade neoliberal. Ela justifica dizendo que a ascensão dessas formações políticas nacionalistas e autoritárias se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineado por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade.

Castells (2018) apresenta um argumento parecido ao dizer que políticos populistas capitalizaram o descontentamento que o neoliberalismo deixou como legado. Segundo esse autor, a desigualdade social é a mais alta da história recente e além de desigualdade há uma crescente polarização entre ricos e pobres, com a elite concentrando cada vez mais riqueza no topo da pirâmide. O autor responsabiliza a decisão de alguns governos de salvar os bancos e o sistema financeiro na crise financeira de 2008, às custas do empobrecimento da população. Para o autor, essa crise de representação de interesses levou ao descrédito da democracia liberal pelos trabalhadores empobrecidos e frustrados.

Para Castells (2018) além dessa crise de representação de interesses se une uma crise identitária. Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria, refugiando-se em sua nação, em seu território, em seu Deus, em identidades culturais diversas portadoras de sentido para além da política. Nesse contexto, em vez de responsabilizarem o capitalismo neoliberal pelo empobrecimento, muitos recorrem a discursos rasos que culpam o imigrante, a ideologia de gênero, os comunistas e outras ideias

simplistas para preencher as lacunas de legitimidade deixadas por um neoliberalismo excludente.

Sobretudo, Castells (2018) aponta para um processo de ruptura na relação entre governantes e governados decorrente da desconfiança nas instituições e no modelo atual de representação política. O autor explica que essa rejeição não se dirige propriamente à democracia, mas sim à "democracia liberal"¹³, um modelo político de representação e governança que se consolidou nos últimos dois séculos e é considerado como a "democracia real".

A crise de legitimidade política ocorre quando o vínculo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegem e pagam é rompido, levando a um sentimento majoritário de que os atores do sistema político não os representam. Isso tem dado origem a lideranças políticas que atraem as emoções e insatisfações coletivas, prometendo uma ruptura com a ordem democrática instituída e uma nova forma de legitimidade encarnada em um líder populista, que projeta uma rejeição ao estado geral das coisas (Castells, 2018).

Castells (2018) identifica algumas circunstâncias que contribuíram para o surgimento de uma "ira coletiva" contra a democracia liberal, incluindo: a) a crise das economias nacionais e a incapacidade do Estado-nação em responder a problemas globais, como crises financeiras, violações de direitos humanos, mudanças climáticas e terrorismo; b) as consequências negativas da globalização, que criou uma nova formação de classes sociais, separando as elites cosmopolitas dos trabalhadores locais desvalorizados, desprotegidos pela desregulamentação trabalhista e pelas mudanças tecnológicas; c) a "polarização" que ocorre em uma economia neoliberal, alimentando a concentração de riquezas nas mãos de poucos e d) uma "crise identitária" que se junta a essa crise de representação, enquanto as elites globais se proclamam cidadãos do mundo, amplos setores sociais se mantêm fiéis às suas identidades nacionais, territoriais e religiosas.

Como resposta a essa crise de representação de interesses que se soma a uma crise identitária, políticos populistas prometem proteger e restaurar um passado mítico de famílias felizes e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares e quando a cristandade e a pureza da raça constituíam a identidade geral da nação. Eles articulam discursos xenófobos e racistas, propõem soluções simples para a resolução de problemas complexos e denunciam a corrupção, embora, em muitos casos, eles façam parte dessa mesma corrupção

¹³ O modelo da "democracia liberal" é baseado no respeito aos direitos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluindo as liberdades de associação, reunião e expressão, além da separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário e eleições livres e periódicas (Castells, 2018).

(Castells, 2018).

Brown (2019) expressa que temos dificuldade, até mesmo, de saber qual nomenclatura é a mais adequada para conceituar esse fenômeno político que combina libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, conservadorismo cristão e racismo. Afinal, trata-se de fascismo, populismo, democracia não liberal, extrema direita?

Para Levitsky e Ziblatt (2018), o termo adequado seria populismo, mas um populismo com viés autoritário. Para os autores, os políticos mais propensos ao autoritarismo são os *outsiders* populistas. Tais políticos se apresentam como *antiestablishment*, afirmando representar a “voz do povo” e entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Os autores alegam que:

Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder ‘ao povo’. Esse discurso deve ser levado a sério. Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 32).

Levitsky e Ziblatt (2018) apontam quatro sinais de alerta para ajudar a reconhecer um político populista autoritário: a) políticos que rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; b) negam a legitimidade de oponentes; c) toleram e encorajam a violência; d) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Para os autores, um político que se enquadre em apenas um desses critérios é motivo de preocupação.

O perigo que Levitsky e Ziblatt (2018) chamam a atenção é que a erosão da democracia pode ser quase imperceptível. Se durante a Guerra Fria golpes de Estado foram responsáveis por uma série de colapsos democráticos, como no caso do Brasil em 1964, e demais outros países latino-americanos que viveram períodos de Ditadura Cívico-Militar, há outras formas menos espetaculares de se arruinar uma democracia. Democracias podem morrer nas mãos de líderes eleitos, ao subverterem o próprio processo que os levou ao poder, como fez Hitler, na Alemanha, em 1933. “Com mais frequência, porém, democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 15).

Para Stanley (2020) o que estamos vivenciando é, justamente, o retorno do fascismo. Um fascismo que já não tem a mesma cara que tinha na década de 1930, mas que igualmente se baseia num ultranacionalismo (de qualquer tipo, seja étnico, religioso ou cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome. O mais preocupante, para o autor, é que a política fascista continua a desumanizar segmentos da

população e a dividir a população entre “nós” e “eles”, apelando para distinções étnicas, religiosas, raciais e culturais. Ainda quando não há o surgimento de um Estado explicitamente fascista, conforme explica o autor, a política fascista cria um Estado de irreabilidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado.

Eatwell e Goodwin (2020) não concordam em denominar esse fenômeno político atual como um novo fascismo, em vez disso eles preferem o termo "nacional-populismo"¹⁴. Não há dúvidas que alguns nacional-populistas são racistas e xenófobos e que muitos possuem valores socialmente conservadores, mas, para os autores, eles apenas refletem uma característica presente na sociedade. Também é possível rotular políticos como Trump e Bolsonaro como sendo de “extrema direita”¹⁵.

Bolsonaro, por exemplo, é um político de extrema direita, que culpa a esquerda progressista por querer expandir os direitos dos grupos minoritários e promover a diversidade, o que colocaria em risco os valores religiosos e a estrutura da “família tradicional cristã”. Ele é hostil à defesa dos direitos das mulheres e das comunidades LGBT, acusando os progressistas de promoverem uma “ideologia de gênero”, se opõe ao feminismo moderno e às medidas igualitárias, e partilha, muitas dessas visões, com seus eleitores. Pelo entendimento de Eatwell e Goodwin (2020), ele pode ser identificado como um político “nacional-populista”, uma vez que, assim como os demais nacional-populistas, ele prioriza os valores de uma nação ideal e promete ser o porta-voz de pessoas que se sentem ameaçadas pelas mudanças culturais e desdenhadas por uma elite política vista como corrupta.

Eatwell e Goodwin (2020) também não concordam com a retórica de que esse movimento se irrompeu com a crise financeira de 2008 e com a consequente recessão que se abateu sobre as democracias europeias, conforme enunciava Castells (2018). Para eles, essa explicação é influenciada pelo contexto da Europa entreguerras e da ascensão do nazismo após

¹⁴ Eatwell e Goodwin (2020) identificam três temas centrais do fascismo: a formação de uma comunidade espiritual baseada na lealdade e devoção aos interesses do grupo; a criação de um "novo homem" comunal e espiritual sob a liderança de novos líderes dinâmicos; e a criação de uma terceira via socioeconômica autoritária, entre o capitalismo e o socialismo, liderada pelo Estado. Para os autores, os temas centrais dos populistas são outros: eles prometem reformar a democracia para que a vontade popular seja ouvida e obedecida; defendem pessoas simples e comuns, retratando as elites distantes como inimigas; e prometem substituir as elites autointeressadas, mas com uma agenda moral e não um chamado físico às armas.

¹⁵ Alguns pensadores dividem a “extrema direita” em duas categorias: “direita extremista” e “direita radical”. A “direita extremista” é caracterizada pela rejeição à democracia liberal e busca dividir a nação em “nós versus eles”. Por outro lado, a “direita radical” critica “certos aspectos” da democracia liberal, mas não busca o fim da democracia e está aberta a formas alternativas de “governo pelo povo”. Por exemplo, o líder húngaro Viktor Orbán propõe uma forma de “democracia não-liberal”, que, segundo ele, daria mais poder ao povo e menos às elites econômicas e políticas estabelecidas. (Eatwell e Goodwin, 2020).

a crise de 1929. Embora crises econômicas possam contribuir para exacerbar divisões entre eleitores e para a perda de apoio dos partidos tradicionais, não é possível afirmar que elas sejam a causa primária para a ascensão de nacional-populistas. Países como Irlanda, Portugal e Espanha, por exemplo, que foram muito afetados pela crise financeira e pela subsequente austeridade econômica, não geraram movimentos populistas significativos.

No caso do Brasil, além da crise econômica, outras questões foram determinantes para a eleição de Bolsonaro em 2018. Seus apoiadores foram motivados por pautas conservadoras, pela promessa de combate à corrupção e o fortalecimento da segurança pública. Sobre as causas que levaram Bolsonaro ao poder em 2018, os autores discorrem o seguinte:

Muitos de seus apoiadores também foram motivados pela economia liberal e por preocupações sociais de direita, como a hostilidade ao feminismo e aos direitos LGBT, que frequentemente foram associadas à defesa do tradicionalismo cristão. Mesmo sendo deputado federal desde o início da década de 1990, muitos viram Bolsonaro como nova esperança, um salvador nacional. Ele parecia divorciado da corrupção endêmica do país, demonstrada pouco antes pela Operação Lava-Jato, que fizera acusações contra empresários e políticos de destaque, incluindo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (embora, depois que se tornou presidente, numerosas acusações tenham sido feitas à família imediata de Bolsonaro, incluindo as de ligações com gangues paramilitares) (Eatwell; Goodwin, 2020, ps. 36 e 37).

Para explicar a ascensão de líderes nacional-populistas em diversos países, Eatwell e Goodwin (2020) identificaram quatro mudanças sociais profundas que causam crescente preocupação em muitos cidadãos. No entanto, eles ressaltam que nenhum desses fatores isoladamente pode explicar a complexa ascensão desses movimentos em países com tradições políticas e culturais distintas.

A primeira mudança diz respeito à desconfiança nos políticos e nas instituições tradicionais. Isso tem levado muitos cidadãos a sentirem que não possuem voz nas discussões nacionais, pois os sistemas políticos se tornaram menos representativos de grupos-chave. Para os autores, ao contrário do que se poderia pensar, isso não significa que as pessoas estejam desistindo da democracia, mas sim buscando uma forma mais "direta" de participação democrática, que lhes dê mais poder nas questões que afetam sua vida cotidiana.

A segunda mudança está relacionada à sensação de destruição das comunidades, identidades históricas e modos de vida estabelecidos. Esse sentimento é alimentado pela imigração, sobretudo nos países europeus e nos Estados Unidos, e pelas mudanças socioculturais vivenciadas nas últimas décadas, que faz com que muitos cidadãos temam pelo fim de sua nação, além de acreditarem que políticos liberais buscam silenciar qualquer oposição com suas agendas "politicamente corretas". Essas pessoas acreditam que sua identidade, religião ou modo de vida serão deixados para trás ou até mesmo destruídos.

A terceira mudança diz respeito à privação relativa causada pela economia globalizada neoliberal, que tem resultado em crescente desigualdade de renda e riqueza e falta de confiança em um futuro melhor, assim como exposto por Brown (2019) anteriormente. Os autores argumentam que, embora muitos apoiadores do nacional-populismo tenham empregos e rendas médias ou acima da média, a simples sensação de privação e a crença de que estão perdendo em relação a outros grupos, como os beneficiados por ações afirmativas, já é suficiente para temer pelo seu futuro e pelo de seus filhos. Essa sensação de perda de status e a crença de que outros estão sendo privilegiados faz com que muitos eleitores acreditem que o passado foi melhor, como alguns brasileiros que sentem saudades da época da Ditadura Militar.

Por fim, a quarta mudança refere-se ao desalinhamento entre os partidos tradicionais e os eleitores, o que torna os sistemas políticos mais voláteis. Cada vez menos pessoas, inclusive jovens, estão dispostas a se aliar aos partidos e políticos estabelecidos.

Segundo Eatwell e Goodwin (2020), essas quatro mudanças sociais abriram espaço para que líderes nacional-populistas se adaptassem e falassem em nome de um grande número de pessoas que já não se identificam com os políticos tradicionais, que sentem que não têm voz na política, que creem que as mudanças sociais estão ameaçando sua cultura e modo de vida, e que o sistema econômico neoliberal os estão deixando empobrecidos e sem perspectiva de um futuro melhor.

Eatwell e Goodwin (2020) não percebem o movimento nacional-populista como um fenômeno passageiro. Desde as décadas de 1990 e 2000, diversos líderes nacional-populistas emergiram em países ocidentais, tais como Jean-Marie Le Pen na França e Jörg Haider na Áustria, que já defendiam a ideia de acabar com a imigração, fortalecer a lei e a ordem, e confrontar um establishment “corrupto”, muito antes do surgimento de figuras como Trump ou Bolsonaro. Os autores argumentam que a crença de que o movimento desaparecerá com a melhoria da economia não é verdadeira, pois a desigualdade persistente e crescente, somada à baixa lealdade político-partidária entre os jovens eleitores, contribui para a permanência do fenômeno.

Além disso, um número crescente de líderes nacional-populistas promove políticas tradicionalmente de esquerda, como a expansão do Estado e a promoção do bem-estar social para os nascidos no país. Um exemplo disso é o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que promoveu políticas de assistência social, como o Auxílio Emergencial durante a pandemia de COVID-19 e o Auxílio Brasil, transferindo renda para pessoas de baixa renda. Para os autores, isso torna ainda mais difícil para os sociais-democratas de centro-esquerda reconquistarem seus eleitores. Enfim, segundo Eatwell e Goodwin (2020), estamos caminhando em direção a um

pós-populismo, em que as pessoas avaliarão se votar ou não nos populistas faz uma diferença tangível em suas vidas pessoais.

3.2 As razões estruturais que contribuíram para o sucesso bolsonarista nas eleições de 2018

No contexto político brasileiro, Jair Bolsonaro é um político nacional-populista de extrema direita que seguiu a trajetória de Donald Trump, eleito nos Estados Unidos dois anos antes. Ao capitalizar a insatisfação pública causada pelas crises econômicas e políticas, aqui agravadas pelos escândalos de corrupção, para se tornar uma força eleitoral. A crescente desconfiança e desilusão do público com a classe política e com os partidos tradicionais, que parecem não abordar as preocupações reais dos cidadãos, levou muitos eleitores a buscar candidatos "fora do sistema" que se apresentam como "diferentes de tudo que está aí". Trump e Bolsonaro são exemplos desse fenômeno político.

À primeira vista, tanto Trump, quanto Bolsonaro possuíam um alto potencial destruidor para uma carreira política devido às suas afirmações polêmicas e estilo controverso. Mas, conforme apontam Moura e Corbellini, (2019), os eleitores que simpatizavam com eles não levavam suas falas ao pé da letra, mas levavam a sério suas propostas. Já a imprensa e o mundo político levavam suas declarações ao pé da letra, mas não os levavam a sério. No Brasil, os eleitores confiavam que Bolsonaro seria mais duro em relação à segurança pública, enquanto nos Estados Unidos, os eleitores de Trump confiavam que ele seria mais duro com a questão da imigração.

Em princípio nos interessa compreender o contexto em que as eleições presidenciais brasileiras de 2018 ocorreram, resultando no surgimento do bolsonarismo como força política dominante. De acordo com a definição de Pinheiro-Machado e Freixo (2019), o bolsonarismo representa um fenômeno político que ultrapassa a figura de Jair Bolsonaro e se caracteriza por uma visão ultraconservadora que promove a volta aos "valores tradicionais", defende uma retórica nacionalista e "patriótica" e se opõe de forma intensa a qualquer ideia ou movimento que possa ser identificado com a esquerda e o progressismo. No Brasil, essa ideologia encontrou sua encarnação na figura do ex-capitão e em seu estilo de fazer política, que se baseia na lógica do "contra tudo o que está aí", embora ele mesmo faça parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição.

Moura e Corbellini, (2019) identificam três razões estruturais para a eleição de Bolsonaro em 2018: a desmoralização das elites políticas e do sistema partidário tradicional

pela Operação Lava Jato; a intensificação da crise na segurança, que se tornou o principal problema nacional na percepção pública e o crescente papel das redes sociais, especialmente o *WhatsApp*, como plataforma de comunicação, que transformou a competição eleitoral e a forma de se fazer campanha política. Já Gallego (2019), por sua vez, destaca que o discurso antissistema, o antipartidarismo, o antipetismo e o apoio de grupos evangélicos e militares foram os principais elementos que contribuíram para o sucesso do bolsonarismo nas eleições de 2018.

Para Moura e Corbellini, (2019), o pleito eleitoral de 2018 foi uma “eleição disruptiva”, pois desorganizou e alterou os padrões, os atores e as referências da competição partidária até então vigentes. Em vez de dois partidos, a eleição se deu entre duas forças: de um lado o lulismo, como uma instituição maior que o próprio PT, e do outro o que os autores chamaram de "partido da Lava Jato", um campo difuso de centro-direita que foi ocupado por Bolsonaro. Os candidatos mais fortes da eleição não eram, portanto, expressões deles mesmos, mas depositários de sentimentos externos maiores. Fernando Haddad representava o lulismo, enquanto Bolsonaro foi o candidato escolhido pelos eleitores do "partido da Lava Jato". Esse novo campo político foi basicamente composto por um eleitorado urbano exposto às denúncias de corrupção apontadas pela Operação Lava Jato¹⁶ e que experimentou, nos últimos anos, a decadência dos serviços públicos e o crescimento da violência urbana.

A mudança no eleitorado brasileiro entre as eleições que elegeram Lula em 2002 e Bolsonaro em 2018 foi significativa, conforme argumentam Moura e Corbellini, (2019). Enquanto a primeira eleição de Lula foi impulsionada por um forte desejo de mudança e esperança, incluindo uma agenda de combate à corrupção, a eleição de Bolsonaro foi baseada em um discurso de ruptura com o sistema político, motivado por sentimentos de raiva. Embora a classe média e os grandes centros urbanos tenham sido decisivos na eleição de Lula em 2002, em 2018, eles se tornaram a principal base do antipetismo e do voto em Bolsonaro. Durante o primeiro mandato de Lula, a crise do Mensalão¹⁷ minou gradualmente o "compromisso ético"

¹⁶ A Operação Lava Jato foi uma investigação de corrupção em larga escala que ocorreu no Brasil entre 2014 e 2018. A investigação envolveu a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário, e tinha como objetivo investigar um esquema de corrupção envolvendo empresas de construção, empreiteiras e políticos, que desviaram bilhões de reais dos cofres públicos. A operação recebeu esse nome por causa da Petrobras, uma das principais empresas envolvidas no esquema. A Operação Lava Jato resultou em prisões, acordos de delação premiada e confisco de bens, e levou à queda de vários políticos de alto escalão, incluindo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Operação Lava Jato contribuiu como elemento fundamental de criminalização petista e da bolsonarização política.

¹⁷ A crise do Mensalão foi um escândalo político que ocorreu no Brasil em 2005 e 2006. O esquema envolvia o pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A denúncia foi levantada pelo então deputado federal Roberto Jefferson em entrevista a um jornal, e logo se descobriu que o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha um caixa 2 para financiar campanhas eleitorais e pagar

estabelecido com os eleitores em 2002, de acordo com os autores. Eles alertam que o PT negligenciou a perda da "pauta ética" devido à popularidade contínua do presidente Lula. A Lava Jato expôs ainda mais a corrupção em que o PT estava envolvido, o que abriu uma fissura na relação do partido com a classe média. Embora a crise do Mensalão não tenha derrotado Lula, ela acendeu uma faísca que se transformaria em um incêndio com a operação Lava Jato anos depois.

Em 2013, o Brasil testemunhou uma série de manifestações populares que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Isso foi um sinal de que uma crise estrutural estava se aproximando na já desgastada relação entre a sociedade brasileira e seu sistema de representação política. Essa crise não enfraqueceria apenas o PT, mas todos os partidos tradicionais, incluindo a oposição, como o PSDB, e deu origem a movimentos sociais e cívicos, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. As manifestações começaram como uma luta contra o aumento na tarifa de ônibus, sob o lema "não é só pelos 20 centavos", mas logo se transformaram em uma série de reivindicações difusas por mais saúde, segurança e educação. Com o tempo, surgiram palavras de ordem nacionalistas e conservadoras contra os "corruptos" e "mensaleiros do PT".

Embora essas manifestações tenham sido marcadas pela falta de homogeneidade e pouca coordenação política, elas expressaram a forte sensação de mal-estar da sociedade em relação ao estado geral das coisas, da política e da oferta de serviços públicos. Além do mais, conforme argumentam Moura e Corbellini, (2019), os protestos de 2013 deixaram dois saldos residuais importantes: a retomada do hábito de ir às ruas e a descoberta das redes sociais, especialmente o *WhatsApp*, como uma plataforma eficiente e autônoma de organização política.

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff começou em meio a uma série de crises: a instabilidade institucional causada pelas manifestações de 2013, o início da Operação Lava Jato e os desdobramentos da campanha eleitoral de 2014, com o candidato derrotado, Aécio Neves do PSDB, questionando na Justiça o resultado das eleições. A crise econômica agravou ainda mais a situação. Em março de 2015, houve novas manifestações de rua contra o governo de Dilma, lideradas pela classe média, que passou a pedir seu impeachment. Em maio de 2016, Dilma Rousseff foi afastada provisoriamente e, em agosto do mesmo ano, o vice Michel Temer assumiu a presidência. No entanto, Temer não conseguiu lidar com as crises éticas e econômicas que levaram à queda de Dilma. Suas tentativas de combater a corrupção

propinas. Vários políticos e empresários foram investigados e condenados pelo esquema, incluindo o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT, José Genoino. A crise do Mensalão teve grande impacto na política brasileira e abriu caminho para outras investigações como a Operação Lava Jato.

também foram prejudicadas pelas denúncias contra seus próprios aliados. A popularidade de Temer despencou, e a Lava Jato desmoralizou toda a classe política brasileira aos olhos da opinião pública.

No período entre 2015 e 2017, durante os protestos que pediam o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, e posteriormente contra o presidente Michel Temer, Gallego (2019) aplicou questionários de entrevistas aos participantes para entender os motivos políticos que os levaram a protestar. De acordo com a autora, o discurso antissistema, o antipartidarismo e o antipetismo já estavam presentes desde os primeiros protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff e foram fortalecidos com o tempo, unindo as ruas e redes contra o PT. As ruas, que tradicionalmente eram ocupadas por grupos autodenominados de esquerda, passaram a ser dominadas por novos protagonistas: pessoas vestindo camisetas verde-amarelas, empunhando bandeiras do Brasil e gritando palavras de ordem nacionalistas.

Por meio das entrevistas, a autora identificou que os partidos políticos tradicionais eram vistos como indistintos, fisiológicos e preocupados com seus próprios privilégios. Segundo a lógica bolsonarista, a culpa pela crise no Brasil era do sistema político como um todo. O antipetismo foi o elemento mais evidente no discurso e na estética dos protestos, mas o antipartidarismo afetou também legendas políticas tradicionais, como o PSDB e o MDB, e isso foi fundamental para a compreensão da migração de votos desses grupos para a candidatura de Bolsonaro. O Partido dos Trabalhadores (PT), que no início de sua trajetória representava uma alternativa fora do *mainstream*, acabou sendo absorvido pela dinâmica da governabilidade e, portanto, deixou de ser visto como uma alternativa antissistema.

Gallego (2019) argumenta que a corrupção estava no centro dos argumentos que menosprezavam o sistema político. Não apenas os políticos profissionais eram vistos como corruptos, mas a própria política despertava sentimentos negativos, como vergonha e rejeição. A Operação Lava Jato, que ampliou a retórica de que era preciso limpar o Brasil dos políticos corruptos, alimentou a visão moralista e dualista da justiça, que via os políticos corruptos como o mal a ser combatido. O processo penal do espetáculo da Lava Jato, com o juiz Sérgio Moro assumindo uma figura militante e as operações contra a corrupção sendo usadas como forma de criminalização teatralizada da política, aumentou o sentimento coletivo de que a política era desprezível e devia ser negada e combatida.

A solução desejada pelos que iam às ruas e às redes para protestar deveria vir de fora do sistema. Diante de um cenário de aumento da percepção da corrupção política, valores como honestidade e ética se tornaram imprescindíveis no protótipo do político desejável. Segundo Gallego (2019), uma das questões que mais aparecia nas entrevistas como justificativa para o

voto em Bolsonaro era que ele representava alguém diferente, um *outsider* e, ainda mais, um antissistema, alguém capaz de enfrentar uma lógica política totalmente corrompida.

Os eleitores indignados buscavam uma ruptura e Bolsonaro se afirmou como o "novo" em um ambiente em que os eleitores exigiam mudanças. O fato de Bolsonaro ter passado por vários partidos, incluindo alguns envolvidos na Lava Jato, e ter acumulado sete mandatos parlamentares, em vez de enfraquecer sua imagem, pode ter contribuído para sua popularidade. Para Moura e Corbellini, (2019), o “novo” de Bolsonaro não tinha a ver com o tempo. O eleitor enxergava nele o “novo” porque não tinha “nada contra ele”; um político que não tinha “rabo preso”. Isso se constituía um grande diferencial de imagem para o então candidato.

De acordo com Gallego (2019), o discurso antipetista observado nos protestos frequentemente se transformava em anticomunismo, seguindo padrões retóricos que remetiam aos tempos da Guerra Fria. Esse discurso é marcado por forte conteúdo de classe e anti-igualitarismo, refletindo a lógica da classe média tradicional. Durante o protesto de 12 de abril de 2015 em São Paulo, 60% dos entrevistados concordavam que o "Bolsa Família financia preguiçosos" e 70% que "as cotas raciais geram mais racismo", o que mostra a rejeição à mobilidade ascendente dos mais pobres, muito relacionada aos governos petistas.

Em 2018, a narrativa de perigo da “bolivarianização” da política foi amplificada ao extremo, com a Venezuela sendo demonizada e vinculada ao comunismo e ao PT. A campanha de Bolsonaro explorou intensamente o antiesquerdismo e o antipetismo, que se transformou em um anticomunismo raivoso e anti-igualitarismo. Muitas vezes, os ataques se voltavam diretamente aos mais pobres, como parte da lógica antipetista. Durante a campanha, o campo progressista também foi alvo de um ataque amplo, incluindo ativistas pelos direitos humanos, professores e manifestantes. Conforme expõe Gallego (2019), para os apoiadores de Bolsonaro, todos esses grupos formavam uma categoria polissêmica de "vagabundos" que desestabilizavam as hierarquias sociais clássicas e ameaçavam as categorias sociais tradicionais.

Esse ataque ao campo progressista também se estendeu às chamadas "pautas identitárias". Os avanços dos movimentos feminista, LGBTQIA+ e negro nas décadas anteriores são inegáveis, o que pressupõe que o ideário masculino da família tradicional heteronormativa e patriarcal estaria sob ameaça. Nesse sentido, segundo a autora, para muitos eleitores de Bolsonaro, o PT, professores, manifestantes e feministas fazem parte de uma estrutura social e política que desestabiliza as hierarquias sociais clássicas e coloca em risco as categorias sociais tradicionais que muitos utilizam para ordenar seu mundo.

De acordo com Gallego (2019), a candidatura de Bolsonaro foi baseada na negação das diferenças políticas e na moralização do debate público, apresentando os adversários como inimigos não apenas da ordem política, mas também da ordem moral e religiosa. Para atacar o campo progressista e acadêmico, valem todas as investidas, mas preferencialmente as morais, como apresentar esses atores como aqueles que negam a possibilidade de existência da família tradicional cristã e que estimulam a sexualização infantil. As esquerdas passam a ser vistas como uma ameaça, não apenas para a ordem social e para o modelo que as relações sociais deveriam seguir, mas também para a própria integridade das famílias e das crianças.

Conforme apontam Moura e Corbellini, (2019), é no expressivo segmento do eleitorado evangélico que se reproduziu o resultado de maior impacto eleitoral a favor de Bolsonaro, onde se observa a maior organicidade na formação de um voto por afinidade religiosa. Nesse segmento do eleitorado, de tendência bastante conservadora no campo comportamental, calaram fundo as ameaças aos "valores da família cristã tradicional" representadas em temas como o aborto e na discussão sobre sexualidade e gênero nas escolas. O fato de Bolsonaro se apresentar como defensor da família tradicional cristã e "à proteção da inocência das nossas crianças" ajudava os eleitores evangélicos a sublimar suas frases de conteúdo machista, homofóbico e racista. Sobre isso, os autores argumentam que:

Bolsonaro ocupou um espaço conservador que é expressivo no Brasil e que esteve órfão de uma liderança na política nacional no curso de toda a era de polarização PT x PSDB. Encaixou Deus no centro de sua mensagem ("Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"), trouxe a defesa da família para dentro de seu programa e criou os demônios para mobilizar o medo de seus "fiéis": o "kit gay", a "ideologia de gênero", o "gayzismo militante" e as "feministas defensoras do aborto" (Moura; Corbellini, 2019, p. 82).

As eleições de 2018 no Brasil contaram com a participação ativa das duas principais igrejas evangélicas do país, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, ambas no lado antipetista. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), também conhecida como "Bancada da Bíblia", foi criada em 2003 e sua influência e importância têm aumentado desde então, principalmente em questões morais conservadoras como a defesa da família e dos valores cristãos. De acordo com Gallego (2019), a novidade que já tinha sido percebida nas eleições de 2014, mas se consolida em 2018, foi a disposição dos pastores em fazer um discurso de enfrentamento ao PT dentro das igrejas. O resultado dessas eleições foi a eleição de 84 deputados federais identificados com a crença evangélica, que têm atuado principalmente em questões relacionadas à religião e às pautas progressistas, especialmente em oposição aos movimentos feminista e LGBTQIA+.

Assim, se fechava contra o PT e Haddad uma narrativa que articulava vários medos e argumentos de rejeição. Essa narrativa sugeria uma conexão lógica entre os esquerdistas/comunistas, acusados de corrupção e responsáveis pela quebra do Brasil, que queriam transformar o país em uma Venezuela e destruir a estrutura da família tradicional, além de corromper as crianças.

Além do apoio evangélico, outro fator relevante que contribuiu para a eleição de Bolsonaro em 2018 foi a intensificação da percepção da crise na segurança pública e o consequente apoio aos grupos militares. De acordo com Moura e Corbellini, (2019), uma pesquisa nacional conduzida pelo *Instituto IDEIA Big Data* em junho de 2018 apontou que a principal preocupação para 45% dos entrevistados estava relacionado à segurança e ao medo de ser vítima da violência. A saúde foi classificada como o segundo problema mais importante, mas com distantes 12% das menções. Em um contexto em que a segurança pública era considerada o maior problema nacional pelos eleitores, o discurso de Bolsonaro sobre o tema foi fundamental para conquistar a fidelidade do eleitorado. Sua postura combativa, que incluía o gestual da mão representando uma arma, se tornou o símbolo de sua campanha.

O discurso de Bolsonaro, enquanto político trazia consigo bastantes polêmicas, no entanto, como observam Moura e Corbellini, (2019), o cerne de seu discurso sempre foi o combate à corrupção na política tradicional e a priorização da segurança pública. Com isso, Bolsonaro conseguiu dialogar com diversos eleitores, inclusive com aqueles que haviam votado em Lula em eleições anteriores. Sua postura combativa em relação ao crime foi vista por muitos como firmeza, determinação e energia. Grande parte de seus apoiadores concordava com suas declarações de que "bandido se enfrenta na bala", assim como com sua defesa da diminuição da maioria penal, da ampliação do porte de armas e de mais garantias legais de proteção aos policiais em ação de combate.

Outro aspecto importante da eleição de Bolsonaro foi a legitimação da presença de militares na política por meio do voto popular. Em sua carreira ele sempre adotou uma linguagem militarizada e nunca hesitou em defender o regime militar de 1964. Aos poucos, para uma parcela significativa de eleitores, o regime militar passou de algo "socialmente indefensável" para "defensável dependendo das circunstâncias", legitimado pelo momento do país. A volta dos militares pela "via democrática" poderia ser uma solução mágica que colocaria ordem na casa sem sacrificar a liberdade, conforme apontam Moura e Corbellini, (2019).

O apoio que Bolsonaro recebeu de grupos militares também foi um dos fatores que, segundo Gallego (2019), explica o bolsonarismo. A militarização no Congresso Nacional começou em 2010 e se repetiu em 2014 com a eleição de ex-militares, policiais e bombeiros

que formaram a Frente Parlamentar da Segurança Pública, apelidada de “Bancada da Bala”, com uma ideologia securitária punitiva. Essa tendência foi impulsionada ainda mais nas eleições de 2018, com o apoio da indústria de armas, levando a uma grande expansão da bancada, que elegeu 93 deputados e 18 senadores naquele ano.

Gallego (2019) recorda que, enquanto a confiança nos partidos políticos tradicionais e no Congresso Nacional diminuía, especialmente após a operação Lava Jato, as Forças Armadas ganhavam credibilidade. Em 2018, pouco antes das eleições, a Forças Armadas eram consideradas a instituição mais confiável do Brasil por cerca de 78% dos brasileiros. Após sua eleição, Bolsonaro concedeu mais espaço aos militares em seu governo do que em qualquer outro desde a redemocratização, com militares ocupando cargos ministeriais anteriormente reservados apenas a civis. Grande parte de seu programa governamental se concentrava em medidas de segurança pública, como a flexibilização do porte de armas e a valorização das polícias, incluindo uma maior permissividade para a letalidade policial, embora também tenha prometido também endurecer o Código Penal e reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos durante a campanha, essas promessas não foram cumpridas.

As eleições de 2018 resultaram não apenas na eleição de Bolsonaro, como na renovação do Congresso Nacional, com partidos tradicionais como MDB, PSDB e DEM perdendo espaço para partidos menores. Bolsonaro se apresentou como o candidato da mudança, distanciando-se dos políticos tradicionais e se posicionando como inimigo do PT. Com a Operação Lava Jato expondo a corrupção em políticos de diferentes partidos, a eleição focou mais nos valores representados pelos candidatos do que em suas histórias. Assim, muitos eleitores encontraram justificativas para votar contra o PT e ignorar as posições controversas de Bolsonaro. Sua campanha não apresentou um projeto de país, mas refletiu o que as pessoas sentiam. Seu discurso agressivo e demonizador encontrou terreno fértil nas plataformas digitais, contribuindo para o surgimento do bolsonarismo como força política dominante. Abaixo, Gallego (2019) sintetiza todo esse contexto, em que as eleições presidenciais brasileiras de 2018 ocorreram:

*[o contexto no qual vê surgir Bolsonaro em 2018 se baseava no] combate direto a questões identitárias (antifeminismo, por exemplo) como defesa de uma identidade masculina, heterossexual e cis, claramente antipluralista, que parece estar sob ataque; o combate ao conhecimento científico, a utilização de fake-news e a exploração do senso comum na dinâmica da pós-verdade demagógica, a qual entende o adversário político como inimigo a aniquilar; a utilização de narrativas antipolíticas e a estimulação do descrédito institucional e político e o sentimento de repúdio e vergonha (a política não serve, a política é corrupta, suja) e apresentação de si mesma como *anti-mainstream*, *outsider* e *antiestablishment*; o uso do discurso de ódio legitimado como sendo liberdade de expressão; banalização do ódio ou apresentando-o com roupagem juvenil, folclórica, “memeficado”; a proximidade com os “perdedores da globalização”, as classes médias e também as classes populares, estas últimas que, tradicionalmente, votaram em partidos de esquerda, mas que hoje se sentem traídas por estes mesmo partidos; a teatralização, utilização das redes sociais*

como canais de comunicação e proximidade com a população; a utilização de uma narrativa combativa contra as elites políticas e a construção do discurso meritocrático do *self-made man*, da centralidade do trabalho e esforço individuais (Gallego, 2019, p. 10).

Conforme conclui Gallego (2019), a disseminação da ideologia bolsonarista na sociedade é um fenômeno complexo e de múltiplos fatores que adentrou nossa realidade com grande intensidade. Elementos altamente prejudiciais à democracia, como a retórica antissistema e o aproveitamento dos anseios por renovação política, a exaltação de uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a concepção do oponente político como inimigo a ser eliminado e o anti-intelectualismo, foram elementos-chave na eleição de Bolsonaro, bem como a adesão das principais igrejas evangélicas e amplos setores das Forças Armadas. Para a autora, a comunicação política se baseia na negação de valores, no medo, no ódio, na incapacidade de reconhecer o outro como ser humano e nos fascismos do cotidiano e, conforme complementam Moura e Corbellini, (2019), em épocas de crise o ódio também fala ao coração. O ódio contra a política tradicional, contra a corrupção, contra a violência, contra as ameaças aos valores da família cristã, contra o “socialismo” em todas as suas instâncias, e contra o PT.

3.3 Bolsonaro e a era da pós-verdade: estratégias de desinformação e suas implicações

Jair Bolsonaro, durante seu mandato presidencial (2019-2022), utilizou amplamente estratégias associadas à pós-verdade, consolidando um discurso político marcado pela substituição de fatos objetivos por narrativas emocionais e crenças pessoais. Suas retóricas e ações políticas frequentemente desafiavam consensos científicos e difundiam desinformação sobre temas de grande relevância social.

Rocha (2021) relaciona a ascensão do "bolsonarismo" à disseminação de *fake news*, caracterizando-o como um sistema de crenças sustentado pela desinformação e pela retórica do ódio, em oposição à verdade factual. Para o autor, as *fake news* desempenharam um papel central na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, destacando-se casos emblemáticos como o "kit gay", uma notícia falsa que alegava que o governo do PT distribuiria material de ensino sobre homossexualidade para crianças em escolas públicas. Essa narrativa se espalhou rapidamente pelo WhatsApp, associada à farsa da "mamadeira erótica". Outro exemplo foi a deturpação dos *gender studies* (estudos de gênero), transformados em uma “delirante” "ideologia de gênero", que, segundo os propagadores da *fake news*, visava doutrinar crianças e destruir a família.

De acordo com Carreon (2023), a estratégia de disseminação de *fake news* promovida por Bolsonaro serviu como o “sustentáculo do populismo autoritário” no Brasil, facilitando a concentração de poder e a deslegitimação de instituições democráticas. Nesse contexto, a liderança de Bolsonaro demonstra como a pós-verdade vai além da mera distorção de fatos, configurando-se como um instrumento político deliberado, destinado a minar a confiança pública, intensificar divisões e consolidar poderes autoritários.

Rocha (2021) também aponta que a eficácia das *fake news* está intrinsecamente ligada a um "déficit cognitivo" e a um "analfabetismo ideológico", que dificultam a capacidade de discernir entre fatos e rumores. Exemplos como a "mamadeira erótica" ilustram como a ausência de contato com a verdade factual pode levar a crenças infundadas, exploradas pela retórica do ódio para eliminar simbolicamente o outro e perpetuar a polarização. Segundo o autor, as *fake news*, amplificadas pela retórica bolsonarista, não apenas moldaram o resultado eleitoral, mas também consolidaram uma dinâmica política sustentada pela manipulação e pela fragilidade do debate público.

A agência de checagem *Aos Fatos* identificou a disseminação de desinformação ao longo do mandato de Jair Bolsonaro¹⁸. Em 1.459 dias de governo, a agência registrou 6.685 declarações consideradas falsas ou distorcidas, resultando em uma média de 4,5 por dia. Essas declarações foram agrupadas em 26 temas: Atentado, Congresso, Coronavírus, Corrupção, Cultura, Defesa, Direitos e Assistência Social, Ditadura, Economia, Educação, Eleições, Equipe de governo, Família Bolsonaro, Forças Armadas, Ideologia, Imprensa, Indígenas e quilombolas, Infraestrutura, Justiça, Meio ambiente, Outros, Preconceitos, Relações internacionais, Saúde, Segurança e Turismo.

O tema “coronavírus” apresentou a maior concentração de declarações falsas ou distorcidas (2.604), seguido por “economia” (1.752) e “meio ambiente” (414). Essa prevalência reflete as prioridades discursivas do ex-presidente, que frequentemente explorava esses tópicos para promover narrativas voltadas a seu público-alvo e justificar decisões políticas controversas.

A relevância do vínculo entre Bolsonaro e a pós-verdade também aparece em pesquisas acadêmicas. Uma busca no repositório Periódicos Capes, utilizando os termos “Bolsonaro e Pós-verdade”, revelou 16 artigos pertinentes; dentre eles, 8 (ou seja, metade) relacionam diretamente o presidente Jair Bolsonaro, a pós-verdade e a pandemia de Covid-19 (Fernandes

¹⁸ Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>> Acesso em 28 dez. 2024.

et al., 2020; Santos et al., 2021; Fernandes; Oliveira; Adami, 2022; Rodrigues et al, 2022; Duarte; Benetti, 2022; Da Silva; Da Rosa, 2022; Pereira; Marques, 2022; Cruz; Karhawi, 2023).

A coincidência temporal entre o governo de Bolsonaro (2019-2022) e a pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) foi determinante na adoção de posturas negacionistas. A crise sanitária, que vitimou mais de 690 mil pessoas até 30 de dezembro de 2022¹⁹, no final do seu mandato, tornou-se palco de desinformação. Desde o início da pandemia, o ex-presidente minimizou a gravidade da doença, chegando a compará-la a uma “gripezinha”. Alinhado ao ex-presidente norte-americano Donald Trump, Bolsonaro incentivou o uso da cloroquina e, mesmo após o início da vacinação, persistiu em promover o “tratamento precoce” e questionar a eficácia dos imunizantes. Também atribuiu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a responsabilidade pela gestão da pandemia, alegando ter sido impedido de conduzir ações federais, conforme apresentado no relatório final da CPI da Pandemia (Brasil, 2021).

Durante a crise da Covid-19, Bolsonaro consolidou seu papel como um dos principais agentes do negacionismo científico no Brasil, perpetuando informações falsas ou distorcidas em inúmeras ocasiões. Em março de 2020, por exemplo, declarou: “Depois de uma facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”²⁰, o que desvalorizou a letalidade do vírus e impactou negativamente a adesão às medidas de prevenção. Um caso emblemático foi a defesa da cloroquina e da hidroxicloroquina como soluções terapêuticas, mesmo após a Organização Mundial da Saúde (OMS) e diversos estudos científicos atestarem a ineficácia desses medicamentos. Em dezembro de 2021, disse: “Tomei hidroxicloroquina e, se me contaminar de novo, tomo outra vez”²¹, embora não houvesse comprovação científica que sustentasse tal recomendação.

Outra narrativa recorrente envolveu a alegação de que o STF impediu Bolsonaro de gerenciar a crise. Em setembro de 2022, ele afirmou: “Eu fui desautorizado pelo Supremo Tribunal Federal durante a pandemia de Covid-19”²². A agência *Aos Fatos* classificou essa afirmação como falsa, pois o STF apenas reconheceu a competência de estados e municípios para adotar medidas locais, preservando a responsabilidade do governo federal na coordenação

¹⁹ Dados retirados da plataforma *Coronavírus Brasil*, do Ministério da Saúde, disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 10 nov. 2023.

²⁰ Informação disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/coronavirus/gripezinha-nao-sou-coveiro-relembre-outras-falas-do-presidente-sobre-a-pandemia-0420>. Acesso em 30 dez. 2024.

²¹ Informação citada em entrevista em 11 dez. 2021. Disponível em: <https://api.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/9627/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

²² Afirmação repetida 139 vezes, segundo levantamento feito pela *Aos Fatos*. Disponível em: <https://api.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/12937/>. Acesso em: 30 dez. 2024

nacional. A repetição frequente de declarações similares se insere naquilo que Carreon (2023) chama de “efeito da verdade ilusória”, segundo o qual a repetição de uma informação, mesmo inverídica, aumenta sua aceitação pública. Esse mecanismo, somado ao efeito de autoridade do emissor, reforçou a credibilidade de informações equivocadas, minando esforços de contenção da pandemia e consolidando uma base de apoio fiel às narrativas presidenciais.

Ao disseminar essas desinformações, o ex-presidente não apenas comprometeu a condução da crise de saúde pública, mas também ampliou a polarização política e social. Seu discurso apoiou-se em estratégias de desacreditar a imprensa, agências de saúde e instituições científicas, reforçando a lógica da pós-verdade durante todo o mandato.

A propagação de desinformação teve impactos profundos na adoção de medidas sanitárias e na percepção pública acerca da gravidade da pandemia. Ao minimizar o vírus e deslegitimar recomendações científicas, Bolsonaro contribuiu para o descrédito das políticas de saúde pública e incentivou comportamentos de risco que agravaram a crise no país. Sua postura incluiu questionar repetidamente a eficácia das vacinas, desestimular o uso de máscaras e promover aglomerações, contrariando orientações de autoridades de saúde.

Um dos efeitos mais graves foi a rejeição às vacinas. Mesmo após o início da imunização, o ex-presidente continuou a disseminar teses infundadas, como a de que as vacinas poderiam aumentar o risco de contrair HIV, refutada pela comunidade científica e pela agência *Aos Fatos*²³. Tais declarações provocaram hesitação vacinal, dificultando a adesão a uma medida essencial para conter a pandemia e resultando em taxas de vacinação desiguais no país (Aos Fatos, 2022).

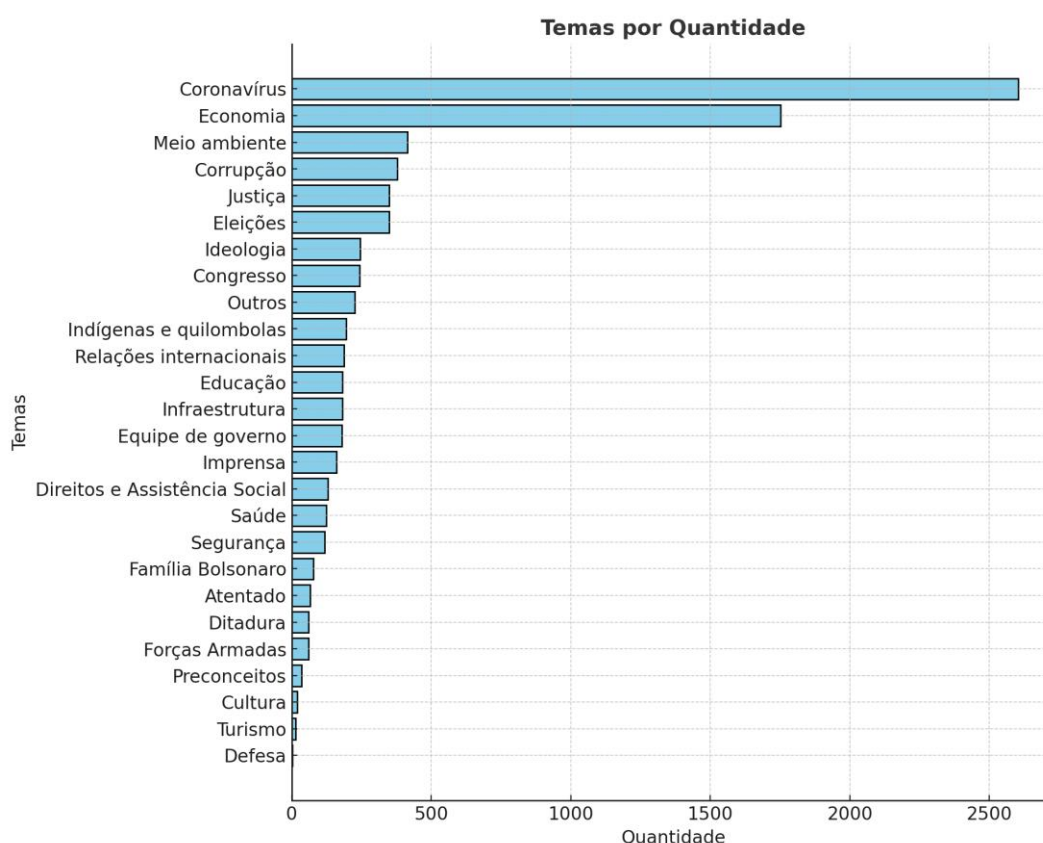
Além disso, Bolsonaro reiteradamente se opôs às medidas de isolamento social. Frases como “A economia não pode parar” e “Fique em casa é para os fracos”²⁴ reforçaram a oposição ao distanciamento e ao lockdown, contribuindo para o aumento de aglomerações. O incentivo a tratamentos sem comprovação científica, centrados em medicamentos como Cloroquina e Ivermectina, também desviou recursos que poderiam ter sido empregados em políticas mais eficazes, alimentando falsas esperanças. A gestão federal pautada em narrativas políticas, em detrimento de evidências científicas, dificultou a coordenação nacional de combate à crise (Aos Fatos, 2022).

²³ Informação repetida cinco vezes, conforme analisada pela agência *Aos Fatos*. Disponível em: <https://api.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/13537/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

²⁴ Declaração feita em discurso no Mato Grosso, em set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/18/bolsonaro-diz-que-fique-em-casae-para-os-fracos-conversinha-mole.htm>. Acesso em 30 dez. 2024.

Embora o Coronavírus tenha sido o tema mais recorrente nas declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro, a análise da agência *Aos Fatos* mostra que outros assuntos também foram explorados. Economia, meio ambiente, eleições, corrupção, ideologia e segurança figuraram como pilares discursivos para sustentar narrativas populistas e agravar a polarização política, conforme a visualização gráfica abaixo:

Gráfico 1 - Temas classificados pela agência Aos Fatos



Fonte: Aos Fatos (aosfatos.org)

Na esfera econômica, que reuniu 1.752 declarações falsas ou distorcidas, Bolsonaro frequentemente utilizava dados fora de contexto para justificar supostos esforços de equilíbrio entre saúde e economia. Frases como “A política do ‘fique em casa’ destruiu milhões de empregos”²⁵ foram repetidas, apesar de estudos indicarem a importância das medidas de

²⁵ Afirmação repetida 50 vezes, segundo levantamento feito pela *Aos Fatos*. Disponível em: <https://api.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/6345/>. Acesso em: 30 dez. 2024

isolamento para conter a pandemia. No campo ambiental, registraram-se 414 declarações falsas ou distorcidas. O ex-presidente minimizava o desmatamento e as queimadas, frequentemente atribuindo a ONGs e a governos estrangeiros a responsabilidade por criar uma “imagem falsa” do Brasil. Ao afirmar que “Somos o país que mais preserva o meio ambiente no mundo”, Bolsonaro desconsiderou dados oficiais que apontavam o avanço do desmatamento²⁶ (Aos Fatos, 2022).

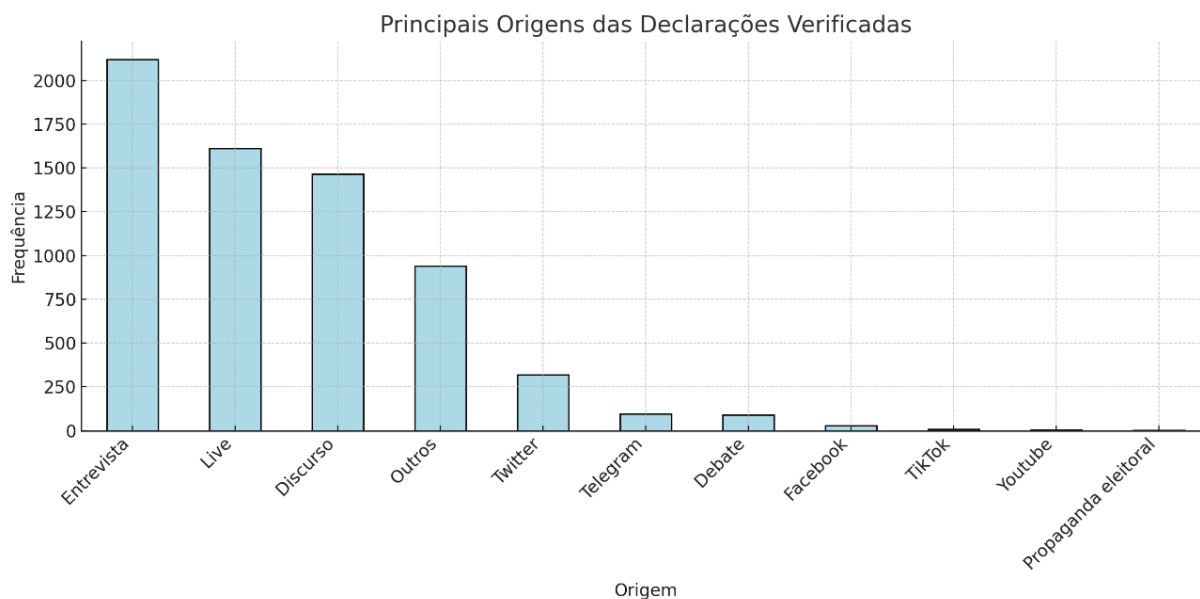
Em relação às eleições, Bolsonaro recorreu a alegações infundadas de fraude nas urnas eletrônicas, gerando dúvidas sobre a segurança do sistema eleitoral brasileiro e intensificando a desconfiança pública (Aos Fatos, 2022). Já no tema da corrupção, o ex-presidente esforçava-se para projetar a imagem de um governo imune a tais práticas, ainda que acusações tenham envolvido membros de seu círculo próximo, segundo aponta o levantamento feito pela agência *Aos Fatos* (2022)²⁷. Ademais, referências frequentes à “agenda ideológica de esquerda” e à necessidade de ampliar o acesso a armas marcaram o discurso ideológico e de segurança, reforçando a divisão entre “cidadãos de bem” e “inimigos internos”.

A origem das declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro, analisadas pela agência *Aos Fatos*, evidencia uma estratégia comunicativa multicanal, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

²⁶ Afirmação repetida 40 vezes, segundo levantamento feito pela *Aos Fatos*. Disponível em: <https://api.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/3902/>. Acesso em: 30 dez. 2024

²⁷ A afirmação de que não havia corrupção em seu governo foi a mais repetida por Bolsonaro (249 vezes), segundo *Aos Fatos*. Entretanto, integrantes e ex-integrantes de seu governo, como Milton Ribeiro, Ricardo Salles e Ciro Nogueira, foram alvo de investigações por corrupção e outros delitos. Relatório da *Americas Society* aponta recuos no combate à corrupção devido a tentativas de controle de órgãos de investigação e cortes orçamentários. Disponível em: <https://api.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/13351/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

Gráfico 2 - Origem das declarações verificadas pela Aos Fatos



Fonte: Aos Fatos (aosfatos.org)

As entrevistas, com 2.120 declarações verificadas, serviram para difundir desinformação a um público mais amplo, muitas vezes valendo-se de dados enviesados para endossar sua agenda política. Além das *lives*, em que somou 1.613 declarações verificadas, o ex-presidente também fez uso intenso de discursos públicos (1.466) e postagens em redes sociais. Plataformas como Twitter, Facebook, YouTube e Telegram foram relevantes. Em particular, o Telegram destacou-se como espaço fechado para mobilizar apoiadores sem o crivo de moderadores ou checadores de fatos. Essa coordenação multicanal ampliou o alcance das mensagens, facilitando a formação de bolhas informacionais (Carreon, 2023; Seibt e Dannenberg, 2021).

O Twitter, em especial, foi um dos canais favoritos para difundir informações falsas ou distorcidas, dada sua agilidade e alcance. A plataforma permitia a Bolsonaro simplificar pautas complexas, recorrer à ironia e a ataques pessoais, além de impulsionar discursos polarizadores. Postagens sobre temas como a segurança das urnas eletrônicas ou a eficácia de medicamentos sem comprovação científica ganharam rapidamente visibilidade e engajamento, impactando a percepção pública, como investigado por Seibt e Dannenberg (2021).

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro recorreu à desinformação para deslegitimar opositores, imprensa e instituições como o STF e o Congresso Nacional. Ataques pessoais, associações simplistas e acusações de corrupção contra adversários políticos foram constantes, enquanto a mídia era acusada de disseminar “*fake news*” e conspirar contra o governo. Isso criou um cenário em que apenas as declarações presidenciais eram consideradas “verdadeiras”,

ao passo que vozes críticas eram silenciadas ou postas em xeque (Rodrigues, 2021; Seibt e Dannenberg, 2021).

A dimensão da desinformação ficou ainda mais evidente nas eleições de 2022, quando Bolsonaro intensificou seus ataques ao sistema eleitoral e disseminou conteúdos inverídicos para desacreditar o processo democrático, conforme investigado por Cazzamatta e Santos (2023). As urnas eletrônicas foram o principal alvo: o ex-presidente alegava que “não são auditáveis” e que apenas o voto impresso garantiria eleições limpas. Embora a agência *Aos Fatos* e outros especialistas tenham refutado essas alegações, a narrativa de fraude espalhou-se pelas redes sociais. Ao mesmo tempo, opositores, em especial Luiz Inácio Lula da Silva, eram associados a esquemas de corrupção e ameaças à liberdade individual, muitas vezes sem qualquer comprovação (Cazzamatta e Santos, 2023).

O uso de plataformas como Telegram e WhatsApp para a disseminação em massa de teorias conspiratórias e *fake news* agravou o cenário, pois essas redes de mensagens privadas são de difícil monitoramento, permitindo que conteúdos enganosos circulem entre grupos de apoiadores. O resultado foi uma amplificação das tensões políticas mesmo após o encerramento do processo eleitoral, minando a confiança nas instituições e evidenciando o potencial nocivo de estratégias baseadas na pós-verdade (Cazzamatta e Santos, 2023).

Bolsonaro usou a desinformação como ferramenta política para sustentar sua agenda, desqualificar adversários, desacreditar a imprensa e enfraquecer instituições democráticas. Essa estratégia aprofundou a polarização social e mobilizou sua base de apoio por meio de manipulação emocional e do apelo ao medo e ao ressentimento. Segundo Rocha (2021), essas narrativas foram deliberadamente construídas para transformar estudos acadêmicos em ameaças fabricadas contra a família tradicional, utilizando plataformas como WhatsApp e YouTube para consolidar apoio, deslegitimar opositores e desumanizar adversários por meio da "guerra cultural".

3.4 A reconfiguração dos direitos humanos no governo Bolsonaro (2019-2022)

Em seu discurso de posse, Jair Bolsonaro mencionou o “desvirtuamento dos direitos humanos” e a “desconstrução da família” como questões centrais a serem enfrentadas por seu governo (Cavalcanti e Ferreira, 2020). Ao longo de sua gestão (2019-2022), o Brasil experimentou uma profunda transformação no debate e na implementação de políticas de direitos humanos, marcada por uma reinterpretação conservadora dos direitos, pautada em

valores religiosos, na ênfase na “família tradicional” e no silenciamento das demandas de grupos minoritários (Cavalcanti e Ferreira, 2020; Moschkovich, 2022; 2023).

Este subcapítulo analisa como o governo Bolsonaro atuou para redefinir o entendimento e a implementação dos direitos humanos no Brasil, com base no conjunto de artigos e estudos produzidos por Afonso (2022), Cavalcanti e Ferreira (2020), Da Silva (2019), Paludo e Fraga (2020), Papi et al. (2024), Benetti et al. (2020), Pedretti (2020), Mendes e Menezes (2019), Feitosa (2021), Pereira, Aragusuku e Teixeira (2023), Moschkovich (2022; 2023), Rodrigues e Galetti (2024), Teixeira e Barbosa (2022), Kyrillos e Simioni (2022), Lima e França (2023) e Risso e Carvalho (2022), os quais investigaram as relações entre o governo Bolsonaro e as pautas de direitos humanos.

Ao contrário das administrações anteriores de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, que buscaram consolidar uma política de Estado em direitos humanos por meio dos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) e da ampla participação social (Afonso, 2022), o governo Bolsonaro adotou uma retórica de desqualificação de atores e instrumentos normativos, bem como a introdução de uma nova gramática moral e conservadora.

Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro fez do discurso anti-direitos humanos um dos pilares de sua plataforma política (Da Silva, 2019; Cavalcanti e Ferreira, 2020). Nessa narrativa, os direitos humanos foram apresentados como uma “ideologia” favorável a criminosos, comprometendo a segurança pública. Nesse contexto, defensores, ativistas e movimentos sociais foram retratados como “inimigos da nação” ou “defensores de bandidos”, contribuindo para um ambiente de hostilidade e insegurança.

Ao longo do mandato, essa perspectiva ganhou força, prejudicando ainda mais a legitimidade dos direitos humanos (Da Silva, 2019; Cavalcanti e Ferreira, 2020). O entendimento de que a proteção desses direitos se oporia aos interesses do “cidadão de bem” simplificou e distorceu o debate, ignorando aspectos econômicos, sociais e culturais (Da Silva, 2019). Segundo Cavalcanti e Ferreira (2020), essa retórica transformou os direitos humanos em um “significante vazio”, suscetível a uma reinterpretação conservadora que privilegiava a religiosidade, a família e a rejeição a uma suposta “ideologia de gênero”.

Essa desconstrução semântica dos direitos humanos buscou esvaziar seu sentido histórico e jurídico, enfraquecendo sua base em normativas internacionais e constitucionais. Declarações oficiais que criminalizavam defensores desses direitos ou relativizavam acordos internacionais ilustram esse processo. Ao apresentar dicotomias simplistas como “cidadãos de bem” versus “bandidos”, a retórica populista e polarizada de Bolsonaro desgastava o consenso

democrático em torno da universalidade dos direitos humanos (Da Silva, 2019; Cavalcanti e Ferreira, 2020).

Em paralelo, o governo Bolsonaro empenhou-se em redefinir o próprio significado dos direitos humanos, adaptando-os a uma agenda conservadora (Cavalcanti e Ferreira, 2020; Moschkovich, 2022; 2023). Procurou-se firmar uma concepção “verdadeira” ou “legítima” desses direitos, vinculada à ideia de ordem, moralidade e defesa da família, em oposição a um pretense sistema que privilegiaria criminosos e minorias em detrimento da maioria. Assim, os direitos humanos deixaram de ser garantias universais e incondicionais, tornando-se preceitos condicionados a valores tradicionais.

Como apontam Cavalcanti e Ferreira (2020), essa compreensão seletiva e moralista abriu espaço para interpretações restritivas, fortalecendo uma visão punitivista e hierarquizada. Nesse sentido, a legitimação da violência policial, a minimização do racismo, a rejeição de identidades de gênero e sexualidade dissidentes e a oposição a políticas indigenistas passaram a ser justificadas como parte de um “resgate” do verdadeiro sentido desses direitos (Cavalcanti e Ferreira, 2020).

Sob essas premissas, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), liderado por Damares Alves, tornou-se o símbolo da inflexão conservadora na política de direitos humanos do governo Bolsonaro. A inclusão da “família” no nome do ministério e a criação da Secretaria Nacional da Família exemplificam o novo eixo normativo, no qual a família tradicional é tratada como sujeito de direitos e base moral da sociedade (Moschkovich, 2022; 2023; Pereira, Aragusuku, Teixeira, 2023).

Teixeira e Barbosa (2022) analisam a influência do pentecostalismo e do ativismo religioso antigênero na formulação dessa “gramática dos direitos humanos”. Sob a liderança de uma pastora pentecostal, o MMFDH incorporou valores cristãos ultraconservadores às políticas públicas, posicionando conceitos como “família” e “gênero” no centro do debate, alimentando pânico morais e criando narrativas de guerra cultural (Teixeira e Barbosa, 2022).

Nessa perspectiva, demandas de grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas e populações periféricas, passaram a ser ignoradas ou desqualificadas em nome de uma moralidade tradicional, antivulnerável e antifeminista (Rodrigues e Galetti, 2024; Feitosa, 2021). A “liberdade religiosa” foi mobilizada para restringir direitos reprodutivos, combater agendas feministas e justificar a exclusão de minorias sexuais, enquanto se reforçavam padrões raciais desiguais, a heteronormatividade e a subordinação de grupos minoritários (Rodrigues e Galetti, 2024; Feitosa, 2021; Teixeira e Barbosa, 2022).

Como mostra Moschkovich (2022; 2023), essa nova gramática dos direitos humanos substituiu categorias técnicas, como “gênero”, por termos do senso comum, como “mulher” e “família”, tornando a pauta mais aceitável a setores conservadores e religiosos (Teixeira e Barbosa, 2022; Pereira, Aragusuku, Teixeira, 2023). Esse movimento não apenas reforçou uma moralidade excludente, mas também serviu para desqualificar pautas feministas, LGBTQIA+ e de igualdade racial, rotulando-as como “ideologias” contrárias à ordem familiar.

Nesse contexto, a mulher foi reposicionada como figura central na manutenção da família tradicional, vista como guardiã da moral e dos bons costumes (Rodrigues e Galetti, 2024). O antifeminismo tornou-se um componente-chave do discurso oficial, deslegitimando pautas feministas e apresentando a independência feminina como contrária à ordem familiar. Rodrigues e Galetti (2024) observam que o discurso antifeminista do MMFDH se articulava a uma lógica neoliberal-conservadora, que privilegiava a responsabilidade individual, o conservadorismo moral e a defesa da família tradicional em detrimento de políticas públicas estruturais. Esse conjunto de ações contribuiu para o silenciamento de questões de desigualdade, para a deslegitimação das agendas feministas e para a exclusão de grupos vulneráveis, ao mesmo tempo em que reforçava hierarquias sociais e morais sob a justificativa de proteção da família.

A desinstitucionalização das políticas LGBTQIA+ foi outro marco significativo do governo Bolsonaro (Feitosa, 2021; Pereira, Aragusuku, Teixeira, 2023). Medidas como a extinção do Conselho Nacional LGBT, o fim de campanhas específicas de prevenção a IST/AIDS e a não realização da 4ª Conferência Nacional LGBT exemplificam esse retrocesso. Paralelamente, conforme analisam Pereira, Aragusuku e Teixeira (2023), ocorreu a institucionalização do ativismo antigênero, legitimado pela categoria de “políticas públicas familiares”. A ocupação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) por redes de ativismo antigênero dificultou a transversalidade de políticas voltadas à população LGBTQIA+, fortalecendo uma agenda contrária a seus direitos.

Como consequência, o movimento LGBTQIA+ perdeu canais de diálogo e participação social, enquanto a retórica antigênero e homolesbotransfóbica legitimava a violência e a discriminação contra esses grupos. Feitosa (2021) destaca que tal desmonte não é simples omissão, mas uma estratégia ativa de remover a pauta LGBTQIA+ da agenda pública e substituí-la por concepções conservadoras. Ao negar a legitimidade dessas demandas, o governo Bolsonaro reforçou desigualdades, dificultou o acesso a políticas de saúde, educação e segurança e restringiu o diálogo com a sociedade civil, consolidando valores conservadores e heteronormativos que negam a cidadania plena à população LGBTQIA+.

A política de desmantelamento dos direitos humanos durante o governo Bolsonaro também se manifestou no âmbito institucional e administrativo. Segundo Papi et al (2024), o governo adotou estratégias diversas, como o desmantelamento ativo, alterando parâmetros de políticas públicas, extinguindo comitês e programas de direitos humanos e revisando planos nacionais sem participação social. Além disso, ocorreu o desmantelamento simbólico, anunciando intenções de desmonte quando impedido por barreiras institucionais, bem como a mudança de arena, transferindo competências para outros níveis de governo ou órgãos não especializados, e o desmantelamento por omissão, reduzindo recursos e investimentos em políticas de igualdade racial, de gênero, de educação em direitos humanos e de proteção a defensores de direitos. Apesar dessa investida, a atuação do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como a resistência de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, impediu o desmonte completo, reforçando a importância da defesa dos direitos humanos (Papi et al, 2024).

A análise de Afonso (2022) sobre a revisão do PNDH-3 exemplifica a negação da participação popular e o retrocesso em princípios democráticos que antes orientavam a formulação de políticas de direitos humanos. Histórica e coletivamente construídos, os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDHs) sempre contaram com ampla participação social. Entretanto, sob o governo Bolsonaro, a revisão do PNDH-3 ocorreu sem a inclusão da sociedade civil, revertendo o caráter democrático que havia marcado sua elaboração. A Portaria nº 457, ao limitar a participação apenas a representantes do governo, excluiu movimentos sociais e entidades de direitos humanos, enfraquecendo a legitimidade do programa (Afonso, 2022).

Essa revisão sem diálogo impactou especialmente áreas sensíveis, como direitos reprodutivos, igualdade de gênero, políticas ambientais e reconhecimento da diversidade familiar. Ao retirar a sociedade civil das negociações, o governo desarticulou redes de proteção e acompanhamento, facilitando o desmonte de mecanismos institucionais de garantia de direitos (Papi et al, 2024).

A questão racial também não ficou de fora. Kyrillos e Simioni (2022) mostram que o governo Bolsonaro reapropriou o mito da democracia racial, reconhecendo a existência de raças, mas ignorando o racismo estrutural e a violência que marcam as relações raciais no Brasil. A ênfase na miscigenação como sinônimo de harmonia racial apaga a realidade histórica do branqueamento e das desigualdades, mantendo o privilégio da branquitude e despolitizando as reivindicações antirracistas (Kyrillos e Simioni, 2022).

A resistência de movimentos negros, inclusive no contexto transnacional do Black Lives Matter, expôs a contradição entre a retórica oficial e a realidade das desigualdades raciais

(Kyrillos e Simioni, 2022). Ao não reconhecer o racismo e desarticular políticas de promoção da igualdade racial, Bolsonaro assegurou a manutenção de hierarquias raciais, dificultando a implementação de ações afirmativas e políticas de reparação.

No campo dos direitos indígenas, Lima e França (2023) analisam declarações de Bolsonaro que reproduzem discursos coloniais e do agronegócio, desumanizando indígenas, ignorando a diversidade étnica e cultural e legitimando a violência e a diminuição de reservas. Esse imaginário, que deslegitima as lutas indígenas e reforça estereótipos, cria um cenário propício à violação de direitos e à expansão predatória sobre territórios tradicionais (Lima e França, 2023).

As políticas para povos indígenas também foram profundamente afetadas, conforme argumentam Lima e França (2023), bem como Risso e Carvalho (2022). O governo Bolsonaro atrasou demarcações de terras, enfraqueceu a FUNAI, incentivou a mineração ilegal e o desmatamento, contrariando direitos constitucionais e obrigações internacionais. O indígena foi retratado como entrave ao desenvolvimento, reinstituindo um discurso colonial e integracionista que justifica a violência contra esses povos.

Ao aproximar-se da lógica da ditadura militar, que via a Amazônia como fronteira a ser explorada, o governo Bolsonaro ignorou a centralidade dos territórios tradicionais para a sobrevivência cultural e física dos povos indígenas (Risso e Carvalho, 2022; Lima e França, 2023). Esse quadro gerou aumento de conflitos, invasões de terras e deterioração socioambiental.

O discurso do governo Bolsonaro também se aproximou de uma lógica central do período da ditadura militar, que foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ao ressuscitar a figura do “inimigo interno” e legitimar práticas repressivas (Paludo e Fraga, 2020; Benetti et al., 2020; Pedretti, 2020). Como mostram Paludo e Fraga (2020), a ênfase em um “outro” demonizado, seja o “comunismo” ou outros adversários políticos e ideológicos, alimentou a polarização. Essa retórica autoritária reforçou um projeto político pautado na negação da alteridade e na justificação do uso da força.

A política de memória, verdade e justiça também sofreu impacto. Em vez de simplesmente dismantelar instituições voltadas à memória da ditadura, o governo Bolsonaro adotou uma contrarretórica que minimizou ou negou as violações do regime autoritário, promovendo uma visão positiva da ditadura (Benetti et al, 2020). Nesse contexto, indenizações e esforços de reparação foram desqualificados, e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), deslegitimada por Bolsonaro mesmo antes de sua posse, teve sua atuação questionada e a tortura minimizada (Pedretti, 2020).

Ao ressaltar heróis militares imaginários e ignorar as violações cometidas no passado, Bolsonaro criou um revisionismo histórico que justificou o punitivismo e a repressão como necessários à ordem. Ao desconsiderar a importância das políticas de memória, verdade e justiça, desqualificando indenizações e esforços de reparação às vítimas, ele também enfraqueceu a cultura democrática e a prevenção de futuras violações, desrespeitando normas internacionais de direitos humanos (Benetti et al, 2020; Pedretti, 2020).

Por fim, no campo migratório, Mendes e Menezes (2019) analisam a guinada regressiva do governo Bolsonaro em contraste com a Lei de Migração de 2017, que adotava princípios mais garantistas em termos de direitos humanos. Ao retirar o Brasil do Pacto Global para Migração, reforçar um paradigma securitário e promover a deportação sumária de migrantes considerados “perigosos”, o governo Bolsonaro retoma a lógica do Estatuto do Estrangeiro da época da ditadura militar, ignorando a proteção de refugiados e a complexidade da crise migratória, além de compromissos internacionais e princípios humanitários (Mendes e Menezes, 2019).

No caso da crise migratória venezuelana, ainda que a Operação Acolhida tenha sido mantida, segundo Mendes e Menezes (2019), não houve avanço em soluções de longo prazo. Ao invés disso, a abordagem centrou-se na culpabilização do socialismo e na falta de coordenação com autoridades internacionais, comprometendo a assistência humanitária e as garantias de direitos dessas populações.

A partir do exposto, conclui-se que o governo Bolsonaro promoveu um deslocamento profundo na compreensão e na prática dos direitos humanos no Brasil, submetendo-os a uma lógica conservadora, moralista, excludente e autoritária. Ao redefinir sua “gramática”, pautando-os em valores religiosos, na “família” como eixo normativo central e em preceitos tradicionais, o governo fragilizou mecanismos institucionais de proteção, ampliou desigualdades, restringiu a participação social e relativizou compromissos históricos (Cavalcanti e Ferreira, 2020).

Nessa nova configuração, os direitos humanos deixaram de ser garantias universais e incondicionais, abrindo espaço para interpretações restritivas, punitivistas e hierarquizadas. Assim, a legitimação da violência policial, a minimização do racismo, a rejeição de identidades de gênero e sexualidade dissidentes e a oposição a políticas indigenistas passaram a ser justificadas como parte de um suposto “resgate” do sentido original desses direitos (Cavalcanti e Ferreira, 2020).

Apesar da resistência de movimentos sociais, da pressão internacional e da atuação do Poder Judiciário, os efeitos do desmonte da política de direitos humanos foram profundos. Ao

final do período, a agenda de direitos humanos encontrava-se enfraquecida, questionada e instrumentalizada a serviço de projetos conservadores, revelando a fragilidade da institucionalização desses direitos no país.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO KDD: A DESCOBERTA DE CONHECIMENTO NAS POSTAGENS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER (2019-2022)

Neste capítulo, detalhamos o processo de Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados (KDD, do inglês *Knowledge Discovery in Databases*) e sua aplicação nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter, publicadas entre 2019 e 2022. Utilizando técnicas avançadas, como modelagem e mineração de tópicos, descrevemos como os dados foram extraídos, organizados e processados para identificar padrões temáticos e discursivos.

4.1 O Processo KDD: a descoberta de conhecimento em base de dados

A análise e interpretação manual de conjuntos de dados costumava ser o método tradicional de transformar dados em conhecimento. No entanto, com o crescimento dramático do volume de dados, essa abordagem se tornou inviável. Como resultado, a automação da análise de dados tornou-se necessária para descobrir padrões e estruturas significativas em grandes conjuntos de dados de maneira sistemática e automatizada.

Devido ao tamanho das bases de dados e à possibilidade de informações relevantes estarem implícitas, é necessário um trabalho de busca detalhado o que, metaforicamente, diz-se ser um trabalho de “mineração”. O termo “mineração de dados” (do inglês, *data mining*) ganhou popularidade no campo da Análise de Dados para descrever o processo automático ou semiautomático de explorar grandes bases de dados para descobrir padrões relevantes e gerar conhecimento (Silva, Peres e Boscaroli, 2016).

De acordo com as considerações de Silva, Peres e Boscaroli (2016), o estudo de identificação de padrões a partir de bases de dados é uma prática antiga, datando desde os anos 1960, quando estatísticos utilizavam procedimentos indutivos na área de Análise de Dados. Com o passar do tempo e o aumento na quantidade de dados, bem como na heterogeneidade de formatos e na necessidade de alta disponibilidade, a área de análise evoluiu para metodologias exploratórias, como a mineração de dados. Em 1989, Piatetsky-Shapiro criou o termo *Knowledge Discovery in Databases* (KDD), traduzido para o português como "Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados", durante um workshop sobre análise de dados, com o objetivo de ressaltar que o conhecimento é o resultado final de uma descoberta orientada por dados (Frawley, Piatetsky-Shapiro, Matheus, 1992).

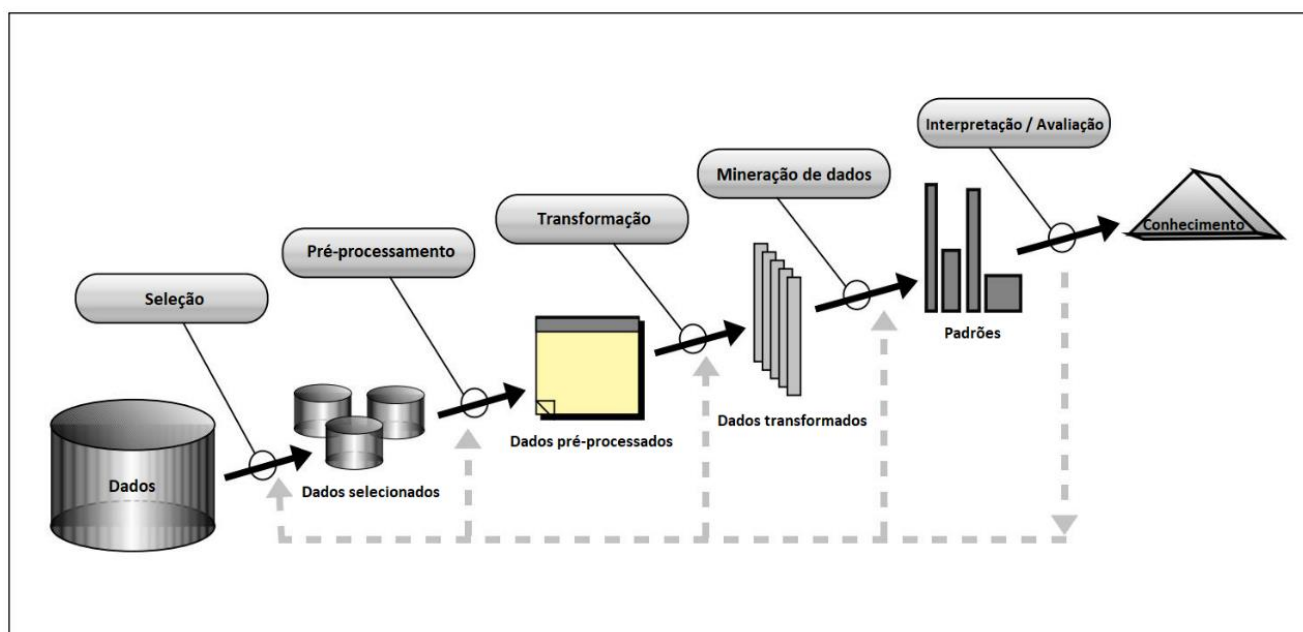
Embora os termos “KDD” e “mineração de dados” estejam intimamente relacionados, eles não são sinônimos. A mineração de dados é vista como uma etapa específica do processo KDD, na qual algoritmos de análise são aplicados a um conjunto de dados para produzir uma enumeração de padrões ou modelos. O KDD, por outro lado, é o processo geral de descoberta de conhecimento útil a partir de dados.

O objetivo do processo KDD é mapear grandes quantidades de dados em formas mais compactas, abstratas ou úteis para que possam ser mais facilmente entendidos e digeridos. No centro desse processo está a aplicação de métodos específicos de mineração de dados para descobrir e extrair padrões (Silva, Peres e Boscarioli, 2016; Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth, 1996)

O termo “processo” implica que o KDD é composto por diversas etapas, desde a organização e preparação dos dados, passando pela busca de padrões até a avaliação e refinamento do conhecimento obtido, tudo em iterações interdependentes que podem se repetir sem uma clara distinção entre elas. Como exposto por Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth (1996), a primeira etapa consiste na organização dos dados relevantes em um repositório único e no pré-processamento dos mesmos, incluindo a eliminação de valores discrepantes, a seleção de dados e atributos relevantes, e a normalização dos valores dos atributos. Em seguida, inicia-se a mineração de dados propriamente dita, que envolve a aplicação de técnicas e algoritmos para transformar os dados pré-processados em padrões²⁸, com o objetivo de realizar tarefas como predição, agrupamento ou associação. Por fim, os resultados obtidos são validados, avaliados e apresentados em formatos estruturados, como gráficos, tabelas e relatórios. Na figura abaixo podemos visualizar as cinco etapas do processo KDD, conforme representado pelos autores.

²⁸ De acordo com a definição apresentada por Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth (1996), dados consistem em um conjunto de fatos. A extração de padrões de dados implica na identificação de estruturas ou em qualquer descrição de alto nível a partir de um conjunto de dados.

Gráfico 3 - Visão geral das etapas que compõem o processo KDD.



Fonte: Traduzido de Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth (1996).

As etapas iniciais do processo KDD, relacionadas à construção da base de dados (seleção, pré-processamento e transformação), são cruciais para o sucesso da descoberta de conhecimento. Para assegurar esse êxito, é imprescindível que se tenha cautela na criação do conjunto de dados, assim como na limpeza e pré-processamento dos mesmos. Nesse momento é necessário eliminar os ruídos, coletar as informações relevantes, definir estratégias para lidar com campos de dados ausentes e escolher como representar os dados de maneira adequada.

A etapa seguinte, mineração de dados, é a mais importante do processo KDD e consiste, essencialmente, na transformação dos dados pré-processados em padrões. Para isso, são aplicadas técnicas baseadas em algoritmos computacionais que recebem um conjunto de fatos ocorridos no mundo real como entrada e devolvem um padrão de comportamento como saída. Existem várias técnicas e algoritmos de transformação de dados em padrões disponíveis, cuja escolha fica a critério do analista, o qual deve considerar o tipo de dado e o tipo de informação associada ao padrão desejado (Silva, Peres e Boscaroli, 2016).

Entre as técnicas destacam-se a classificação, que envolve o aprendizado de uma função para mapear dados em uma ou mais classes previamente definidas; a regressão ou predição, que envolve o aprendizado de uma função para mapear valores associados aos dados em um ou mais valores reais; o agrupamento ou *clustering*, que envolve a identificação de grupos de dados com características semelhantes dentro do mesmo grupo e diferentes entre grupos; a

sumarização, que descreve o que caracteriza um conjunto de dados; a detecção de desvios ou outliers, que identifica dados que não seguem um padrão esperado; e a identificação de associações, que identifica grupos de dados com co-ocorrência entre si. Ainda é possível ter técnicas híbridas ou que são usadas de forma diferente em diferentes etapas do processo KDD (Santos, 2012; Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth, 1996)

Quanto aos métodos utilizados para a mineração de dados, também há uma grande variedade. Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth (1996) destacam: árvores de decisão, regressão não-linear, métodos de classificação, métodos baseados em exemplos, modelos gráficos probabilísticos, modelos de aprendizagem relacional, dentre outros.

Por fim, os padrões descobertos na etapa de mineração de dados são submetidos a validação, avaliação e formatação em gráficos, tabelas e relatórios estruturados. Por se tratar de um processo iterativo e interativo é possível voltar a qualquer uma das etapas anteriores do processo KDD, permitindo a repetição de cada fase na sequência usual ou fora dela. O objetivo final do processo é gerar conhecimento útil para a tomada de decisões, bem como aplicar o conhecimento descoberto, incorporá-lo a outro sistema para ação futura ou, simplesmente, relatá-lo e documentá-lo.

4.2 Aplicação do processo KDD: análise do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter por meio da mineração de tópicos

No âmbito deste estudo, empregamos o processo de Descoberta de Conhecimento em Base de Dados (KDD) com o objetivo de identificar padrões nas manifestações pessoais do ex-presidente Jair Bolsonaro, analisando suas postagens no Twitter. Detalhamos a seguir as etapas do processo KDD, adaptadas ao contexto da nossa investigação:

4.2.1 Seleção de dados

A base de dados a ser analisada compreende o conjunto de postagens realizadas por Jair Bolsonaro no Twitter ao longo de seu mandato presidencial (2019-2022), que totaliza 9.415 *tweets*. Essas postagens foram coletadas por meio de técnicas de raspagem de dados (*Web Scraping*), utilizando o software R com suporte da API do Twitter²⁹. Os dados coletados foram

²⁹ Utilizou-se a API *Twitter Academic Research*, exclusiva para pesquisadores, que permitia acesso a um volume maior de dados e em um intervalo de tempo mais extenso do que a versão comercial. Este método foi viável até março de 2023; após essa data, mudanças implementadas pelo novo proprietário da plataforma, Elon Musk, restringiram esse acesso para fins acadêmicos. Consequentemente, a API do Twitter passou a oferecer planos pagos, destinados a contas empresariais, com custos consideravelmente elevados. Os dados necessários para este estudo foram coletados antes dessas alterações.

organizados em um banco de dados no formato de tabela (.xls), com variáveis distribuídas em colunas, cujo significado e conteúdo são explicados a seguir:

Quadro 2 - Dados do Twitter de Jair Bolsonaro (2019-2022)

tweet_id	Identificador único do tweet.
user_username	Jairbolsonaro.
text	Texto do tweet.
possibly_sensitive	Indica se o conteúdo foi marcado como sensível pelo autor ou pela equipe de suporte do Twitter. 15 <i>tweets</i> foram marcados como sensíveis.
author_id	128372940.
lang	Idioma do texto do tweet identificado automaticamente. Algumas marcações específicas incluem: <ul style="list-style-type: none"> • lang:art (emojis apenas) - 39 <i>tweets</i>. • lang:qam (<i>tweets</i> com menções) - 4 <i>tweets</i>. • lang:qct (<i>tweets</i> com cashtags) - 0 <i>tweets</i>. • lang:qht (<i>tweets</i> com hashtags) - 0 <i>tweets</i>. • lang:qme (<i>tweets</i> com menções de usuários) - 566 <i>tweets</i>. • lang:qst (<i>tweets</i> com texto muito curto) - 1 <i>tweet</i>. • lang:zxx (<i>tweets</i> somente com link de mídia, sem texto adicional) - 309 <i>tweets</i>. • Principais idiomas detectados: <ul style="list-style-type: none"> • Lang:en (inglês) - 92 <i>tweets</i>. • Lang:es (espanhol) - 211 <i>tweets</i>. • Lang:pt (português) - 7.983 <i>tweets</i>.
conversation_id	Identificação dos <i>tweets</i> que fazem parte de uma mesma conversa ou tópico de resposta. 6.125 <i>tweets</i> são relevantes para a pesquisa.
created_at	Data de criação do tweet. Distribuição anual: <ul style="list-style-type: none"> • 2019: 2.504 <i>tweets</i>. • 2020: 2.633 <i>tweets</i>.

	<ul style="list-style-type: none"> • 2021: 1.899 <i>tweets</i>. • 2022: 2.379 <i>tweets</i>.
in_reply_to_user_id	Identificação do autor do tweet original, caso o tweet seja uma resposta. Dos 9.415 <i>tweets</i> , 4.116 são respostas, 3.129 das quais são respostas a <i>tweets</i> do próprio usuário, indicando a formação de uma <i>thread</i> .
user_description	38° Presidente da República Federativa do Brasil BR.
user_created_at	31/03/2010 às 20:13:00
user_name	Jair M. Bolsonaro.
user_profile_image_url	URL da imagem do perfil: https://pbs.twimg.com/profile_images/1614784189462618112/EUGqFFah_normal.jpg 
user_url	Canal no Telegram com 1.971.106 membros em dezembro/2023: https://t.co/DzletgH0tv
user_protected	<i>False</i> (os <i>tweets</i> são públicos, pois a conta não está protegida).
user_verified	<i>False</i> na data de extração dos dados; atualmente verificado.
user_location	Brasília, Brasil.
user_pinned_tweet_id	<i>False</i> (nenhum tweet está fixado).
retweet_count	Contagem de <i>retweets</i> .
like_count	Contagem de curtidas.
quote_count	Contagem de <i>tweets</i> citados (<i>retweets</i> com comentários).
user_tweet_count	15.750.
user_list_count;	8.975.
user_followers_count	11.318.868 seguidores em 20/11/2023.
user_following_count	486 seguindo em 20/11/2023.
sourcetweet_type	Tipo do tweet de origem, indicando se foi retuitado ou citado: <ul style="list-style-type: none"> • Retweeted: 595. • Quoted: 152. • NA: 8.668.

sourcetweet_id	ID do tweet de origem (747 <i>tweets</i> relacionados).
sourcetweet_text	Texto fonte do tweet citado ou retuitado.
sourcetweet_lang	Idioma do tweet de origem.
sourcetweet_author_id	ID do autor do tweet de origem.

Fonte: X/Twitter, extraído em 20/NOV/2023.

4.2.2 Análises Preliminares

Com base no banco de dados selecionado, iniciamos o primeiro contato com o material a ser explorado, definindo as impressões iniciais. A seguir, apresentamos as principais análises preliminares das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter:

- **Presença e Atuação no X/Twitter:** Bolsonaro está ativo no X/Twitter desde 31 de março de 2010, utilizando esta plataforma como um meio de comunicação direta e sem intermediários com seus seguidores. A longa presença de Bolsonaro no Twitter permitiu-lhe construir uma base de seguidores sólida e engajada, uma vantagem estratégica significativa que precedeu sua candidatura presidencial e influenciou positivamente suas campanhas eleitorais subsequentes. A presença marcante de Bolsonaro nesta rede social é evidenciada por um crescimento significativo de seguidores, que aumentou aproximadamente 300% desde o início de seu mandato em janeiro de 2019, quando contava com 2,8 milhões de seguidores³⁰.

- **Seguidores e Seguindo:** Em 20 de novembro de 2023, Bolsonaro já possuía 11.318.868 seguidores, consolidando-se como a personalidade política brasileira com o maior número de seguidores nessa plataforma naquela data. Todavia, ele seguia apenas 486 usuários, em sua maioria figuras políticas alinhadas com a direita ou extrema direita, tanto no cenário nacional quanto internacional. Essa discrepância entre o número de seguidores e seguidos sugere uma estratégia deliberada de construir redes de informação e influência que reforcem sua identidade ideológica e apoio político.

- **Frequência de Postagens por Ano:** Durante os quatro anos de mandato, o uso do Twitter por Bolsonaro manteve-se bastante constante, destacando-se uma maior frequência de postagens no ano de 2019, com um total de 2.244 *tweets*. Em contraste, o ano de 2021 registrou o menor número de *tweets*, totalizando 1.899. Este ano foi marcado pela fase mais crítica da pandemia de Covid-19 no Brasil, sendo abril de 2021 o mês mais letal com uma média diária

³⁰ Dado disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/09/interna_politica.819353/bolsonaro-dobra-numero-de-seguidores-no-twitter-em-2019.shtml. Acesso em 20 nov 2023.

de 3.125 mortes³¹. Durante este tempo, o governo de Bolsonaro enfrentou intensas críticas em relação à sua gestão da crise sanitária, o que pode ter contribuído para uma diminuição na atividade de postagem. No entanto, ao longo de seu tempo no governo, Bolsonaro demonstrou uma atividade consistente no Twitter, com uma média de 6,4 *tweets* por dia entre 2019 e 2022.

- Idioma das Postagens: As postagens de Bolsonaro no Twitter são predominantemente em português, totalizando 7.983 *tweets*. Entretanto, também há registros de postagens em espanhol (211 *tweets*) e em inglês (92 *tweets*), o que pode ser interpretado como um esforço de internacionalização do seu discurso. O uso desses idiomas adicionais sugere uma estratégia deliberada não apenas para alcançar audiências internacionais, mas também para demonstrar ao seu eleitorado uma capacidade de exercer influência em um contexto global.

- Uso de Imagens, Vídeos e Emojis: Bolsonaro fez uso de mídias visuais e emojis em suas postagens no Twitter. Das 875 ocorrências de links de mídia, 309 são compostas exclusivamente por imagens ou vídeos, sem texto adicional. Este tipo de conteúdo permite transmitir mensagens complexas ou emocionais de forma direta e eficaz, capturando a atenção dos usuários mais efetivamente do que postagens apenas textuais. Além disso, o uso de 39 *tweets* contendo somente emojis contribui para um tom pessoal e lúdico, ampliando a acessibilidade e o apelo das mensagens. Tanto os emojis quanto as mídias visuais simplificam a comunicação, tornando-a mais acessível a uma audiência ampla e diversificada, o que é particularmente importante em contextos onde os usuários podem não ter tempo ou disposição para interagir com conteúdo mais complexo e detalhado.

- Conversação: Bolsonaro fez uso extensivo da funcionalidade de resposta no Twitter, com 6.125 *tweets* identificados dentro de conversações, o que pode sugerir uma estratégia de engajamento através de *threads*³² para explicar temas complexos em detalhes, apesar das limitações de caracteres da plataforma. O uso sistemático de *threads* e respostas contribui para uma estratégia de engajamento ao permitir discussões continuadas e uma interação mais direta e prolongada com seus seguidores.

³¹ Dado disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/balanco-indica-que-2021-foi-o-ano-mais-letal-da-pandemia-no-pais.ghtml>. Acesso em 23 Abr 2024.

³² Uma *thread* no Twitter é uma sequência de *tweets* interligados que um usuário posta para explorar um assunto em detalhe. Isso é especialmente útil quando o conteúdo excede o limite de caracteres de um único tweet ou quando se deseja manter uma narrativa coerente e contínua. Essencialmente, a *thread* funciona como uma conversa expandida, permitindo ao usuário desenvolver um ponto de discussão por meio de várias postagens conectadas, facilitando um engajamento mais profundo com o público.

- **Respostas a Outros Usuários:** Dos 9.415 *tweets* analisados, 4.116 foram respostas, das quais 3.129 foram respostas dentro dos próprios posts feitos por Bolsonaro. As respostas aos próprios *tweets* (auto-respostas) podem sugerir uma estratégia para ampliar o alcance de suas mensagens ou para reforçar certos pontos em uma narrativa contínua.

- **Tipo de Tweet de Origem:** Bolsonaro retuitou 595 *tweets* e citou outros 152, o que corresponde a apenas 7.9% do total de suas postagens, indicando que a maioria de suas publicações são conteúdo original (8.668 *tweets*).

- **Engajamento em Tweets:** Entre 2019 e 2022, os dois *tweets* mais retuitados de Bolsonaro foram originalmente postados por terceiros. O primeiro, de Elon Musk, datado de 25/04/2022, discutia a liberdade de expressão e foi retuitado 358.762 vezes. Este tweet, postado em inglês, ressoou durante um período de debates sobre censura e liberdade na internet, alinhando-se com a postura de Bolsonaro contra restrições de expressão. O segundo, de Neymar, ocorreu em 13/09/2020, e abordava uma experiência de racismo em um jogo de futebol, recebendo 91.497 retuítes. Este também capturou a atenção global em um momento de crescente sensibilidade às questões de racismo no futebol. Ambos os *tweets* são indicativos das estratégias de Bolsonaro para se alinhar com figuras públicas influentes e amplificar certos discursos para serem repercutidos entre seus seguidores.

Quadro 3 - *Tweets* mais retuitados – Jair Bolsonaro (2019-2022)

text	created_at	retweet_count
RT @elonmusk: I hope that even my worst critics remain on Twitter, because that is what free speech means	25/04/2022 14:09:46	358762
RT @neymarjr: VAR pegar a minha “agressão” é mole ... agora eu quero ver pegar a imagem do racista me chamando de “MONO HIJO DE PUTA” (macaco filha da puta)... isso eu quero ver! E aí? CARRETILHA vc me pune.. CASCUDO sou expulso... e eles? E aí ?	13/09/2020 21:18:51	91497

Fonte: X/Twitter, extraído em 23/ABR/2023.

- **Tweets mais Curtidos e Citados:** Os *tweets* de Bolsonaro que mais receberam curtidas entre 2019 e 2022 compartilham a característica de incluir mídias visuais, como fotos e vídeos. O exemplo mais notável é um tweet de 08/11/2022, publicado logo após os resultados das eleições presidenciais, que exhibe apenas uma foto de Bolsonaro cercado por correligionários diante da bandeira do Brasil. Este tweet alcançou 411.882 curtidas, demonstrando como fotos e vídeos podem comunicar mensagens complexas ou emocionais de forma rápida e amplamente

acessível. O alto potencial de compartilhamento e viralidade dessas mídias é estrategicamente utilizado por Bolsonaro para expandir o alcance de suas mensagens.

Quadro 4 - *Tweet* mais curtido – Jair Bolsonaro (2019-2022)


text	created_at	like_count
https://t.co/VdQSYTSqyx 	08/11/2022 12:43:47	411882

Fonte: X/Twitter, extraído em 23/ABR/2023.

Quanto aos *tweets* mais citados, isto é, aqueles repostados por outros usuários acompanhados de comentários, observa-se uma variação temática. O mais citado é um vídeo humorístico do próprio Bolsonaro representado de forma distorcida, que acumulou 89.888 citações. Os dois seguintes mais citados abordam o tema do aborto. Esses dados ilustram como temas que despertam forte engajamento, tais como humor e questões polêmicas como o aborto, tendem a mobilizar tanto apoio quanto oposição, facilitando a replicação da mensagem e intensificando a polarização nas redes sociais.

Quadro 5 - *Tweets* mais citados – Jair Bolsonaro (2019-2022)

text	created_at	quote_count
- Bom vídeo. 👍 https://t.co/MI6BRUceMq	18/11/2020 14:25:16	89888

text	created_at	quote_count
		
<p>- Um bebê de SETE MESES de gestação, não se discute a forma que ele foi gerado, se está amparada ou não pela lei. É inadmissível falar em tirar a vida desse ser indefeso!</p>	23/06/2022 21:19:49	57901
<p>- Lamento profundamente pelas vidas das crianças argentinas, agora sujeitas a serem ceifadas no ventre de suas mães com anuência do Estado. No que depender de mim e do meu governo, o aborto jamais será aprovado em nosso solo. Lutaremos sempre para proteger a vida dos inocentes!</p>	30/12/2020 18:46:43	46700

Fonte: X/Twitter, extraído em 23/ABR/2023.

4.2.3 Pré-processamento e transformação dos dados

O pré-processamento dos dados foi necessário para lidar com variações na escrita, como a presença de emoticons, links, hashtags e menções a usuários, além de postagens que incluíam apenas vídeos, imagens ou outros conteúdos não textuais. A transformação subsequente dos dados pré-processados envolveu a conversão dessas informações para formatos adequados à análise, possibilitando a aplicação eficiente de algoritmos e técnicas de mineração de dados subsequentes.

Utilizamos a biblioteca Pandas da linguagem de programação Python para manipular o banco de dados, que abrangia as postagens de Jair Bolsonaro no Twitter de 2019 a 2022, inicialmente contendo 9.415 *tweets*. O objetivo dos procedimentos de pré-processamento e transformação era preparar o conjunto de dados para análises futuras, garantindo que as informações estivessem corretamente formatadas e filtradas.

Após a análise preliminar, identificamos que nem todas as postagens seriam relevantes para a pesquisa. Filtros foram aplicados a determinadas variáveis (colunas) para excluir postagens que não agregavam valor analítico. Essas incluíam postagens sem texto escrito, apenas com imagem, vídeo ou emoji, escritas em idiomas diferentes do português, ou que eram simples retuítes de terceiros. Os critérios definidos para a seleção das postagens a serem analisadas exigiam que elas contivessem conteúdo textual, estivessem escritas em língua

portuguesa e fossem publicações originais de Bolsonaro, excluindo os retuítés, mas incluindo as citações.

Inicialmente, procedeu-se à verificação e à remoção de registros duplicados para assegurar a unicidade dos dados e a representatividade dos registros. Posteriormente, removeu-se as linhas que apresentavam valores nulos nas colunas 'text' e 'created_at', essenciais para análises temporais e de conteúdo textual. Adicionalmente, corrigiu-se espaços desnecessários nos nomes das colunas para evitar erros de manipulação causados por referências incorretas.

As colunas de data foram convertidas para o formato 'datetime', especificando a configuração com o dia precedendo o mês e o ano. Esta conversão é importante para assegurar a consistência nas operações que envolvem cálculos de intervalos de tempo e ordenação cronológica. Além disso, colunas que não eram essenciais para análises específicas, tais como 'user_pinned_tweet_id', 'user_profile_image_url', 'user_url', 'user_description', 'user_created_at', 'user_protected' e 'user_verified' (conforme detalhado na Tabela 1: Dados do Twitter de Jair Bolsonaro, 2019-2022), foram excluídas. Este procedimento visou concentrar a análise nas variáveis relevantes e reduzir o consumo de memória.

Valores ausentes em determinadas colunas foram substituídos por padrões contextualmente apropriados, como 'None' para identificadores de usuários em respostas ('in_reply_to_user_id') e 'Not Applicable' para tipos de *tweets* fonte ('sourcetweet_type'). Adicionalmente, foi realizada a filtragem para selecionar apenas *tweets* originais e citados ('quoted'), excluindo *retweets*, bem como a filtragem do idioma para incluir apenas registros no idioma português, relevante para a análise proposta.

Expressões regulares foram utilizadas para remover URLs, menções a usuários e emojis dos textos dos *tweets*, e os textos foram convertidos para letras minúsculas para padronizar o conteúdo textual. Verificou-se também a presença de linhas vazias no campo 'text', excluindo-as por não contribuírem para análises baseadas em texto.

Após o processo de limpeza e tratamento, o dataframe foi reduzido para 7.416 linhas e 23 colunas, conforme a definição do corpus da análise. Os dados processados foram salvos em um arquivo CSV (valores separados por vírgula), facilitando o acesso para a fase subsequentes que consiste na mineração de dados.

4.2.4 Mineração de dados

Com base na abordagem de mineração de dados, propomos a análise e interpretação dos padrões encontrados nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato

presidencial (2019-2022), com o objetivo de extrair conhecimento sobre os temas abordados por ele nessa plataforma de mídia social.

A mineração de dados é realizada através da aplicação de algoritmos computacionais avançados que processam essas postagens e identificam padrões de comportamento. Optamos especificamente pela técnica de agrupamento, ou *clustering*, que identifica grupos de dados com características homogêneas dentro de um mesmo grupo e heterogêneas entre grupos distintos.

Neste contexto, selecionamos a Mineração de Tópicos como nosso método de análise específico. Esta técnica, que emprega processamento de linguagem natural (PLN) e um modelo de aprendizado de máquina não supervisionado, permite identificar os principais tópicos presentes nas postagens. Através deste método, pretendemos revelar as nuances e o espectro temático das comunicações de Bolsonaro durante seu período no governo.

4.3 Processo de modelagem da Mineração de Tópicos das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter com BERTopic

O modelo utilizado foi o BERTopic, que opera autonomamente em dados não rotulados e utiliza técnicas avançadas de processamento de linguagem natural (PLN) para capturar o contexto das palavras nos textos. Este modelo se destaca pela sua capacidade de combinar *embeddings*³³ do BERT (*Bidirectional Encoder Representations from Transformers*) com c-TF-IDF (um procedimento TF-IDF baseado em classe) para criar clusters densos e interpretáveis, preservando palavras significativas nas descrições dos tópicos (Grootendorst, 2022).

O modelo foi executado no *Google Colaboratory*, uma plataforma que facilita a execução de códigos Python em ambiente virtual. Após instalar as bibliotecas necessárias e acessar o conjunto de dados, configuramos o BERTopic usando técnicas específicas de redução de dimensionalidade e agrupamento (UMAP e HDBSCAN) para tratar os 7.416 *tweets* pré-processados. Implementamos um modelo personalizado de vetorização (*CountVectorizer*) com uma lista de *stopwords*³⁴ em português para filtrar palavras irrelevantes e refinar a análise de conteúdo textual. O modelo foi ajustado para identificar os principais temas discutidos nos *tweets*, sem limitação prévia do número de tópicos.

³³ *Embedding* significa “incorporação”. No processamento de linguagem natural, o termo “embedding” é a representação de uma palavra como número para que possa ser processada pelo computador.

³⁴ *Stopwords* são palavras que não necessitam ser indexadas, por possui pouco significado, tais como preposições, artigos, conjunções e outros.

Após o processamento inicial, o modelo transformou os documentos de texto em uma série de tópicos, cada um representado por um conjunto de palavras-chave. Procedimentos adicionais foram aplicados para reduzir outliers³⁵ e refinar a agrupação dos tópicos. Utilizamos uma função customizada para mesclar tópicos similares, com base na similaridade de seus vetores, aplicando limiares de similaridade de 0.2 e 0.3.

Apesar da automatização oferecida pelo BERTopic, o processo exigiu experimentos extensivos para refinar a modelagem de tópicos e garantir resultados interpretáveis. Este procedimento demandou uma imersão profunda no corpus para extrair insights significativos dos dados. Após várias iterações, o BERTopic foi ajustado para identificar inicialmente 56 tópicos, cada um contendo no mínimo dez postagens. A análise subsequente das palavras-chave e descrições mais representativas de cada tópico possibilitou a fusão de tópicos semelhantes, culminando em um conjunto final de 36 tópicos distintos.

Por fim, rótulos para os tópicos foram gerados de forma automática, baseando-se nas três principais palavras de cada tópico, o que facilita a interpretação rápida do conteúdo temático de cada grupo. Os rótulos e os tópicos finais foram revisados e validados, e os resultados da modelagem de tópicos foram salvos em um arquivo Excel. O modelo completo também foi salvo, permitindo sua reutilização e ajustes adicionais conforme necessário.

4.4 Mineração de Tópicos das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter de 2019 a 2022

4.4.1 Resultado da modelagem de tópicos

A modelagem de Mineração de Tópicos gerou 37 tópicos numerados de -1 a 36, onde -1 indica postagens que não foram atribuídas a nenhum tópico específico. Após a redução de outliers durante o processo de modelagem, esses foram reduzidos a apenas três postagens, com os seguintes textos: "são power rangers", "os sócios da paralisia" e "limeira??".

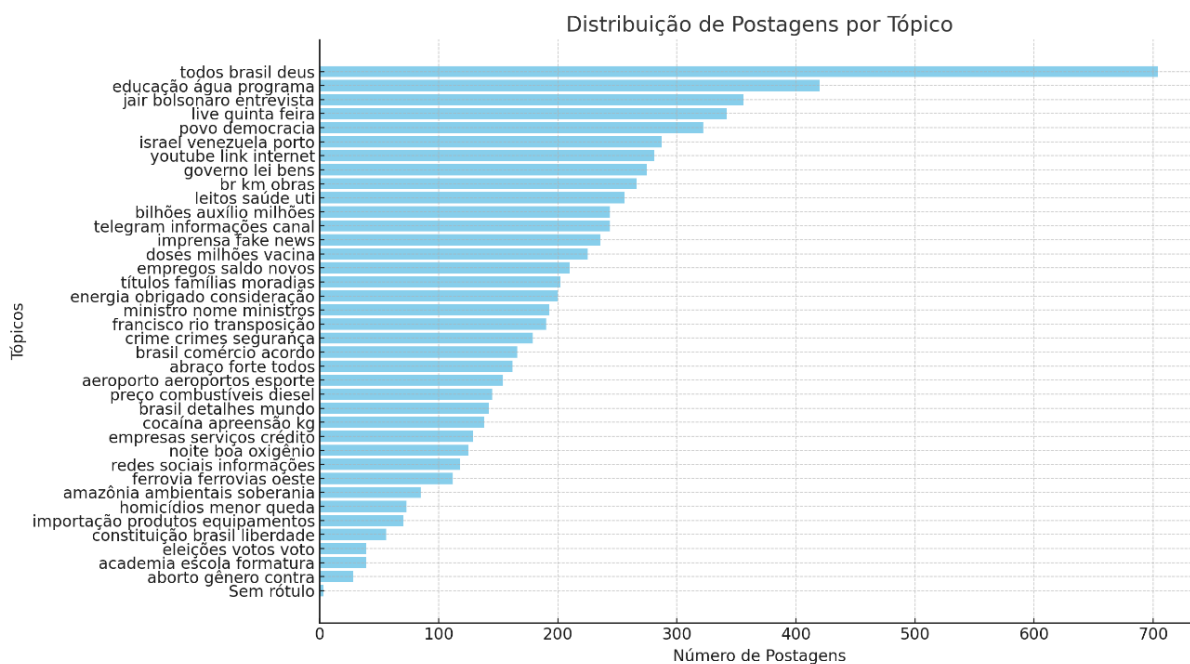
Os demais rótulos de tópicos gerados, representados por suas três palavras mais frequentes, são: 0. todos brasil deus; 1. educação água programa; 2. jair bolsonaro entrevista; 3. live quinta feira; 4. povo democracia; 5. israel venezuela porto; 6. youtube link internet; 7. governo lei bens; 8. br km obras; 9. leitos saúde uti; 10. bilhões auxílio milhões; 11. telegram informações canal; 12. imprensa *fake news*; 13. doses milhões vacina; 14. empregos saldo

³⁵ *Outliers*, no BERTopic, são tópicos categorizados com o indexador -1, representando documentos que não se alinham bem aos principais tópicos identificados. Esses outliers podem indicar tanto ruídos quanto informações únicas, e seu gerenciamento adequado é importante para manter a precisão e a confiabilidade das análises de tópicos.

novos; 15. títulos famílias moradias; 16. energia obrigado consideração; 17. ministro nome ministros; 18. francisco rio transposição; 19. crime crimes segurança; 20. brasil comércio acordo; 21. abraço forte todos; 22. aeroporto aeroportos esporte; 23. preço combustíveis diesel; 24. brasil detalhes mundo; 25. cocaína apreensão kg; 26. empresas serviços crédito; 27. noite boa oxigênio; 28. redes sociais informações; 29. ferrovia ferrovias oeste; 30. amazônia ambientais soberania; 31. homicídios menor queda; 32. importação produtos equipamentos; 33. constituição brasil liberdade; 34. eleições votos voto; 35. academia escola formatura; 36. aborto gênero contra.

O gráfico de barras, abaixo, demonstra a distribuição de postagens por tópico, destacando a predominância de certos temas no discurso de Bolsonaro.

Gráfico 4 - Distribuição de postagens por tópico



Fonte: Modelagem de tópicos elaborada pelo autor

Analisar a quantidade de postagens em cada tópico pode indicar quais temas eram mais frequentes durante o mandato. O tópico mais frequente é o Tópico 0 ("todos brasil deus"), com 704 *tweets*, quase o dobro do segundo tópico mais frequente, o que sugere que os temas mais discutidos por Bolsonaro em suas postagens incluem patriotismo e religião.

O lema de campanha e de governo de Jair Bolsonaro, "Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!", é particularmente relevante ao identificarmos que o tópico mais frequente está fortemente relacionado a esse lema. Este slogan, que se tornou um dos mais repetidos e

reconhecidos de sua campanha, encapsula o nacionalismo e a religiosidade, elementos centrais em sua comunicação política e fortemente repetido em sua comunicação no Twitter, como exemplificado na postagem abaixo:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Boa noite a todos e obrigado pelo apoio de sempre! BRASIL ACIMA DE TUDO! DEUS ACIMA DE TODOS!” 30/05/2019, 9:17. Tweet.

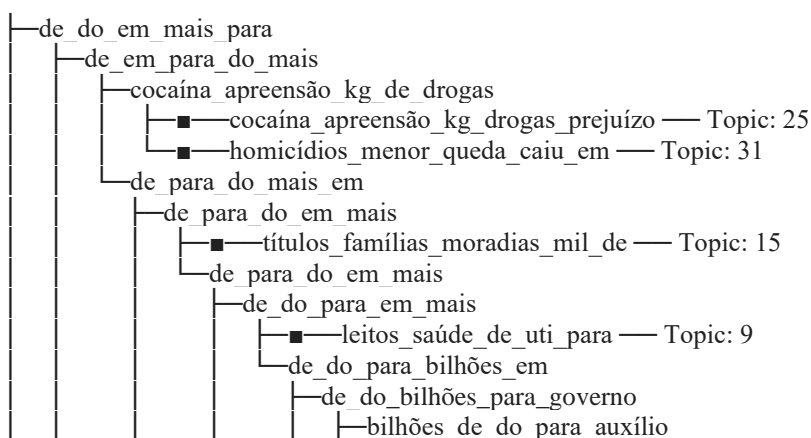
Outros tópicos importantes incluem "educação água programa" (420 *tweets*), "jair bolsonaro entrevista" (356 *tweets*), "live quinta feira" (342 *tweets*) e "povo democracia" (322 *tweets*). Esses tópicos, em específico, refletem a estratégia de Bolsonaro de manter uma presença constante na mídia e um contato direto com o público, além de dar ênfase a programas sociais e à apresentação de um alegado compromisso com a democracia e o povo.

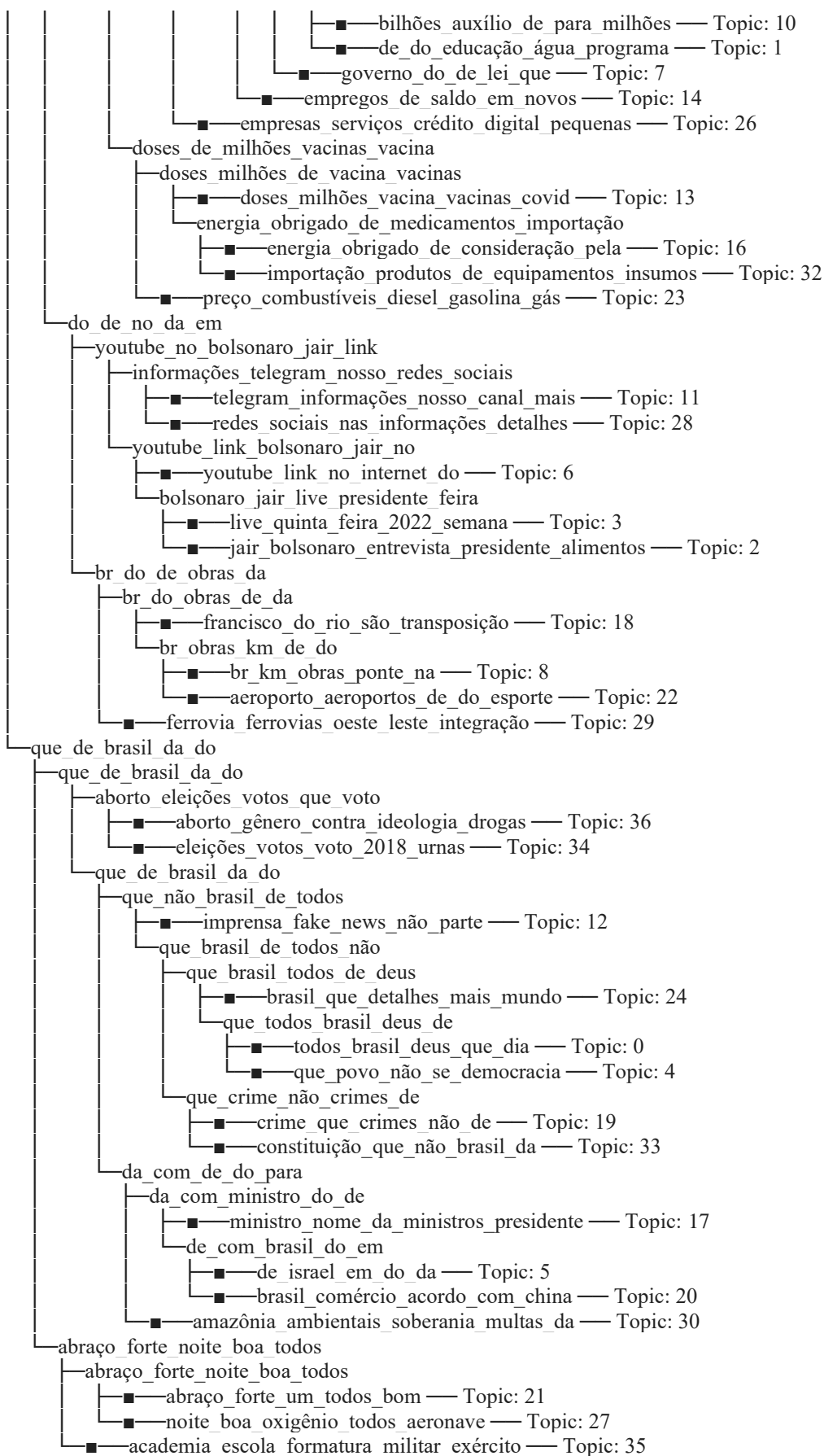
Trabalhar com 36 tópicos, todavia, seria desafiador, especialmente em termos de visualização e interpretação dos dados. Para facilitar a análise, agruparemos tópicos semanticamente similares ou que frequentemente aparecem juntos, com o objetivo de reduzir o número de tópicos e tornar a análise mais manejável e clara.

4.4.2 Categorização semântica

A estrutura oferecida pela árvore de tópicos gerada pelo BERTopic permite agrupar semanticamente os tópicos em categorias mais amplas, facilitando a análise. Essa visualização hierárquica mostra como os tópicos estão relacionados entre si, revelando a hierarquia e as relações de subordinação entre eles. Isso facilita a identificação de temas principais e suas subcategorias, permitindo uma exploração mais intuitiva e detalhada dos tópicos e ajudando a entender a granularidade dos temas abordados nos textos.

Árvore de tópicos (*Topic Tree*)





Com base nessa análise dos tópicos identificadas na árvore de tópicos, foram estabelecidas dez categorias, cada uma formada por conjuntos de tópicos semanticamente relacionados, conforme descrito a seguir:

Agrupamento Semântico

└─ **Comércio e Relações Exteriores**

- | └─ Topic: 5 (israel, venezuela, porto)
- | └─ Topic: 20 (comércio, acordo, china)
- | └─ Topic: 24 (brasil, detalhes, mundo)
- | └─ Topic: 32 (importação, produtos)

└─ **Comunicação e Redes Sociais**

- | └─ Topic: 11 (telegram, canal)
- | └─ Topic: 28 (redes, sociais, informações)
- | └─ Topic: 6 (youtube, internet)
- | └─ Topic: 3 (live, quinta, semana)
- | └─ Topic: 2 (entrevista, presidente)

└─ **Economia**

- | └─ Topic: 10 (bilhões, auxílio, milhões)
- | └─ Topic: 16 (energia, consideração)
- | └─ Topic: 23 (preço, combustíveis, diesel, gasolina, gás)

└─ **Educação e Programas Sociais**

- | └─ Topic: 1 (educação, água, programa, milhões)
- | └─ Topic: 14 (empregos, saldo, novos)
- | └─ Topic: 15 (títulos, famílias, moradias, mil)
- | └─ Topic: 26 (empresas, serviços, crédito, digital, pequenas)

└─ **Eleição e Política**

- | └─ Topic: 34 (eleições, votos, urnas)
- | └─ Topic: 12 (imprensa, fake, news)
- | └─ Topic: 36 (aborto, gênero, ideologia, drogas)

└─ **Infraestrutura**

- | └─ Topic: 18 (rio, transposição)
- | └─ Topic: 8 (obras, ponte, km)
- | └─ Topic: 22 (aeroportos, esporte)
- | └─ Topic: 29 (ferrovia, oeste, integração)

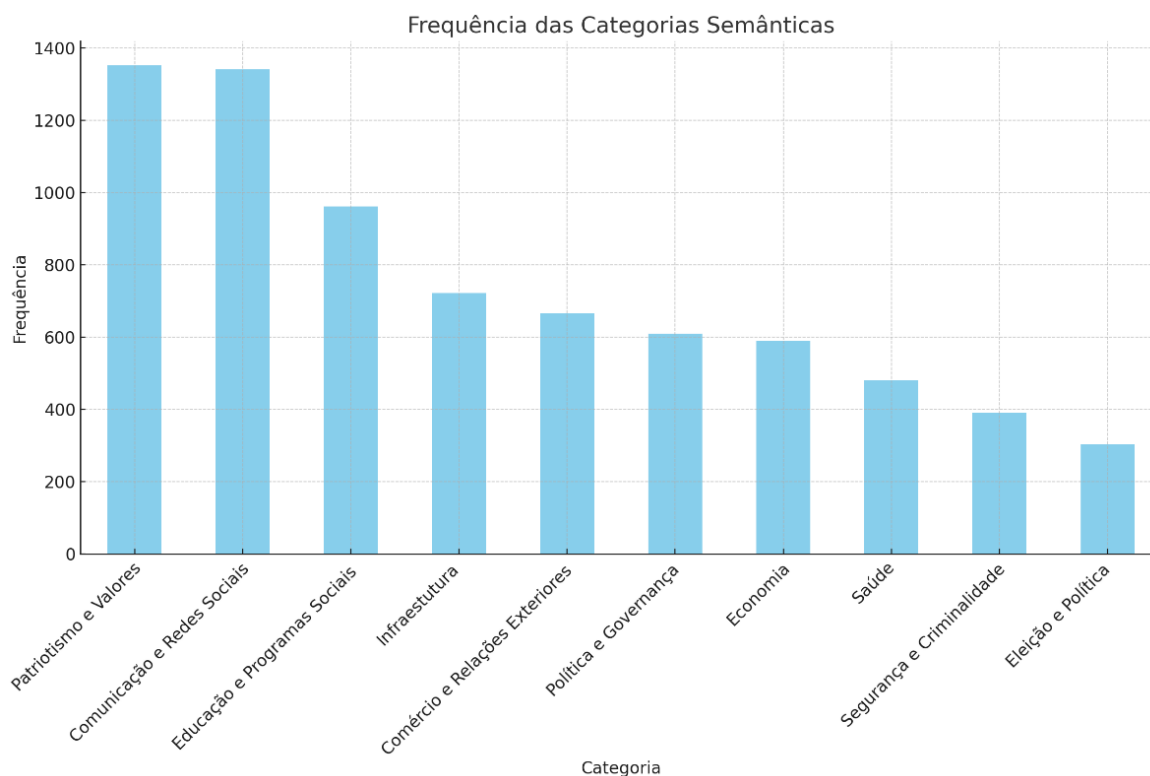
└─ **Patriotismo e Valores**

- | └─ Topic: 0 (todos, brasil, deus, dia)
- | └─ Topic: 4 (povo, democracia)
- | └─ Topic: 21 (abraço, forte, bom)
- | └─ Topic: 27 (noite, oxigênio, aeronave)
- | └─ Topic: 35 (academia, escola, formatura, militar, exército)
- | └─ **Política e Governança**
- | └─ Topic: 33 (constituição, brasil)
- | └─ Topic: 7 (governo, lei)
- | └─ Topic: 17 (ministro, presidente)
- | └─ Topic: 30 (amazônia, ambientais, soberania, multas)
- | └─ **Saúde**
- | └─ Topic: 9 (leitos, saúde, uti)
- | └─ Topic: 13 (doses, vacina, covid)
- | └─ **Segurança e Criminalidade**
- | └─ Topic: 25 (cocaína, apreensão, kg, drogas, prejuízo)
- | └─ Topic: 31 (homicídios, menor, queda, caiu)
- | └─ Topic: 19 (crime, crimes)

4.4.2.1 Frequência das categorias semânticas

O gráfico de barras mostra a frequência de cada categoria semântica nos *tweets* do ex-presidente Jair Bolsonaro. Podemos observar que as categorias mais frequentes são "Patriotismo e Valores" e "Comunicação e Redes Sociais", seguidas por "Educação e Programas Sociais" e "Infraestrutura".

Gráfico 5 - Frequência das categorias semânticas



Fonte: Modelagem de tópicos elaborada pelo autor

A alta frequência da categoria “Patriotismo e Valores” sugere um forte foco em temas que evocam sentimentos patrióticos e valores nacionais. Isso está alinhado com a estratégia de comunicação de Bolsonaro, que frequentemente enfatizou o amor à pátria e princípios morais. Esta categoria inclui tópicos relacionados ao lema de seu governo, “Brasil acima de tudo, Deus acima de Todos”, bem como temas ligados às forças militares, como exército e aeronaves.

A categoria “Comunicação e Redes Sociais” indica o uso intensivo das redes sociais como principal meio de comunicação. Bolsonaro utilizou plataformas como Twitter, YouTube e Telegram para se comunicar diretamente com seus seguidores, evitando a mediação da imprensa tradicional. Um exemplo notável é a “Live de Quinta-feira”, que era amplamente divulgada por Bolsonaro no Twitter.

“Educação e Programas Sociais” também possui uma presença significativa, refletindo a tentativa de realçar políticas sociais e uma alegada preocupação com a educação e programas sociais. Esta categoria abrange desde projetos de políticas públicas, como criação de empregos e moradias, programas de crédito para empresas, até questões relacionadas à água e educação.

A categoria “Infraestrutura” possui uma frequência relativamente alta, sugerindo investimentos em projetos de infraestrutura, incluindo obras públicas e transporte, como

rodovias, aeroportos e ferrovias. Um tópico destacado nesta categoria é a transposição do Rio São Francisco, projeto iniciado em governos anteriores, mas frequentemente usado por Bolsonaro como propaganda de seu governo.

No meio da tabela, a categoria “Comércio e Relações Exteriores” destaca as discussões sobre políticas comerciais e relações internacionais, refletindo a abordagem do governo em termos de acordos comerciais e parcerias internacionais. Destaca-se, nesta categoria, menções a países considerados amigos pelo governo Bolsonaro, como Israel, e países vistos como “inimigos comunistas”, como Venezuela e China.

“Política e Governança” abrange discussões sobre governança, políticas públicas e funcionamento do governo, bem como a gestão do Estado, relações com ministros e instituições, e temas como constituição, leis e soberania. Também inclui questões ambientais e a soberania do Brasil sobre a Amazônia, que era alvo de críticas internacionais devido à inoperância em combater incêndios e a exploração ilegal de madeira.

A presença da categoria “Economia” reflete discussões sobre a economia, incluindo auxílios financeiros, como o “auxílio emergencial” durante a pandemia de COVID-19, e preços de combustíveis, como diesel, gasolina e gás, além de energia. Isso aponta para uma preocupação em mitigar a percepção de instabilidade econômica e aumento do custo de vida que pairava sobre seu governo.

A categoria “Saúde” é destacada devido ao contexto da pandemia de COVID-19, que marcou boa parte do governo de Jair Bolsonaro. Nesta categoria, observamos tópicos relacionados à disponibilidade de leitos e à campanha de vacinação contra a COVID-19, que foi dominada por questões ideológicas e disputas políticas.

“Segurança e Criminalidade” destaca tópicos relacionados à segurança pública e combate à criminalidade, uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro. Temas como apreensões de drogas, queda nas taxas de homicídio e combate ao crime foram amplamente abordados para agradar seu eleitorado.

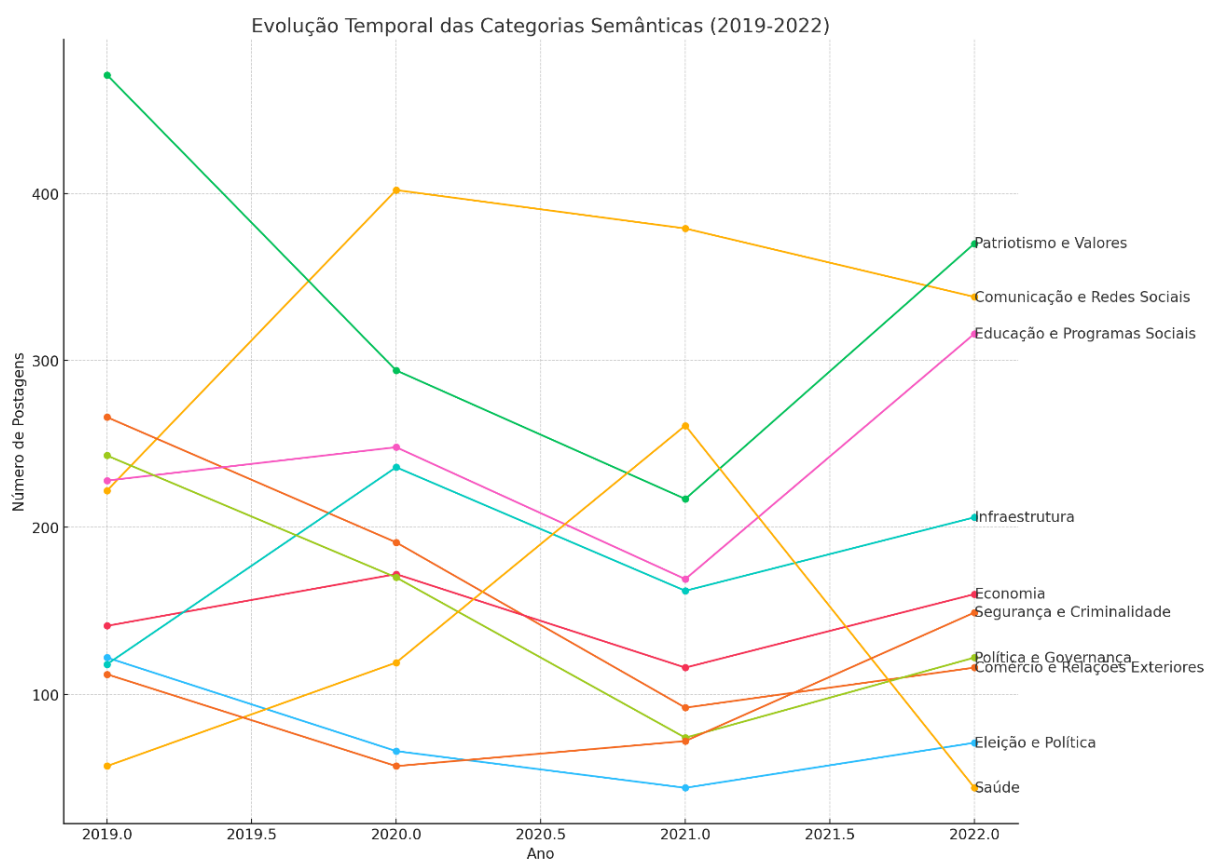
A frequência mais baixa foi observada na categoria “Eleição e Política”, ainda assim essa categoria se mostra importante, por incluir temas relacionados a eleições e políticas ideológicas. A defesa do voto impresso, ataques à imprensa acusada de produzir “*Fake news*”, e debates sobre aborto, liberação das drogas e “ideologia de gênero” alimentaram polêmicas nesta rede social.

Essas análises mostram como os diferentes temas foram abordados durante o mandato de Jair Bolsonaro e como sua comunicação se estruturou em torno de áreas específicas, refletindo suas prioridades e estratégias políticas.

4.4.2.2 Evolução temporal das categorias semânticas

O gráfico de linhas abaixo mostra a evolução temporal das postagens feitas por Bolsonaro, agrupadas em categorias semânticas, ao longo do mandato presidencial (2019-2022). Observamos variações significativas na atividade de *tweets* em diferentes categorias.

Gráfico 6 - Evolução temporal das categorias semânticas (2019-2022)



Fonte: Modelagem de tópicos elaborada pelo autor

A categoria “Patriotismo e Valores” teve uma alta frequência em 2019, uma tendência decrescente nos dois anos seguintes (2020 e 2021) e um aumento em 2022, último ano do mandato de Jair Bolsonaro, durante sua tentativa de reeleição. Temas que evocam sentimentos patrióticos e valores emocionais foram constantes, alinhando-se aos momentos eleitorais. A categoria “Comunicação e Redes Sociais” demonstrou consistência em termos de volume de postagens, mantendo uma presença relativamente estável ao longo dos anos, com picos em 2020. A comunicação direta, como *lives* e interações nas redes foi, portanto, uma estratégia permanente.

“Educação e Programas Sociais” apresentou uma tendência crescente de postagens, com uma queda em 2021 e um pico em 2022. Isso sugere um foco crescente nessas áreas durante o período eleitoral. A categoria “Infraestrutura” apresentou flutuações com picos em 2020, possivelmente relacionados a projetos de infraestrutura anunciados durante esse ano, seguido de uma estabilização nos anos seguintes.

A categoria “Economia” apresentou estabilidade com algumas flutuações, registrando um pico em 2020, possivelmente devido ao impacto da pandemia de COVID-19 e aos momentos de lockdown e fechamento do comércio. Bolsonaro frequentemente expressou sua oposição a essas medidas, argumentando que prejudicavam a economia. Após 2020, houve uma leve queda nas postagens sobre economia, seguida de uma nova subida em 2022. Já a categoria “Segurança e Criminalidade” teve uma queda em 2020, mas as postagens aumentaram novamente em 2022, refletindo uma possível ênfase renovada nesses temas devido às eleições presidenciais.

A categoria “Política e Governança” apresentou uma redução de postagens após 2019. Houve um pico inicial em 2019, seguido de uma redução nas postagens subsequentes, estabilizando em níveis mais baixos nos anos seguintes. Essa categoria inclui temas sobre a Amazônia, e o pico de postagens em 2019 pode estar relacionado ao recorde de desmatamento entre agosto de 2019 e julho de 2020, período de críticas intensas ao governo. A categoria “Comércio e Relações Exteriores”, por sua vez, teve um comportamento semelhante à “Política e Governança”, com uma redução significativa nas postagens após 2019, diminuindo continuamente até 2021 e uma leve recuperação em 2022.

A categoria “Eleição e Política”, que concentra temas mais ideológicos e polêmicos, teve um pico em 2019, queda nos anos seguintes, e crescimento de postagens em 2022. A maior atenção a esses temas ocorreu, portanto, durante os períodos eleitorais. Por fim, a categoria “Saúde” teve um pico representativo de postagens em 2021, coincidindo com o ápice do número de casos e de mortes relacionadas à COVID-19. Em 2021, a saúde teve o segundo maior volume de postagens, diminuindo acentuadamente em 2022, quando outros tópicos dominaram a agenda eleitoral daquele ano.

Em suma, ao longo dos quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro, a pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nos temas abordados, especialmente nas categorias de Saúde, Economia e Infraestrutura. Patriotismo e Valores, junto com Comunicação e Redes Sociais, mostraram-se temas consistentemente presentes nas postagens. Temas relacionados a Eleições e Ideologias Políticas tenderam a aumentar em anos eleitorais, notadamente no início e no fim do mandato. Algumas categorias, como Comércio e Relações Exteriores, mostraram

uma diminuição significativa ao longo dos anos, indicando uma possível mudança de prioridades ou estratégias de comunicação.

4.4.2.3 Palavras-chave das categorias semânticas

Analisar as palavras-chave mais frequentes em cada categoria semântica nos fornece uma ideia mais precisa sobre o conteúdo das postagens. A seguir, apresentamos as nuvens de palavras e a seguir as conclusões derivadas da análise das palavras-chave de cada categoria semântica:

a) Comunicação e Redes Sociais:

Gráfico 7 - Nuvem de palavras - Comunicação e Redes Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor

Termos como “informações”, “bolsonaro”, “president”, “entrevista”, “canal”, “youtube”, “redes”, “socials”, “live”, “quinta” e “internet” mostram que Bolsonaro utilizou intensivamente as plataformas digitais para comunicação direta com o público. Isso destaca uma estratégia de evitar a imprensa tradicional e manter um contato constante com seus seguidores.

b) Comércio e Relações Exteriores:

Gráfico 8 - Nuvem de palavras - Comércio e Relações Exteriores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Palavras como “brasil”, “eua”, “israel”, “venezuela”, “china”, “comércio”, “importação”, “acordo”, indicam que Bolsonaro frequentemente abordou temas de política externa, destacando relações bilaterais e acordos comerciais. A menção de países específicos sugere a importância atribuída a determinadas nações, algumas vezes em forma de alianças, como com os Estados Unidos e Israel, e outras vezes citadas devido a conflitos ideológicos, como com Venezuela e China.

c) Economia:

Gráfico 9 - Nuvem de palavras - Economia

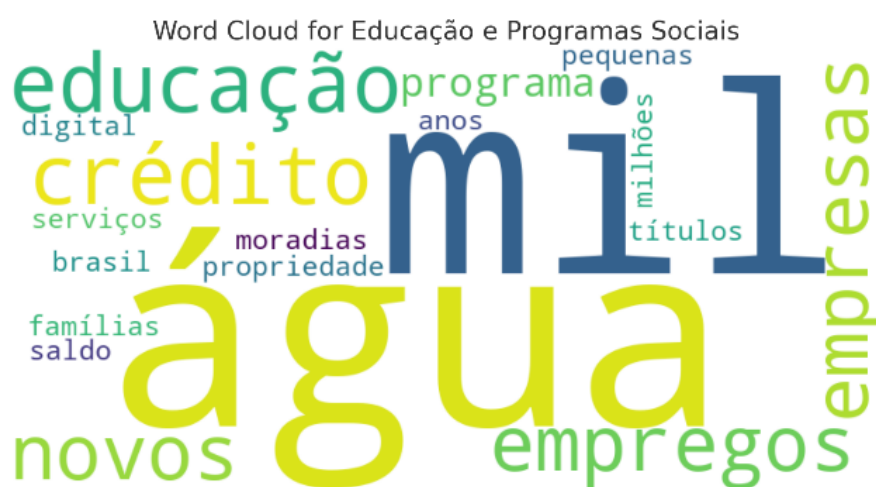


Fonte: Elaborado pelo autor.

O enfoque econômico é representado em termos como “combustíveis”, "diesel", "gás", "gasolina", “energia”, “auxílio”, “emergencial”, “milhões”, “bilhões”. Estes termos refletem uma preocupação com aspectos econômicos específicos, como os preços de energia e combustíveis, além do auxílio financeiro durante a pandemia. Essa ênfase aponta para um foco em mitigar a instabilidade econômica e o custo de vida.

d) Educação e Programas Sociais:

Gráfico 10 - Nuvem de palavras - Educação e Programas Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor.

A presença de palavras como "água", "educação", "empregos", "famílias", "moradias", "crédito", "pequenas", "empresas" sugere uma ênfase em programas sociais, educacionais e voltados para o desenvolvimento econômico. A inclusão de "crédito" e "empresas" destaca um fomento do empreendedorismo e facilitação do acesso a recursos financeiros, visando criar oportunidades de emprego.

e) Eleição e Política:

Gráfico 11 - Nuvem de palavras - Eleição e Política



Fonte: Elaborado pelo autor.

Temas eleitorais e ideológicos estão presentes em palavras como “voto”, “eleições”, “2018”, “urnas”, “drogas”, “ideologia”, “gênero”, “aborto”, “fake”, “news”. Tais termos demonstram um esforço para influenciar o debate público e consolidar sua base eleitoral em torno de questões polêmicas e de alta mobilização.

f) Infraestrutura:

Gráfico 12 - Nuvem de palavras - Infraestrutura

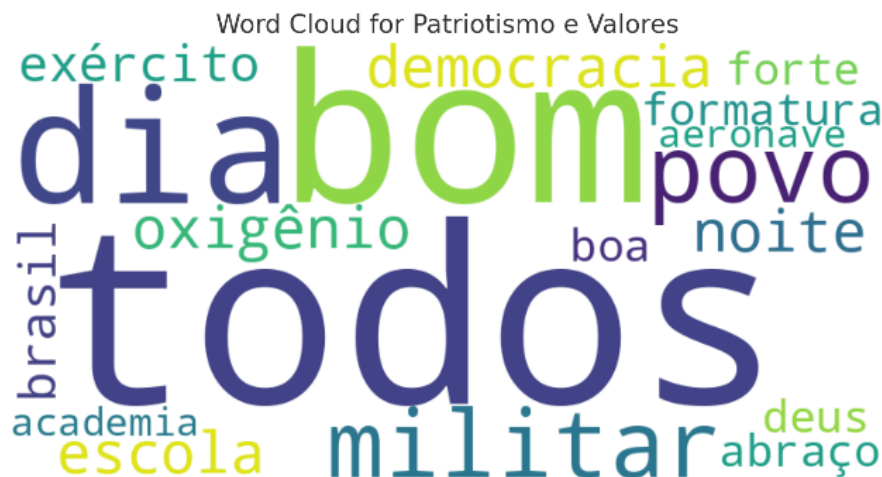


Fonte: Elaborado pelo autor.

Termos como “água”, “rio”, “ponte”, “trecho”, “obras”, “ferrovias”, “aeroporos” e “transposição” apontam para um foco em divulgar projetos de infraestrutura, destacando os esforços em melhorias logísticas pretendidos pelo governo.

g) Patriotismo e Valores:

Gráfico 13 - Nuvem de palavras - Patriotismo e Valores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Palavras como "bom", "dia", "noite", "todos", "povo", "democracia", "deus", "militar" e "exército" evidenciam uma retórica patriótica, alinhada com o lema de seu governo, reforçando valores nacionais e conservadores. Além disso, essas palavras também sugerem um esforço para se conectar emocionalmente com o público, criando um senso de unidade e pertencimento. O uso frequente desses termos indica uma tentativa de mobilizar e fidelizar sua base de apoio, apelando para símbolos e conceitos que ressoam profundamente com seus seguidores.

h) Política e Governança:

Gráfico 14 - Nuvem de palavras - Política e Governança

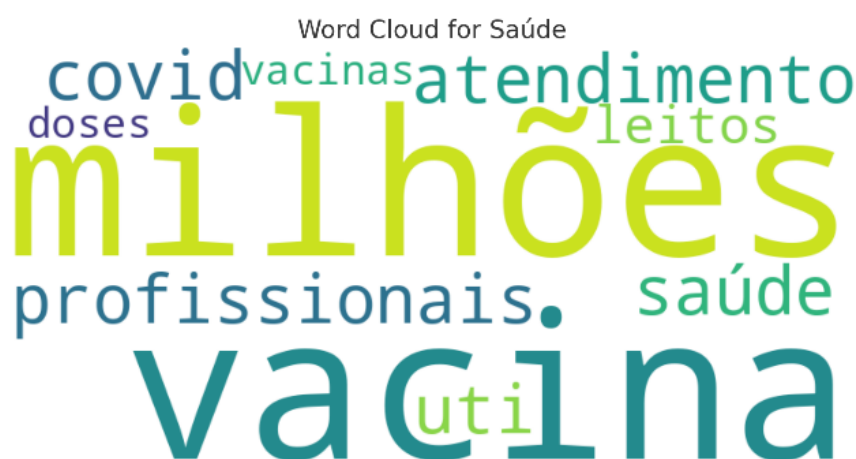


Fonte: Elaborado pelo autor.

Termos como "presidente", "ministros", "governo", "constituição" e "lei" mostram um enfoque em temas de governança. Outros termos nesta categoria, como "conservação", "Amazônia", "multas" e "ambientais", indicam uma preocupação governamental com questões ambientais, especialmente relacionadas à Amazônia. Esses termos sugerem um esforço para abordar a gestão do estado e a proteção ambiental. Em menor destaque, termos como "bandidos" e "tráfico" aparecem, indicando a possível presença de conteúdo relacionado à segurança pública e criminalidade deslocados dentro dessa categoria.

i) Saúde:

Gráfico 15 - Nuvem de palavras - Saúde

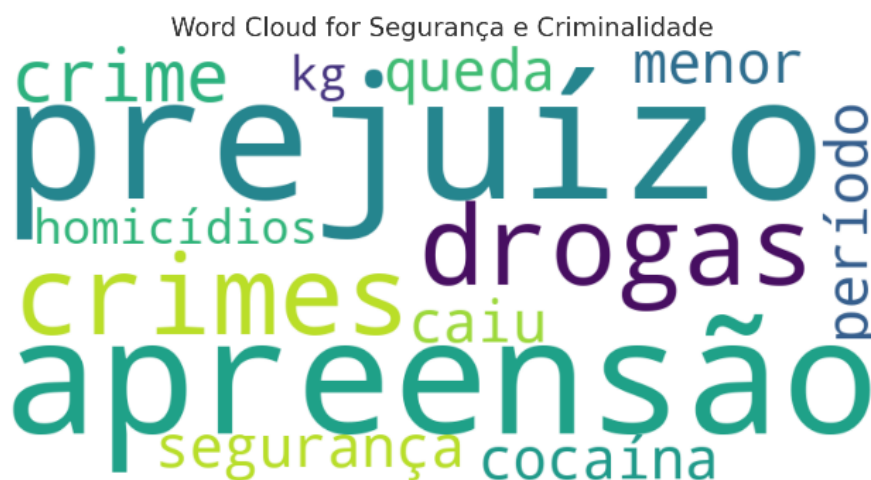


Fonte: Elaborado pelo autor.

Palavras como "covid", "vacina", "profissionais", "saúde", "leitos" e "uti" refletem a relevância do tema da saúde pública, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, que marcou boa parte do governo Bolsonaro. Constantemente acusado de má gestão da saúde pública durante a pandemia, Bolsonaro politizou o tema em suas redes sociais, respondendo a críticas com uma forte presença ideológica. Esses termos indicam não apenas a relevância da presença da saúde nas discussões do governo, mas também a maneira controversa e polarizadora com que o tema foi tratado.

j) Segurança e Criminalidade:

Gráfico 16 - Nuvem de palavras - Segurança e Criminalidade



Fonte: Elaborado pelo autor.

A frequência de termos como "prejuízo", "apreensão", "drogas", "cocaína", "queda", "crimes" e "segurança" evidencia um foco em segurança pública, uma das principais bandeiras de Jair Bolsonaro, que prometeu em campanha combater a criminalidade e aumentar a sensação de segurança entre a população. Esses termos também sugerem um esforço para destacar operações policiais e resultados tangíveis na luta contra o crime. A ênfase em apreensões de drogas e na redução dos índices de criminalidade reforça a imagem de um governo rígido e aparelhado na manutenção da ordem.

A análise das palavras-chave oferece uma visão detalhada das prioridades e estratégias de comunicação de Jair Bolsonaro durante seu mandato, refletindo como ele abordou diferentes temas para engajar seu público e moldar a agenda pública. Ao enfatizar valores patrióticos e conservadores, manter uma presença constante nas redes sociais, e destacar temas como segurança pública, economia e saúde, Bolsonaro buscou consolidar sua base de apoio e responder às críticas. Em suma, sua comunicação foi focada em legitimar suas políticas, fortalecer alianças estratégicas e promover uma imagem de governo forte e ativo.

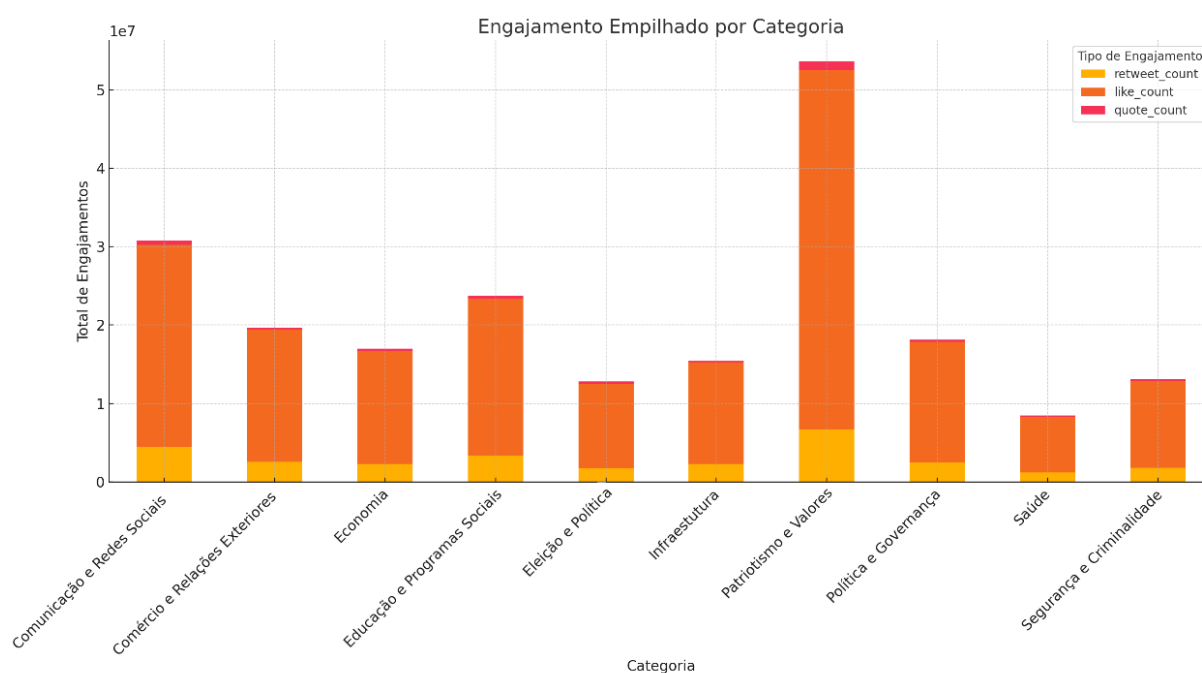
4.4.2.4 Engajamento das categorias semânticas

Por "engajamento", referimo-nos à interação do público com o conteúdo postado por Bolsonaro no Twitter. Essa interação pode ser mútua ou reativa (Primo, 2007). A interação mútua envolve diálogo e troca de mensagens, enquanto a interação reativa é uma reação a determinado conteúdo, manifestada por meio de curtidas, *retweets* ou *retweets* com citação (quote). Nesta análise, focamos nas interações reativas (*likes*, *retweets* e *quotes*). As categorias

que atraem mais likes indicam uma aceitação positiva do conteúdo, enquanto *retweets* e quotes refletem a disseminação e discussão dos temas.

O gráfico de engajamento mostra uma distribuição semelhante à frequência das categorias. As categorias com mais *tweets*, como "Patriotismo e Valores", "Comunicação e Redes Sociais" e "Educação e Programas Sociais" também apresentam maior engajamento. Notamos que "Patriotismo e Valores" e "Comunicação e Redes Sociais" não apenas possuem altos valores totais, mas também mostram uma alta contribuição de likes.

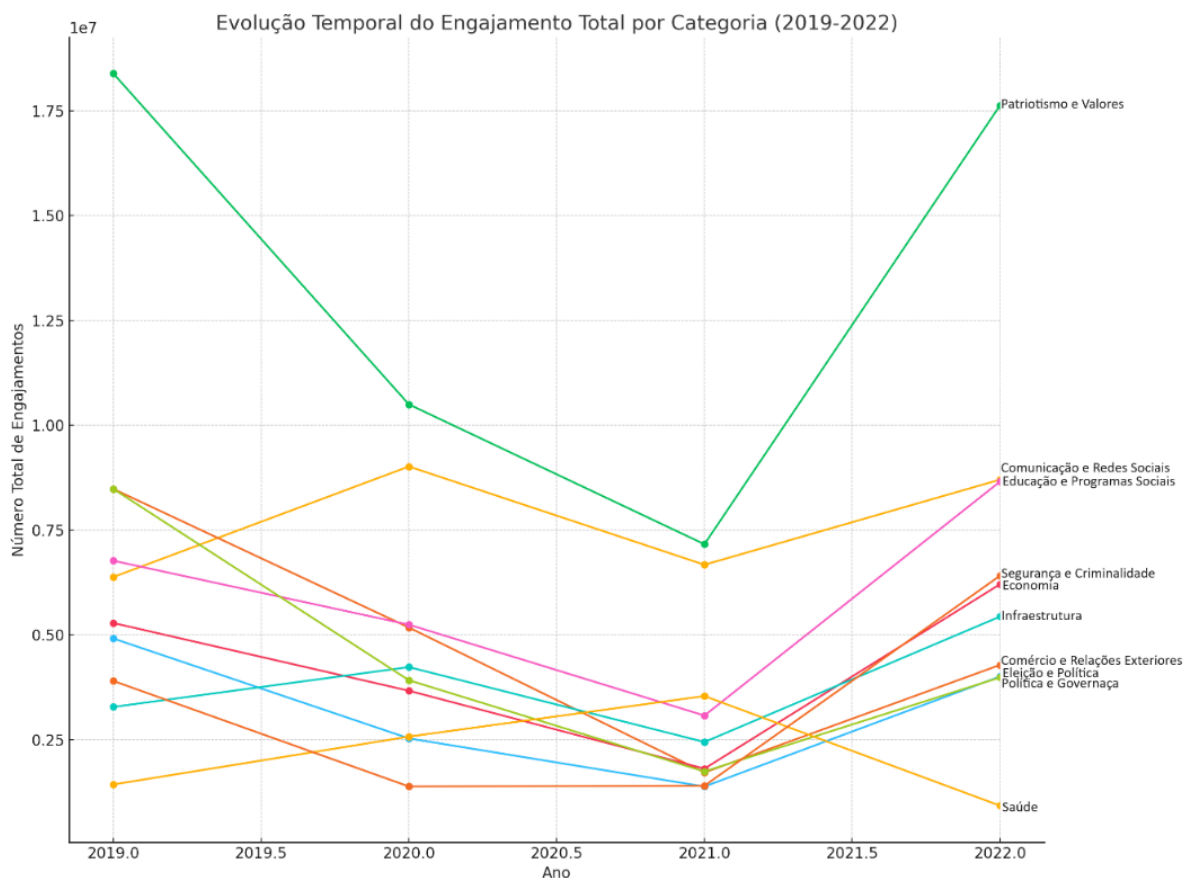
Gráfico 17 - Engajamento por Categorias Semânticas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Abaixo, o gráfico de evolução temporal do engajamento total por categoria (2019-2022), somando cumulativamente as curtidas (likes), *retweets* e citações (quotes), revela várias tendências importantes sobre o envolvimento do público com as postagens do ex-presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais.

Gráfico 18 - Evolução Temporal do Engajamento por Categoria (2019-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor.

A categoria "Patriotismo e Valores" apresentou um engajamento consistentemente alto, liderando em termos de engajamento total em todos os anos, com picos significativos em 2019 e 2022. Isso sugere que postagens relacionadas a temas patrióticos e valores conservadores ressoaram fortemente com o público, especialmente no início do governo e no ano eleitoral de 2022. A categoria "Comunicação e Redes Sociais" apresentou um engajamento elevado e estável ao longo dos anos, com picos notáveis em 2020 e 2022. A consistência sugere que a comunicação direta e as interações nas redes sociais, como a divulgação de *lives*, foram estratégicas para manter o público engajado.

Já a categoria "Educação e Programas Sociais" apresentou um declínio no engajamento de 2019 a 2021, seguido por um crescimento em 2022, possivelmente devido ao foco em destacar políticas sociais durante o ano eleitoral, em concorrência com o candidato Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, conhecido por sua conexão com essas temáticas. A categoria "Economia" começou com um engajamento bastante alto em 2019, oscilou para baixo no meio do mandato e voltou a crescer em 2022, refletindo um possível foco renovado em questões econômicas durante a campanha de reeleição.

A categoria "Segurança e Criminalidade" observou um aumento no engajamento em 2022 após flutuações nos anos anteriores. Temas de segurança foram importantes na campanha de 2018, mas foram ofuscados durante o mandato por outros temas, como a economia e a pandemia de COVID-19, retornando à relevância em 2022 devido às eleições. A categoria "Infraestrutura", por sua vez, apresentou picos de engajamento em 2020, possivelmente devido a anúncios de projetos de infraestrutura, seguido de uma estabilização nos anos subsequentes.

A categoria "Comércio e Relações Exteriores" teve um alto engajamento em 2019, seguido por um declínio e uma recuperação em 2022. Isso pode refletir a variação de interesse do público em assuntos internacionais ao longo do tempo. A categoria "Eleição e Política" teve um engajamento variável, com picos durante anos eleitorais (2019 e 2022). Inclui temas ideológicos como defesa do voto impresso, críticas à imprensa e questões polêmicas como aborto e ideologia de gênero, indicando um aumento no interesse público nesses tópicos em períodos eleitorais.

Por fim, a categoria "Saúde" apresentou um pico de engajamento em 2021, coincidindo com o auge da pandemia de COVID-19 e a problemática gestão da vacinação, diminuindo em 2022 à medida que a ênfase nos impactos da pandemia reduziu. A categoria "Política e Governança" também apresentou maior engajamento em 2019 e 2022, com um declínio notável em 2021, refletindo o ciclo político e a relevância dos temas de governança durante anos eleitorais.

Essas observações fornecem uma visão sobre as estratégias de comunicação e prioridades do governo Bolsonaro, bem como os interesses e preocupações do público durante seu mandato.

4.4.2.5 Postagens representativas das categorias semânticas

As postagens representativas das categorias semânticas analisadas são importantes para nossa compreensão das prioridades e estratégias de comunicação de Jair Bolsonaro durante seu mandato. Elas exemplificam como diferentes temas foram abordados para engajar o público, influenciar o debate e reforçar as mensagens chave de seu governo. Essa análise confirma a presença e o impacto dos temas destacados, bem como as técnicas de comunicação utilizadas para mobilizar seguidores e moldar a agenda pública. Abaixo, apresentamos uma amostra dos textos representativos para cada categoria, oferecendo um contexto detalhado sobre os temas abordados

a) Patriotismo e Valores

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Deus abençoe o nosso Brasil. - Bom dia a todos.” 08/09/2021, 10:24. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “O brasil de todas as religiões sabe que a liberdade é o bem maior de um povo. Brasileiro, olhe o que Israel não tem e o que eles são. veja o que nós no brasil temos, e o que não somos. juntos, com fé, muito trabalho e oração, colocaremos nossa pátria no local destaque que merece.” 01/06/2016, 10:06. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Boa noite a todos e obrigado pelo apoio de sempre! BRASIL ACIMA DE TUDO! DEUS ACIMA DE TODOS!” 30/05/2013, 21:17. Tweet.

=====

b) Comunicação e Redes Sociais

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “Live de quinta-feira / assuntos da semana / PR Jair Bolsonaro (24/03/2022).” 24/03/2022, 19:00. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Mais informações diariamente em nosso Telegram: “Jair M.Bolsonaro 1.” 09/06/2021, 6:39. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “Live da semana - Presidente Jair Bolsonaro - (04/03/2021)

. Link no Youtube: youtu.be/aPjFX-cvN-I

. Siga-nos no Telegram:” 04/03/2021, 09:03. Tweet.

=====

c) Educação e Programas Sociais

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “1.4- maior programa de inserção de pessoas gratuitamente. mais detalhes, na @Caixa;

2- Ministro do STF determina que ações de restrições são de competência de governadores e prefeitos.

3- Assinada MP que isenta 9 milhões de famílias do pagamento de cerca de R\$150, por 3 meses.” 09/04/2020, 19:41. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “8- Até hoje, o Governo Federal preservou mais de 7,5 milhões de empregos com

o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e da Renda.” 20/05/2020, 10:51. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “.PEAC: mais de R\$ 92 bilhões em créditos, com mais de 100 mil empresas beneficiadas segundo semestre de 2020 já com saldo positivo de 1,2 milhão de empregos;

. Saldo de mais de 4,7 milhões de novos postos de trabalho no pós-pandemia (jul/20 a abr/22). @secomvc @govbrazil.” 29/06/2022, 16:14. Tweet.

=====

d) Infraestrutura

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “.Conclusão de obras atrasadas e esperadas há anos pela população:

-Transposição do Rio São Francisco, BR-154 (Minas Gerais) e BR-163 (Mato Grosso e Pará), nova ponte sobre o Rio Guaíba (Rio Grande do Sul) e ponte de Abunã (Acre-Rondônia), entre muitas outras. @govbr17/06/2022, 5:50. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Rio Grande do Sul (08/04/2022)

.Agenda do dia:

- Inauguração da duplicação da BR116 e BR 392, em Pelotas;
- Visita às obras da unidade de radioterapia da Santa Casa de Caridade de Bagé;
- Entrega das obras de ampliação do aeroporto regional de Passo Fundo.” 08/04/2022, 19:13. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “.21/2 - Conclusão de 4,2 km de duplicação em multivias na BR-415/BA, entre Ilhéus e Itabuna;

. 22/2 - Entrega de mais 5 km de duplicação e novo viaduto da Travessia Urbana de Santa Maria, na BR-282/RS;

. 22/2 - Restauração de mais 5 km da BR-153/SC, em Concórdia;” 04/03/2022, 6:42. Tweet.

=====

e) Comércio e Relações Exteriores

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “-Tive hoje uma excelente conversa com o Presidente @realDonaldTrump. As relações entre o Brasil e os EUA estão melhores do que nunca. Temos o desejo mútuo de lançar uma grande negociação comercial em breve, com a finalidade de promover a prosperidade dos nossos povos.” 23/08/2019, 19:59. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “-Tenha certeza que eu e meu governo estamos prontos para trabalhar com a senhora e com o seu governos no fortalecimento de nossas relações e na construção de uma parceira cada vez mais sólida, com destaque para a economia, o comércio e a defesa da democracia.” 06/09/2022, 20:36. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). Missão americana para inspeção de carnes virá ao Brasil em junho objetivando ampliação deste comércio. os EUA são um dos maiores consumidores do mundo. O trabalho do @Min_Agricultura, via @TerezaCrisMS, está sendo fundamental para o que pode ser uma grande passo para nosso país.” 26/03/2019, 10:10. Tweet.

=====

f) Política e Governança

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “B1- Com medidas como iniciativas do governo para desburocratizar a venda de bens oriundos tráfico de drogas, em menos de um ano já foram arrecadados R\$ 12,2 milhões em 30 leilões realizados em 9 estados. @AmendoncaMJSP” 22/06/2020, 6:09. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- O Governo Federal, em agosto, arrecadou mais de R\$ 10 milhões com leilões realizados com a venda de bens do tráfico.

- Desde o início de 2022 já foram arrecadados mais de R\$ 74 milhões, em 249 leilões.
- Equipamento das Forças de Segurança e retorno para a sociedade.” 16/09/2022, 12:53. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- O @govbr conclui o maior montante de repasse financeiro em Segurança Pública para estados da história:
- Esta semana a transferência foi de mais de R\$ 722 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, que se abastece também com nova lei que agiliza venda de bens do tráfico.” 24/11/2021, 6:05. Tweet.

=====

g) Economia

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Nova redução de preços da gasolina!
- A partir de amanhã, 02/09, o preço médio de venda de gasolina da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 3,53 para R\$ 3,28 por litro, uma redução de mais R\$ 0,25 por litro.” 01/09/2022, 9:57. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “-Auxílio emergencial: R\$355 bilhões pagos diretamente a mais de 68 milhões de pessoas;
.Retomada dos empregos e dos investimentos em 2019;
.Começo positivo em 2020, até o início da crise mundial da covid;
. Não foi do governo federal a iniciativa irresponsável do "fecha-tudo";” 29/06/2022, 16:14. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro) “.R\$ 626, 51 bilhões em gastos extraordinários para o combate ao covid;
. R\$ 60 bilhões em suspensão de dívidas dos estados e municípios;
. Maior repasse de recursos de nossa história;
. Estados e municípios fecharam o ano com as contas em dia graças a ajuda do Governo Federal;” 12/04/2022, 12:06. Tweet.

=====

h) Saúde

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “-Hoje, mais 936 mil doses de vacinas Covid-19 da Pfizer chegaram ao Brasil.
-É a terceira e última remessa de 2,4 milhões de doses entregues pela farmacêutica na última semana.
-O @minsaude já enviou mais de 129 milhões de doses de vacinas Covid para estados e DF. @govbr”. 27/06/2021, 12:57. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Com isso, conclui-se a previsão de chegada das 2,3 milhões de doses da Pfizer nesta semana!

- A nação ultrapassou a marca de 100 milhões de doses de vacinas contra o covid distribuídas. São mais de 600 milhões de doses contratadas.
- O país é o 4º que mais vacina no mundo!” 04/06/2021, 5:30. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Chegaram ontem (24) Mais 936 mil doses da vacina Covid-19 da Pfizer estão no Brasil.
- Até agora mais de 11,2 milhões de doses da farmacêutica já foram entregues ao @minsaude. Essas unidades fazem parte das mais de 129,5 milhões de doses já distribuídas para estados e DF.” 25/06/2021, 9:59. Tweet.

=====

i) Segurança e Criminalidade

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “OS RECORDES NÃO PARAM DE SER BATIDOS: a @PRFBrasil causa mais um prejuízo diário ao crime organizado. Desta vez, de aproximadamente R\$ 11.000.000,00 ao crime organizado na cidade de Cuiabá/MT. São menos 96 kg de pasta base de cocaína em circulação e mais famílias preservadas.” 15/11/2021, 6:33. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “A @PRFBrasil realizou nesta quarta-feira (5/5) a maior apreensão de cocaína no RJ este ano. Mais de 300 kg da droga foram apreendidos. Esta é a 3ª maior apreensão de cocaína da história da PRF no RJ. A ação totaliza + de R\$ 12 milhões em prejuízo ao crime organizado. @secomvc”. 06/05/2021, 13:02. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Em um único dia, menos 1300 kg de cocaína nas mãos do crime. Apreensão recorde em Sergipe.
- Prejuízo de mais de R\$ 200 milhões ao crime organizado e famílias preservadas!
@JusticaGovBr @andersongtorres @policiafederal
Mais detalhes em nosso Telegram: “Jair M. Bolsonaro 1””. 03/04/2022, 12:57. Tweet.

j) Eleição e Política

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 1:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Não procede a informação que eu teria falado com o presidente Putin no dia de ontem.
- Conversei com ele apenas por ocasião da minha visita à Rússia em 16 de fevereiro.
- A imprensa se supera nas fakenews a cada dia passado!”. 28/02/2022, 7:11. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 2:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “- Hoje é sexta-feira e todos os dias publicações sobre ações em nosso Telegram. grande parte da imprensa insiste em mentir. Siga-nos em mais este canal de informações e não seja manipulado por quem somente se preocupa claramente com outros recursos: t.me/jairbolsonarobrasil”. 26/11/2021, 19:52. Tweet.

=====

TEXTO REPRESENTATIVO 3:

Bolsonaro, Jair (jairbolsonaro). “Sofro *fake news* diárias como esse caso da "demissão" do ministro Velez. a mídia cria narrativas de que NÃO GOVERNO, SOU ATRAPALHADO, etc. Você sabe quem quer nos desgastar para se criar uma ação definitiva contra meu mandato no futuro. Nosso compromisso é com você, com o Brasil.” 27/03/2019, 22:26. Tweet.

Os textos representativos acima apresentados oferecem uma visão detalhada dos temas e narrativas promovidas em cada categoria, demonstrando a diversidade de tópicos abordados e a maneira como os principais temas foram comunicados aos seguidores e ao público em geral. Essas postagens não apenas ilustram as tendências identificadas, mas também fornecem evidências concretas do estilo e do conteúdo da comunicação feita pelo ex-presidente.

4.5 Interpretação e avaliação

Nesta etapa, busca-se integrar os achados quantitativos, como frequência de postagens e engajamento, com a análise qualitativa, observando o conteúdo dos *tweets*, a fim de revelar as descobertas de conhecimento inferidas da base de dados. A aplicação do processo KDD nos

tweets de Jair Bolsonaro (2019–2022) evidenciou padrões de comunicação e principais pautas que nortearam sua estratégia digital. A análise mostra que Bolsonaro utilizou o Twitter como ferramenta de comunicação direta com o público, construindo uma narrativa baseada em patriotismo, valores conservadores e oposição à mídia tradicional.

A categoria com maior frequência de postagens e maior engajamento foi a que enfatiza o patriotismo e valores, evidenciando o uso de mensagens que mencionam Deus, o Brasil e o exército para criar uma identificação emocional com parcela significativa do eleitorado conservador. O discurso fortemente marcado pela religiosidade e pelo conservadorismo destaca a tentativa de reforçar laços ideológicos e identitários. Os *tweets* classificados nessa categoria foram os mais numerosos e com maior engajamento (curtidas, *retweets* e citações), reforçando a eficácia de um discurso que evoca religiosidade, valores tradicionais e exaltação nacional, exemplificado pelo lema “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”.

Outro ponto relevante foi a intensa utilização das mídias sociais como canal de comunicação direta, o que permitiu contornar a imprensa tradicional. *Lives* no *YouTube*, convites para o *Telegram* e a participação ativa em transmissões semanais evidenciam uma estratégia de contato sem intermediários, alimentando o engajamento digital entre seus apoiadores. A divulgação de transmissões ao vivo e entrevistas ajudou a sustentar altos níveis de participação online, confirmando o valor das mídias sociais como recurso de controle narrativo e mobilização de seguidores.

Outros assuntos também se mostraram centrais, como educação, programas sociais, infraestrutura, comércio exterior e segurança. *Tweets* sobre programas de auxílio, criação de empregos e iniciativas voltadas a obras públicas sugerem a tentativa de exibir resultados positivos da gestão, enquanto as menções a acordos com países como EUA e Israel, e os acenos ideológicos, reforçam uma agenda diplomática alinhada a valores conservadores e interesses comerciais específicos. Além disso, postagens em inglês e espanhol indicam um esforço de internacionalização do discurso.

A pandemia de COVID-19 impactou diretamente o conteúdo das postagens, especialmente em 2020 e 2021, quando aumentou o volume de *tweets* abordando vacinação, leitos de UTI e confrontos retóricos ou controversos sobre medidas de isolamento e tratamentos sem comprovação científica, gerando controvérsias e polarização. Em 2022, período eleitoral, voltaram a ganhar força os temas de patriotismo e valores, segurança pública e economia, com ênfase em combate à criminalidade, críticas à imprensa, debates sobre voto impresso, e pautas morais, como aborto e ideologia de gênero. Isso indica que a comunicação se ajustou ao

calendário político para mobilizar sua base de apoio mais conservadora e potencializar a polarização, evidenciando o uso do Twitter para a campanha de reeleição.

A análise do engajamento, medido por interações como curtidas, *retweets* e citações, mostra que a categoria “patriotismo e valores” manteve consistentemente um número elevado de interações, sobretudo em momentos de maior visibilidade, como o início do mandato (2019) e o período de campanha eleitoral (2022). A estratégia de reforçar laços ideológicos e incentivar um senso de identidade nacional se combinou à divulgação incessante de *lives*, entrevistas e *links* para outras plataformas, sustentando o interesse dos apoiadores na comunicação presidencial.

A variação temporal revela que eventos externos e o ciclo eleitoral influenciaram a frequência e o teor das postagens, evidenciando o uso estratégico do Twitter para modelar a agenda pública e responder às críticas da imprensa tradicional. O maior volume de postagens ocorreu em 2019, coincidindo com o início do mandato e a fase de alta expectativa popular, já 2021 registrou a menor frequência de *tweets*, possivelmente por conta do agravamento da pandemia e das críticas enfrentadas pelo governo. A análise temporal demonstrou a intensificação de temas-chave e o aumento do engajamento durante o período eleitoral, evidenciando a utilização estratégica da plataforma para fins políticos.

Os resultados indicam que o Twitter foi empregado de forma estratégica por Bolsonaro, servindo como veículo para a promoção de narrativas políticas, a mobilização da base de apoio e o reforço de temas-chave do governo. Esses achados contribuem para a compreensão de como as mídias sociais se consolidaram como um espaço central de disputa política, reforçando o debate sobre polarização, discurso de ódio e desinformação em ambientes digitais. Também evidenciam como as redes sociais são usadas para moldar a agenda pública, mobilizar bases de apoio e influenciar o debate político, revelando o alcance e a relevância dessas plataformas na comunicação governamental.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DE CONTEÚDO: AS REPRESENTAÇÕES TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS NAS POSTAGENS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER (2019-2022)

Neste capítulo, detalhamos a metodologia de análise de conteúdo que será utilizada para examinar as representações temáticas de direitos humanos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter. Com base nas diretrizes de Bardin (2016), investigamos como os discursos de Bolsonaro refletem valores, crenças e estratégias discursivas conservadores, evidenciando a seletividade ideológica em sua comunicação nessa plataforma.

5.1 A metodologia da Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), é um instrumento de análise de comunicações que veio a se consolidar nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, com o florescimento do jornalismo sensacionalista. Todavia, seu grande impulso ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando 25% das pesquisas com esse método estiveram a serviço do governo norte-americano, notadamente com o objetivo de desmascarar periódicos e agências de notícias suspeitos de propaganda subversiva (Fonseca Júnior, 2010).

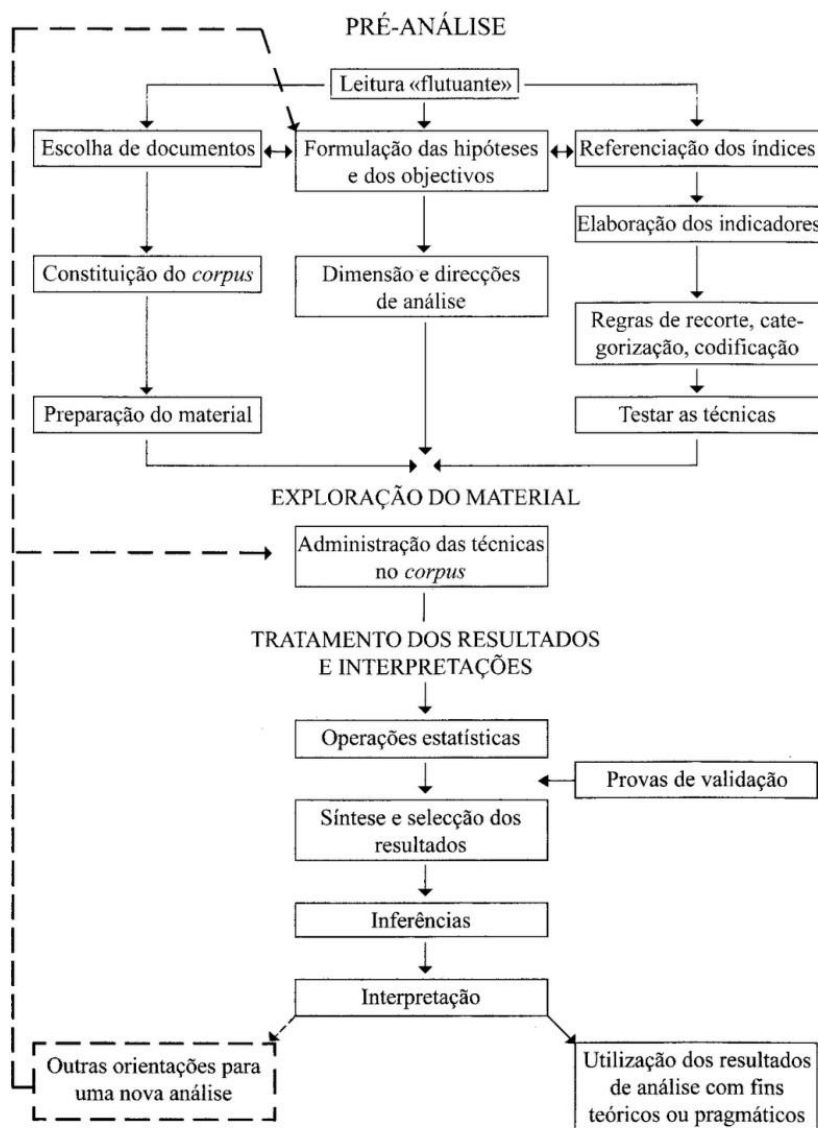
Tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido à análise de conteúdo quando se pretende compreender para além dos seus significados. Nesse enfoque, Bardin (2016) define a análise de conteúdo como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2016, p. 42).

Em seu início, a análise de conteúdo surge com um viés quantitativo, entretanto, ao longo do tempo, as abordagens qualitativas têm sido valorizadas. Em verdade, há que se verificar algumas singularidades entre esses dois vieses. Na análise quantitativa o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características de conteúdo, enquanto na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica em um determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (Bardin, 2016).

Quanto ao desenvolvimento da análise de conteúdo, Bardin (2016) a estruturou em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme esquematizado no gráfico a seguir:

Gráfico 19 – Esquema para desenvolvimento de uma Análise de Conteúdo

Desenvolvimento de uma análise

Fonte: Bardin, 2016, p. 102

A pré-análise é a fase de organização e consiste no planeamento do trabalho a ser elaborado. Seu objetivo é sistematizar as ideias iniciais, servindo como alicerce para as fases seguintes, o que ressalta sua importância. A primeira atividade da pré-análise é estabelecer contato com os documentos a serem analisados por meio de uma "leitura flutuante", permitindo-se ser influenciado por impressões e orientações iniciais. Em geral, a pré-análise possui três missões: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a referenciação dos índices e elaboração dos indicadores que fundamentarão a interpretação final (Bardin, 2016).

Após a escolha dos documentos, que leva à definição do tema e do referencial teórico a partir da leitura flutuante, o próximo passo é a constituição do corpus, ou seja, a seleção e preparação do conjunto de documentos a serem submetidos à análise. Quanto à escolha dos documentos, é preciso ter em conta as seguintes regras: a regra da exaustividade – significa que todos os documentos relativos ao assunto pesquisado, no período escolhido, devem ser considerados, sem desconsiderar nenhum deles por qualquer razão; a regra da representatividade – quer dizer que pode a análise ser efetuada em uma amostra, desde que o material seja representativo do universo inicial; a regra da homogeneidade – implica dizer que os documentos a serem analisados devem ser homogêneos, ou seja, da mesma natureza, do mesmo gênero, ou se reportarem ao mesmo assunto; a regra da pertinência – os documentos devem ser adequados enquanto fontes de informação (Bardin, 2016; Fonseca Júnior, 2010).

Uma vez escolhidos os documentos, passa-se à formulação das hipóteses e dos objetivos que definirão a dimensão e a direção da análise. Nesse contexto, a hipótese é uma afirmação provisória que pretendemos verificar (confirmar ou refutar) utilizando os procedimentos da análise. Já o objetivo refere-se à finalidade geral que almejamos alcançar com a pesquisa (Bardin, 2016).

Por fim, a terceira missão da pré-análise é a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. Isso significa escolher os índices com base nas hipóteses e objetivos e organizá-los sistematicamente em indicadores precisos e confiáveis. Para garantir a eficácia e a pertinência desses indicadores, é recomendável testá-los em algumas passagens ou elementos dos documentos, realizando um pré-teste de análise (Bardin, 2016).

A segunda fase da análise de conteúdo, a exploração do material, é a etapa da análise propriamente dita, onde se administram as decisões estabelecidas na pré-análise. Esta fase envolve operações de codificação, decomposição e enumeração. Segundo Bardin (2016), codificar o material consiste em transformar sistematicamente os dados brutos do texto, permitindo uma representação das características relevantes do conteúdo. Para organizar a codificação, são necessárias três escolhas: o recorte, que é a seleção das unidades de registro e de contexto; a enumeração, que envolve a definição das regras de contagem; e a classificação e agregação, que consiste na escolha das categorias.

No processo de organização da codificação, o recorte envolve a escolha das unidades de registro (ou de análise), que são partes da amostragem definidas previamente na constituição do corpus. Para compreender essas unidades é necessário considerar o contexto em que elas estão inseridas, ou seja, as unidade de contexto. O recorte pode ser semântico, como o tema, ou linguístico, como a palavra ou a frase. A análise temática é amplamente usada em análise de

conteúdo, com o tema sendo utilizado como unidade de registro para estudar motivações, opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências (Bardin, 2016).

A escolha das regras de enumeração ou contagem refere-se ao método de quantificação das unidades de registro, resultando na definição de índices (Fonseca Júnior, 2010). Enquanto a unidade de registro é "o que se conta", a regra de enumeração é "o modo de contagem". Ela pode ser definida pela frequência de aparição das unidades de registro (análise quantitativa) ou pela presença ou ausência destas (análise qualitativa).

A categorização, por sua vez, é o processo de classificar os elementos de um conjunto por diferenciação e, posteriormente, por reagrupamento conforme critérios previamente estabelecidos. De acordo com Fonseca Júnior (2010), categorizar significa agrupar as unidades de registro em um número reduzido de categorias para tornar os dados inteligíveis.

A categorização na análise de conteúdo comporta duas etapas: o inventário, que consiste em isolar os elementos, e a classificação, ou seja, a repartição dos elementos, reunindo-os em grupos similares para impor certa organização às mensagens. Bardin (2016) explica que a categorização pode empregar dois processos inversos: o procedimento por "acervo", em que as categorias não são definidas previamente, mas resultam da classificação progressiva dos elementos; e o procedimento por "caixas", em que as categorias já estão previamente definidas, e os elementos são distribuídos à medida que são encontrados.

Segundo Bardin (2016), um conjunto de boas categorias deve possuir as seguintes características: a exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; a homogeneidade – um único princípio de classificação deve governar a sua organização; a pertinência – o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação; a objetividade e a fidelidade – as diferentes partes de um mesmo material devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises; e a produtividade – um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis em índice de inferências, dados e novas hipóteses.

A terceira fase da análise de conteúdo consiste no tratamento dos resultados obtidos e na sua interpretação. Nesta etapa, os resultados brutos são processados para se tornarem significativos e válidos, podendo exigir interpretações estatísticas. A partir desses resultados, o analista pode propor inferências (Bardin, 2016).

Segundo Fonseca Júnior (2009), a inferência é o momento mais fértil da análise de conteúdo, focado nos aspectos implícitos da mensagem analisada. A leitura do analista busca revelar o significado subjacente. O objetivo da inferência é desvendar as condições de produção das mensagens analisadas, considerando variáveis psicológicas, sociológicas e culturais do emissor, além das variáveis relacionadas à situação da comunicação ou ao contexto de produção

da mensagem (Bardin, 2016). Fonseca Júnior (2010) explica o que seja inferência da seguinte forma:

A inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação” (Fonseca Júnior, 2010, P. 284).

Por fim, Bardin (2016) destaca a importância do tratamento informático na análise de conteúdo. Atualmente, o uso de softwares e de linguagens de programação é frequente na análise estatística, na classificação, na reorganização e na transformação de dados. A análise de dados realizada por meio do computador também auxilia na descoberta de inferências sobre o conteúdo de uma grande quantidade de material analisado.

A seguir, detalharemos a metodologia empregada na análise de conteúdo das representações temáticas de direitos humanos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato presidencial, de 2019 a 2022. Essa análise visa extrair inferências e interpretações sobre como os direitos humanos foram abordados e representados pelo ex-presidente em sua comunicação pública nesta rede social, e como essas representações refletem seus valores, crenças e posições políticas.

5.2 Análise de Conteúdo das temáticas de direitos humanos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter (2019-2022)

O documento analisado são as postagens realizadas por Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato presidencial (2019-2022). Nesse período, foram publicados 9.415 *tweets* abordando assuntos diversos. Após as etapas de pré-processamento e transformação dos dados feitas para a Mineração de Tópicos, que eliminou postagens sem valor analítico, como aquelas sem texto, apenas com mídia visual, em idiomas diferentes do português ou retuítes simples, o corpus foi reduzido para 7.416 *tweets*.

Entre esses, foi feita uma seleção automatizada das postagens contendo representações temáticas de direitos humanos para compor o corpus de análise. Utilizamos bibliotecas como Pandas e NLTK na linguagem Python para classificar os *tweets* em categorias pré-definidas, baseadas em uma quadro de códigos previamente estabelecida (Tabela 1). Aplicamos técnicas avançadas de normalização e lematização, além de expressões regulares para correspondência de palavras, a fim de gerar visualizações e análises descritivas. O processo automatizado

identificou 1.857 *tweets* distribuídos em 15 categorias, construídas a partir de palavras-chave representativas de temas relacionados aos direitos humanos³⁶.

Para a classificação automatizada a categorização inicial seguiu temas abordados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), definidos em seu site³⁷, além de tópicos emergentes identificados em uma leitura exploratória inicial. Foram incluídos temas como “Direitos Humanos Gerais”, “Discriminação”, “Família”, “Segurança Pública” e “*Fake news*”, categorizando os *tweets* em "caixas" temáticas. Cada categoria foi vinculada a uma lista de palavras-chave específicas, apresentada na Tabela 1, a seguir:

Quadro 6 - Quadro de códigos - Análise de Conteúdo

Categoria	Palavras-chave
Criança, Adolescente e Juventude	['criança', 'adolescente', 'juventude', 'escola', 'infância', 'educação infantil', 'alfabetização', 'EJA', 'ECA', 'jovem', 'estudante', 'nascimento', 'tutelar', 'creche']
Ditadura e Anistia	['ditadura', 'anistia', 'repressão', 'exilado', 'exílio', 'desaparecido', 'tortura', 'torturador', 'AI-5', '1964', 'Lei de Segurança Nacional', 'intervenção militar']
Mulheres e Direitos Reprodutivos	['mulher', 'feminicídio', 'assédio sexual', 'pré-natal', 'maria da penha', 'gênero', 'feminismo', 'aborto', 'contracepção', 'maternidade', 'violência doméstica', 'estupro', 'estuprador', 'machismo', 'machista', 'licença-maternidade', 'menstrua']

³⁶A categorização automatizada de textos utilizando Pandas e NLTK apresenta limitações técnicas que podem deixar de capturar postagens relacionadas a "direitos humanos". Essas limitações decorrem de restrições comuns no processamento de linguagem natural, como:

- Dependência de palavras-chave: a classificação automatizada exige a presença exata de palavras-chave no texto. Em temas amplos como "direitos humanos", a diversidade de termos é grande, e uma lista de palavras-chave dificilmente cobre todas as variações;

- Limitações semânticas e contextuais: os textos são processados por correspondência exata, sem captar o significado total ou o contexto. Uma postagem que trate de uma situação de direitos humanos, sem usar termos específicos da categoria, pode não ser corretamente classificada;

- Ambiguidade e variabilidade linguística: a linguagem humana é complexa e ambígua, e termos como "liberdade" têm significados variados. Além disso, o uso de gírias, abreviações, ironia e sarcasmo não é adequadamente interpretado por análises automatizadas;

- Manutenção e atualização do livro de códigos: o conjunto de palavras-chave precisa ser extenso e atualizado constantemente. Um livro de códigos fixo pode não captar todas as variações;

- Limitações do pré-processamento: técnicas como lematização e normalização, embora úteis, podem alterar a estrutura original do texto e, em alguns casos, mudar o significado, gerando imprecisões;

Embora a classificação automatizada possa não capturar todas as postagens relacionadas a direitos humanos feitas por Jair Bolsonaro no Twitter entre 2019 e 2022, as postagens classificadas são representativas e oferecem uma amostra robusta para análise dos temas discutidos.

³⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas>. Acesso em 25/JUL/2024.

LGBTQIA+	['LGBT', 'homoafetivo', 'gay', 'lésbica', 'travesti', 'trans', 'transgênero', 'homossexual', 'bissexual', 'queer', 'visibilidade', 'Parada', 'HIV', 'AIDS', 'homofobia', 'transfobia', 'orientação', 'sexual', 'sexo', 'sexualidade']
Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos	['idoso', 'deficiência', 'acessibilidade', 'inclusão', 'reabilitação', 'cego', 'surdo', 'libras', 'autismo', 'Alzheimer', 'velho', 'doença rara']
Pessoas Ameaçadas de Morte e Pessoas em Situação de Trabalho Escravo	['escravo', 'escavidão', 'testemunha', 'resgate', 'fazenda', 'ameaça', 'morte']
Povos Tradicionais e Indígenas	['demarcação', 'terra', 'latifúndio', 'FUNAI', 'quilombo', 'quilombola', 'índio', 'aldeia', 'indígena', 'tradicionais', 'originário', 'ianomâmis']
População Negra	['racial', 'cota', 'racismo', 'negro', 'preto', 'pardo', 'mulato', 'raça', 'afro-brasileiro', 'consciência negra']
Entidades de direitos humanos	['ONG', 'OEA', 'ONU', 'Ministério da Mulher', 'da Família', 'Damares']
Imigrantes e Refugiados	['imigrante', 'migrante', 'refugiado', 'acolhimento', 'asilado', 'refúgio', 'migração']
Direitos Humanos Gerais	['direitos humanos', 'direitos', 'humanos', 'do homem', 'fundamentais', 'constituição', 'liberdade', 'expressão', 'democracia', 'justiça', 'igualdade', 'dignidade', 'cidadania', 'ativista', 'ativismo']
Discriminação	['preconceito', 'preconceituoso', 'xenofobia', 'intolerância', 'religião', 'evangélicos', 'católicos', 'espíritas', 'umbanda', 'candomblé', 'sexismo', 'discriminação', 'pobre', 'ódio', 'segregação']
Família	['família', 'tradicional', 'pai', 'mãe', 'filho', 'parentalidade']
Segurança Pública	['segurança', 'polícia', 'policia', 'militar', 'exército', 'marinha', 'aeronáutica', 'forças armadas', 'violência', 'soldado', 'crime', 'bandido', 'criminoso', 'vagabundo',

	'ladrão', 'marginal', 'drogas', 'tráfico', 'traficante', 'cocaína', 'maconha', 'patrulhamento', 'ordem']
<i>Fake news</i>	['fake news', 'fakenews', 'jornalista', 'jornal', 'desinformação', 'boato', 'propaganda', 'mídia', 'manipulação', 'redes', 'sociais', 'deepfake', 'bots', 'algoritmo', 'censura', 'Globo', 'Record', 'SBT', 'Folha', 'Estadão', 'O Globo']

Fonte: Elaborado pelo autor

Além da classificação automatizada com *Python*, realizamos uma análise manual para verificar a consistência da categorização e eliminar postagens irrelevantes. Ao final desse refinamento, o corpus foi reduzido para 631 *tweets* diretamente relacionados aos direitos humanos. Esses dados foram organizados em um *dataset* contendo: “texto da postagem”, “data de publicação”, “contagem de *retweets*”, “curtidas”, “citações”, “conteúdo original (se *retweet*)” e “categoria temática associada”.

O corpus foi estruturado conforme os critérios definidos por Bardin (2016): exaustividade, já que inclui uma amostra robusta de postagens relacionadas a temas de direitos humanos feitas por Bolsonaro durante seu mandato presidencial, classificadas automaticamente e manualmente; representatividade, refletindo a diversidade dos temas abordados, levando em consideração as limitações da classificação automatizada; homogeneidade, pois todas as postagens analisadas pertencem ao perfil oficial de Jair Bolsonaro e tratam de representações temáticas de direitos humanos; e pertinência, já que as postagens selecionadas são relevantes para os objetivos do estudo, conectando-se diretamente à questão dos direitos humanos.

A pesquisa parte da hipótese de que Bolsonaro não se opunha diretamente aos direitos humanos, mas adotava uma abordagem seletiva. Sua comunicação priorizava determinados grupos e marginalizava outros, refletindo uma visão ideológica que restringia a aplicação dos direitos humanos de forma desigual. Esse enfoque permitiu a construção de um discurso no qual certos grupos eram considerados mais legítimos para usufruir desses direitos em detrimento de outros.

O objetivo geral da análise é identificar as representações temáticas dos direitos humanos nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato presidencial, buscando compreender a construção de sua concepção sobre direitos humanos e a seletividade presente em sua comunicação pública.

Para alcançar esse objetivo, a análise define os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as temáticas de direitos humanos mais e menos frequentes nas postagens de Bolsonaro;

2. Analisar a construção de valores e crenças presentes nas postagens relacionadas a direitos humanos.

A partir desses objetivos, formulamos as seguintes perguntas de pesquisa:

1. Com que frequência os temas relacionados aos direitos humanos aparecem nas postagens de Bolsonaro no Twitter ao longo de seu mandato?

2. Quais temas de direitos humanos receberam maior ou menor engajamento (curtidas, *retweets* e citações) entre 2019 e 2022?

3. Como as representações temáticas sobre direitos humanos variam ao longo do tempo no período de 2019 a 2022?

4. Quais temas específicos de direitos humanos estão presentes ou ausentes nas postagens de Bolsonaro, e o que isso indica sobre as prioridades discursivas?

5. De que forma as postagens refletem valores e crenças de Bolsonaro sobre direitos humanos, e como esses valores se manifestam nas representações temáticas?

Inicialmente, foi realizada uma leitura exploratória para identificar temas emergentes e registrar impressões preliminares. Observou-se uma ênfase em Segurança Pública e uma marginalização de temas como direitos LGBTQIA+, o que já era esperado. Palavras como “liberdade”, “bandidos” e “*fake news*” apareceram com alta frequência.

O índice principal desta análise, ou seja, os elementos mensuráveis, são as menções aos direitos humanos nas postagens de Bolsonaro no Twitter durante seu mandato presidencial. Os indicadores utilizados abrangem tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Os indicadores quantitativos incluem a frequência das representações temáticas, o engajamento das postagens (curtidas, *retweets* e citações) e as variações temporais ao longo do período analisado (2019-2022). Os indicadores qualitativos referem-se à presença ou ausência de temas específicos e à contextualização das representações temáticas, com o objetivo de compreender como essas representações se manifestam nas postagens e quais valores e crenças sobre direitos humanos podem ser inferidos.

As unidades de registro foram definidas como palavras-chave ou expressões associadas aos direitos humanos. As unidades de contexto, por seu turno, englobam o texto integral dos *tweets* e o engajamento gerado, proporcionando o contexto necessário para interpretar corretamente as unidades de registro. A enumeração, responsável por estabelecer as regras para definição das unidades de registro, permitiu mensurar a frequência dos temas e avaliar o impacto das postagens.

Foi realizado um pré-teste com as categorias utilizadas na classificação automatizada em Python, com o objetivo de verificar a validade e a clareza das categorias pré-definidas. Durante esse processo, identificou-se a necessidade de ajustes, com alterações e reagrupamentos, visando maior pertinência para a análise. A nova categorização buscou organizar as unidades de registro em grupos com características comuns, facilitando uma análise sistemática dos dados e permitindo uma interpretação mais clara dos temas emergentes.

Ao final, foram definidas 11 categorias temáticas, que são: Criança, Adolescente e Juventude; Direitos Humanos Gerais; Ditadura e Anistia; Diversidade Racial; Imigrantes e Refugiados; LGBTQIA+; Mulheres e Direitos Reprodutivos; Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos; Povos Tradicionais e Indígenas; Segurança Pública; e uma categoria adicional, *Fake news*, relevante para a pesquisa, embora não tenha relação direta com os direitos humanos.

A seguir, apresentamos em um quadro os passos metodológicos definidos para a Análise de Conteúdo desta pesquisa. Em seguida, realizamos as análises de conteúdo quantitativa e qualitativa, conforme descrito anteriormente.

Quadro 7 - Passos metodológicos – Análise de Conteúdo

Pré-Análise	Seleção dos documentos	Postagens de Jair Bolsonaro no Twitter durante seu mandato (01/01/2019 a 31/12/2022). Após limpeza e filtragem, o corpus foi reduzido para 631 <i>tweets</i> relacionados aos direitos humanos.
	Temas analisados	Criança, Adolescente e Juventude; Direitos Humanos Gerais; Ditadura e Anistia; Diversidade Racial; Imigrantes e Refugiados; LGBTQIA+; Mulheres e Direitos Reprodutivos; Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos; Povos Tradicionais e Indígenas; Segurança Pública e <i>Fake news</i> .
	Objetivo	Analisar as representações temáticas de direitos humanos nas postagens de Bolsonaro para compreender sua construção e seletividade ideológica.
	Hipótese	Bolsonaro não se opõe diretamente aos direitos humanos, mas adota uma abordagem seletiva,

		priorizando certos grupos e marginalizando outros, refletindo uma visão restritiva desses direitos.
Formulação dos Indicadores	Indicadores Quantitativos	Frequência das representações temáticas; Engajamento (curtidas, <i>retweets</i> e citações); Variação temporal (2019-2022).
	Indicadores Qualitativos	Presença ou ausência de determinadas temáticas e contextualização dessas representações nas postagens.
Exploração do Material	Unidades de Análise	Palavras-chave ou expressões relacionadas aos direitos humanos nas postagens.
	Unidades de Contexto	Texto completo dos <i>tweets</i> e engajamento gerado (curtidas, <i>retweets</i> e citações).
	Categorização	Organização em 11 categorias temáticas, com ajustes realizados a partir de uma análise exploratória e manual.
Inferências e Interpretações	Construção da Concepção	Identificação de valores, crenças e posicionamentos ideológicos presentes nas postagens, com foco na seletividade de direitos humanos.
	Interpretação Subjetiva	Reflexões sobre como a comunicação de Bolsonaro molda sua concepção de direitos humanos e prioriza certos grupos em detrimento de outros.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Bardin (2016)

5.2.1 Análise de conteúdo quantitativa

A análise de conteúdo quantitativa busca compreender o impacto das postagens por meio de métricas mensuráveis. Esta abordagem foca em aspectos como a frequência de temas, o engajamento gerado pelas postagens e a variação temporal ao longo do mandato presidencial, de 2019 a 2022. Esses três pilares permitem identificar padrões e prioridades discursivas, além de avaliar a ressonância das postagens com o público. A seguir, detalharemos cada uma dessas abordagens.

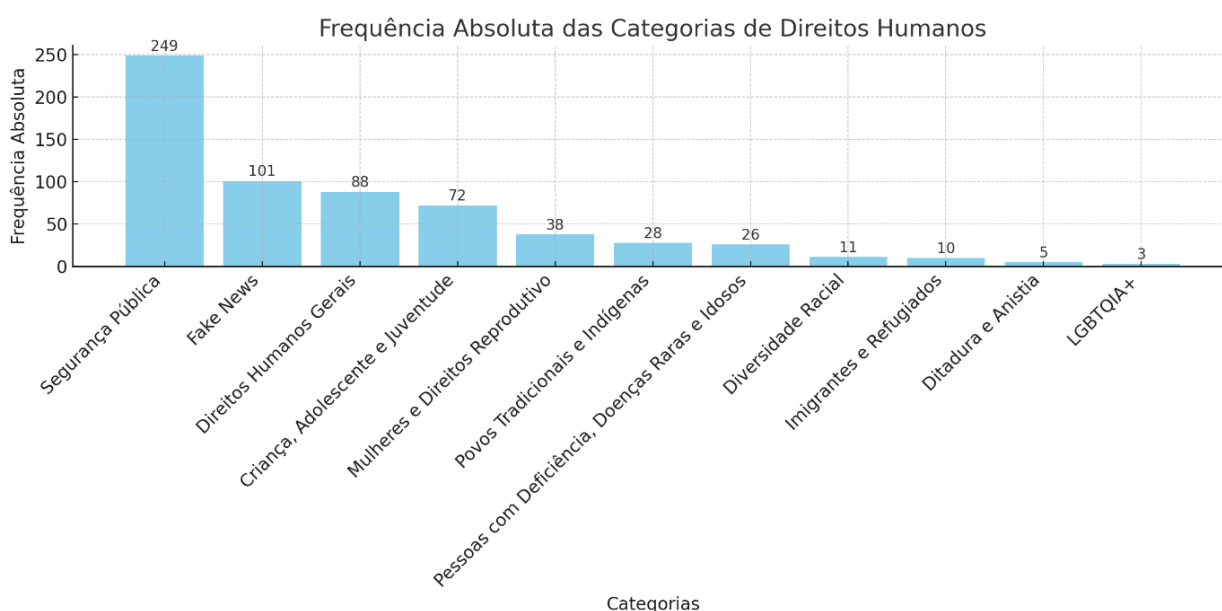
5.2.1.1 Frequência das categorias temáticas

A contagem de frequência dos temas categorizados permite obter uma percepção sobre quais temas foram priorizados e quais foram negligenciados. A partir dessa etapa, é possível identificar o foco discursivo da comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter em relação aos

direitos humanos. Para isso, serão analisadas as frequências absoluta e relativa das categorias temáticas.

A frequência absoluta corresponde ao número total de ocorrências de uma determinada categoria temática no conjunto de dados. Esse indicador permite avaliar a quantidade de menções de cada tema, sendo útil para identificar quais temas são abordados com maior intensidade no discurso analisado. Abaixo segue o gráfico de frequência absoluta das categorias temáticas:

Gráfico 20 - Frequência Absoluta das Categorias Temáticas de Direitos Humanos

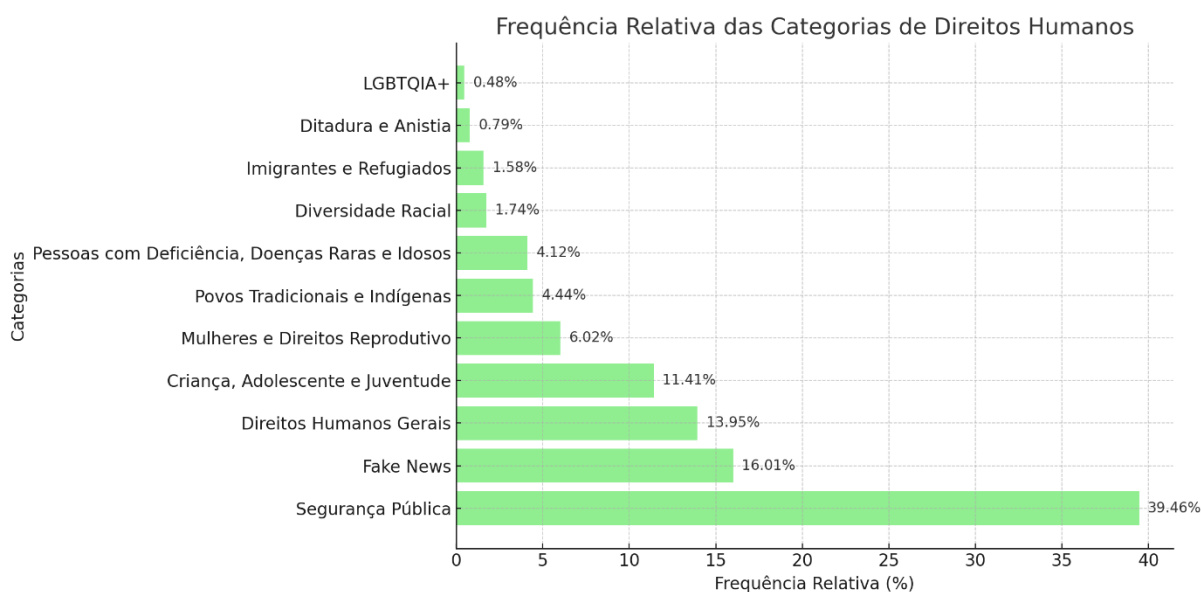


Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico acima apresenta o número total de postagens por categoria, destacando os temas mais abordados. A categoria Segurança Pública lidera com 249 postagens, evidenciando um foco significativo do ex-presidente nesse assunto. Essa quantidade é mais do que o dobro das postagens na segunda categoria mais frequente, *Fake news*, com 101 postagens. Outros temas relevantes são Direitos Humanos Gerais, com 88 postagens, e Criança, Adolescente e Juventude, que registra 72 postagens.

A frequência relativa, por sua vez, indica o percentual de vezes que uma categoria aparece em relação ao total de postagens. Ela nos oferece um contexto sobre a ênfase de cada tema, permitindo comparações proporcionais entre categorias e destacando a importância relativa de cada uma no conjunto analisado. Abaixo destacamos o gráfico de frequência relativa das categorias temáticas:

Gráfico 21 - Frequência Relativa das Categorias Temáticas de Direitos Humanos



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico acima apresenta a proporção percentual de cada categoria em relação ao total de postagens, oferecendo uma perspectiva comparativa das temáticas abordadas. Observa-se, mais uma vez, a ênfase na temática Segurança Pública, que corresponde a 39,46% das postagens totais, indicando que mais de um terço das publicações está relacionado a esse tema. Além disso, destaca-se a baixa representatividade de certos temas no discurso público de Jair Bolsonaro, especialmente nas categorias LGBTQIA+ (0,48%), Ditadura e Anistia (0,79%), Imigrantes e Refugiados (1,58%) e Diversidade Racial (1,74%).

A análise das frequências absoluta e relativa das categorias temáticas sugere que Jair Bolsonaro buscou posicionar seu governo como defensor da ordem e do combate ao crime, tratando a segurança pública como um direito fundamental. Além disso, a recorrência do tema Segurança Pública pode indicar uma estratégia de mobilização de sua base, alinhada a uma retórica combativa contra a criminalidade. A distribuição desigual das categorias sugere que certos grupos não foram priorizados no discurso público. Temas como LGBTQIA+ e população negra aparecem com menor representatividade, o que permite inferir uma lacuna na defesa dos direitos das minorias.

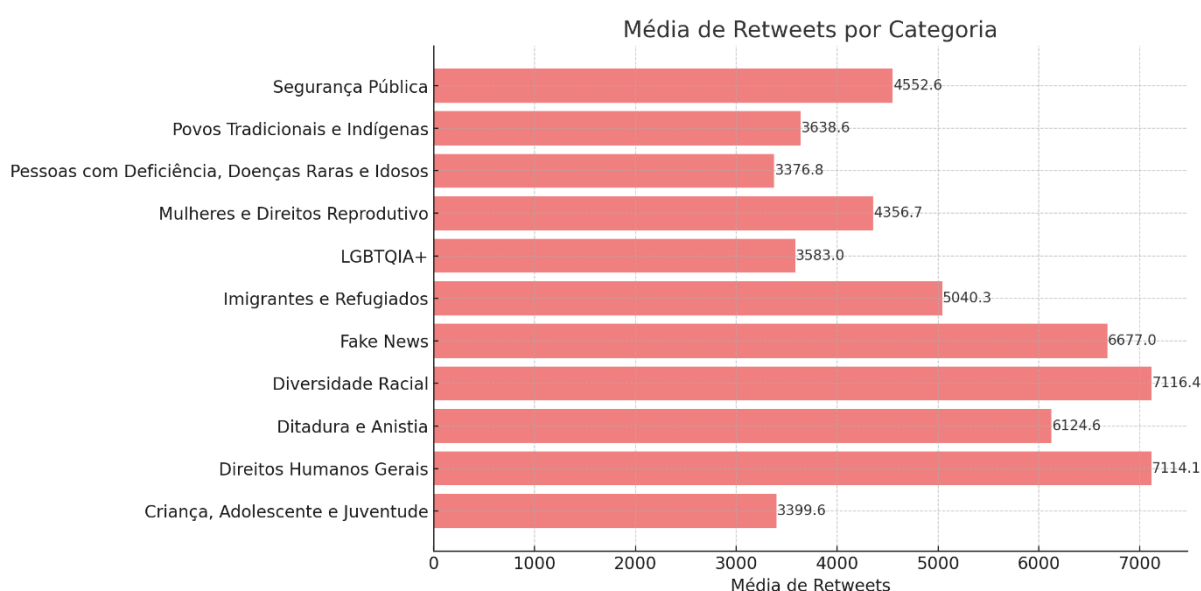
5.2.1.2 Engajamento das categorias temáticas

O engajamento reflete as interações do público com as postagens por meio de *retweets*, curtidas e citações (*quotes*). A análise das médias de interações por categoria temática revela

quais temas tiveram maior impacto público. Essa abordagem permite identificar como o público reagiu às diferentes postagens e quais categorias mobilizaram mais engajamento, proporcionando uma compreensão mais clara das dinâmicas entre os conteúdos publicados e a audiência.

A média de *retweets* por categoria indica quais categorias geraram maior compartilhamento relativo, revelando o quanto o conteúdo foi disseminado. Abaixo representamos o gráfico da média de *retweets* por categoria temática:

Gráfico 22 - Média de *Retweets* por Categoria



Fonte: Elaborado pelo autor

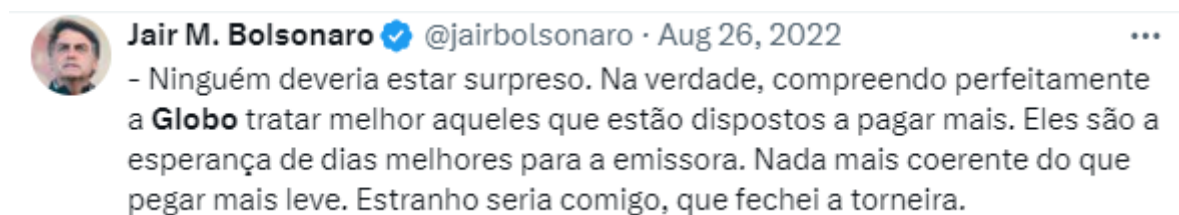
As categorias que mais se destacaram na média de *retweets* foram Diversidade Racial (7.116), Direitos Humanos Gerais (7.114), *Fake news* (6.677) e Ditadura e Anistia (6.124). No caso de Diversidade Racial e Ditadura e Anistia, embora essas categorias tenham tido uma baixa frequência de postagens, seus altos índices médios de *retweets* indicam que geraram repercussão e mobilizaram o público, refletindo a ressonância de temas de interesse ou controvérsia. Por outro lado, *Fake news* e Direitos Humanos Gerais também se destacaram em *retweets*, mas como visto anteriormente, são categorias com alta frequência de postagens, ocupando a segunda e a terceira posição, respectivamente.

A alta média de *retweets* sugere que esses temas podem ser socialmente sensíveis ou politicamente polarizadores, motivando os usuários a compartilhá-los amplamente. Além disso,

essas categorias podem ter mobilizado públicos específicos, como simpatizantes políticos, que amplificaram a disseminação por meio de *retweets*.

Um exemplo disso é o tweet com o maior número de *retweets*, 21.174 *retweets*, publicado em 26/08/2022 e classificado na categoria *Fake news*. Na postagem, abaixo destacada, Bolsonaro critica a Rede Globo, alvo frequente de suas investidas no Twitter, o que pode ter contribuído para a grande repercussão entre seus apoiadores.

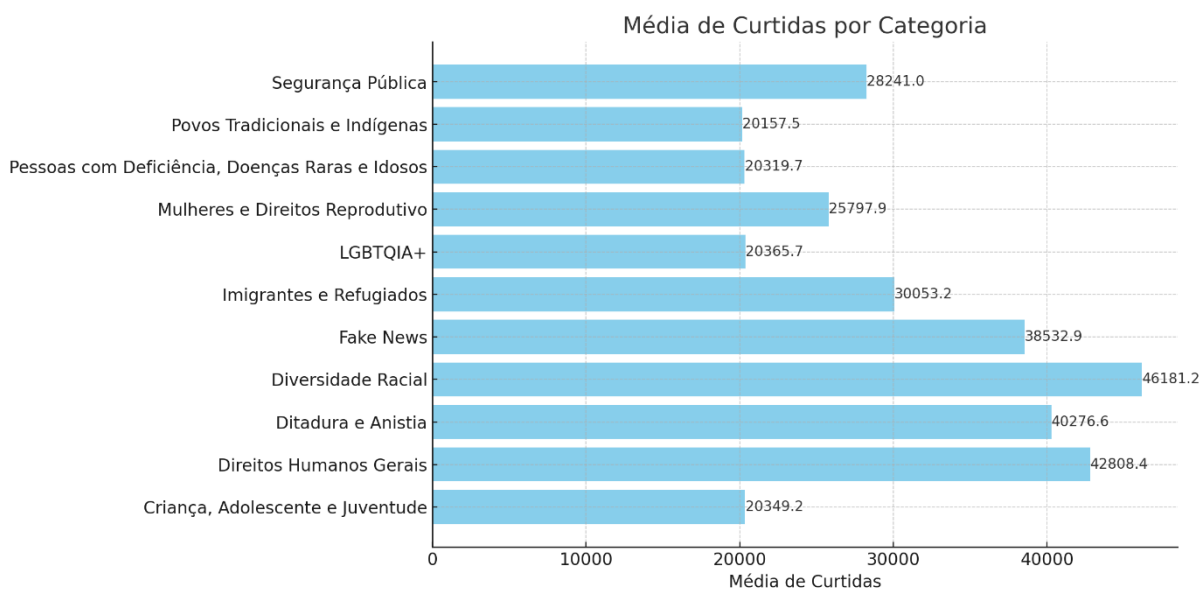
Figura 2 - Postagem de Jair Bolsonaro – 26/08/2022



Fonte: Twitter (X)

A média de curtidas por categoria, por sua vez, reflete a aprovação ou o interesse do público em relação ao conteúdo postado. Uma média alta de curtidas indica que as postagens foram bem recebidas. Abaixo, apresentamos o gráfico da média de curtidas por categoria temática:

Gráfico 23 - Média de Curtidas por Categoria



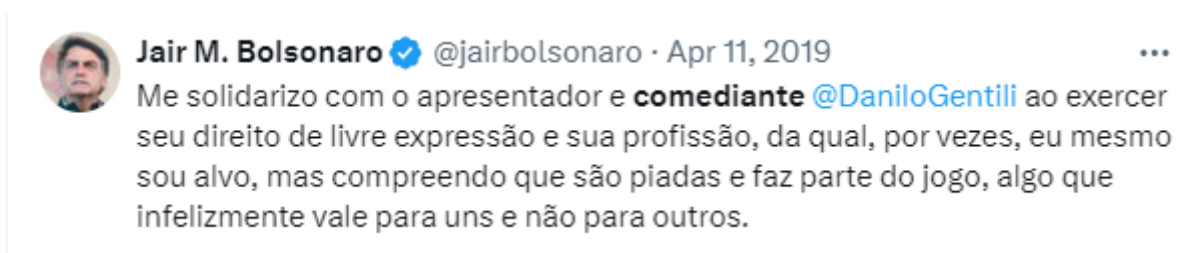
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme observado no gráfico, as quatro categorias com maior média de *retweets* também lideram na média de curtidas, embora com uma ligeira mudança na ordem. As categorias com maior média de curtidas foram Diversidade Racial (46.181), Direitos Humanos Gerais (42.808), Ditadura e Anistia (40.276) e *fake news* (38.532).

Temas com apelo emocional ou pessoal tendem a se destacar nas curtidas, pois geram empatia e identificação imediata, incentivando apoio direto. A alta média de curtidas em categorias como Diversidade Racial e Ditadura e Anistia pode indicar que esses tópicos mobilizaram afetos positivos na audiência. Além disso, é interessante notar que Direitos Humanos Gerais e *Fake news* não apenas atraíram muitas curtidas, mas também tiveram alta frequência e engajamento em outras métricas. Isso sugere que essas categorias combinaram relevância pública com capacidade de gerar interesse, mantendo-se na agenda do público.

Abaixo destacamos a postagem com o maior número de curtidas, 141.570 curtidas, publicada em 11/04/2019 e classificada na categoria Direitos Humanos Gerais. A postagem expressa solidariedade do ex-presidente Jair Bolsonaro ao comediante Danilo Gentili, que, segundo ele, teve seu direito à liberdade de expressão comprometido. A alta quantidade de curtidas pode ser explicada pela mobilização de duas audiências: os seguidores de Jair Bolsonaro e os de Danilo Gentili, que foi mencionado diretamente na postagem.

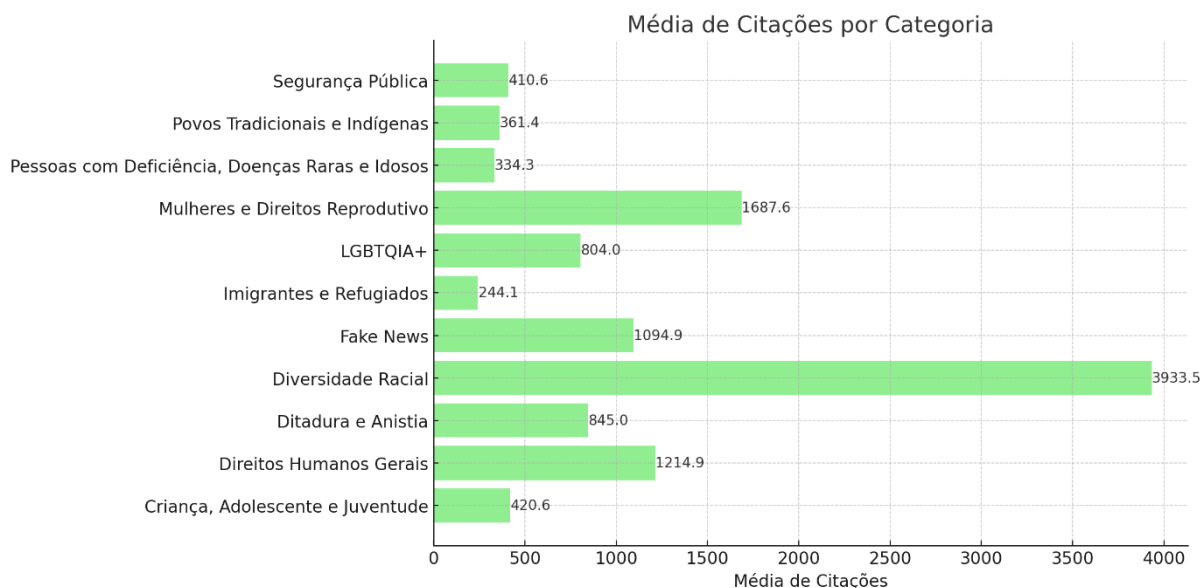
Figura 3 - Postagem de Jair Bolsonaro – 11/04/2022



Fonte: Twitter (X)

Quanto à média de citações por categoria, essa métrica indica quais temas geraram mais discussões ou reações. As citações ocorrem quando uma postagem é comentada ou discutida em novos *tweets*. Esse tipo de engajamento pode revelar controvérsia ou a capacidade do conteúdo de estimular conversas mais aprofundadas. Destacamos, abaixo, o gráfico com a média de citações por categoria:

Gráfico 24 - Média de Citações por Categoria



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico destaca que a categoria Diversidade Racial, com 3.933 citações, tem uma média de citações muito maior que qualquer outra categoria. Uma média alta de citações sugere que o tema provocou debates polarizados ou demandou esclarecimentos e respostas, refletindo a capacidade dessas postagens de gerar críticas, questionamentos ou comentários por parte dos usuários.

Dentre as postagens com maior número de citações, destaca-se a publicada em 30/04/2022, classificada na categoria Diversidade Racial, com um total de 21.330 citações. Nessa postagem, Bolsonaro afirma que “somos todos iguais”, “independente de cor, sexo, classe social”. A mensagem, abaixo demonstrada, é acompanhada por uma imagem que o retrata em quatro diferentes raças: branco, negro, asiático e indiano.

Figura 4 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/04/2022



Fonte: Twitter (X)

A alta taxa de citações pode ser explicada pela polarização que essa postagem gerou. A representação visual e a mensagem da postagem provavelmente suscitaram reações diversas, desde apoio até críticas por parte de diferentes públicos. Alguns usuários podem ter interpretado a mensagem como uma defesa da igualdade racial, enquanto outros podem ter visto a postagem como problemática, especialmente no contexto de debates sobre racismo e representatividade.

De modo geral, as categorias com alto engajamento em todas as métricas (*retweets*, curtidas e citações), como Diversidade Racial, Direitos Humanos Gerais, *Fake news* e Ditadura e Anistia, indicam temas que despertaram tanto apoio quanto discussão, sugerindo uma relevância na agenda pública.

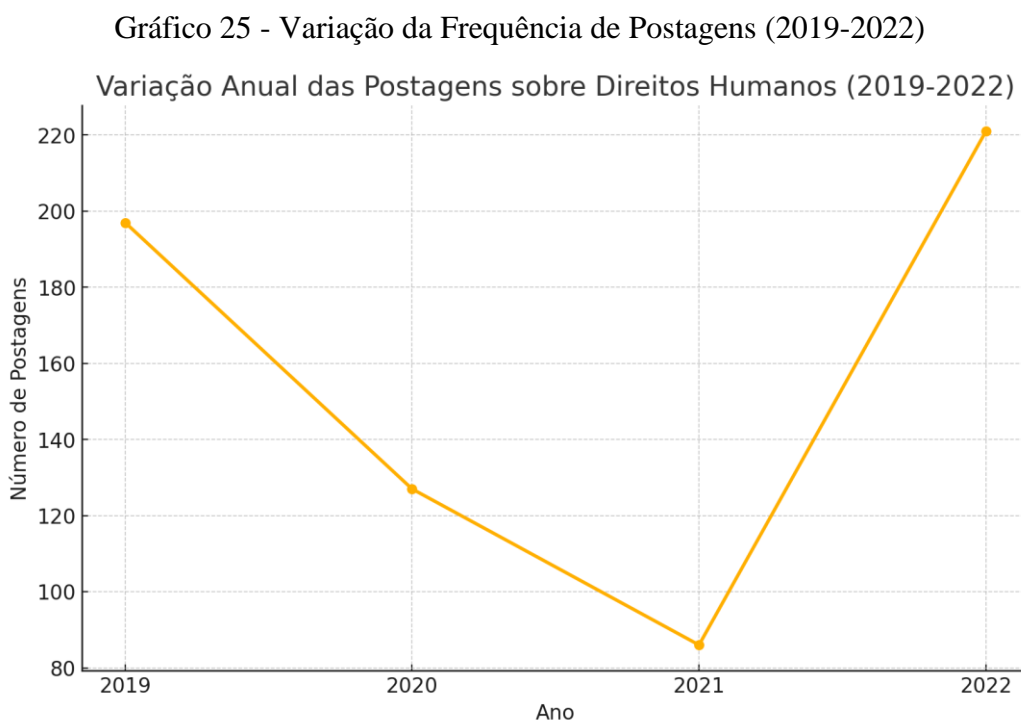
Embora Segurança Pública tenha sido a categoria mais frequente em volume de postagens, as categorias com maior engajamento médio revelam que a relevância contextual tem impacto maior no envolvimento do público do que quantidade de publicações. Esses

resultados sugerem que o engajamento não está apenas relacionado à frequência dos temas, mas principalmente à capacidade das postagens de mobilizar emoções, gerar debate público e influenciar a opinião pública.

5.2.1.3 Variação temporal das categorias temáticas

A análise temporal tem como objetivo identificar a distribuição das postagens ao longo dos quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro, destacando picos de atividade e momentos estratégicos em que certos temas ganharam maior relevância. Essa abordagem permite compreender quando e por que determinadas pautas de direitos humanos se tornaram mais proeminentes.

Primeiramente, observamos a variação na frequência geral de postagens sobre direitos humanos durante o mandato. O gráfico em linha abaixo mostra a tendência de variação no número de postagens ao longo dos anos:



Fonte: Elaborado pelo autor

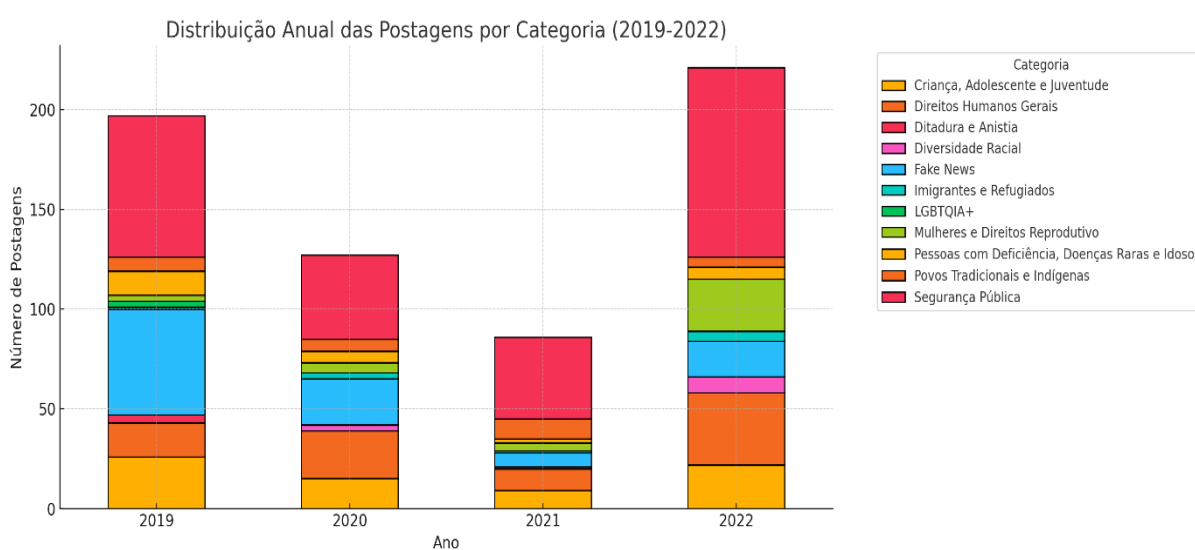
O que se observa da variação anual das postagens sobre direitos humanos é que em 2019, no início do mandato, houve um volume elevado de postagens. Em 2020 houve uma leve redução na frequência de postagens, coincidindo com o início da pandemia de Covid-19.

Durante esse período, as atenções do governo e da sociedade foram direcionadas para a gestão da crise sanitária, o que pode ter deslocado o foco das temáticas de direitos humanos.

O ano de 2021 registra o menor volume de postagens sobre direitos humanos. Esse período pode indicar a priorização de outros temas, como a economia e a vacinação, em um contexto ainda dominado pela pandemia. Por fim, em 2022, ano eleitoral, observa-se um aumento significativo nas postagens sobre direitos humanos, indicando uma provável estratégia de comunicação voltada para a campanha eleitoral presidencial e a utilização das temáticas de direitos humanos como reforço de narrativas políticas.

A distribuição anual das postagens por categoria revela picos e tendências específicas para cada temática ao longo do mandato, como evidenciado no gráfico abaixo. Nele, é possível visualizar a proporção de postagens por categoria em cada ano, destacando as prioridades e oscilações temáticas ao longo do tempo.

Gráfico 26 - Distribuição Anual de Postagens por Categoria (2019-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor

Como mostra o gráfico, a categoria Segurança Pública teve destaque ao longo dos quatro anos do mandato de Jair Bolsonaro. Em 2019, primeiro ano de governo, a categoria registrou 71 postagens, indicando uma ênfase inicial no tema da ordem e segurança. Ainda em 2019, *Fake news* se destacou com 53 postagens, refletindo a preocupação de Bolsonaro em responder e deslegitimar críticas direcionadas à sua gestão, especialmente no que diz respeito à cobertura da mídia.

Em 2020, a categoria *Fake news* manteve sua relevância com 23 postagens, possivelmente impulsionada pelo contexto da pandemia de Covid-19 e pelo aumento da circulação de desinformação. Durante esse período, a mídia direcionou seu foco para a gestão governamental, frequentemente considerada inadequada na condução da crise sanitária. Em resposta, Bolsonaro adotou uma postura crítica em relação à imprensa, utilizando suas postagens para deslegitimar reportagens negativas e reforçar a narrativa de que o governo era vítima de uma campanha de difamação e desinformação.

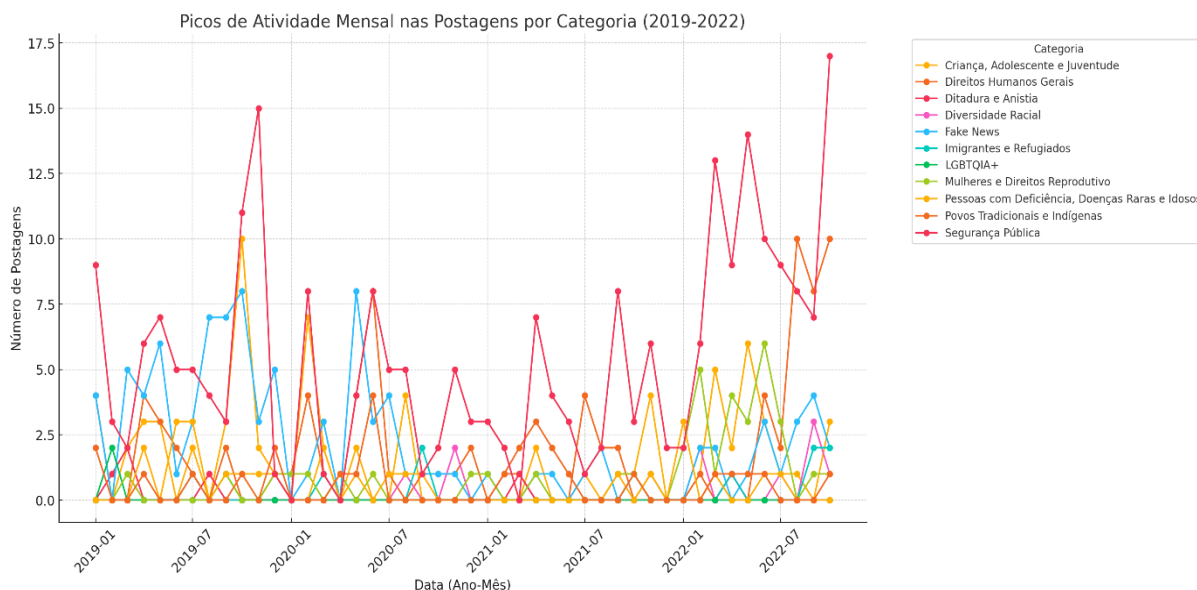
O ano de 2021, que registrou a menor quantidade de postagens sobre direitos humanos, destacou novamente a categoria Segurança Pública, com 41 postagens, quase metade do total de postagens no período. Isso reflete a consistência na priorização de políticas de repressão ao crime e valorização das forças de segurança, mesmo com a diminuição geral das comunicações sobre outras temáticas.

Por fim, em 2022, ano de eleições presidenciais, houve um aumento expressivo nas postagens sobre direitos humanos, indicando uma estratégia discursiva voltada para a campanha de reeleição. Nesse período, a categoria Segurança Pública registrou um pico significativo, com 95 postagens, consolidando o tema como uma prioridade central.

A categoria Mulheres e Direitos Reprodutivos também ganhou destaque, com 26 postagens, provavelmente devido à relevância de debates sobre o aborto durante a campanha. Da mesma forma, Direitos Humanos Gerais somaram 36 postagens, possivelmente porque essa categoria abrange temas como democracia e liberdades individuais e de expressão, tópicos centrais no debate eleitoral daquele ano.

O gráfico abaixo permite visualizar a atividade mensal das postagens por categoria, destacando os momentos em que cada categoria registrou incrementos ou diminuições. Um dos destaques é o pico de postagens na categoria Segurança Pública nos meses de outubro e novembro de 2019. Nesse período, pesquisas indicaram uma queda nos índices de criminalidade, e Bolsonaro aproveitou para reforçar esse resultado como um feito de sua gestão, além de divulgar operações de combate ao crime e apreensões de drogas.

Gráfico 27 - Atividade Mensal das Postagens por Categoria (2019-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor

Picos na categoria Segurança Pública também ocorreram nos meses de março, maio e, em especial, outubro de 2022. As postagens destas datas refletem uma narrativa punitivista e de enfrentamento ao crime, com ênfase no endurecimento de penas, fim da saída temporária para criminosos de crimes hediondos, redução da maioridade penal para crimes graves e garantias jurídicas para policiais, incluindo excludente de ilicitude. Algumas postagens criticam a “inversão de valores”, denunciando que bandidos são tratados como vítimas, enquanto policiais e cidadãos honestos são vilanizados. Bolsonaro também destaca recordes na apreensão de drogas, reforçando o compromisso no combate ao tráfico. Por fim, há críticas diretas a Lula, associando-o ao crime organizado e sugerindo que sua visita a áreas controladas pelo tráfico indica uma aliança com facções.

Outro destaque é a categoria *Fake news*, que apresentou picos em outubro de 2019 e em maio de 2020, ambos marcados pelo confronto entre Bolsonaro e a mídia. Em outubro de 2019, as postagens seguem uma narrativa de vitimização, acusando mídia e oposição de espalharem “*fake news*” para enfraquecer o governo. Bolsonaro também sugere que a CPMI das *Fake news* investigue campanhas contra ele na eleição de 2018. Em maio de 2020, as críticas à mídia permanecem, acusando Globo, Estadão e Folha de S. Paulo de distorcerem informações e mentirem continuamente. Bolsonaro menciona a hidroxicloroquina como exemplo de tema em que a mídia, segundo ele, foi desmentida. As postagens também se referem ao Gabinete do Ódio, supostamente ligado ao governo, com críticas à investigação do STF sobre sua existência.

A categoria Direitos Humanos Gerais, por sua vez, teve picos em agosto e outubro de 2022, durante a campanha eleitoral presidencial. Em agosto de 2022 as postagens reforçam a defesa da liberdade e criticam a Carta pela Democracia promovida pela oposição, classificando-a como hipócrita e sem valor legal frente à Constituição de 1988. Em outubro de 2022, o tom se torna abertamente eleitoral, apresentando a eleição como uma luta pela identidade e valores da nação, como liberdade, honestidade e fé. Bolsonaro reafirma que seu governo esteve ao lado da democracia e nega perseguições a opositores, alegando que seus apoiadores foram vítimas de perseguição. As mensagens defendem a propriedade privada, o combate às drogas e a proteção da vida desde a concepção, rejeitando a “inversão de valores” e a criminalidade.

Por fim, destacam-se outras duas categorias: Criança, Adolescente e Juventude, com pico em outubro de 2019, e Mulheres e Direitos Reprodutivos, com pico em junho de 2022. Em Criança, Adolescente e Juventude, as postagens deste período enaltecem a implementação de programas voltados para a educação e infância, como o Programa Criança Feliz e a Escola Cívico-Militar.

Na categoria Mulheres e Direitos Reprodutivos, as postagens de junho de 2022 tratam de um caso sensível de aborto, envolvendo uma menina de 11 anos grávida, colocando a defesa da vida desde a concepção como valor central. As críticas de Bolsonaro se dirigem à mídia, especialmente à Globo, acusada de manipular o caso para retratar o governo como insensível e priorizar o direito ao aborto em detrimento da vida do bebê. A narrativa também defende o endurecimento de penas para crimes contra mulheres e associa a luta contra a violência à repressão do crime organizado.

A análise quantitativa revelou padrões nas prioridades discursivas de Jair Bolsonaro no Twitter ao longo de seu mandato presidencial. A frequência das categorias evidenciou um esforço para reforçar narrativas alinhadas à identidade política do governo, com destaque para a segurança pública. Além disso, a análise permitiu avaliar como o engajamento e a escolha dos temas refletiram objetivos políticos e estratégias de mobilização de massas. Essas observações quantitativas fornecem uma base para a análise qualitativa, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos significados e motivações subjacentes aos discursos.

5.2.2 Análise de conteúdo qualitativa

A análise de conteúdo qualitativa aborda as postagens de Bolsonaro no Twitter, com foco em compreender as representações temáticas de direitos humanos ao longo de seu mandato presidencial. Os indicadores qualitativos se concentram na presença ou ausência de temas e na

contextualização dessas representações, de modo a analisar como os temas de direitos humanos são abordados e quais valores e crenças são refletidos em suas postagens. Com isso, a análise visa explorar de que forma as postagens manifestam as visões do ex-presidente sobre direitos humanos, elucidando as escolhas e omissões temáticas que compõem sua narrativa pública. A seguir, procedemos com a investigação qualitativa a partir de cada categoria temática.

5.2.2.1 Criança, Adolescente e Juventude

As postagens dessa categoria refletem, em geral, a promoção de programas governamentais voltados para a infância e juventude, com ênfase em iniciativas educacionais e sociais do governo. Observa-se também uma defesa de valores conservadores, expressa na crítica à chamada "ideologia nas escolas". Outro aspecto recorrente é a divulgação de projetos sociais direcionados a crianças e adolescentes e, em especial, o incentivo à implementação de escolas cívico-militares.

Com um total de 72 postagens classificadas nesta categoria, é possível organizá-las em subcategorias que definem o foco do governo de Jair Bolsonaro em relação à infância e juventude. As principais subcategorias incluem Programas Governamentais Diversos, Escolas Cívico-Militares, Ideologia, Infância e Juventude e Ações para a Infância e Juventude.

A subcategoria Programas Governamentais Diversos, com 36 postagens, abrange iniciativas como o Programa Ciência na Escola, Programa Caminho da Escola, Orquestra Criança Cidadã e o Programa Dinheiro Direto na Escola. Além disso, Bolsonaro destaca diversos Programas de Alfabetização, como o Graphogame Brasil, o Programa Primeira Infância e o Programa Tempo de Aprender, que, segundo ele, têm "base em evidências científicas". O Programa Criança Feliz merece menção especial, com 14 postagens dedicadas a essa iniciativa voltada ao acompanhamento familiar e desenvolvimento infantil. Bolsonaro promove o programa como uma ação inovadora de visitas domiciliares e suporte às famílias, reforçando a imagem do governo como responsável e engajado socialmente, como se vê na postagem abaixo:

Figura 5 - Postagem de Jair Bolsonaro – 13/03/2022



Fonte: Twitter (X)

Outra subcategoria frequente, com 10 postagens, são as Escolas Cívico-Militares, onde Bolsonaro destaca a expansão desse modelo educacional no Brasil, comemorando sua implementação em diversas cidades e estados. Nessas postagens, ele enfatiza valores como disciplina e patriotismo, apresentando as escolas cívico-militares como essenciais para a formação moral e cidadã dos jovens.

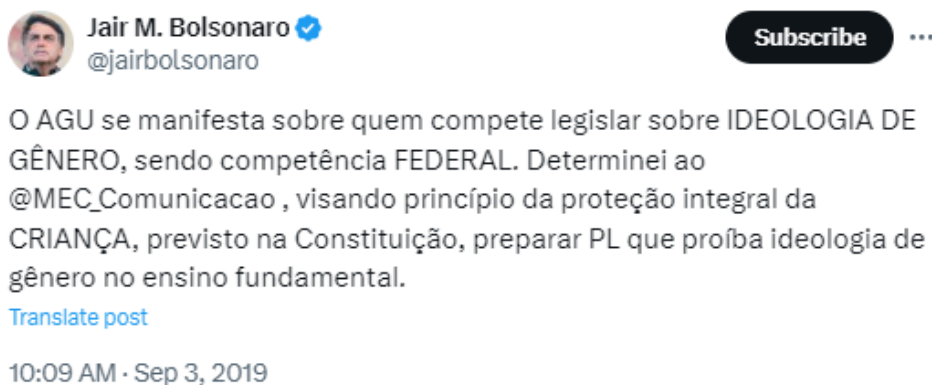
Figura 6 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/12/2020



Fonte: Twitter (X)

A subcategoria Ideologia, Infância e Juventude, com 9 postagens, agrupa conteúdos que abordam questões ideológicas no ambiente escolar. Nessa linha, Bolsonaro reage contra o que chama de "doutrinação" e uso político nas escolas, defendendo que valores e conhecimento devem prevalecer sem interferências ideológicas. Ele também recomenda que pais e membros da comunidade escolar recorram a meios jurídicos para se manifestarem contra práticas ideológicas. Além disso, há um incentivo ao ensino da cultura do trabalho e da disciplina desde cedo, combatendo a ideia de que isso poderia ser confundido com exploração infantil. Outras postagens defendem medidas legislativas para "liberdade estudantil", limitando a influência de movimentos estudantis politicamente alinhados na emissão de carteirinhas. Por fim, destaca-se a oposição à ideologia de gênero nas escolas, com Bolsonaro mencionando ter instruído o Ministério da Educação (MEC) a preparar um projeto de lei que proíba a ideologia de gênero no ensino fundamental, conforme destacado abaixo:

Figura 7 - Postagem de Jair Bolsonaro – 03/09/2019



Fonte: Twitter (X)

Ações voltadas para a infância e juventude, incluindo programas de saúde e esporte, completam as subcategorias. Na área da Saúde Infantil e Juvenil, são mencionadas unidades de saúde que atendem crianças e adolescentes, com serviços especializados em tratamento de câncer infantil, além de atendimento à saúde da mulher e do adolescente. Em Educação e Empregabilidade para Jovens, há a promoção de cursos de ensino à distância e a criação de vagas para aprendizes, com o objetivo de aumentar as oportunidades de formação e inserção no mercado de trabalho. Iniciativas como o Plano Nacional de Prevenção do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência e programas de combate ao desaparecimento de crianças são enfatizadas.

Na Promoção de Esporte e Inclusão Social, programas como o PROFESP e o Vem Ser! são destacados como ferramentas de inclusão para jovens em situação de vulnerabilidade, incentivando a prática esportiva para o desenvolvimento integral. Por fim, Bolsonaro menciona medidas protetivas para crianças vítimas de violência doméstica e ações para endurecer as penas contra crimes violentos contra menores.

Abaixo representamos a nuvem de palavras destacando os termos frequentes utilizados por Bolsonaro nas postagens categorizadas como Criança, Adolescente e Juventude:

As postagens, portanto, apontam para duas vertentes principais: a autopromoção das ações governamentais, destacando as conquistas administrativas, e o posicionamento ideológico conservador. Bolsonaro busca consolidar sua imagem como gestor eficiente e defensor dos valores tradicionais, especialmente na educação e proteção infantil, visando fortalecer uma base de apoio conservadora e posicionando-se como defensor da moralidade e dos valores familiares.

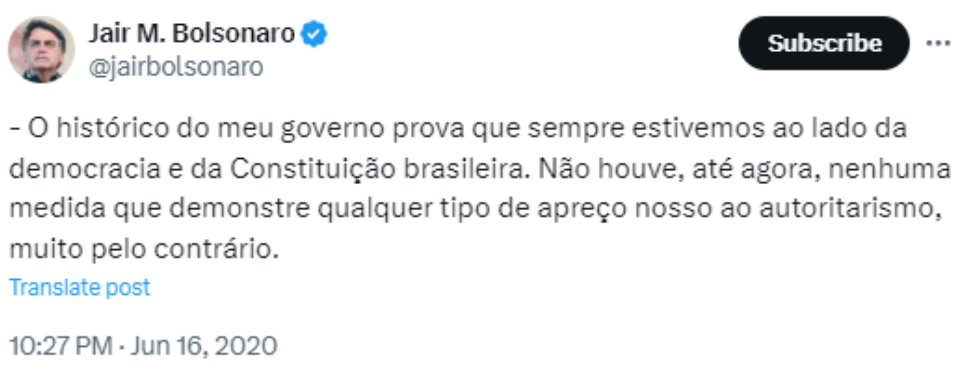
5.2.2.2 Direitos Humanos Gerais

Nesta categoria, as postagens de Jair Bolsonaro abordam os direitos humanos de forma ampla, com referências a valores universais como democracia e liberdade, oferecendo uma visão desses conceitos segundo o próprio Bolsonaro e abrangendo aspectos como liberdade de expressão, de imprensa, religiosa, de vacinação e outras liberdades individuais.

Das 88 postagens desta categoria, 19 tratam do tema Democracia, nas quais Bolsonaro apresenta uma defesa de sua gestão como genuinamente democrática, ao mesmo tempo em que critica a oposição, acusando-a de hipocrisia e instrumentalização política. Ele se opõe especialmente à "Carta pela Democracia" promovida em 2022, no fim de seu mandato presidencial, questionando seu valor prático e atacando seus idealizadores por apoiarem regimes autoritários como Cuba, Venezuela e Nicarágua.

Bolsonaro reafirma que a Constituição de 1988 é a verdadeira “carta pela democracia” e a única que deve ser respeitada para garantir o Estado Democrático de Direito. Em contraste, ele descreve a "Carta pela Democracia" como algo que “vale menos que papel higiênico” e argumenta que qualquer iniciativa que desvie da Constituição é, na verdade, um ataque à verdadeira democracia. Bolsonaro também destaca que seu governo sempre respeitou a democracia, sem adotar medidas autoritárias, e sugere que a oposição usa o discurso de defesa da democracia como uma fachada para perseguir adversários e manter controle autoritário.

Figura 8 - Postagem de Jair Bolsonaro – 16/06/2020



Fonte: Twitter (X)

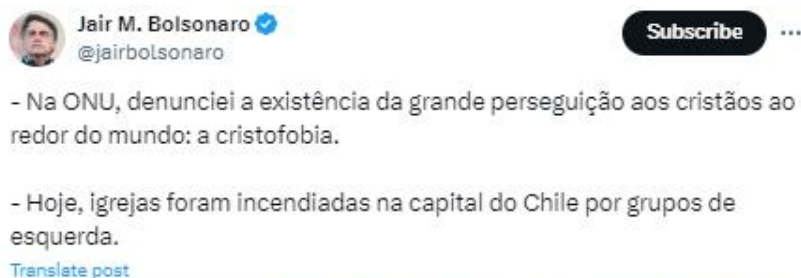
Nas postagens de Jair Bolsonaro sobre o tema "Liberdade", o conceito abrange aspectos como liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, liberdade individual e, no contexto da pandemia, liberdade de vacinação.

Em relação à liberdade de expressão e de imprensa, Bolsonaro a considera um "pilar da democracia", embora critique frequentemente grandes veículos de comunicação que, segundo ele, têm viés político. Ele rejeita qualquer tentativa de regulamentação ou controle da imprensa, que vê como uma ameaça autoritária, e defende a internet como uma ferramenta para garantir a liberdade de expressão, posicionando-se contra medidas que limitem o fluxo de informações online.

Quanto à liberdade individual, Bolsonaro defende a autonomia em várias dimensões, incluindo a liberdade de escolha sobre a vacinação, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Ele sustenta que é possível proteger a saúde pública sem comprometer a liberdade pessoal e critica o que considera uma interferência excessiva do Estado na vida dos cidadãos, defendendo a liberdade individual como um valor supremo.

No que diz respeito à liberdade religiosa, Bolsonaro denuncia a perseguição aos cristãos, tanto no Brasil quanto em países como Nicarágua e Venezuela, onde, segundo ele, o governo reprime a liberdade de culto. Ele expressa preocupação com ameaças à liberdade religiosa e posiciona o Brasil como defensor desse direito, especialmente no que se refere à proteção da liberdade dos cristãos.

Figura 9 - Postagem de Jair Bolsonaro – 19/10/2020



Fonte: Twitter (X)

Bolsonaro ainda associa a defesa da liberdade a valores patrióticos, como em seu slogan "Deus, pátria, família e liberdade". Ele argumenta que a liberdade é essencial para a identidade nacional e posiciona o Brasil como um exemplo na defesa desse princípio, em contraste com países que considera autoritários por serem de esquerda.

Nas demais postagens desta categoria, Bolsonaro inclui valores que considera essenciais para a identidade e soberania do Brasil, como soberania nacional e valores tradicionais. Ele enfatiza que os direitos humanos devem estar alinhados à defesa da soberania brasileira e de pilares como fé, família, liberdade e democracia. Em sua visão, o Brasil, rico em recursos e cultura, deve proteger esses valores contra interferências internacionais que ameaçam sua

autonomia, incluindo críticas de líderes estrangeiros e organizações sobre as políticas brasileiras de direitos humanos e ambientais.

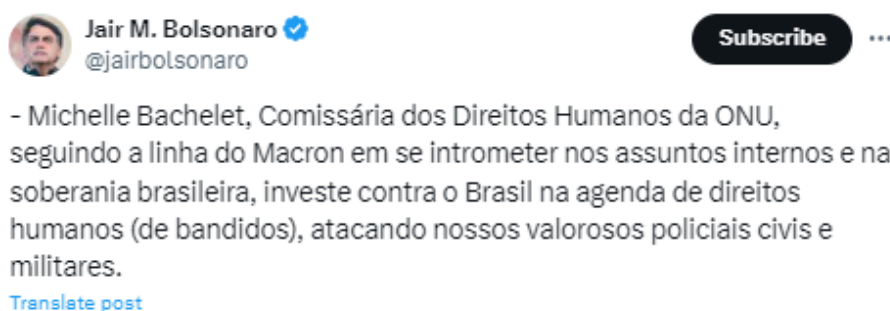
Para Bolsonaro, os direitos humanos devem promover dignidade e desenvolvimento socioeconômico para os brasileiros. Ele cita o saneamento básico como um direito fundamental que melhora a saúde, gera empregos e impulsiona o turismo. Políticas que fortalecem a família, como o combate às drogas e a internação compulsória de dependentes químicos, também são valorizadas, sendo vistas como medidas para proteger a dignidade humana.

Suas postagens refletem uma defesa dos valores tradicionais e da moralidade, incorporando uma visão conservadora dos direitos humanos, que inclui a defesa da vida desde a concepção, a oposição ao aborto, ao narcotráfico e à “ideologia de gênero”. Para Bolsonaro, proteger os direitos humanos significa defender a família tradicional e promover uma educação “livre de influências ideológicas”. Ele critica movimentos que, segundo ele, "mascaram" agendas de poder sob o pretexto de igualdade ou justiça social, e considera esses valores ameaçados por ideologias progressistas e socialistas.

Bolsonaro também critica o "establishment", acusando-o de perpetuar problemas como pobreza e violência para atender a interesses próprios, enquanto seu governo, segundo ele, se alinha aos brasileiros "honestos" que defendem a família, a propriedade privada, o combate às drogas e ao aborto, e o livre mercado.

Por fim, ele demonstra desconfiança em relação às críticas internacionais sobre os direitos humanos no Brasil, especialmente quando relacionadas à atuação das forças de segurança. Bolsonaro interpreta essas críticas como tentativas de interferência nos assuntos internos do país e as vê como baseadas em uma visão que favorece os "direitos de bandidos" em detrimento da proteção dos cidadãos e da ordem pública.

Figura 10 - Postagem de Jair Bolsonaro – 04/09/2019

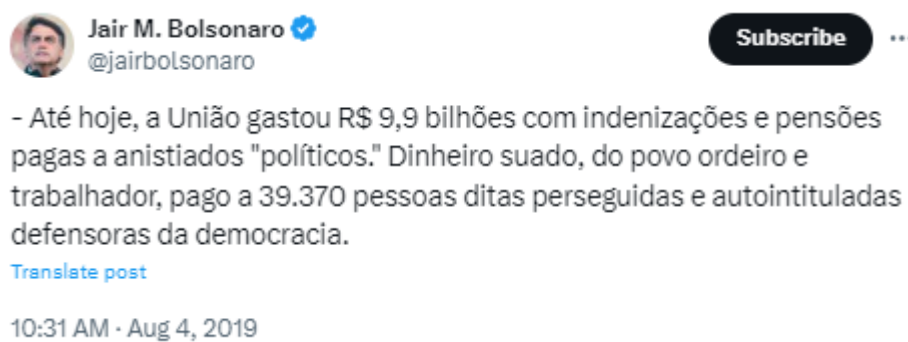


Fonte: Twitter (X)

e o subsequente processo de anistia. Embora esse tema esteja reconhecidamente ligado aos direitos humanos, ele recebe pouca atenção no discurso de Bolsonaro no Twitter, sugerindo que não é uma de suas prioridades.

Nas poucas postagens sobre o tema, Bolsonaro critica as indenizações e pensões concedidas a anistiados políticos, que ele descreve como "ditas vítimas" ou "autointitulados defensores da democracia". Ele questiona a legitimidade desses pagamentos, salientando o custo elevado (R\$ 9,9 bilhões), que considera um ônus para o trabalhador brasileiro, e sugere que esses gastos são excessivos e possivelmente abusivos.

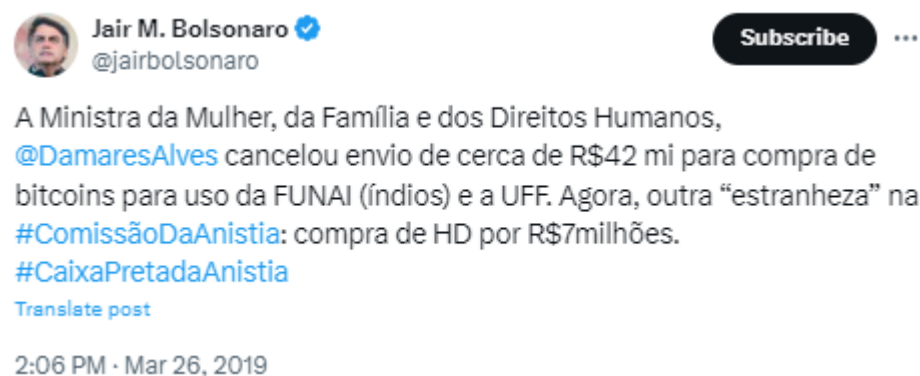
Figura 11 - Postagem de Jair Bolsonaro – 04/08/2019



Fonte: Twitter (X)

Bolsonaro também manifesta desconfiança em relação à Comissão de Anistia, que revisa e concede esses benefícios, defendendo auditorias para investigar abusos e irregularidades. Em suas postagens, ele critica o que considera “estranhezas” na gestão de recursos públicos pela comissão, promovendo uma narrativa de responsabilidade fiscal e transparência.

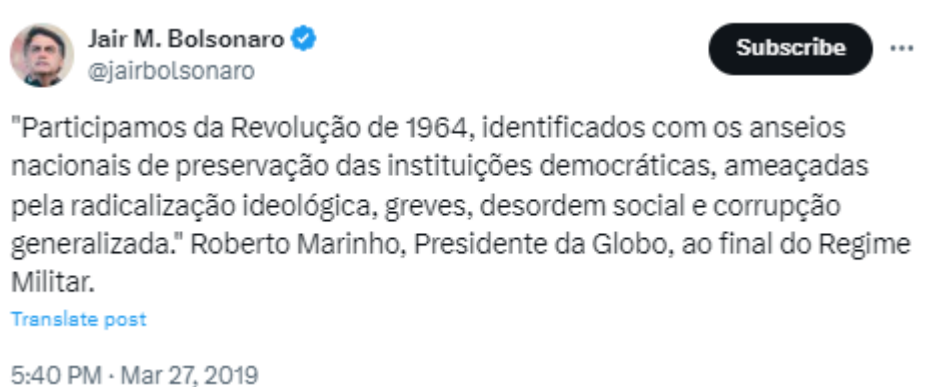
Figura 12 - Postagem de Jair Bolsonaro – 26/03/2019



Fonte: Twitter (X)

Além disso, Bolsonaro apresenta uma visão particular sobre o golpe militar de 1964, referindo-se a ele como uma “revolução” destinada a preservar a ordem e combater ameaças à democracia, justificando-o como uma resposta à radicalização ideológica e à corrupção. Ele cita uma declaração do ex-presidente da Globo, Roberto Marinho, como apoio a essa interpretação, sugerindo que o regime militar atendeu aos "anseios nacionais" por estabilidade.

Figura 123 - Postagem de Jair Bolsonaro – 27/03/2019



Fonte: Twitter (X)

No contexto de ditadura e anistia, Bolsonaro adota uma abordagem que busca reavaliar o período militar sob a ótica de fiscalização dos gastos públicos, questionamento das alegações de perseguição política e revisionismo histórico sobre o golpe de 1964. O fato de haver apenas cinco postagens sobre o tema indica que, para Bolsonaro, “Ditadura e Anistia” é um tema secundário ou de pouca importância, sendo negligenciado e raramente abordado em sua comunicação no Twitter.

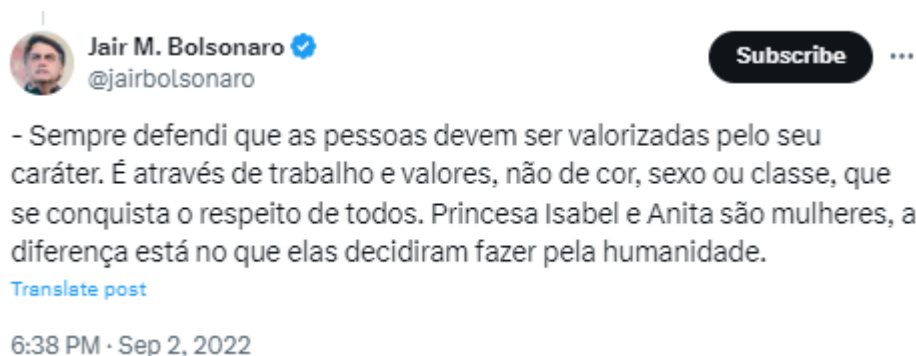
5.2.2.4 Diversidade Racial

Com apenas 11 postagens classificadas com o tema “Diversidade Racial”, nesta categoria Bolsonaro apresenta uma visão universalista e meritocrática sobre questões de raça e etnia no Brasil. Ele defende que todos os brasileiros são iguais e rejeita a necessidade de distinções legais ou políticas afirmativas. Em suas postagens, valoriza a união e o caráter, colocando-os acima de questões de cor, raça ou classe social. Para ele, o Brasil, marcado pela miscigenação e diversidade cultural, não deve dividir seu povo por raça ou etnia.

Bolsonaro critica qualquer movimento que, em sua visão, promova divisões raciais ou sociais e associa tais abordagens a ideologias totalitárias. Seu discurso rejeita o conceito de

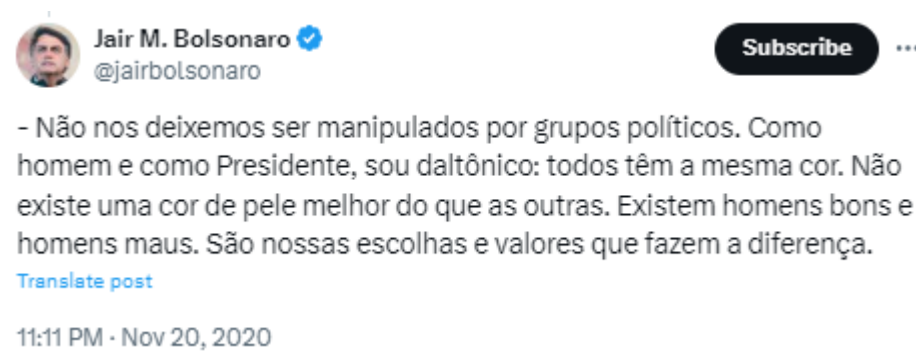
racismo estrutural, sugerindo que o racismo é um problema individual, não um fenômeno sistêmico na sociedade brasileira. Ele considera que destacar diferenças raciais gera divisões e deslegitima a ideia de que o racismo exige intervenção estatal. Abaixo destacamos algumas postagens feitas por Bolsonaro que exemplificam essa temática:

Figura 14 - Postagem de Jair Bolsonaro – 02/09/2022



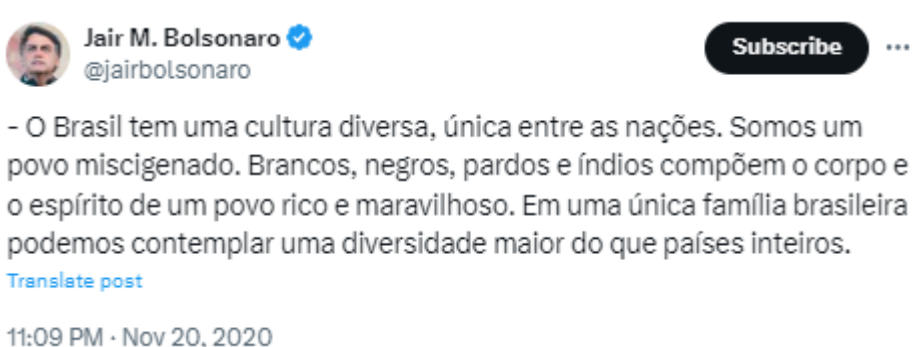
Fonte: Twitter (X)

Figura 135 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/11/2020



Fonte: Twitter (X)

Figura 16 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/11/2020



Fonte: Twitter (X)

Ao enfatizar que o povo brasileiro é como uma “família miscigenada e diversa”, Bolsonaro promove a ideia de igualdade como um princípio que dispensa políticas afirmativas. Suas postagens sugerem que os brasileiros são definidos por suas escolhas e valores, não por características raciais. Essa abordagem reflete uma visão conservadora e meritocrática, onde o esforço individual, não as políticas de reparação, seria o caminho para superar as desigualdades. Dessa forma, a categoria "Diversidade Racial" reflete uma postura de Bolsonaro que valoriza superficialmente a diversidade cultural, mas rejeita políticas afirmativas e o reconhecimento do racismo estrutural como um problema social que exige soluções governamentais.

5.2.2.5 Imigrantes e Refugiados

A categoria "Imigrantes e Refugiados" também é pequena, com apenas 10 postagens, das quais 7 se concentram nos imigrantes venezuelanos. De modo geral, Bolsonaro expressa compromisso com a ajuda humanitária e o acolhimento de refugiados, especialmente venezuelanos que, segundo ele, fogem da "ditadura socialista" de Nicolás Maduro, destacando que o Brasil já acolheu milhares de refugiados, incluindo muitas crianças.

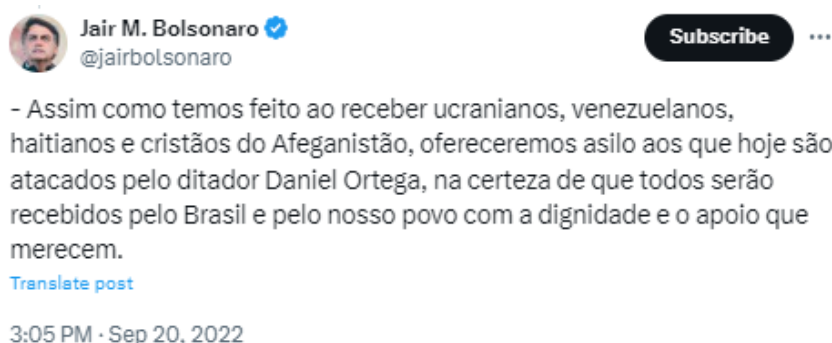
Figura 147 - Postagem de Jair Bolsonaro – 05/04/2022



Fonte: Twitter (X)

Bolsonaro também menciona o acolhimento de refugiados de outros países, como ucranianos, haitianos e cristãos afegãos, e se mostra disposto a receber religiosos cristãos, segundo ele, perseguidos na Nicarágua sob o regime de Daniel Ortega. Esse acolhimento é associado a uma ação humanitária em defesa da dignidade e liberdade dos imigrantes, que Bolsonaro descreve como vítimas de regimes autoritários “socialistas”.

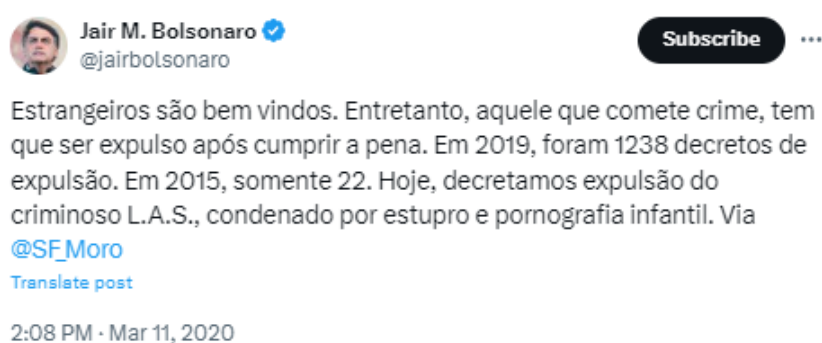
Figura 18 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/09/2022



Fonte: Twitter (X)

Por outro lado, Bolsonaro adota uma postura rigorosa em relação a imigrantes que cometem crimes no Brasil. Ele menciona o aumento de decretos de expulsão durante seu governo, destacando que o país acolhe aqueles que buscam segurança, mas expulsa estrangeiros que infringem a lei, uma medida que considera essencial para a proteção dos brasileiros

Figura 1915 - Postagem de Jair Bolsonaro – 11/03/2020



Fonte: Twitter (X)

O tom das postagens desta categoria pode ser definido como solidário quando se refere ao acolhimento de imigrantes em crise, especialmente no caso venezuelano, mas se torna defensivo em questões de controle migratório, enfatizando a segurança nacional. A narrativa combina acolhimento humanitário com a necessidade de controle e segurança nas fronteiras, associando a imigração às falhas de regimes socialistas e posicionando o Brasil como um "país de liberdade."

A abordagem de Bolsonaro é pragmática e alinhada a valores conservadores, com críticas a governos socialistas e ênfase na defesa da soberania nacional. Embora o discurso humanitário esteja presente, a proteção da ordem interna e dos recursos públicos também é destacada. Assim, a categoria "Imigrantes e Refugiados" reflete uma abordagem dual, que

combina acolhimento com controle rigoroso da imigração, em uma narrativa que reforça valores de liberdade e crítica ao autoritarismo de esquerda.

5.2.2.6 LGBTQIA+

A categoria LGBTQIA+ é praticamente ausente, com apenas três postagens no período analisado, nenhuma delas abordando diretamente direitos ou proteções para essa comunidade. A única menção destacada refere-se a uma publicação onde Bolsonaro elogia a atuação do então Ministro da Advocacia Geral da União, André Mendonça, por sua sustentação oral no STF contra a tipificação da homofobia como racismo, como se vê abaixo:

Figura 20 - Postagem de Jair Bolsonaro – 13/02/2019



Fonte: Twitter (X)

Conforme Bardin (2016) argumenta, a ausência de certos temas também contribui significativamente para a análise qualitativa. A escassez de postagens sobre LGBTQIA+ entre 2019 e 2022 revela dimensões estratégicas e discursivas do governo Bolsonaro. A abordagem adotada é conservadora, com uma postura crítica às políticas afirmativas e ao ativismo identitário, priorizando uma visão de direitos humanos universalista, onde todos são vistos

como iguais, sem necessidade de políticas específicas para grupos minoritários. Essa postura se alinha com a temática da Diversidade Racial acima analisada.

A ausência dessa categoria temática nas postagens de Bolsonaro pode indicar uma escolha deliberada de evitar visibilidade para as questões LGBTQIA+, mantendo o foco em pautas mais alinhadas com sua base, como valores familiares e tradicionais. Esse silêncio estratégico sugere uma tentativa de não desagradar segmentos religiosos e conservadores, importantes bases de apoio ao seu governo.

É sabido que, antes de ser eleito presidente da República, e ao longo de sua trajetória como deputado federal, Bolsonaro sempre expressou posicionamentos críticos e até hostis em relação a pautas ligadas aos direitos LGBTQIA+, associando esse tema a uma agenda ideológica que, segundo ele, ameaçaria os valores tradicionais e familiares.

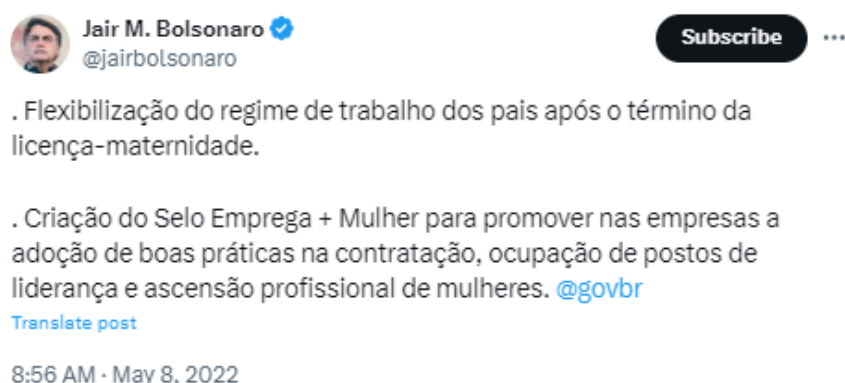
Enquanto Presidente da República, em vez de adotar uma narrativa positiva ou neutra em relação à diversidade sexual, Bolsonaro opta por ignorar o tema, ao menos no Twitter, evitando conflitos que poderiam alienar parte de seu eleitorado. Essa ausência reflete uma combinação de silenciamento estratégico, alinhamento ideológico e foco em outras prioridades. A comunicação de Bolsonaro no Twitter privilegia temas como segurança pública, liberdades individuais e críticas à esquerda, deixando pautas LGBTQIA+ marginalizadas.

5.2.2.7 Mulheres e Direitos Reprodutivos

A categoria "Mulheres e Direitos Reprodutivos" abrange ações voltadas para as mulheres, como relações de trabalho, saúde, combate à violência contra a mulher e temas relacionados a direitos reprodutivos, como o aborto, além da “ideologia de gênero”, frequentemente citada por Bolsonaro em suas postagens. Dada a amplitude do tema, subdividimos a análise em subcategorias para melhor compreensão.

No que tange a ações governamentais para mulheres, Bolsonaro foca em políticas de apoio econômico, assistência social e proteção a mulheres em situação de vulnerabilidade. Medidas como o auxílio emergencial para mães chefes de família e a emissão de títulos de terras, com prioridade para mulheres, buscam promover a autonomia financeira feminina, especialmente para mulheres de baixa renda. Ele também destaca programas de governo que facilitam o retorno ao trabalho e a ascensão profissional, incentivando práticas empresariais inclusivas, como a flexibilização do regime de trabalho após a licença-maternidade.

Figura 21 - Postagem de Jair Bolsonaro – 08/05/2022



Fonte: Twitter (X)

Em relação ao combate à violência contra mulheres, Bolsonaro enfatiza o endurecimento de penas para agressores e a criação de estruturas de apoio, como a Casa da Mulher Brasileira (CMB), que oferece acolhimento e serviços às vítimas. Ele menciona leis sancionadas para responsabilizar financeiramente os agressores pelo tratamento das vítimas no sistema de saúde, indicando um engajamento com a punição e apoio às vítimas.

Figura 22 - Postagem de Jair Bolsonaro – 19/01/2022



Fonte: Twitter (X)

Sobre a “ideologia de gênero”, Bolsonaro mantém uma postura crítica e militante, considerando esta uma ameaça aos valores familiares e à educação infantil. Ele associa a ideologia de gênero a agendas internacionais, como a Agenda 2030, e defende uma educação “neutra” e sem influências ideológicas. Em seu governo, ele afirma que livros didáticos foram reformulados para excluir temas de gênero, reforçando que a educação deve priorizar conteúdos tradicionais.

Figura 163 - Postagem de Jair Bolsonaro – 31/12/2019



Fonte: Twitter (X)

O tema do aborto e dos direitos reprodutivos é o mais abordado nesta categoria, com 16 das 38 postagens dedicadas a esse assunto. Bolsonaro adota uma postura contrária à legalização do aborto, defendendo a proteção da vida desde a concepção. Ele caracteriza o aborto como uma ameaça à dignidade humana e uma “destruição do futuro”, enfatizando que, enquanto depender dele, essa prática não será permitida no Brasil. Bolsonaro também se opõe ao que considera “ativismo judicial”, afirmando que a legalização do aborto deveria depender de uma representação popular e não de decisões judiciais, e reforça essa posição em fóruns internacionais, defendendo tanto a vida desde a concepção quanto a soberania nacional nas decisões sobre direitos humanos.

Casos específicos, como o de uma menina de 11 anos grávida, são mencionados para reforçar sua oposição ao aborto, afirmando que tanto a mãe quanto o feto são vítimas que precisam de proteção. Para Bolsonaro, a defesa do direito à vida é parte de uma responsabilidade

mais ampla de proteção aos vulneráveis, alinhada a uma visão conservadora que vincula o combate ao aborto à defesa de valores tradicionais e à dignidade humana.

Figura 174 - Postagem de Jair Bolsonaro – 23/06/2022

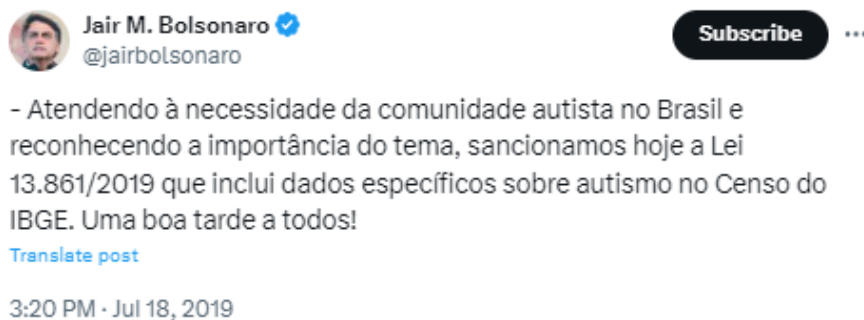


Fonte: Twitter (X)

Salientamos, abaixo, a nuvem de palavras da categoria Mulheres e Direitos Reprodutivos:

Observa-se uma atenção especial ao autismo e à comunidade surda, com ações como a inclusão de dados sobre autismo no Censo do IBGE e o fortalecimento da comunidade surda, evidenciado pelo uso ampliado de Libras e pelo apoio a eventos esportivos.

Figura 185- Postagem de Jair Bolsonaro – 18/07/2019



Fonte: Twitter (X)

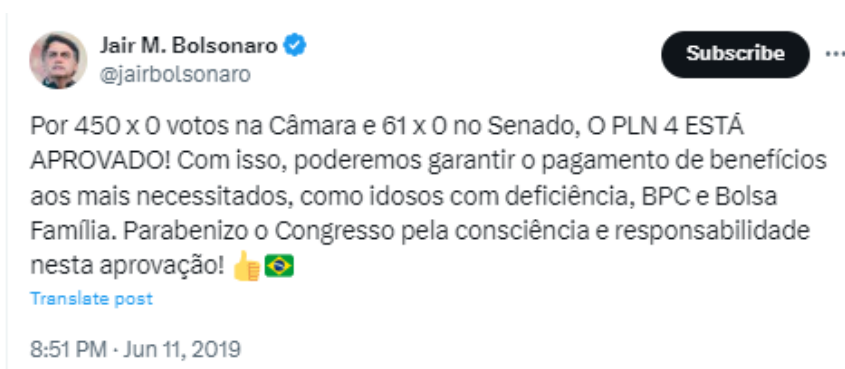
Figura 26 - Postagem de Jair Bolsonaro – 26/09/2019



Fonte: Twitter (X)

Para os idosos, as iniciativas incluem assistência a instituições de longa permanência durante a pandemia de Covid-19, medidas de desburocratização, como a dispensa da prova de vida anual para aposentados, e o reforço de benefícios como o Bolsa Família e o pagamento antecipado de parcelas do INSS.

Figura 197 - Postagem de Jair Bolsonaro – 11/06/2019



Fonte: Twitter (X)

No âmbito das doenças raras, Bolsonaro destaca a disponibilização de medicamentos inovadores pelo SUS, como o risdiplam para atrofia muscular espinhal (AME), e a ampliação de equipes multiprofissionais para atendimento domiciliar. Ele também critica propostas que possam retirar benefícios de pessoas com deficiência e idosos, posicionando-se como defensor da manutenção de direitos adquiridos.

Figura 208 - Postagem de Jair Bolsonaro – 03/04/2022



Fonte: Twitter (X)

O tom predominante desta categoria temática é assistencialista e positivo, com foco em projetar o governo como cuidador e promotor de inclusão. As ações mencionadas reforçam uma narrativa de dignidade e solidariedade, priorizando medidas concretas que podem ser facilmente comunicadas ao público, como programas de saúde e acessibilidade.

A abordagem discursiva é pragmática, destacando o Estado como provedor e protetor das populações vulneráveis. Embora a narrativa não apresente um caráter político-ideológico explícito, ela reforça a imagem de um governo humanitário, comprometido com a proteção social e a inclusão. Ao evitar controvérsias ideológicas, o discurso busca legitimação pública por meio de ações visíveis e palpáveis, fortalecendo a percepção de cuidado e comprometimento com o bem-estar desses grupos.

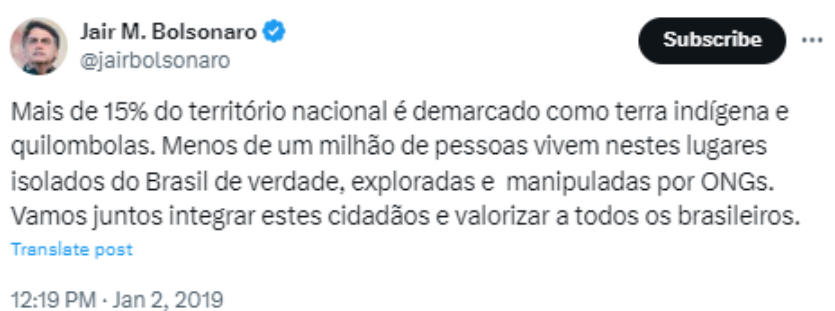
5.2.2.9 Povos Tradicionais e Indígenas

Esta categoria, com 28 postagens, reflete como Jair Bolsonaro abordou temas relacionados às comunidades indígenas e tradicionais durante seu governo. As postagens

incluem discussões sobre integração social, saúde indígena e exploração mineral em terras indígenas. Em um tom predominantemente crítico, Bolsonaro evidencia uma visão desenvolvimentista, que prioriza a autonomia econômica desses grupos, quando não os vilaniza.

Bolsonaro argumenta que as comunidades indígenas devem ser integradas à sociedade brasileira para, segundo ele, alcançar maior autonomia e liberdade econômica. Ele critica a demarcação de terras indígenas, que abrange mais de 15% do território nacional, afirmando que essa política isola as comunidades, perpetua a dependência e facilita a exploração por ONGs, que, de acordo com ele, manipulam essas populações. Em suas postagens, Bolsonaro reforça a necessidade de oferecer aos indígenas oportunidades de produção e participação no “Brasil de verdade.”

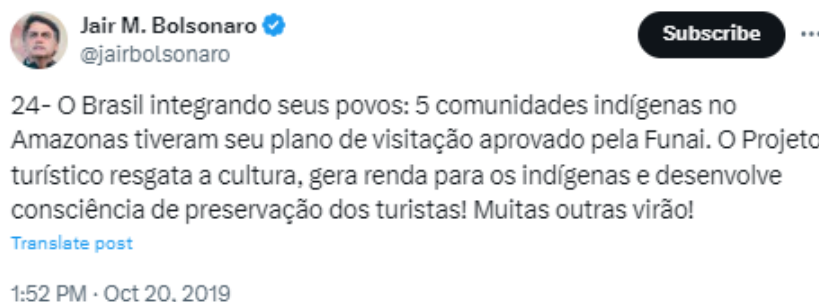
Figura 219 - Postagem de Jair Bolsonaro – 02/01/2019



Fonte: Twitter (X)

Sua narrativa destaca ações como o Projeto Independência Indígena, iniciativas de turismo sustentável e parcerias com órgãos como a Embrapa e a Funai para capacitar indígenas em atividades agrícolas e produtivas. Ele também menciona projetos turísticos que, segundo ele, promovem a preservação cultural ao mesmo tempo em que geram renda, buscando aliar desenvolvimento econômico à valorização da diversidade cultural.

Figura 30 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/10/2019



Fonte: Twitter (X)

No campo da saúde indígena, as postagens mencionam a construção de infraestruturas específicas, o envio de EPIs e medicamentos durante a pandemia de Covid-19 e investimentos no combate à má nutrição e apoio a gestantes em comunidades remotas. Bolsonaro apresenta essas ações como parte de uma estratégia para promover o bem-estar das populações indígenas.

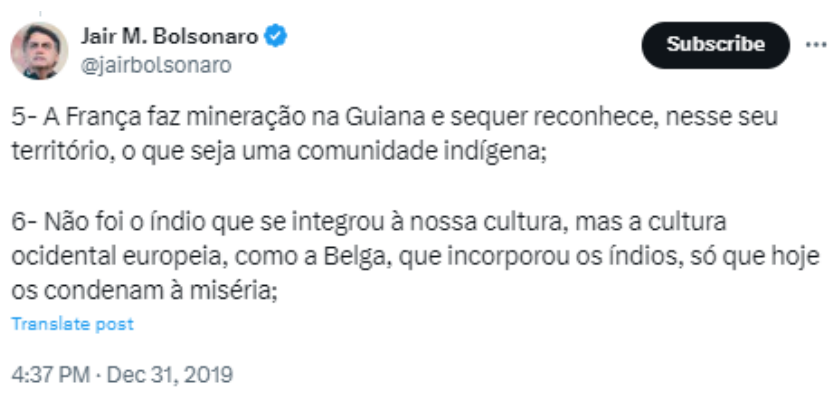
Economicamente, Bolsonaro critica as regulamentações que dificultam atividades como mineração em terras indígenas, argumentando que exigências legais, como consulta prévia e autorização legislativa, tornam os projetos inviáveis. Ele defende uma maior liberdade para exploração econômica dessas áreas como forma de fortalecer a segurança alimentar e energética do Brasil, comparando a política brasileira com a de outros países.

Figura 31 - Postagem de Jair Bolsonaro – 31/12/2019



Fonte: Twitter (X)

Figura 32 - Postagem de Jair Bolsonaro – 31/12/2019



Fonte: Twitter (X)

Seu discurso associa a integração dos povos indígenas à soberania nacional, rejeitando influências estrangeiras e enfatizando a necessidade de utilizar terras indígenas e quilombolas de forma produtiva. Ao mesmo tempo, minimiza a necessidade de novas demarcações, propondo a inclusão econômica como principal solução para esses grupos.

Bolsonaro demonstra uma abordagem próxima à defendida durante a ditadura militar, como previsto no Estatuto do Índio de 1973, que priorizava a “integração” das populações indígenas ao restante da sociedade. Essa perspectiva contrasta com a concepção apresentada pela Constituição Federal de 1988, que garante o respeito à cultura das populações originárias, protegendo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

O foco central do seu discurso em relação às populações indígenas e comunidade tradicionais está no desenvolvimento econômico e na redução de influências externas. Sua abordagem fundiária prioriza a integração ao mercado e reforça uma visão de Estado que promove a autonomia indígena por meio da exploração econômica de seus territórios.

5.2.2.10 Segurança Pública

A maior categoria, com 249 postagens analisadas, destaca o papel central que o tema “Segurança Pública” desempenhou no discurso de Jair Bolsonaro. A abordagem reflete uma ênfase em medidas repressivas, fortalecimento das forças de segurança e combate ao crime organizado, enquanto busca consolidar uma imagem de governo alinhado à ordem e à “proteção das famílias brasileiras”. Bolsonaro frequentemente associa a segurança pública à defesa de valores tradicionais e ao direito de autodefesa, apresentando-se como opositor à “impunidade” e defensor de penas mais severas.

As postagens enfatizam o apoio às forças policiais, com destaque para a valorização do trabalho das polícias militares, federais e civis. Bolsonaro defende medidas como capacitação, aquisição de equipamentos modernos e aumento do efetivo, além de promover a “excludente de ilicitude” que, segundo Bolsonaro, seria necessário para garantir respaldo jurídico a agentes de segurança no cumprimento de suas funções. Essas ações visam reforçar a legitimidade das instituições de segurança e associar o seu governo à manutenção da ordem.

Figura 33 - Postagem de Jair Bolsonaro – 04/03/2019

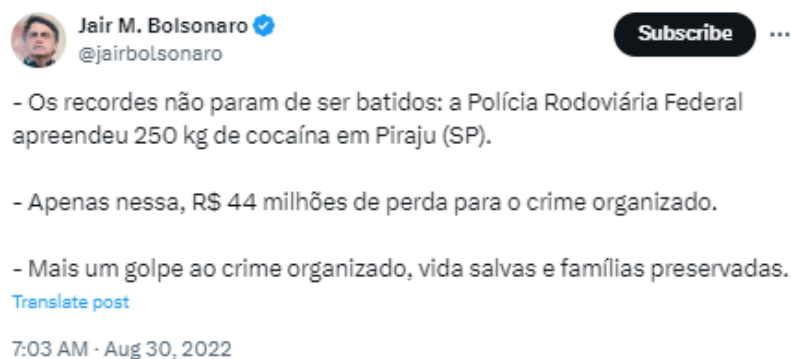


Fonte: Twitter (X)

O combate ao crime organizado e ao narcotráfico surge como uma prioridade, com mais de uma centena de postagens destacando recordes de apreensões de drogas e bens ilícitos. Bolsonaro menciona operações conjuntas com forças nacionais e internacionais, como a Operação Vigia, e promove leilões de bens confiscados, utilizando os recursos para equipar as forças de segurança. Ele rejeita a descriminalização das drogas, argumentando que o

narcotráfico destrói famílias e alimenta altos índices de violência. A narrativa reforça o impacto econômico dessas ações, buscando enfraquecer as estruturas financeiras das organizações criminosas.

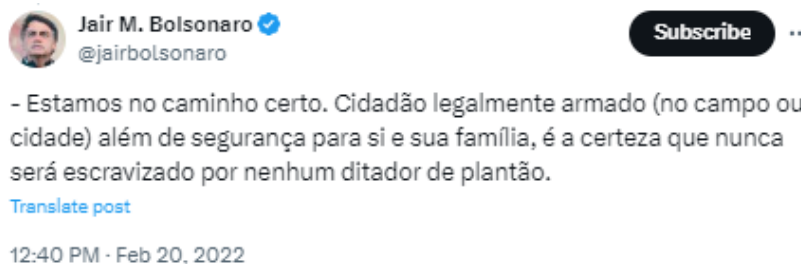
Figura 224- Postagem de Jair Bolsonaro – 30/08/2022



Fonte: Twitter (X)

Outra bandeira destacada é a flexibilização do porte e posse de armas, defendida como essencial para o direito à legítima defesa. Bolsonaro argumenta que cidadãos armados são mais capazes de proteger suas vidas e propriedades contra criminosos e regimes autoritários. A ampliação do acesso a armas é apresentada como um pilar da política de segurança pública, alinhada à ideia de que a autodefesa individual contribui para a redução da criminalidade.

Figura 235 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/02/2022

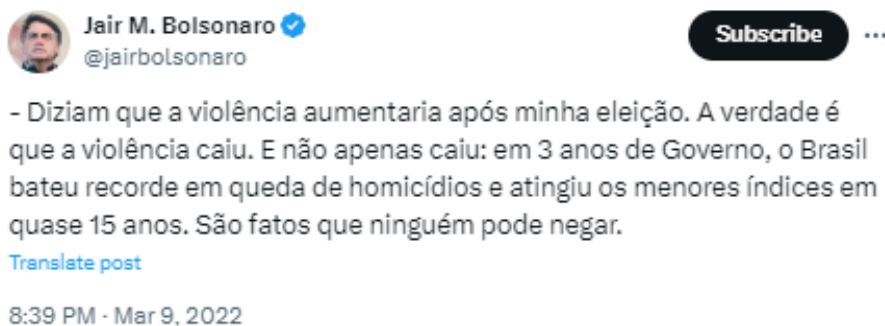


Fonte: Twitter (X)

A redução de índices de violência, como homicídios e roubos, é celebrada como resultado direto das políticas do governo. Bolsonaro frequentemente compartilha dados que indicam quedas significativas em crimes violentos, atribuindo os resultados a investimentos em inteligência, endurecimento de penas e integração entre forças de segurança. Ele critica o sistema judicial brasileiro, que, segundo ele, favorece criminosos e dificulta a punição adequada. Propostas como aumento da pena máxima para 40 anos, fim de saídas temporárias

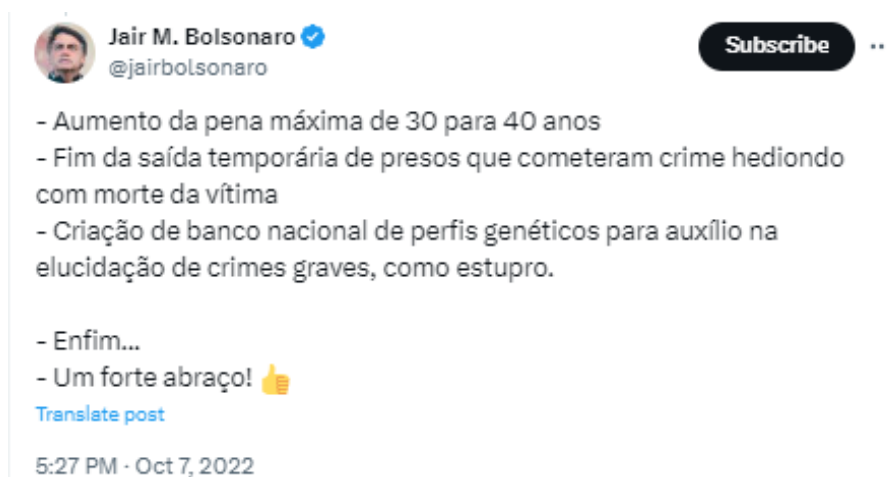
para criminosos hediondos e redução da maioria penal são reiteradas como necessárias para combater a criminalidade de forma mais eficaz.

Figura 36 - Postagem de Jair Bolsonaro – 09/03/2022



Fonte: Twitter (X)

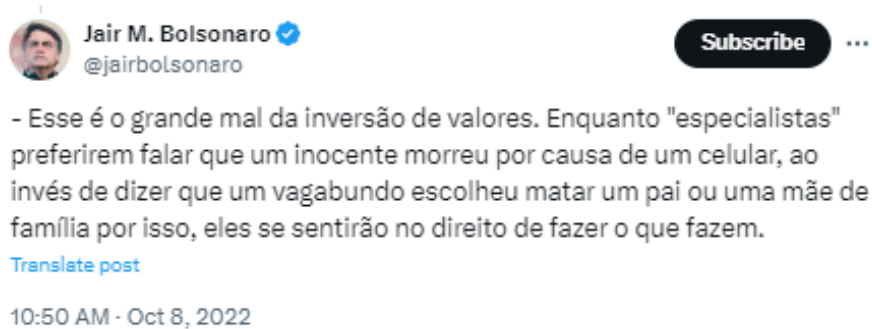
Figura 247 - Postagem de Jair Bolsonaro – 07/10/2022



Fonte: Twitter (X)

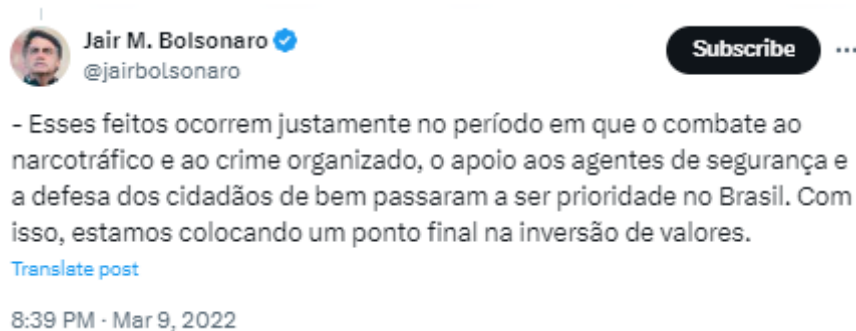
A narrativa do ex-presidente inclui críticas à chamada "inversão de valores", em que, segundo ele, bandidos são tratados como vítimas enquanto os "cidadãos de bem" são negligenciados. Bolsonaro rejeita qualquer relativização de crimes, enfatizando a necessidade de um Estado punitivo para assegurar justiça e segurança. Essa abordagem, marcadamente conservadora e punitivista, privilegia a repressão e o uso da força, enquanto as ações preventivas e de reabilitação recebem pouca ou nenhuma atenção.

Figura 38 - Postagem de Jair Bolsonaro – 08/10/2022



Fonte: Twitter (X)

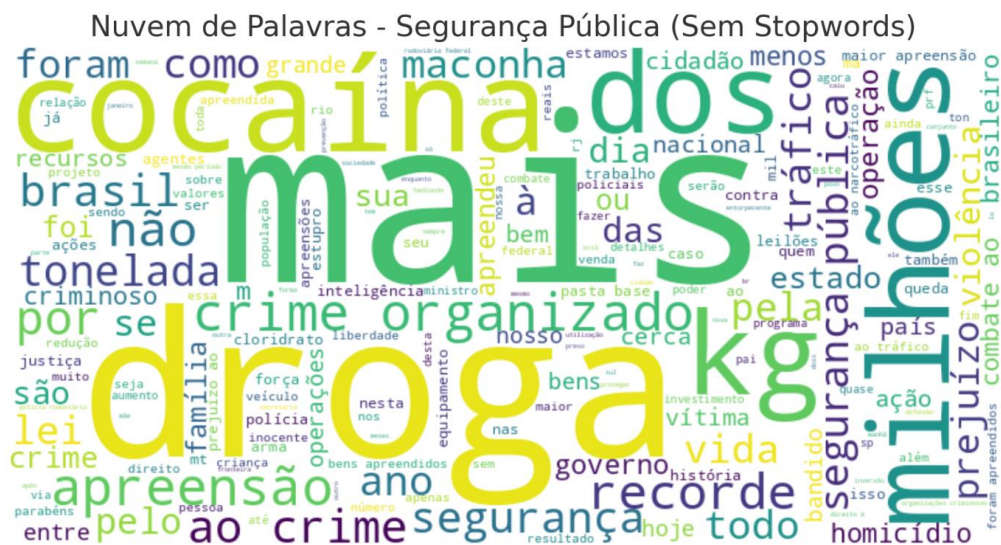
Figura 259 - Postagem de Jair Bolsonaro – 09/03/2022



Fonte: Twitter (X)

Abaixo, apresentamos a nuvem de palavras da categoria "Segurança Pública", que destaca os termos mais frequentemente utilizados por Bolsonaro em seu discurso.

Gráfico 31 - Nuvem de palavras - Segurança Pública



Fonte: Elaborado pelo autor

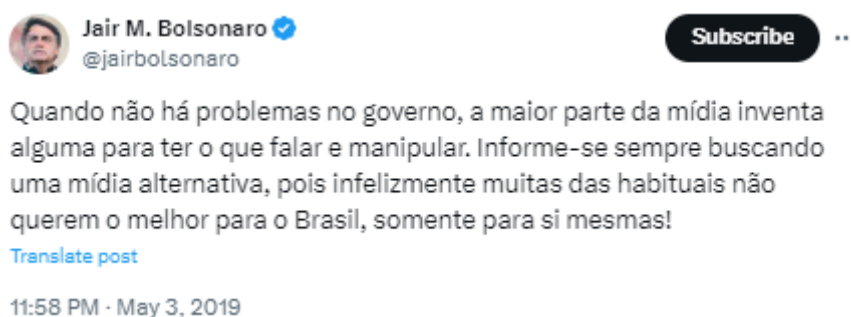
A análise da nuvem de palavras revela que a principal narrativa de Bolsonaro nessa temática está relacionada a uma "guerra às drogas" e ao combate ao narcotráfico. Palavras como “droga”, “cocaína”, “apreensão”, “recorde”, “crime organizado” e “tráfico” têm destaque, refletindo o foco do ex-presidente em operações de repressão ao crime. Das 249 postagens classificadas nessa categoria, 111 abordam especificamente a apreensão de drogas e bens associados ao tráfico.

O discurso de Bolsonaro demonstra um posicionamento claramente pró-polícia e pró-armamento, alinhado a valores de ordem, disciplina e justiça retributiva. Dessa forma, a categoria "Segurança Pública" evidencia um governo comprometido com a repressão ao crime, o fortalecimento das forças de segurança e a defesa de valores tradicionais, enquanto políticas sociais e preventivas são minimizadas ou recebem pouca atenção.

5.2.2.11 Fake news

Embora não seja diretamente relacionada aos direitos humanos, a análise do tema "*Fake news* e desinformação" é relevante para compreender a estratégia discursiva de Jair Bolsonaro durante seu governo. Com 101 postagens analisadas, a segunda categoria temática mais frequente, o ex-presidente construiu uma narrativa central de crítica à mídia tradicional e uma alegada “defesa da liberdade de expressão”, especialmente nas redes sociais. Bolsonaro frequentemente acusou veículos como Globo, Folha de S. Paulo e Estadão de disseminarem informações falsas e manipularem notícias com o objetivo de enfraquecer seu governo e deslegitimar sua figura política. Ele contrapunha a mídia tradicional à “internet livre”, que, segundo ele, seria uma ferramenta para o povo acessar informações “verdadeiras”, escapando da manipulação.

Figura 40 - Postagem de Jair Bolsonaro – 03/05/2019



Fonte: Twitter (X)

O discurso concentra-se em ataques à mídia tradicional, com ênfase em desqualificar críticas e fortalecer a narrativa de perseguição. Em 29 postagens analisadas, Bolsonaro acusa diretamente a Globo, o veículo mais atacado, de praticar desinformação contra seu governo. Ele também desmente notícias específicas que considera falsas, relacionadas à pandemia, políticas públicas ou gestão, associando as críticas a campanhas de desinformação deliberadas motivadas por interesses financeiros, como a perda de recursos publicitários durante sua gestão.

Figura 41 - Postagem de Jair Bolsonaro – 30/05/2022



Fonte: Twitter (X)

Outro aspecto recorrente é a crítica a plataformas digitais e iniciativas de regulação da internet, que ele classifica como “censura”. Bolsonaro alega que redes como Facebook e o antigo Twitter (antes de sua venda para o bilionário Elon Musk) de aplicarem filtros ideológicos contra seus apoiadores e defende que a liberdade de expressão seja protegida a qualquer custo. Ele rejeita medidas como a CPMI das *Fake news*, argumentando que a verdade deve ser combatida com mais liberdade, e não com controle estatal. Apesar de seu posicionamento contrário à censura, ele condena a desinformação por parte da oposição e da mídia, que, segundo ele, disseminam narrativas alarmistas sobre temas como saúde pública, economia e soberania nacional.

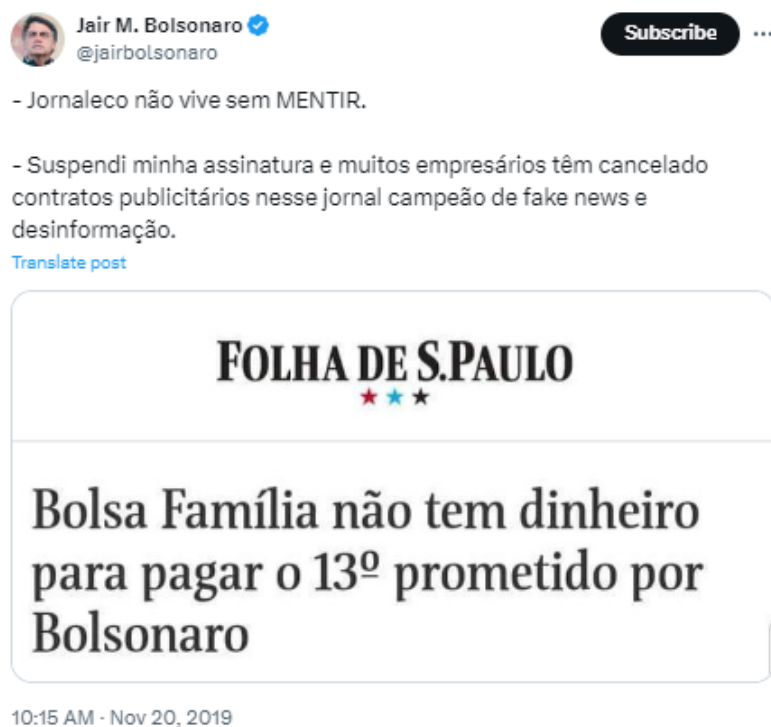
Figura 4226 - Postagem de Jair Bolsonaro – 13/07/2020



Fonte: Twitter (X)

Bolsonaro utilizou o tema das *fake news* para reforçar sua narrativa de perseguição, acusando a mídia de inverter valores ao proteger criminosos e atacar “cidadãos de bem” e seu governo. Ele exemplifica sua postura com ações concretas, como a criação do 13º para beneficiários do Bolsa Família, desmentindo boatos de que acabaria com o programa. Ao mesmo tempo, ele celebra as redes sociais como um canal direto para transmitir sua mensagem ao povo, longe da influência dos veículos tradicionais.

Figura 43 - Postagem de Jair Bolsonaro – 20/11/2019



Fonte: Twitter (X)

Figura 274 - Postagem de Jair Bolsonaro – 18/05/2019



Fonte: Twitter (X)

Essa abordagem reflete uma estratégia de confronto direto com a imprensa, mobilizando sua base de apoio em torno de uma narrativa de defesa da verdade e proteção da liberdade individual. O discurso combina as denúncias de *fake news* com a celebração do compromisso governamental em divulgar informações ditas “verdadeiras”. Por fim, a narrativa de Bolsonaro é marcada pela dualidade: enquanto critica a mídia por manipulação e censura, projeta-se como defensor da liberdade de expressão, apresentando-se como vítima de desinformação e perseguição midiática.

5.2.3 Inferências e interpretações

A análise de conteúdo das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter, entre 2019 e 2022, evidencia valores, crenças e posicionamentos ideológicos que resultam em uma abordagem seletiva dos direitos humanos. Esse estudo também demonstra como sua comunicação prioriza determinados grupos e pautas, enquanto marginaliza outros.

Em suas postagens no Twitter, Bolsonaro não rejeita explicitamente os direitos humanos, mas os interpreta de modo a privilegiar a família, a moral conservadora e a segurança pública, em detrimento de demandas ligadas a minorias. Nesse sentido, suas postagens destacam o combate ao crime e a defesa da legítima defesa, enquanto os direitos LGBTQIA+, a diversidade racial e a proteção dos povos tradicionais e indígenas aparecem com pouca frequência e, quando aparecem, são apresentados sob uma ótica conservadora e preconceituosa.

A ênfase na segurança pública, categoria mais frequente, representando um terço das postagens analisadas, reforça a centralidade desse tema. Essa prioridade discursiva sugere uma narrativa punitivista que dialoga com setores conservadores e projeta a imagem de um líder comprometido com a “manutenção da ordem”, destacando o combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, alinhado ao fortalecimento das forças de segurança.

Em contrapartida, a quase ausência de menções às populações LGBTQIA+ e a pautas como diversidade racial, povos tradicionais e indígenas evidencia uma concepção de direitos humanos restrita a determinados segmentos. Essa ausência ou baixa frequência sugere uma escolha deliberada de evitar dar visibilidade a esses grupos e suas demandas.

Também é possível inferir que Bolsonaro promoveu uma defesa seletiva das liberdades. Em suas postagens, ele se apresenta como um defensor da liberdade de expressão e do combate à censura, ao mesmo tempo em que ataca veículos de imprensa e acusa opositores de recorrerem a “*fake news*” contra ele. Ele também valoriza a internet como espaço de livre circulação de

ideias, mas critica as plataformas digitais por, supostamente, censurarem seus apoiadores. Essas posturas sugerem um uso seletivo da liberdade de expressão, evocada para confrontar adversários e proteger a si mesmo e seus aliados, mas raramente estendida ao reconhecimento de críticas legítimas ou à tolerância de visões divergentes. Sua posição, portanto, revela-se contraditória, servindo a objetivos políticos específicos e alimentando uma retórica de vitimização.

Além disso, há indícios de instrumentalização das pautas de direitos humanos para fins eleitorais, uma vez que a análise temporal das postagens mostra que períodos de maior volume de publicações, como em 2022, coincidem com a disputa pela reeleição. Bolsonaro intensificou temas ligados à segurança e à moralidade, estratégias que mobilizam eleitores simpáticos a um projeto conservador e antagônico a grupos progressistas. Essa exploração estratégica do Twitter reforçou a polarização do debate e promoveu engajamento, sobretudo em tópicos que envolvem conflitos ideológicos, como a crítica às *fake news* e a ênfase nos valores da “família” e da “ordem”. Neste período, suas postagens frequentemente ressaltaram valores tradicionais, alinhadas a setores religiosos e à direita política, vinculando temas de direitos humanos para reforçar uma visão moral conservadora, em oposição a pautas progressistas, como a “ideologia de gênero”, a legalização do aborto e as políticas de ações afirmativas para minorias raciais.

Conclui-se, portanto, que as postagens de Jair Bolsonaro no Twitter sobre direitos humanos revelam uma visão ideológica que privilegia certos grupos e valores em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que limita-os na prática a grupos e pautas específicos. A comunicação de Bolsonaro no Twitter sobre direitos humanos se caracteriza pela ênfase na segurança pública, pela defesa seletiva das liberdades, pela valorização de valores tradicionais e pela marginalização de grupos minoritários, refletindo um projeto político conservador que se vale de elementos polarizadores para fortalecer sua base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi analisar como Jair Bolsonaro utilizou o Twitter, ao longo de seu mandato presidencial (2019-2022), para construir suas representações sobre direitos humanos, em um contexto marcado pela pós-verdade. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica que integrou o processo KDD (*Knowledge Discovery in Databases*) para a mineração de tópicos e a Análise de Conteúdo para interpretar as representações temáticas de direitos humanos.

A combinação dessas técnicas permitiu examinar a frequência, o conteúdo e o engajamento das postagens, bem como elucidar as estratégias discursivas e os valores em relação aos direitos humanos. O processo KDD permitiu a identificação de padrões temáticos e tendências em relação a todo o conteúdo publicado no Twitter, enquanto a Análise de Conteúdo possibilitou compreender, de forma mais aprofundada, os valores e crenças de extrema direita associados aos direitos humanos expressos nos tweets, evidenciando uma retórica moralista e conservadora.

Por meio dessas abordagens metodológicas foi possível identificar tanto as principais prioridades quanto as omissões de Bolsonaro no que diz respeito aos direitos humanos, além de compreender as estratégias usadas para enfatizar determinados valores e deixar outros em segundo plano. Os dados sobre engajamento e a temporalidade das postagens reforçaram a percepção de que havia uma estratégia voltada para realçar certas pautas e minimizar outras.

A questão central desta pesquisa foi “como Jair Bolsonaro construiu discursivamente as representações dos direitos humanos em suas postagens no Twitter durante seu mandato presidencial (2019-2022)?” Os resultados indicam que, em suas publicações, Bolsonaro adotou uma construção discursiva seletiva e ideológica, enfatizando temas como segurança pública, “família tradicional” e valores conservadores.

A hipótese inicial sugeria que as publicações de Jair Bolsonaro no Twitter construíssem um discurso seletivo sobre direitos humanos, priorizando determinados grupos e marginalizando outros, de acordo com suas prioridades políticas e estratégicas. Essa seletividade resultava na percepção de que alguns grupos seriam considerados mais legítimos do que outros para usufruir desses direitos. Os resultados confirmaram a hipótese, demonstrando que Bolsonaro se utilizava de temas recorrentes para reforçar determinadas posições e minimizar outras, em consonância com seu alinhamento ideológico.

A segurança pública foi o assunto mais recorrente. A Análise de Conteúdo demonstrou que Bolsonaro frequentemente descrevia uma situação de “guerra” contra um “inimigo

interno”, legitimando o uso da força policial e minimizando a violência estatal. Em sua retórica, os “direitos de bandidos” eram contrapostos aos direitos dos “cidadãos de bem”, justificando políticas punitivistas e a restrição de direitos de grupos minoritários. Ele elogiava, por exemplo, as forças de segurança ao divulgar grandes apreensões de drogas e armas, defendia o armamento da população e a redução da maioria penal, além de criticar organizações de direitos humanos que denunciavam a violência policial, acusando-as de defender criminosos.

A categoria “Segurança Pública” se destacou como a mais frequente na Análise de Conteúdo, totalizando 249 publicações, o que revela a centralidade do tema em seu discurso e no ideário bolsonarista. Moura e Corbellini (2019) e Gallego (2019) sublinham que o medo da violência urbana e a percepção de falência da segurança pública foram fatores essenciais para a ascensão de Bolsonaro, evidenciados pela promessa de “combater a criminalidade com pulso firme” e “apoiar as forças policiais”, cativando um eleitorado que desejava mais ordem e segurança. Tal ênfase acentuou a prioridade dada à retórica de combate à criminalidade, justificada pela defesa dos “cidadãos de bem”, como também apontaram Da Silva (2019) e Cavalcanti e Ferreira (2020).

Ao lado de tal ênfase em segurança, a análise chama atenção para a recorrência de valores tradicionais, sobretudo no que diz respeito à família, ao combate à “ideologia de gênero” e à oposição ao aborto, aspectos presentes principalmente nas categorias “Criança, Adolescente e Juventude”, “Direitos Humanos Gerais” e “Mulheres e Direitos Reprodutivos” na Análise de Conteúdo. Moura e Corbellini (2019) argumentam que o apoio de grupos evangélicos e a defesa de valores conservadores foram cruciais para o sucesso político de Bolsonaro, algo reforçado em sua comunicação no Twitter. Gallego (2019) também destaca o papel desses valores na mobilização de eleitores conservadores que veem em Bolsonaro um defensor de suas crenças e de um estilo de vida tradicional.

Nesse sentido, a “família tradicional” e os valores cristãos apareciam de forma recorrente nas postagens, com Bolsonaro opondo-se a pautas progressistas, como a chamada “ideologia de gênero”, a legalização do aborto e os direitos LGBTQIA+. Ele as retratava como ameaças à moralidade e à ordem social, reforçando que a vida deveria ser protegida “desde a concepção”, para agradar setores conservadores e religiosos (Moschkovich, 2022 e 2023; Teixeira e Barbosa, 2022; Pereira, Aragusuku e Teixeira, 2023). Paralelamente, recorria ao discurso de proteção das crianças e dos adolescentes, divulgando programas como o Programa Nacional de Alfabetização e o Auxílio Brasil, mas condenava a educação sexual nas escolas, argumentando que ameaçaria a inocência infantil.

Questões relacionadas aos direitos LGBTQIA+, à diversidade racial e à proteção de povos tradicionais e indígenas foram marginalizadas na comunicação presidencial. A Análise de Conteúdo evidenciou um tom predominantemente crítico ou reducionista em relação a esses grupos, evidenciado por menções pontuais e ausência de discussões sobre direitos ou proteções concretas. A diversidade racial aparecia de forma superficial, fundamentada em um discurso universalista e meritocrático que reforçava o mito da democracia racial, da forma como foi apontado por Kyrillos e Simioni (2022). Já a situação dos povos tradicionais e indígenas era vista sob a perspectiva de integração econômica e sob críticas às ONGs e à demarcação de terras, em consonância com a análise de Lima e França (2023).

A liberdade de expressão também surgia de maneira seletiva, pois embora Bolsonaro se declarasse protetor da liberdade de imprensa, atacava veículos de comunicação e jornalistas críticos, acusando-os de “fake news”. Ele criticava plataformas digitais por suposta censura a apoiadores, rejeitava propostas de regulamentação da internet (que considerava “censura”) e nutria desconfiança em relação à mídia tradicional, apresentando-se como vítima de perseguição, conforme demonstrado na análise.

A análise dos dados obtidos pelo KDD, somada às conclusões da Análise de Conteúdo, indica uma compreensão seletiva e ideológica dos direitos humanos por parte de Jair Bolsonaro, que tende a privilegiar temas como segurança pública e valores conservadores, dedicando menos atenção a grupos minoritários. Essa hierarquização de direitos reflete o uso do conceito de “humanidade” para justificar exclusões de grupos marginalizados, rotulados como “inferiores” ou “indesejáveis”, conforme descrito por Douzinas (2010).

Bolsonaro recorria ao tema dos direitos humanos de forma estratégica para atacar adversários e mobilizar apoiadores, enquadrando o debate em termos de “cidadãos de bem” versus “bandidos”. A ênfase na segurança pública e no combate à criminalidade, justificada como proteção dos “cidadãos de bem”, desperta preocupações sobre a restrição de direitos em nome da ordem. Viola e Zenaide (2010) alertam para o risco de suprimir direitos fundamentais sob o argumento da segurança, como ocorreu durante a Ditadura Militar (1964-1985), evidenciando a centralidade desse tema no debate sobre direitos humanos no Brasil.

As pesquisas realizadas pelo *Instituto Ipsos* em 2018³⁸ já evidenciavam ceticismo e resistência em relação aos direitos humanos por parte da população brasileira, muitas vezes

³⁸ Pesquisa Pulso Brasil. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/pulso-brasil-junho-2018>. Acesso em: 11 jan. 2024. Pesquisa *Human Rights in 2018 – Global Advisor*. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-07/human-rights-in-2018-ipsos-global-advisor.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

vinculados à proteção de criminosos. Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro reforçou as percepções identificadas pelos dados das pesquisas, elevando o desafio de construir uma cultura ampla e inclusiva de direitos humanos. Nesse sentido, a retórica de “nós” contra “eles” instrumentaliza os direitos humanos para fins políticos (Douzinas, 2010; Engelmann e Madeira, 2015), consolidando divisões sociais que legitimam determinadas políticas e reforçam a mobilização de apoiadores. O desenvolvimento de uma cultura inclusiva de direitos humanos fica, portanto, comprometido pela desconfiança na atuação do Estado e pela dificuldade de equilibrar segurança pública e garantia de direitos humanos.

A análise das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter (2019-2022) também mostra como o ex-presidente recorreu a estratégias que se alinham à pós-verdade, caracterizada pela desvalorização dos fatos, pela proliferação de *fake news* e pelo uso de apelos emocionais. O conceito de pós-verdade ofereceu um enquadramento consistente para analisar a comunicação digital de Bolsonaro, pois permitiu compreender não apenas a disseminação de desinformação, mas também os mecanismos discursivos que sustentaram sua eficácia e impacto político.

O ex-presidente se beneficiou da desinformação como ferramenta política, apresentando-se como um líder autêntico que confrontava um sistema supostamente corrupto e elitista, adotando uma linguagem que prioriza a emoção em detrimento dos fatos (Santaella, 2019; McIntyre, 2018). A análise constatou a presença de informações falsas ou distorcidas, reforçando a disseminação de *fake news* (Santaella, 2019). As plataformas digitais, impulsionadas pela lógica de engajamento, favorecem esse processo (Wardle e Derakhshan, 2017), sobretudo quando o discurso explora sentimentos como medo, raiva ou ressentimento.

Entre 2019 e 2022, Bolsonaro combinou ataques à mídia tradicional, acusada de disseminar “*fake news*”, com a construção de narrativas que o apresentavam como vítima de perseguição. Também divulgava *lives* e promovia seu canal no Telegram, fortalecendo o discurso de que a imprensa tradicional “escondia” a verdade sobre seu governo. Assim, fomentava a desconfiança na mídia tradicional e estimulava o uso intensivo das redes sociais para a obtenção de notícias (McIntyre, 2018), reforçando a dinâmica da Pós-verdade em seu discurso. Temas como segurança pública, patriotismo e valores tradicionais apareciam em destaque, refletindo o que D’Ancona (2019) descreve como “perda de importância dos fatos objetivos em prol das crenças pessoais”. Pesquisas como a de Vosoughi, Roy e Aral (2018) corroboram esse quadro, ao demonstrarem que notícias de apelo emocional se espalham mais rapidamente do que aquelas centradas em fatos.

Além disso, a análise identificou recorrência de ataques à mídia tradicional, tida como parcial e tendenciosa, o que reforça a desconfiança do público em relação à imprensa e incentiva

o uso das redes sociais como fonte primária de informação (McIntyre, 2018). A utilização de conteúdos falsos ou distorcidos para acusar opositores de defender criminosos, promover corrupção ou proteger regimes autoritários, segundo Santaella (2019), alimenta a polarização, criando “bolhas filtradas” ou “câmaras de eco” que dificultam o diálogo. Como alertam Santaella (2019), McIntyre (2018) e Katukani (2018), esse emocionalismo e a formação de grupos radicalizados enfraquecem o debate racional.

A análise das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter, assim, demonstrou como sua comunicação política se alinha às características do fenômeno do bolsonarismo, explorando temas como segurança pública, valores tradicionais, polarização política e discurso antissistema para mobilizar seus apoiadores e construir sua imagem pública. A análise revela como o uso estratégico do Twitter contribuiu para a consolidação do movimento bolsonarista e a difusão de suas ideias e narrativas, valendo-se tanto do apelo conservador quanto da lógica da Era da Pós-verdade.

Em síntese, a pesquisa confirma a construção discursiva seletiva dos direitos humanos por parte de Bolsonaro, bem como o uso de elementos emocionais que reforçam valores tradicionais e o antagonismo entre “cidadãos de bem” e “bandidos”. A manipulação do conceito de “humanidade” (Douzinas, 2010; Comparato, 2010), a retórica de “nós” contra “eles” (Stanley, 2020; Eatwell e Goodwin, 2020) e a estratégia de polarização alimentada por desinformação (McIntyre, 2018; Santaella, 2019) delineiam um cenário no qual a segurança pública e a família tradicional recebem destaque, enquanto minorias e grupos vulneráveis são marginalizados.

Bolsonaro não se reelegeu presidente na campanha eleitoral de 2022, e seus direitos políticos encontram-se suspensos por decisão do STF até 2030³⁹. No entanto, as ideias conservadoras e anti-direitos humanos, refletidas na ótica do Bolsonarismo, ainda assombram a sociedade, pautam o debate público e vigoram no ideário político nacional. Dessa forma, a cultura de direitos humanos no Brasil continua enfrentando barreiras significativas, pois ideias que reforçam a exclusão e a desconfiança em relação a princípios democráticos fundamentais insistem em se manter tanto nas plataformas de mídias sociais quanto na mentalidade de parte do eleitorado.

³⁹ Em junho de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou Jair Bolsonaro inelegível por oito anos por abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação em reunião com embaixadores. Na decisão, o TSE ainda reforçou a legitimidade da justiça eleitoral e do sistema de votação eletrônico, alertando contra a desinformação. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>. Acesso em: 11 jan. 2025.

REFERÊNCIAS

AFONSO, E. D. Direitos Humanos no Brasil—o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e a proposta de revisão pelo governo Bolsonaro. **O Social em Questão**, v. 1, n. 52, p. 85-106, 2022.

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **1000 dias sem direitos**: as violações do governo Bolsonaro. 2021. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-violacoes-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://anistia.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

AOS FATOS. **Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas**. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ARAÚJO, C. A. A. O fenômeno da pós-verdade: Uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências. **Revista Alceu**, v. 20, p. 35–48, 2020.

_____. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. **IRIE - International Review of Information Ethics**, v. 30, 2021.

ARENDT, H. Verdade e Política. **Entre o passado e o futuro**, v. 4, 1967.

ASCH, S. E. Studies of independence and conformity: I. A minority of one against a unanimous majority. **Psychological monographs: General and applied**, v. 70(9), p. 1–70, 1956

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENETTI, P. R. et al. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte. **Mural Internacional**, v. 11, p. e48060-e48060, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/607974>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, p. 19–30, 29 maio 2018.

_____. **Existe democracia sem verdade factual? Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news**. Barueri - SP: Estação das Letras e Cores, 2019a.

_____. News não são fake - e fake news não são news . *Em*: BARBOSA, M. (Ed.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019b. p. 37–48.

CARREON, R. de O. As fake news como base do populismo de direita brasileiro: entre o político e o digital, o algoritmo. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 2, n. 23, p. 129-146, 2023.

CASTELLS, M. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. 1. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 2018.

CAVALCANTI, M. C. G. M.; FERREIRA, R. A construção discursiva dos direitos humanos e suas tensões: o caso da extrema direita no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 1239-1258, 2020.

CAZZAMATTA, R.; SANTOS, A. Checking verifications during the 2022 Brazilian run-off election: How fact-checking organizations exposed falsehoods and contributed to the accuracy of the public debate. **Journalism**, v. 25, n. 10, p. 2022-2043, 2024.

COMPARATO, F. K. **Afirmção histórica dos Direitos Humanos**. 7ª edição ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2010

CRUZ, P. F. DA *et al.* Fake news: uma revisão compreensiva e interdisciplinar. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS)**, p. 502–520, 2021.

DA CRUZ, E. R.; KARHAWI, I. Pandemia no Planalto: Jair Bolsonaro e a pós-verdade. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 22, n. 48, 2023.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

DA SILVA, M. L.; DA ROSA, C. F. Saúde, educação e a pós-verdade como estratégia de educabilidade: notas sobre a pandemia e o bolsonarismo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 28, n. 2, p. 591-608, 2021.

DOUZINAS, C. Quem são os “humanos” dos direitos? **Projeto Revoluções**, p. 1–11, 2014.

DUARTE, D. E.; BENETTI, P. R. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, v. 24, p. 98-138, 2022.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional populismo: a revolta contra a democracia liberal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ENGELMANN, F.; MADEIRA, L. M. A causa e as políticas de direitos humanos no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 623-637, 2015

FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIRO, G.; SMYTH, P. From Data Mining to Knowledge Discovery in Databases. **AI Magazine**, v. 17, n. 3, p. 37–54, 1996.

FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. Stanford, California: Stanford University Press, 1957.

FEITOSA, C. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 74-89, 2021.

FERNANDES, C. M. *et al.* A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5317-e5317, 2020.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, I. S.; ADAMI, A. Covid-19, ódio e fake news no discurso presidencial: análise do conteúdo catalogado pela agência de checagem Aos fatos. **Razón y Palabra**, v. 26, n. 113, 2022.

FONSECA JÚNIOR, W. C. da. Análise de conteúdo. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

FRAWLEY, W. J.; PIATETSKY-SHAPIO, G.; MATHEUS, C. J. Knowledge discovery in databases: An overview. **AI magazine**, v. 13, n. 3, p. 57-57, 1992.

GALLEGO, E. S. La bolsonarización de Brasil. **Documentos de Trabajo (IELAT, Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos)**, v. n^o 121, p. 1–42, 2019.

GREEN, J. N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

GROOTENDORST, M. BERTopic: Neural topic modeling with a class-based TF-IDF procedure. **arXiv preprint arXiv:2203.05794**, 2022.

HAMILTON, J. T. **All the news that’s fit to sell: how market transforms information into news**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2004. v. 1st ed.

HERRERA FLORES, J. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

IPSOS PUBLIC AFFAIRS. **Human rights in 2018**: a global advisor survey. 2018. Disponível em: www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-07/human-rights-in-2018-ipsos-global-advisor.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

IPSOS PUBLIC AFFAIRS. **Pulso Brasil**: junho 2018. 2018. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/pulso-brasil-junho-2018>. Acesso em: 12 jan. 2025.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. 1^a edição ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KAUFMAN, D. A inteligência artificial mediando a comunicação: impactos da automação. *Em*: BARBOSA, M. (ORG.) (Ed.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. 1. ed ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 49–58.

KELLY, P. W. ‘Magic words’: the advent of transnational human rights activism in Latin America’s Southern Cone in the long 1970s. **The Breakthrough: Human Rights in the 1970s**, p. 88-106, 2014.

———. **Sovereign emergencies: Latin America and the making of global human rights politics.** Cambridge University Press, 2018.

KEYES, R. **The Post-Truth Era: dishonesty and deception in contemporary life.** Macmillan, 2024.

KYRILLOS, G. M.; SIMIONI, F. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 1874-1896, 2022.

LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news: Addressing fake news requires a multidisciplinary effort. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 9 mar. 2018.

LEITE, J. C. Controvérsias científicas ou negação da ciência? A agnotologia e a ciência do clima. **Scientiae Studia**, v. 12, n. 1, p. 179–189, mar. 2014.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro : Zahar, 2018.

LIMA, G. P. de J.; FRANÇA, T. A. Quem é o índio?: interpretações de Jair Bolsonaro sobre indígenas. **Revista Leitura**, v. 1, n. 76, p. 219-234, 2023.

MACHADO, H. F. DE S. Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, v. 4, n. 1, p. 39–62, maio 2018.

MAGNANI, E. Big data y política: El poder de los algoritmos. **Revista Nueva Sociedad**, v. N. 259, p. 45–55, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of human rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 114, p. 117-136, 2017.

MARX, K. **Sobre a questão judaica.** Tradução Daniel Bensaïd; Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MCINTYRE, L. C. **Post-Truth.** Cambridge, MA: MIT Press, 2018

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MENDES, J. A. S. R.; MENEZES, F. B. B. de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 247, p. 302-321, 2019.

MOSCHKOVICH, M. Senso-comum como política de Estado: “mulher” e “família” na política pública anti-gênero e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro. **46º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Campinas, 2022.

———. “Família” e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro:(2019-2021). **Mecila: Working Paper Series**, nº 52, 2023.

MOURA, M.; CORBELLINI, J. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu.** 1ª ed. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MOYN, S. *The last utopia*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

NEWMAN, N. *et al.* **Reuters Institute Digital News Report 2022**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: 2022.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. **Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. New York: Bloomsbury Publishing USA, 2011.

OXFORD. **OXFORD WORD OF THE YEAR 2016**. Oxford University Press. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PALUDO, L. J.; FRAGA, G. W. A produção do inimigo ou destruição da alteridade: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. e4544139-e4544139, 2020.

PAPI, L. P. *et al.* Mudança ou desmonte em políticas sociais? Efeitos do Governo Bolsonaro nas áreas de direitos humanos e assistência social. Em: **As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação**, p. 191-223. Porto Alegre: Jacarta, 2024.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAUL, C.; MATTHEWS, M. The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model: Why It Might Work and Options to Counter It. **Rand Corporation**, v. v. 2, n. 7, p. 1–10, 2016.

PEDRETTI, L. Bolsonaro e a luta contra a memória das vítimas da ditadura. **Etcetera**, n. 6, p. 7, 2020.

PEREIRA, M. M.; ARAGUSUKU, H. A.; TEIXEIRA, J. M. Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, p. e3811026, 2023.

PEREIRA, D. B.; MARQUES, A. A. C. “A verdade vos libertará”: a desinformação e a pós-verdade no Governo Bolsonaro no combate à Covid-19. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 895-912, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. DE. **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

POPKIN, S. L. Changing Media and Changing Political Organization: Delegation, Representation and News. **Japanese Journal of Political Science**, v. 8, n. 1, p. 71–93, 2007.

PRIOR, H. Em nome do povo: o populismo e o novo ecossistema mediático. Em: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Eds.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 123–145.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. 2020. **Contracampo**, v. 40, n. 1, 2021.

REZIO, L. L. DE S.; SILVA, M. L. M. DA. Discurso anti-ciência: a desinformação como estratégia de ataque à produção científica. **Revista UFG**, v. 20, 2020.

RISSO, L. C.; CARVALHO, C. R. de. O governo Bolsonaro e similitudes com o período da ditadura militar no Brasil nas questões indígenas e ambientais. **Formação** (online), v. 29, n. 54, p. 331-356, 2022.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

RODRIGUES, E. G. B.; GALETTI, C. C. H. O feminino em disputa: a aliança neoliberal-conservadora nos discursos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. **Plural**, v. 31, n. 1, p. 210-230, 2024.

RODRIGUES, J. *et al.* Fake news e pandemia. **Revista Primeira Escrita**, v. 9, n. 1, p. 10-22, 2022.

RORIZ, J. Direitos humanos como um novo projeto para o Direito Internacional? Notas sobre the Last Utopia, de Samuel Moyn. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, p. 490-496, 2018.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras, 2019.

SANTOS, D. L. V. dos *et al.* Governo Bolsonaro e pandemia: uma análise de conteúdo do Instagram e Twitter do presidente. **Revista Dispositiva**, v. 10, n.17, p. 115-134, 2021.

SEGATO, R. L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, p. 207-236, 2006.

SEIBT, T.; DANNENBERG M. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. **Liinc em revista**, v. 17, n. 1, p. e5687-e5687, 2021.

SILVA, L. A. da; PERES, S. M.; BOSCARIOLI, C. **Introdução à mineração de dados**: com aplicações em R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2020.

STROUD, N. J. **Niche News**: The Politics of News Choice. Oxford University Press, 2011.

TEIXEIRA, J. M.; BARBOSA, O. A. A Mulher e a Família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos Direitos Humanos. **(Syn)Thesis**, v. 15, n. 1, p. 89-105, 2022.

TERREN, L.; BORGE R. Echo chambers on social media: A systematic review of the literature. **Review of Communication Research**, v. 9, 2021.

TESCHKE, J. **1938**: Pânico após transmissão de “Guerra dos mundos”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1938-pânico-após-transmissão-de-guerra-dos-mundos/a-956037>. Acesso em: 21 fev. 2023.

TESICH, S. A Government of Lies. **The Nation**, 1992.

VAQUERO, T. C. F.; BIROCHI, R.; FIATES, G. G. S. A pós-verdade e o falseamento da verdade: uma análise da literatura científica nacional e internacional. **Sociedade em Debate**, v. 26, n. 3, p. 58–73, 15 dez. 2020.

VIOLA, S. E. A.; ZENAIDE, M. de N. T. A produção histórica dos direitos humanos. In: DIAS, A. A.; FERREIRA, L. de F. G.; ZENAIDE, M. de N. T. (orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a educação em Direitos Humanos na Pedagogia, p. 141-170, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, p. 1146–1151, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WASON, P. C. On the failure to eliminate hypotheses in a conceptual task. **Quarterly Journal of Experimental Psychology**, v. 12, n. 3, p. 129–140, jul. 1960.

WILBER, K. **Trump and a post-truth world**. Boulder: Shambhala Publications, 2017.